HENRI PIRENNE



História econômica e social da Idade Média





EDITORA MESTRE JOU

O ÍNDICE DA OBRA ESTÁ NA PÁGINA

277

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

P742h
6.ed.

Pirenne, Henri, 1862-1935.
História econômica e social da Idade Média / Henri Pirenne ; tradução Lycurgo Gomes da Motta. — — 6. ed. — — São Paulo : Mestre Jou, 1982.

Bibliografia.

1. Europa — Condições econômica — Idade Média, 500-1500 2. Europa — Condições sociais — Idade Média, 500-1500 3. Europa — História — 476-1492 4. Idade Média — História I. Título.

82-1356

CDD-330.902
-309.1402
-909.07
-940.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Idade Média : Europa : Condições sociais 309.1402
2. Idade Média : Europa : História 940.1
3. Idade Média : Europa : História social 309.1402
4. Idade Média : História 909.07
5. Idade Média : História econômica 330.902

HENRI PIRENNE

HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA IDADE MÉDIA

Tradução:
Lycurgo Gomes da Motta



EDITORA MESTRE JOU
São Paulo

Primeira edição em português 1963
Segunda edição em português 1965
Terceira edição em português 1966
Quarta edição em português 1968
Quinta edição em português 1979
Sexta edição em português 1982

Título original:

HISTOIRE ÉCONOMIQUE ET SOCIALE
DU MOYEN-AGE

Edição revista e atualizada com um anexo bibliográfico e crítico por
H. VAN WERVEKE, *Professor na Universidade de Gand.*

© 1963, **Presses Universitaires de France.**
Direitos reservados para todos os países de língua portuguesa

EDITORA MESTRE JOU

São Paulo

PRÓLOGO

Procurei, nesta obra, expor ao público o caráter e o movimento geral da evolução social e econômica da Europa Ocidental, desde os fins do Império Romano até meados do século XV. Esforcei-me por considerar esta vasta extensão como um todo único, cujas partes, embora diferentes, estão em constante comunicação umas com as outras; adotando um ponto de vista internacional, procurei, antes de tudo, determinar o caráter essencial do fenômeno que descrevia, dando menos importância às formas particulares que pudesse assumir, não só em diferentes países, mas também em partes diversas do mesmo país. Com tal objetivo, tive, naturalmente, que dar preferência aos países onde a atividade econômica se desenvolveu mais rápida e completamente durante a Idade Média, tais como a Itália e os Países Baixos, cuja influência, direta ou indireta, no resto da Europa, pode-se descrever com freqüência.

Existem, ainda, tantas lacunas em nossos conhecimentos dessa época que, para explicar os acontecimentos ou determinar as suas relações, precisei, em muitos casos, recorrer à probabilidade ou a conjeturas. Tive, porém, muito cuidado em não admitir teorias que os fatos chegariam a contradizer. Foi minha intenção deixar-me guiar por estes, embora, certamente, não pretenda tê-lo conseguido... Em suma, procurei relatar, com a maior fidelidade possível, mesmo os problemas mais controvertidos. As referências que, necessariamente, fiz, a certas obras que darão ao leitor a possibilidade de completar os meus relatos ou de criticar as minhas opiniões, encontrar-se-ão nas bibliografias correspondentes a cada caso. Nas mesmas, tratei de incluir somente trabalhos que me pareceram de valor positivo, quer pela riqueza do seu conteúdo, quer pela importância das suas conclusões; explica-se, desse modo, que

eu haja inserido, nas mesmas, numerosos artigos publicados em revistas. Desculpo-me, de antemão, pelas omissões que, facilmente, se encontrarem neste trabalho; algumas devem-se à minha própria ignorância; outras, ao fato de que todas as bibliografias selecionadas têm forçosamente que refletir as preferências de seu compilador.

O autor

INTRODUÇÃO(*)[1]

I

Para que bem se compreenda o renascimento econômico que teve lugar na Europa Ocidental, a partir do século XI, deve-se examinar, rapidamente, o período anterior.

Ruptura do equilíbrio econômico da Antigüidade

Do ponto de vista em que, aqui, nos colocamos, vê-se logo que os reinos bárbaros fundados no século V, no solo da Europa Ocidental, tinham conservado o caráter mais legítimo e essencial da civilização antiga: o caráter mediterrâneo.[1a] O mar interior, em torno do qual nasceram todas as civilizações do mundo antigo, e pelo qual se comunicaram umas com outras, foi o veículo de suas idéias e de seu consórcio. O Império Romano, por último, havia abarcado inteiramente o aludido mar; para ele convergia a atividade de todas as províncias imperiais, desde a Bretanha até o Eufrates, e, mesmo depois das invasões germânicas, continuara desempenhando seu papel tradicional. Para os bárbaros estabelecidos na Itália, África, Espanha e Gália, o Mediterrâneo era ainda a grande via de comunicação com o Império Bizantino, e as relações mantidas através dele permitiam que subsistisse uma vida

---

1. Os asteriscos indicam as passagens correspondentes ao Anexo Bibliográfico e Crítico, pp. 225 e ss.

1a. Em geral, esta verdade é atualmente reconhecida mesmo pelos historiadores que admitem que as invasões do século V vieram transtornar e transformar a civilização ocidental. Ver F. Lot, no tomo I da **Histoire du Moyen Age (Histoire Générale)**, p. 347. A. Dopsch, **Wirtschaftliche und soziale Grundlagen der europäischen Kulturentwickelung aus der Zeit von Caesar bis auf Karl den Grossen**, 2.ª ed., Viena, 1923-1924, 2 vols., tem o mérito de haver demonstrado que não houve cisão na história econômica entre o período anterior ao estabelecimento dos germanos no Império e o período seguinte.

econômica, que deve ser vista, sem a menor sombra de dúvida, como um prolongamento direto da Antigüidade. Basta recordar, aqui, a atividade da navegação síria do século V ao VIII, entre os portos do Ocidente e os do Egito e Ásia Menor, o fato de terem os reis germânicos conservado o soldo de ouro romano — instrumento e, ao mesmo tempo, símbolo da unidade econômica da bacia mediterrânea — e, finalmente, a orientação geral do comércio para as costas desse mar, que os homens teriam podido chamar, até mesmo com tanto direito quanto os romanos, *Mare Nostrum*. Foi preciso a súbita irrupção do Islão, na história, durante o século VII, em sua conquista das costas orientais, meridionais e ocidentais do grande lago europeu, para colocá-lo em uma situação completamente nova, cujas conseqüências deveriam influir em todo o curso ulterior da história.[2]

Com o tempo, em vez de continuar sendo o vínculo milenar entre Oriente e Ocidente, que fora até então, o Mediterrâneo transformou-se em barreira. Se é certo que o Império Bizantino, graças a sua frota de guerra, conseguira repelir a ofensiva muçulmana do mar Egeu, do Adriático e das costas meridionais da Itália, em compensação, todo o mar Tirreno cairia em poder dos sarracenos.

Pela África e Espanha, envolvem-no, ao Sul e a Oeste, ao mesmo tempo que a posse das ilhas Baleares, Córsega, Sardenha e Sicília lhes proporciona bases navais que garantem o seu domínio sobre ele.

A partir do início do século VIII, o comércio europeu está condenado a desaparecer nesse extenso quadrilátero marítimo. O movimento econômico, desde então, orienta-se para Bagdá. Os cristãos, dirá pitorescamente Ibn Khaldun, "não conseguem que flutue no Mediterrâneo nem uma tábua".[3] Nestas costas, que outrora se comunicavam, dividindo os mes-

---

2. H. Pirenne, "Mahomet et Charlemagne" e "Un contraste économique: Mérovingiens et Carolingiens", na **Revue belge de philologie et d'histoire**, t. I, 1922 e t. II, 1923; e do mesmo autor: **Les villes du Moyen Age**, pp. 7 e ss., Bruxelas, 1927. Este ponto de vista provocou objeções e é impossível discuti-las aqui. Encontrar-se-á uma exposição delas em H. Laurent, "Les travaux de M. Henri Pirenne sur la fin du monde antique et les débuts du Moyen Age", em **Byzantion**, t. VII, 1932, pp. 495 e ss.

3. Georges Marçais, **Histoire et historiens de l'Algérie**, p. 212, Paris, 1931, disse acertadamente: "Quando a Berbéria tornou-se islamítica, durante toda a Idade Média, salvo exceção, as pontes permaneceram quase cortadas entre ela

mos costumes, necessidades e idéias, defrontam-se, agora, duas civilizações, ou melhor, dois mundos estranhos e hostis, o da Cruz e o do Crescente. O equilíbrio econômico da Antigüidade, que sobrevivera às invasões germânicas, rompe-se ante a invasão do Islão. Os carolíngios impediram que este se estenda ao norte dos Pireneus. Mas não poderiam, e, além disso, conscientes de sua impotência, não tratariam de arrebatar-lhe o domínio do mar.

O Império de Carlos Magno, por manifesto contraste com a Gália romana e a merovíngia, será puramente terrestre ou, se se quiser, continental. Desse fato fundamental, origina-se uma ordem econômica nova, que é, propriamente, a da alta Idade Média. [4]

Sarracenos e cristãos no Ocidente

Embora os cristãos muito devam à civilização superior dos muçulmanos, o espetáculo da história posterior não nos permite criar ilusões a respeito das relações que existiram, a princípio, entre ambos. É certo que, desde o século IX, os bizantinos e os seus postos avançados nas costas italianas, Nápoles, Amalfi, Bari e, principalmente, Veneza, comerciaram mais ou menos ativamente com os árabes da Sicília, África, Egito e Ásia Menor. Acontecia, porém, algo muito diverso na Europa Ocidental. Ali, o antagonismo destas duas religiões conservou-as em permanente estado de guerra. Os piratas sarracenos infestavam, sem tréguas, o litoral do golfo de Lião, o estuário de Gênova, as costas da Toscana e as da Catalunha. Saquearam Pisa em 935 e em 1004, e destruíram Barcelona em 985.

Antes do início do século XI, não se pode assinalar qualquer vestígio de comunicação entre estas regiões e os portos sarracenos da Espanha e África. A insegurança é tão grande no litoral, que o bispado de Maguelonne precisou mudar-se para Montpellier. Nem a terra firme está a salvo dos ataques do inimigo.

Sabe-se que, no século X, os muçulmanos estabeleceram nos Alpes, em Garde-Frainet, um posto militar, de onde exi-

---

e a Europa Ocidental... transformou-se em uma província do mundo oriental." Devo o conhecimento do texto de Ibn Khaldun a uma amável comunicação do Sr. Marçais.

4. H. Pirenne. **Un contraste économique.** Ver, na página anterior, a nota 2: **Mahomet et Charlemagne**

giam resgate ou assassinavam os peregrinos e viajores que iam da França para a Itália. O Rossilhão, na mesma época, vivia sob o terror das incursões que realizavam além Pireneus. Em 846, alguns bandos sarracenos avançaram até Roma e sitiaram o Castelo de Santo Ângelo. Em tais condições, a proximidade dos sarracenos só podia acarretar aos cristãos ocidentais desastres irreparáveis. Por demais debilitados para pensar em qualquer ofensiva, retiraram-se temerosamente e abandonaram a seus adversários o mar em que não ousavam aventurar-se.

Do século IX ao XI, o Ocidente, em verdade, permaneceu bloqueado. Embora se enviassem, de quando em vez, embaixadores a Constantinopla e ainda houvesse inúmeros peregrinos que se dirigiam a Jerusalém, estes somente conseguiam chegar ao seu destino, após muitas dificuldades, pela Ilíria e pela Trácia, ou cruzando o Adriático, ao sul da Itália, nos barcos gregos que tocavam em Bari.

Nada autoriza, portanto, a sustentar, como querem alguns historiadores, que suas viagens demonstram a persistência da navegação mediterrânea ocidental, após a expansão islamítica. Essa navegação, com efeito, estava morta e bem morta.

Desaparecimento do comércio no Ocidente

O movimento comercial não lhe sobreviveu, pois a navegação constituía sua artéria vital. É fácil compreender que, enquanto permaneceu ativa, manteve-se o tráfico entre os portos da Itália, África, Espanha, Gália e seu interior. Não há dúvida, quando se lêem os documentos que possuímos, infelizmente muito escassos, que, até a conquista árabe, uma classe de mercadores profissionais fora, em todas essas regiões, o instrumento de um comércio de exportação e importação, cuja importância, mas não a existência, pode ser discutível. Graças a esses mercadores, as cidades romanas continuaram sendo centros de negócios e pontos de concentração de uma circulação que, desde o litoral, se propagava para o Norte ou pelo menos até o Vale do Reno, onde introduzia o papiro, as especiarias, os vinhos orientais e o azeite que desembarcavam nas costas do Mediterrâneo.[5] (*)

---

5. P. Scheffer-Boichorst, "Die Syrer im Abendlande", em **Mittheilungen des instituts für Österreichische Geschichtsforschung**, t. VI, 1885, pp. 521 e ss.;

O fato de haver a expansão islamítica fechado este mar, no século VII, teve como resultado necessário a rapidíssima decadência daquela atividade. No decorrer do século VIII, os mercadores desapareceram em virtude da interrupção do comércio. (*) A vida urbana, que ainda permanecia, graças a esses mercadores, malogrou ao mesmo tempo.

As cidades romanas, contudo, subsistiram, talvez porque, sendo centros de administração diocesana, os bispos nelas conservassem suas residências e reunissem em torno de si um clero numeroso; mas perderam todo significado econômico, ao mesmo tempo que sua administração municipal. Manifestou-se, então, um empobrecimento geral. O numerário de ouro desapareceu, para ser substituído pela moeda de prata que os carolíngios puseram em seu lugar. O novo sistema monetário, que instituíram em lugar do antigo soldo romano, é prova evidente de seu rompimento com a economia antiga, ou melhor, com a economia mediterrânea.

Regressão econômica sob os carolíngios

É um erro evidente, em que quase sempre se incide, afirmar que o reinado de Carlos Magno foi uma época de progresso econômico. É mera ilusão. Na realidade, comparado com o período merovíngio, o carolíngio aparece, sob o ponto de vista comercial, como um período de decadência, ou se se quiser, de retrocesso.[6] (*)

Ainda que Carlos Magno tentasse fazê-lo, não teria conseguido suprimir as conseqüências iniludíveis do desaparecimento do tráfico marítimo e do fechamento do mar.

É certo que estas conseqüências não afetaram as regiões do Norte com a mesma intensidade que as do Sul.

Durante a primeira metade do século IX, os portos de Quentovic (atualmente Étaples, no Canche) e de Duurstede

---

L. Bréhier, "Les colonies des Orientaux en Occident au commencement du Moyen Age", em **Byzantinische Zeitschrift,** t. XII, 1903, pp. 11 e ss.; J. Ebersolt, **Orient et Occident,** pp. 26 e ss., Paris, 1929; H. Pirenne, "Le commerce du papyrus dans la Gaule mérovingienne", em **Comptes rendus des séances de l'Acad. des Inscriptions et Belles-Lettres,** 1928, pp. 178 e ss. "Le cellarium fisci. Une institution économique des temps mérovingiens", em **Bull. de la Classe des Lettres de l'Acad. Royale de Belgique,** 1930, pp. 201 e ss.

6. L. Halphen, **Études critiques sur l'histoire de Charlemagne,** pp. 239 e ss., Paris, 1921; H. Pirenne, **loc. cit.,** nota n.º 2.

(no Reno, acima de Utrecht) foram muito freqüentados, e os barcos frisões continuaram sulcando o Escalda, o Mosa e o Reno, e dedicando-se à cabotagem nas costas do mar do Norte.[7] Mas não se devem considerar tais fatos como sintomas de renascimento. São eles tão-somente o prolongamento de uma atividade que se iniciou nos tempos do Império Romano e perdurou até a época merovíngia.[8] É possível, e mesmo provável, que a residência habitual da corte imperial em Aix-la-Chapelle e a necessidade de abastecer seu numerosíssimo pessoal tenham contribuído não só para sustentar, mas também para desenvolver a circulação nos territórios vizinhos e para fazer deles a única região do Império onde se notava ainda certo movimento comercial. Seja o que for, os normandos não tardaram em apagar esse derradeiro vestígio do passado. Quentovic e Duurstede foram saqueados e destruídos por eles, em fins do século IX, e tão conscienciosamente, que nunca lograram ressurgir de suas ruínas. Tem-se acreditado, às vezes, ser o vale do Danúbio um substituto do Mediterrâneo como grande via de comunicação entre o Oriente e o Ocidente. Isso poderia ter acontecido, com efeito, se este vale não tivesse sido inacessível pela presença, em primeiro lugar, dos ávaros e, pouco depois, dos magiares. Os textos permitem-nos, unicamente, lobrigar a circulação de alguns barcos carregados de sal, oriundos das salinas de Salzburgo. Quanto ao chamado comércio com os eslavos, pagãos das margens do Elba e do Saale, resumia-se a confusas operações de aventureiros, que se esforçavam em proporcionar armas àqueles bárbaros, ou compravam, para vendê-los como escravos, os prisioneiros de guerra que as tropas carolíngias faziam a esses perigosos vizinhos do Império.

Basta ler as *capitulares* para se convencer de que não existia, naquelas fronteiras militares, onde a insegurança era permanente, nenhum tráfico normal e regular.

---

7. O. Fengler, "Quentowic, seine maritime Bedeutung unter Merowingern und Karolingern", em **Hansische Geschichtsblätter,** 1907, pp. 91 e ss.; H. Pirenne, "Draps de Frise ou draps de Flandre?", em **Vierteljahrschrift für Sozial und Wirtschaftsgeschichte,** t. VII, 1909, pp. 308 e ss.; H. Poelman, **Geschiedenis van den handel van Noordnederland gedurende het Merowingische en Karolingische tijdperk,** Amsterdão, 1908.

8. F. Cumont, **Comment la Belgique fut romanisée,** 2.ª ed., Bruxelas, 1919.

II

Caráter agrícola da sociedade a partir do século IX

Tem-se como absolutamente certo que, a partir do fim do século VIII, a Europa Ocidental regredira ao estado de região exclusivamente agrícola. É a terra a única fonte de subsistência e a única condição da riqueza. Todas as classes da população, desde o imperador, que não possuía outras rendas além das de suas terras, até o mais humilde de seus servos, viviam, direta ou indiretamente, dos produtos do solo, fossem eles fruto de seu trabalho, ou consistissem, apenas, no ato de colhê-los e consumi-los. Os bens móveis já não tinham qualquer valor econômico. Toda a existência social funda-se na propriedade ou na posse da terra. Daí a impossibilidade para o Estado de manter um sistema militar e uma administração que não se baseassem naquela. Recruta-se o exército unicamente entre os detentores de feudos, e os funcionários, entre os latifundiários. Em tais circunstâncias, torna-se impossível amparar-se a soberania do Chefe do Estado. Se este subsiste em princípio, desaparece de fato.

O sistema feudal é tão só a desintegração do poder público entre as mãos de seus agentes que, pelo próprio fato de cada qual possuir uma parte do solo, tornaram-se independentes e consideravam as atribuições de que se achavam investidos como parte do seu patrimônio. Em suma, o aparecimento do feudalismo, na Europa Ocidental, no decorrer do século IX, nada mais é do que a repercussão, na ordem política, do retorno da sociedade a uma civilização puramente rural.

Os latifúndios

Do ponto de vista econômico, o fenômeno mais notável e característico desta civilização é o latifúndio. O seu nascimento é muito mais antigo do que se supõe, e é fácil determinar que sua origem remonta a um passado longínquo. Existiam grandes proprietários na Gália desde antes de César, assim como existiam na Germânia, desde antes das invasões. O Império Romano permitiu que subsistissem os latifúndios gauleses, que se adaptaram à organização dos do povo vencedor. A *vila* gaulesa da época imperial, com a sua

reserva, afeta ao proprietário e suas inumeráveis dependências de colonos, apresenta um tipo de exploração descrito pelos agrônomos italianos, no tempo de Catão. Permaneceu tal e qual, durante o período das invasões germânicas. A França merovíngia conservou-a, e a Igreja introduziu-a além do Reno, à medida que ia convertendo aquelas regiões ao cristianismo.[9]

Ausência de mercados externos

A organização latifundiária não constituiu, sob nenhum aspecto, um fato novo. Mas o seu funcionamento, a partir do desaparecimento do comércio e das cidades, foi uma inovação. Enquanto o primeiro conseguisse transportar seus produtos e as segundas lhe proporcionassem um mercado, o latifúndio poderia beneficiar-se de um comércio regular com o exterior, participando da atividade econômica geral como produtor de gêneros alimentícios e consumidor de objetos manufaturados. Em outras palavras, vivia em estado de intercâmbios recíprocos com o exterior. Mas esta situação mudaria quando os mercadores e a população municipal deixassem de existir. A quem se podia vender, uma vez que não mais existiam compradores, e para onde enviar uma produção para a qual não havia demanda, visto que ninguém dela necessitava? Como cada um vivesse de sua própria terra, ninguém se preocupava com a intervenção alheia, e, forçosamente, faltando a demanda, o detentor da terra teria que consumir seus próprios produtos. Desse modo, cada latifúndio se dedicou a essa espécie de economia que se designa com pouca exatidão como um estado de economia latifundiária fechada e que é, unicamente, a bem dizer, uma economia sem mercados externos.

O latifúndio não se adaptou a esta situação por livre escolha, mas por necessidade. Deixou de vender, não tanto porque não quisesse vender, mas porque não passavam compradores ao seu alcance. O senhor, em falta de alguma coisa melhor, teve que adaptar-se às circunstâncias. Providenciou não só para viver de sua reserva e dos tributos de seus camponeses, mas para encontrar em seu próprio domínio, uma vez que não podia consegui-los algures, os implementos ne-

---

9. Para estas questões, ver as admiráveis páginas de Bloch, **Les caractères originaux de l'histoire rurale française**, pp. 67 e ss.

cessários ao cultivo de suas terras e as roupas necessárias aos seus criados. Por isso, estabeleceram aquelas oficinas ou "gineceus", tão característicos da organização latifundiária da alta Idade Média, cujo único objetivo era remediar a ausência de comércio e indústria.

O comércio ocasional

É óbvio dizer-se que semelhante situação está iniludivelmente exposta às incertezas do clima. Se não houve colheita, as provisões armazenadas, prevendo uma época de escassez, esgotar-se-ão rapidamente e será necessário procurar em outra parte os cereais indispensáveis. Os senhores despacham, então, para todo o país, os seus servos, a quem encarregam de adquiri-los nos celeiros de algum vizinho mais afortunado ou em alguma região em que haja abundância de víveres. Para poder entregar-lhes dinheiro, o senhor tem que mandar fundir sua baixela ou endividar-se com um abade de qualquer mosteiro dos arredores. Há, pois, a intervalos, sob a influência dos fenômenos atmosféricos, um comércio usual que mantém nos caminhos e nos rios uma circulação interminente. Acontece, também, que, nos anos de prosperidade, procura-se, pelos mesmos meios, vender fora o excedente da vindima ou da colheita. Finalmente, um condimento necessário à vida, o sal, encontra-se em certas regiões, onde deve ser adquirido. Insistimos, porem, que tudo isso não representa uma atividade comercial específica nem, principalmente, profissional. Improvisa-se, por assim dizer, o mercador, de acordo com as circunstâncias. A compra e venda não é a ocupação normal de ninguém. É um recurso que se emprega quando a necessidade o impõe. O comércio deixou de ser um dos ramos da atividade social, a tal ponto, que cada latifúndio se esforça no sentido de bastar-se em todas as necessidades. Nota-se, por isso, que as abadias das regiões desprovidas de vinhedos, como, por exemplo, os Países Baixos, tratam de obter doações de terras de vinhas, seja na bacia do Sena, seja nos vales do Reno e do Mosela, com o objetivo de poder garantir, assim, todos os anos, seu abastecimento de vinho.[10]

---

10. H. van Werveke, "Comment les établissements religieux belges se procuraient-ils du vin au haut Moyen Age?", em **Revue belge de philol. et d'hist.**, t. II, 1923, pp. 643 e ss.

Os mercados locais

Ao que parece, dir-se-ia que a abundância dos mercados está em contradição com a paralisia comercial da época, pois, no começo do século IX, eles aumentam consideravelmente, fundando-se novos sem cessar. Mas seu grande número é a melhor prova da sua insignificância. Somente a feira de Saint-Denys, perto de Paris (feira de Lendit), atrai, uma vez por ano, simultaneamente, peregrinos, vendedores e compradores ocasionais. Fora disso, encontra-se, unicamente, grande quantidade de pequenos mercados semanais, onde os camponeses dos arredores oferecem à venda alguns ovos, frangos, algumas libras de lã ou pequena quantidade de pano grosseiro, tecido em casa. A natureza das transações ali realizadas revela-se claramente definida, pelo fato de serem as vendas feitas "per deneratas", isto é, em quantidades que não excedam o valor de uns tantos denários.[11]

Em resumo, a utilidade dessas pequenas assembléias consistia em suprir às necessidades econômicas da população da região e também, talvez, como se observará, ainda na atualidade, entre os cabilas, em satisfazer o instinto de sociabilidade, inato em todos os homens. Era a única distração que oferecia uma sociedade imobilizada no trabalho da terra. A proibição que fez Carlos Magno aos servos dos seus domínios, "de vagar pelos mercados", mostra que iam aos mercados mais por diversão do que pelo afã de ganhar dinheiro.[12]

Os Judeus

Por mais que se procurem mercadores profissionais, não se encontra nenhum, ou antes, encontram-se unicamente judeus. Somente eles, a partir da época carolíngia, exerciam com regularidade o comércio, a tal ponto que, no idioma daquele tempo, a palavra *judaeus* e a palavra *mercator* são quase sinônimas. Alguns estabelecaram-se no sul da França, porém a maioria vinha dos países muçulmanos do Mediterrâneo, de onde se transferiu, passando pela Espanha, ao ocidente e ao norte da Europa. Eram todos eles *radanitas*, per-

---

11. **Edictum pistense,** 20. Boretius, **Capitularia,** t. II, p. 319.
12. **Capitulare de Villis,** 54. **Ibid.**, t. I, p. 88.

pétuos viajores, graças aos quais se manteve um contato superficial com as regiões orientais.[13]

O comércio a que se dedicam é, além disso, o das especiarias e tecidos preciosos, que transportam, com grande dificuldade, desde a Síria, Egito e Bizâncio até ao Império Carolíngio. Por seu intermédio, as igrejas adquiriam o incenso indispensável à celebração dos ofícios divinos, e, de tempos em tempos, os ricos quadros que os tesouros das catedrais conservam, até hoje, em valiosíssimas exposições. Importavam pimenta, pois esse condimento tornara-se tão raro e tão caro que, às vezes, se usava como moeda, e esmaltes ou marfins de fabricação oriental, que constituíam o luxo da aristocracia.

Os mercadores judeus, portanto, dirigem-se a uma clientela muito reduzida. Os lucros por eles obtidos deveriam ser consideráveis, mas, afinal de contas, deve-se considerar que seu papel econômico foi secundário. Nada perderia a ordem social, se tivessem desaparecido.

Caráter da sociedade desde o século IX

Seja qual for o ponto de vista que se adote, pode-se dizer que a Europa Ocidental, desde o século IX, oferece o aspecto de uma sociedade essencialmente rural e na qual o intercâmbio e a circulação das utilidades se restringiram ao grau mais baixo a que podiam atingir. A classe mercantil desapareceu nas referidas sociedades. Determina-se, agora, a condição dos homens, por suas relações com a terra. Uma minoria de proprietários eclesiásticos ou leigos detém a propriedade; abaixo deles, uma multidão de rendeiros está disseminada pelos limites dos domínios. Quem possui terra, possui, ao mesmo tempo, liberdade e poder; por isso, o proprietário é simultaneamente senhor; quem dela está privado, fica reduzido à servidão: assim, a palavra *vilão* designa, do mesmo modo, o camponês de um domínio e o servo. Pouco importa que, em casos isolados dentro da população rústica, alguns indivíduos tenham conservado, por casualidade, sua terra e, portanto, sua liberdade pessoal. Como regra geral, a servidão é a con-

13. Ver, a este respeito, o "Livre des routes et des pays", de Ibn Khordadbek (até 850), na tradução de Barbier de Maynard, **Journal asiatique**, 1865.

dição normal da população agrícola, isto é, de todo o povo. Há, sem dúvida, muitos matizes nessa servidão, na qual se encontram, ao lado de homens que vivem em uma condição muito parecida com a do escravo antigo, descendentes de pequenos proprietários desapossados ou que se juntavam voluntariamente à clientela dos latifundiários. O fato essencial não é a condição jurídica, mas a condição social, e esta reduz à condição de dependentes e de explorados, ao mesmo tempo que protege todos os que vivem na terra senhorial.

Preponderância da Igreja

Nesse mundo rigorosamente hierárquico, o primeiro lugar, e o mais importante, pertence à Igreja. Esta possui, ao mesmo tempo, ascendência econômica e ascendência moral. Seus inumeráveis domínios são tão superiores aos da nobreza, por sua extensão, como, ela mesma, é superior à nobreza por sua instrução. Além disso, só ela pode dispor, graças às oferendas dos fiéis e às esmolas dos peregrinos, de uma fortuna monetária que lhe permite, em tempo de penúria, emprestar seu dinheiro aos leigos necessitados. Enfim, em uma sociedade que tornou a cair em geral ignorância, só ela possui ainda estes dois instrumentos indispensáveis a toda cultura: a leitura e a escrita. Deste modo, reis e príncipes são forçados a recrutar, no clero, seus chanceleres, secretários e "notários", em suma, todo o pessoal douto de que lhes é impossível prescindir.

Do século IX ao XI, toda a alta administração permaneceu, de fato, em suas mãos. Seu espírito nela predominou, assim como nas artes. A organização de seus domínios é um modelo que debalde tratarão de imitar os domínios da nobreza, pois só na Igreja se encontram homens capazes de estabelecer polípticos, levantar registros de contas, calcular as receitas e, portanto, equilibrá-los. A Igreja, portanto, não foi somente a grande autoridade moral deste tempo, mas também um grande poder financeiro.

Ideal econômico da Igreja

Seu conceito do mundo adaptou-se admiravelmente às condições econômicas desta época, em que o único funda-

mento da ordem social era a terra. Esta foi, com efeito, dada por Deus aos homens para que pudessem viver neste mundo pensando na salvação eterna. A finalidade do trabalho não é enriquecer, mas conservar-se na condição em que cada um nasceu, até que, desta vida mortal, passe à vida eterna. A renúncia do monge é o ideal a que toda a sociedade deve aspirar. Procurar riqueza é cair no pecado da avareza. A pobreza é de origem divina e de ordem providencial. Compete, porém, aos ricos, aliviá-la por meio da caridade, de que os mosteiros dão exemplo. O excedente das colheitas deve-se, por conseguinte, armazenar para que se possa repartir gratuitamente, da mesma maneira como as abadias distribuem, de graça, os adiantamentos que se lhes pedem, em caso de necessidade.

Proibição da usura. "Mutuum date nihil inde sperantes"

O empréstimo a juros, ou, para empregar o termo técnico com que é designado e que, desde então, teve o significado pejorativo que se conservou até nossos dias, a usura, é uma abominação. Sempre foi proibida ao clero; a Igreja conseguiu, a partir do século IX, que se tornasse proibida também aos leigos, e reservou o castigo desse delito à jurisdição de seus tribunais. Além disso, o comércio em geral não era menos reprovável do que o do dinheiro. É também perigoso para a alma, pois afasta-a de seus fins últimos. *Homo mercator vix aut nunquam potest Deo placere.* [14]

É fácil ver a harmoniosa correspondência destes princípios com os fatos e quão bem se adapta o ideal eclesiástico à realidade. Justifica uma situação que vem beneficiar, antes de tudo, à Igreja. A reprovação da usura, do comércio, do lucro pelo lucro, é muito natural e, naqueles séculos em que cada latifúndio se bastava a si mesmo e constituía normalmente um pequeno mundo fechado, nada podia ser mais benéfico, se pensarmos que somente a fome obrigava a pedir emprestado e, portanto, tivesse tornado possível todos os abusos da especulação, da usura, do açambarcamento, em suma, da tentadora exploração da necessidade, se a religião não os tivesse explicitamente condenado. É evidente que a

---

14. L. Goldschmidt, **Universalgeschichte des Handelsrechts**, t. I, p. 139, Stuttgart, 1891.

teoria dista muito da prática: os próprios mosteiros, amiúde, infringiram os preceitos da Igreja. Não obstante, esta impregnou tão profundamente o mundo com seu espírito, que serão necessários vários séculos para que se admitam as novas práticas que o renascimento econômico do futuro exigirá, e para que se aceitem, sem reservas mentais, a legitimidade dos lucros comerciais, da valorização do capital e dos empréstimos com juros.

I

O RENASCIMENTO DO COMÉRCIO

I. O MEDITERRÂNEO [1]

Continuação do comércio mediterrâneo na Itália bizantina

A irrupção islamítica na bacia do Mediterrâneo, no século VII, fechara o dito mar aos cristãos do Ocidente, mas não a todos eles. Somente o mar Tirreno tinha se transformado em um lago muçulmano; o mesmo não se deu, entretanto, com as águas da Itália Meridional, nem com as do Adriático e Egeu. Já dissemos que, naquelas regiões, as frotas bizantinas tinham conseguido repelir a invasão árabe. Desde o malogro do sítio de Constantinopla, em 719, o Crescente não tornara a sair do Bósforo. Não obstante, a luta prosseguia, com alternativa de êxitos e reveses, entre as duas regiões adversas. Após a conquista da África, os árabes se empenhavam em apoderar-se da Sicília, onde estabeleceram completamente o seu domínio, depois da tomada de Siracusa, em 878. Mas seu estabelecimento não foi além. As cidades do sul da Itália, Nápoles, Gaeta, Amalfi e Salerno, a oeste, e Bari a leste, continuavam reconhecendo o imperador de Constantinopla. Outro

---

1. Bibliografia. W. Heyd, **Histoire du commerce du Levant au Moyen Age**, ed. fr. por Furcy-Rainaud, Leipzig, 1885-1886, 2 vols. (reimpressão em 1923); A. Schaube, **Handelsgeschichte der romanischen Völker des Mittelmeergebiets bis zum Ende der Kreuzzüge**, Munique-Berlim, 1906; H. Kretschmayr, **Geschichte von Venedig**, Gotha, 1905-1920, 2 vols.; R. Heynen, **Zur Entstehung des Kapitalismus in Venedig**, Stuttgart-Berlim, 1905; L. Brentano, "Die byzantinische Volkswirtschaft", em **Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung** etc., t. XLI, 1917; H. Pirenne, **Les villes du Moyen Age. Essai d'histoire économique et sociale**, Bruxelas, 1927.

tanto fez Veneza, que, no fundo do Adriático, nunca teve motivos sérios para temer a expansão sarracena.

Sem dúvida, o vínculo que continuava unindo esses portos com o Império Bizantino não era muito forte e foi-se enfraquecendo cada vez mais. O estabelecimento dos normandos na Itália e na Sicília (1029-1091) destruiu-o definitivamente, no que se refere a esta região. Quanto a Veneza, de que não conseguiram os carolíngios apoderar-se, no século IX, continuava sob o jugo de Basileus, com tanto mais agrado quanto este se esforçava por evitar que se sentisse o peso de sua autoridade, consentindo que a cidade se transformasse, pouco a pouco, em república independente. Além disso, embora as relações políticas do Império com seus longínquos anexos italianos não fossem muito ativas, em compensação, mantinha com eles um comércio bastante intenso. As aludidas relações moviam-se em torno do Império e, por assim dizer, davam as costas ao Ocidente, para orientar-se para aquele. O abastecimento de Constantinopla, cuja população subia a cerca de um milhão de habitantes, dava vida à sua exportação. As fábricas e os bazares da referida capital forneciam-lhes, em troca, as sedas e as especiarias de que não podiam prescindir. (*)

A vida urbana, com todas as necessidades de luxo que acarreta, não havia desaparecido no Império Bizantino, como acontecia no carolíngio. Quando se passava deste para aquele, passava-se, na realidade, para outro mundo. (*) No Império Bizantino, o avanço do Islão interrompera, repentinamente, a evolução econômica. A navegação marítima continuava fomentando um comércio importante e abastecia cidades povoadas por artesãos e mercadores profissionais. Não se pode imaginar um contraste mais patente do que existia entre a Europa Ocidental, em que a terra era tudo e o comércio nada, e Veneza, cidade sem terra e que vivia unicamente de seu comércio.

Comércio da Itália bizantina e de Veneza com o Islão

Constantinopla e os portos cristãos do Oriente deixaram logo de ser os únicos objetivos da navegação das cidades bizantinas da Itália e de Veneza. O espírito de empresa e a cobiça eram demasiado poderosos e necessários naquelas cidades para se negarem, por escrúpulo religioso, a reatar suas

antigas relações comerciais com a África e a Síria, embora ambas se achassem, então, em poder dos infiéis. Desde o fim do século IX, percebe-se que as relações entre elas se delineiam mais ativas. Pouco lhes importa a religião de seus clientes, contanto que paguem. O afã de buscar lucro, que a Igreja condena sob o nome de avareza, manifesta-se, aqui, em sua forma mais brutal. Os venezianos exportavam para os haréns da Síria e do Egito, jovens eslavas que iam raptar ou comprar na costa dálmata, e esse comércio de "escravas" [2] contribuiu, provavelmente, para a sua incipiente prosperidade, do mesmo modo que o tráfico de negros, no século XVIII, concorreu para a de numerosos armadores da França e da Inglaterra. Acrescente-se a isso o transporte de madeiras de construção e de ferro, materiais de que necessitavam os países islamíticos. Não há dúvida que as referidas madeiras se utilizaram para construir barcos e aquele ferro para forjar armas que se empregariam contra os cristãos, e, talvez, contra os próprios marinheiros de Veneza. O mercador, então, como sempre, considera unicamente o interesse imediato e o rendoso negócio que pode realizar. Embora o Papa ameace com a excomunhão os vendedores de escravas cristãs, e o Imperador proíba que se forneça aos infiéis objetos que lhes possam ser úteis na guerra, todos os seus esforços resultam vãos. Veneza, para onde os mercadores levaram, de Alexandria, no século IX, a relíquia de São Marcos, conta com a proteção deste Santo para permitir-se tudo, considerando o constante progresso de sua riqueza como uma recompensa merecida, pela veneração que lhe tributa.

Progresso econômico de Veneza

Essa riqueza se desenvolve segundo um movimento ininterrupto. Por todos os meios ao seu alcance, a cidade dos canais trata, com uma energia e uma atividade surpreendentes, de impulsionar esse comércio marítimo que é condição essencial de sua existência. Pode-se dizer que toda a população se dedica ao comércio e dele vive, da mesma maneira como, no continente, todos os homens vivem da terra. É esta a razão pela qual a servidão, conseqüência iniludível da civilização rural daquele tempo, não se conhecia naquela cidade

2. Sabe-se que a palavra **escravo** é idêntica à palavra **eslavo.**

de marinheiros, artesãos e mercadores. Apenas a fortuna estabelecia entre eles diferenças sociais, porém estas não dependiam de sua condição jurídica. Desde o começo, os lucros comerciais produziram uma classe de comerciantes endinheirados, cujas operações apresentaram, desde então, um caráter nitidamente capitalista. A sociedade *en commenda* aparece desde o século X e é, com toda a evidência, uma imitação das práticas do direito consuetudinário do mundo bizantino. O progresso econômico manifesta-se de forma indiscutível pelo emprego da escrituração, que é indispensável a qualquer movimento de negócios de certa importância. Um "clérigo" forma parte da tripulação de cada barco que zarpa rumo ao exterior, e dele deve-se inferir que os armadores aprenderam, num instante, a fazer, por si mesmos, suas contas e enviar cartas e seus correspondentes.[3] Nenhuma reprovação, é preciso dizê-lo, vincula-se, nesta cidade, ao exercício do grande negócio. As famílias mais notáveis dedicam-se a ele; os doges dão o exemplo e, o que parece quase incrível para contemporâneos de Luís, o Piedoso, acontece na primeira metade do século IX. Em 1007, Pedro II Orseolo destinava a fundações caritativas os lucros provenientes de 1 250 libras que empregara em certos negócios. No último quartel do século XI, a cidade estava cheia de opulentos patrícios, proprietários de numerosas participações nos armamentos marítimos (*sortes*), cujos armazéns e desembarcadouros (*stationes*) situavam-se ao longo do Rivo-Alto e dos cais que se estendiam cada vez mais para as orlas das ilhas da laguna.

A expansão veneziana

Veneza é, desde então, uma grande potência marítima. Conseguira, desde antes de 1100, eliminar do Adriático os piratas dálmatas que o infestavam, e estabelecer solidamente sua hegemonia em toda a costa oriental daquele mar, que considerava como seu domínio e que, efetivamente, devia sê-lo durante séculos. Para continuar sendo dona de seus desembarcadouros no Mediterrâneo, coopera, em 1002, com a armada bizantina, na expulsão dos sarracenos de Bari. Setenta anos depois, quando o Estado normando criado

3. Heynen, **op. cit.**, p. 82. O exemplo mais antigo desta prática é do ano de 1110. Era, porém, mais antiga, sem dúvida.

por Roberto Guiscardo, na Itália Meridional, ameaça-a com uma rivalidade marítima tão perigosa para ela como para o Império grego, torna a unir-se a este para combater o perigo e triunfar. Após a morte de Roberto (1076), terminaram as tentativas de expansão mediterrânea que este príncipe genial concebera. A guerra resultou proveitosa para Veneza e, ao mesmo tempo, livrou-a da rivalidade de Nápoles, Gaeta, Salerno e, principalmente, Amalfi. Todas essas cidades, absorvidas pelo Estado normando, viram-se unidas por sua derrota, e abandonaram, sucessivamente, aos marinheiros de Veneza, os mercados de Constantinopla e do Oriente.

Veneza e o Império Bizantino

Aliás, há muito tempo eles gozavam, no Império Bizantino, de indiscutível preponderância. Em 992, o doge Pedro II Orseolo obtivera dos imperadores Basílio e Constantino uma carta patente, em virtude da qual os barcos venezianos tornaram-se isentos dos direitos que tinham que pagar na alfândega de Ábidos. As relações eram tão ativas entre o porto das lagunas e o do Bósforo, que uma colônia veneziana havia se estabelecido neste e desfrutava de privilégios judiciais, ratificados pelos imperadores. Nos anos seguintes, outros estabelecimentos se fundaram em Laodicéia, Antioquia, Mamistra, Adana, Tarso, Satalié, Éfeso, Chios, Focea, Selembria, Eracléia, Rodosto, Andrinopla, Salônica, Demétrias, Atenas, Tebas, Corfu, Coron e Modon. Em todos os pontos do Império a navegação veneziana dispunha, pois, de bases de abastecimento e de penetração que asseguravam seu domínio. Pode-se dizer que, desde fins do século XI, detém o monopólio quase exclusivo dos transportes em todas as províncias da Europa e da Ásia que ainda possuíam os soberanos de Constantinopla.

Os imperadores não procuraram opor-se a uma situação que não poderiam combater senão em prejuízo próprio. Pode-se considerar como uma consagração definitiva da preponderância veneziana em seus Estados, o privilégio concedido ao doge, em maio de 1082, por Alexis Comneno. Desde então, os venezianos tornam-se isentos, em todo o Império, de qualquer espécie de taxas comerciais e, portanto, gozam

de uma situação mais favorável do que a dos próprios súditos de Basileus. A estipulação em virtude da qual têm que pagar direitos caso transportem mercadorias estrangeiras, vem demonstrar que conseguiram monopolizar, desde então, todo o tráfico marítimo na parte oriental do Mediterrâneo. Embora estejamos mal informados sobre os progressos de suas relações com os países islamíticos a partir do século X, o mais provável é que as referidas relações continuaram desenvolvendo-se paralelamente, ainda que com menor intensidade.

II. O MAR DO NORTE E O MAR BÁLTICO [4]

Os dois mares interiores, o mar do Norte e o mar Báltico, que banham as costas da Europa Setentrional, do mesmo modo que o Mediterrâneo (no que se parecem) banha suas costas meridionais, apresentam, desde meados do século IX até fins de XI, um espetáculo que, conquanto difira profundamente do que acabamos de esboçar, não deixa de ter certa semelhança com ele, no que se refere ao seu caráter essencial. Aqui também encontramos, com efeito, à beira, e, por assim dizer, à margem do continente, uma atividade marítima e comercial que oferece um contraste flagrante com a economia agrária deste.

As incursões normandas

Viu-se mais acima que o movimento dos portos de Quentovic e de Duurstede não sobrevivera à invasão normanda do século IX. O Império Carolíngio, desprovido de marinha, não pudera defender-se contra a irrupção dos bárbaros do Norte, da mesma forma como o Império Bizantino conseguira fazê-lo contra a invasão muçulmana. Sua debilidade fora muito bem explorada pelos enérgicos escandinavos, que, du-

4. Bibliografia. A. Bugge, "Die nordeuropäischen Verkehrswege im frühen Mittelalter und die Bedeutung der Wikinger für die Entwickelung des europäischen Handels und der europäischen Schiffahrt", em **Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte,** t. IV, 1906; W. Vogel, **Geschichte der deutschen Seeschiffahrt,** Berlim, 1925; J. Kulischer, **Russische Wirtschaftsgeschichte,** t. I, Berlim, 1915; E. Babelon, "Du commerce des Arabes dans le nord de l'Europe avant les croisades", em **Athénée oriental,** Paris, 1882; O. Montelius, **Kulturgeschichte Schwedens,** Leipzig, 1906; K. T. Strasser, **Wikinger und Normannen,** Hamburgo, 1928. (*)

rante mais de meio século, não cessaram de atacá-lo, metodicamente, * e nele penetraram, não só pelos estuários dos rios do Norte mas também pelos do Atlântico.

Entretanto, não devemos apresentar os normandos como meros saqueadores. Senhores do mar, podiam ordenar suas agressões, como efetivamente o fizeram. Seu objetivo não era nem podia ser a conquista. O único objetivo a que se propuseram foi estabelecer no continente, assim como nas ilhas britânicas, certos centros de povoamento. Mas as incursões levadas a termo em terra firme apresentam, no fundo, o caráter de grandes *razzias*, organizadas com um método indiscutível. Eles as iniciam de um campo fortificado que lhes serve de base de operações e em que armazenam as presas conquistadas ao inimigo, em regiões vizinhas, enquanto não chega a ocasião de transportá-las à Dinamarca ou à Noruega. Os *vikings* são, na realidade, piratas, e sabe-se que a pirataria constitui a primeira etapa do comércio. Isso é tão certo que, desde fins do século IX, quando deixam de saquear, transformam-se em mercadores. (*)

Expansão comercial dos escandinavos

Para compreender a expansão escandinava é necessário observar, finalmente, que não está orientada exclusivamente para o Ocidente. Os dinamarqueses e os noruegueses lançaram-se sobre o Império Carolíngio, Inglaterra, Escócia, Irlanda, e, em compensação, seus vizinhos suecos se dirigiram para a Rússia. Do nosso ponto de vista, não nos compete indagar se solicitaram ajuda aos príncipes eslavos do vale do Dnieper, em sua luta contra os pechenegas, ou se, no afã de lucrar, realizaram uma incursão às costas bizantinas do mar Negro, seguindo a grande via natural, pela qual, desde os tempos mais remotos, os comerciantes gregos do Quersoneso e do mar Negro costumavam abastecer-se de âmbar no mar Báltico. Basta-nos observar que, desde meados do século IX, os escandinavos estabeleceram, ao longo do Dnieper e de seus afluentes, acampamentos entrincheirados idênticos aos que seus irmãos dinamarqueses e noruegueses fun-

---

* No original: (...) "ne cessèrent de le mettre en **coupe réglée**" [grifo nosso]. A respeito desta expressão, o autor faz a seguinte ressalva: "On emploi ici à dessein l'expression coupe réglée, car aucune autre ne correspondrait aussi exactement à la réalité." (N. do E.)

davam na mesma época, na bacia do Escalda, do Mosa e do Sena. Construídos a tão grande distância da pátria, esses cercados ou, para empregar a palavra eslava, esses *gorods*, transformaram-se para os invasores em fortalezas permanentes, de onde estenderam o seu domínio e a sua exploração sobre os povos pouco belicosos que os rodeavam. Ali encarceravam os prisioneiros que reduziam à escravidão, armazenavam os tributos exigidos aos vencidos, assim como o mel e as peles, de que se abasteciam nas selvas virgens. Porém, pouco depois, a situação que ocupavam levou-os a praticar uma economia de intercâmbio.

O comércio escandinavo na Rússia

A Rússia meridional, onde se instalaram, situa-se, efetivamente, entre duas áreas de civilização superior. A Leste, além do mar Cáspio, estendia-se o califado de Bagdá; ao Sul, o mar Negro banhava as costas do Império Bizantino e os conduzia a Constantinopla. Os escandinavos da bacia do Dnieper sentiram logo essa dupla atração. Os mercadores árabes, judeus e bizantinos que freqüentavam essa região antes da sua chegada, indicavam-lhes o caminho e os escandinavos não vacilaram em segui-lo. A região por eles conquistada punha à sua disposição produtos particularmente adequados ao comércio com Impérios ricos, de vida requintada: o mel, as peles, e, principalmente, os escravos, graças aos quais os haréns muçulmanos, assim como os grandes latifúndios e as oficinas bizantinas lhes proporcionavam lucros que eram, como já se viu, pelo exemplo de Veneza, muitíssimo importantes.

Constantino Porfirogêneta, no século X, mostra-nos os escandinavos, ou melhor, os russos, para dar-lhes o nome com que os designavam os eslavos, reunindo todos os anos seus barcos em Kiev, após a época do degelo. A flotilha descia lentamente o Dnieper, onde os vários saltos lhe opunham obstáculos que tinham que vencer, arrastando os barcos ao longo da margem do rio.[5] Chegando ao mar, navegavam ao longo das costas até Constantinopla, objetivo de sua longín-

5. W. Thomsen, **Der Ursprung des russischen Staates,** pp. 55 e ss., Gotha, 1879. Consulte-se E. J. Arne, "La Suède et L'Orient", Upsala, Paris, Leipzig, 1914, em **Archives d'études orientales,** publicados por J. A. Lundell.

qua e temerosa viagem. Os russos possuíam, na referida cidade, um bairro especial, e seu comércio com a grande urbe estava regulado por certos tratados, entre os quais o mais antigo remonta ao século IX. É muito conhecida a influência que Constantinopla devia exercer sobre eles. Converteu-os ao cristianismo (957-1015), deu-lhes a sua arte, a sua escrita, ensinou-lhes o uso da moeda, e boa parte de sua organização. Isto basta para demonstrar a importância do comércio que mantinham com o Bósforo.

Ao mesmo tempo, pelo vale do Volga, dirigiam-se ao mar Cáspio e negociavam com os mercadores judeus e árabes que freqüentavam seus portos.

O comércio escandinavo no mar Báltico

Mas não se resumia nisto a sua atividade. Exportavam para o Norte toda espécie de mercadorias: especiarias, vinhos, sedas, ourivesaria etc., que trocavam pelo seu mel, as suas peles e os seus escravos. A assombrosa quantidade de moedas árabes e bizantinas que se descobriu na Rússia marca com uma linha de pontos de prata as vias comerciais que cruzavam por ela e que convergiam, desde o Volga ou desde o Dnieper, até o Duna e os lagos que se comunicam com o golfo de Botnia. Ali, a corrente comercial vinda do mar Cáspio e do mar Negro unia-se com o mar Báltico e continuava por ele. Através das imensas extensões da Rússia continental, ligava-se, dessa maneira, a navegação escandinava com o mundo oriental.[6]

A ilha de Gotlândia, cujo solo contém, mais ainda do que o da Rússia, inumeráveis depósitos de numerário islamítico ou grego, parece ter sido a grande etapa deste comércio e seu ponto de contato com a Europa Setentrional. É provável que os normandos trocassem, na aludida ilha, os despojos arrecadados aos inimigos na Inglaterra e na França por valiosas mercadorias trazidas da Rússia. *

Não há dúvida, em todo o caso, de que a Escandinávia desempenhou um papel de intermediário, se observarmos os

---

6. Com referência às descobertas de moedas árabes e bizantinas na Rússia, ver E. J. Arne, **op. cit.**, e R. Vasmer, **Ein im Dorfe Staryi Dedin in Weissrusland gemachter Fund Kufischer Münzen** (**Fornvännen** da Acad. de Hist. de Estocolmo, 1929).

progressos surpreendentes da sua navegação, nos séculos X e XI, isto é, durante a época posterior às invasões dos dinamarqueses e dos noruegueses no Ocidente. Estes, certamente, ao deixarem de ser piratas, transformaram-se em mercadores, seguindo o exemplo de seus irmãos suecos. Mercadores bárbaros, sem dúvida, que estão sempre a ponto de se tornarem piratas, logo que se lhes apresente uma oportunidade para fazê-lo, mas, não obstante, mercadores e navegantes de importância. [7]

O comércio escandinavo no mar do Norte

Seus barcos sem coberta transportavam para qualquer lugar, durante o século XI, os objetos do comércio, cuja meta é Gotlândia. Fundaram-se estabelecimentos comerciais na costa sueca e nas orlas, ainda eslavas naquela época, do litoral que se estende desde o Elba até o Vístula; ao sul da Dinamarca, as recentes escavações que se fizeram em Haithabu (ao norte de Kiel) comprovaram a existência de um *empório*, cujas ruínas revelam a importância que devia apresentar no decurso do século XI. [8] (*) O movimento estende-se, naturalmente, aos portos do mar do Norte, que os navegantes setentrionais bem conheciam, por terem saqueado o interior do país, durante tanto tempo. (*) Hamburgo sobre o Elba, Tiel sobre o Waal, transformam-se, no século X, em portos ativamente freqüentados pelos barcos normandos. Os que vão à Inglaterra são ainda mais numerosos e o comércio que os escandinavos fazem nesse país lhes confere uma preponderância a que os anglo-saxões não podem resistir e que chega ao seu mais alto grau, quando Canuto o Grande (1017-1035) uniu, em um império efêmero, a grande ilha à Dinamarca e à Noruega. O comércio que se pratica desde a embocadura do Tâmisa e do Reno até a do Duna e o golfo de Botnia fica demonstrado pelo descobrimento de moedas inglesas, flamengas e alemãs, nas bacias do Báltico e do mar do Norte. (*) As sagas escandinavas, apesar da data tardia de sua redação, conservam ainda a lembrança das aventuras dos intrépidos navegantes que se aventuravam até as lon-

7. O leitor encontrará detalhes interessantes sobre o comércio dos suecos no século IX em E. de Moreau, **Saint Anschaire**, Lovaina, 1930.

8. O. Scheel e P. Paulsen, **Quellen zur Frage Schleswig-Haithabu im Rahmen der fränkischen, sächsischen und nordischen Beziehungen**, Kiel, 1930.

gínquas regiões da Islândia e da Groenlândia. Jovens audazes iam reunir-se aos seus compatriotas da Rússia Meridional; havia em Constantinopla, entre os guardas dos imperadores, anglo-saxões e escandinavos. Em suma, os povos nórdicos demonstraram, então, que tinham uma energia e um espírito de empreendimento dignos dos gregos da época homérica. Sua arte evidencia-se por uma originalidade bárbara em que se observa a influência do Oriente com o qual o seu comércio os punha em comunicação. Mas a energia que despenderam não podia ter futuro algum. Seu escasso número não lhes permitia conservar o domínio da imensa extensão que sulcavam seus barcos, e tiveram que ceder o lugar a rivais mais poderosos, quando o desenvolvimento do comércio, ao abarcar o continente, determinou, por sua vez, uma navegação que competia com a sua.

III. O RENASCIMENTO DO COMÉRCIO [9]

Era impossível que a Europa Continental não sentisse, desde logo, a pressão dos dois grandes movimentos comerciais que se manifestavam em sua periferia, um no Mediterrâneo Ocidental e no Adriático, outro no Báltico e no mar do Norte. A atividade comercial, que corresponde à necessidade de aventuras e ao afã de lucro inerente à natureza

9. Bibliografia. Ver as obras de W. Heyd, A. Schaube, H. Kretschmayr, H. Pirenne, citadas na Bibliografia da nota 1 deste capítulo; (*) C. Manfroni, **Storia della marina italiana dalle invasione barbariche al trattato di Ninfeo,** t. I, Livorno, 1899; G. Caro, **Genua und die Mächte am Mittelmeer,** Halle, 1895-1899, 2 vols.; G. J. Bratianu, **Recherches sur le commerce génois dans la mer Noire au XIII[e] siècle,** Paris, 1929; E. H. Byrne, **Genoese shipping in the twelfth and thirteenth century,** Cambridge, Mass., 1930; R. Davidsohn, **Geschichte von Florenz,** t. I, Berlim, 1896; A. Sayous, **Le commerce des Européens à Tunis depuis le XII[e] siècle,** Paris, 1929; E. H. Byrne, "Genoese colonies in Syria", em **The crusades and other historical essays presented to D. C. Munro,** Nova Iorque, 1928; L. de Mas-Latrie, **Traités de paix et de commerce... concernant les relations des chrétiens avec les Arabes de l'Afrique septentrionale au Moyen Age,** Paris, 1866; H. Pirenne, **Histoire de Belgique,** t. I, 5.ª ed., Bruxelas, 1929; R. Häpke, **Brügges Entwicklung zum mittelalterlichen Weltmarkt,** Berlim, 1908; H. Pirenne, **Draps de Frise ou draps de Flandre?** Ver nota 7 da Introd.; R. L. Reynolds, **Merchants of Arras and the overland trade with Genoa,** em "Revue Belge de philol. et d'histoire", t. IX, 1930; "The market for Northern textiles in Genoa, 1179-1200", **ibid.,** t. VIII, 1929; F. Rousseau, "La Meuse et le pays mosan en Belgique", em **Annales de la Société Archéologique de Namur,** t. XXXIX, 1930. (*)

humana, é de índole contagiosa. Além disso, é, por si só, demasiado absorvente para não se impor àqueles mesmos que explora. Na verdade, deles depende, pelas relações de intercâmbio que estabelece e pelas necessidades que provoca. Finalmente, o comércio não se concebe sem a agricultura, pois, sendo por si só estéril, deve encontrar, por meio desta, o alimento das pessoas que ocupa e enriquece.

Primeiras relações econômicas de Veneza com o Ocidente

Esta iniludível necessidade se impôs a Veneza desde a sua fundação nas ilhotas arenosas de sua laguna, em cujo solo nada cresce. Para subsistir, seus primeiros habitantes tiveram que vender aos seus vizinhos do Continente o sal e os pescados que o mar lhes proporcionava, em troca de trigo, vinhos e a carne que não podiam obter de outra maneira. Mas esses intercâmbios primitivos iam-se desenvolvendo, fatalmente, à medida que o comércio da cidade, ao enriquecer e multiplicar a população, tornava-a mais exigente e empreendedora. Em fins do século IX reclamou o território de Verona e, principalmente, os do vale do Pó, que lhe proporcionavam uma via fácil para penetrar na Itália. Um século mais tarde, suas relações se estenderam a muitos pontos do litoral e da terra firme: Pavia, Treviso, Vincenza, Ravena, Cesena, Ancona e muitas outras cidades. É claro que os venezianos, ao introduzir a prática do comércio, aclimataram-na, por assim dizer, em todos os lugares que freqüentaram. Pouco a pouco, seus mercadores tiveram imitadores. Como temos falta de textos, é absolutamente impossível acompanhar o crescimento dos germes semeados pelo comércio, no meio da população agrícola. Sem dúvida, a Igreja se opôs a esse movimento, hostil como era ao comércio, e cujos bispados eram mais numerosos e poderosos ao sul dos Alpes do que em qualquer outra parte.

A Igreja e os mercadores

Um curioso episódio da vida de São Geraldo de Aurillac (†909) revela-nos claramente a incompatibilidade da moral eclesiástica com o afã do lucro, isto é, com o espírito mercantil. Ao regressar de uma peregrinação a Roma, o piedoso abade encontrou em Pavia alguns mercadores venezianos que

lhe propuseram a compra de tecidos orientais e especiarias. Como acabava de adquirir em Roma um magnífico *palio*, que teve a oportunidade de lhes mostrar, revelando-lhes o preço que havia pago por ele, cumprimentaram-no por compra tão vantajosa, pois o *pálio*, segundo eles, teria custado muito mais em Constantinopla. Geraldo, temeroso de ter enganado o vendedor, apressou-se em mandar-lhe a diferença, que acreditava não poder aproveitar sem incorrer no pecado de avareza.[10]

Esta anedota ilustra admiravelmente o conflito moral que veio provocar, em todas as partes, o renascimento do comércio. Para dizer a verdade, o referido conflito existiu durante toda a Idade Média e, até fins desta, a Igreja continuou considerando os lucros comerciais como perigosos para a salvação da alma. Seu ideal ascético, que correspondia tão plenamente à civilização agrícola, conservou-a sempre desconfiada e receosa, em face de transformações sociais que, além disso, lhe era impossível evitar e às quais só por necessidade teve que se submeter, porém com nenhuma delas jamais se reconciliou francamente. Sua proibição do empréstimo com juros haveria de pesar sobre a vida econômica dos séculos seguintes. Impedia aos mercadores de enriquecer-se em plena liberdade de consciência e de conciliar a prática dos negócios com os preceitos da religião. Prova-os os testamentos de tantos banqueiros e especuladores que ordenavam se indenizassem os pobres que haviam defraudado e legavam ao clero parte dos bens que em sua alma e consciência consideravam como mal adquiridos. Embora não pudessem deixar de pecar, sua fé, pelo menos, conservava-se intacta; contavam com ela para obter sua absolvição no juízo final.

Pisa e Gênova

Deve-se reconhecer, quanto ao mais, que a referida fé contribuiu, em grande parte, para a expansão econômica do Ocidente. Desempenhou papel importante na ofensiva que pisanos e genoveses empreenderam contra o Islão, a partir do século XI. Muito diferentes dos venezianos, em quem a

10. **Vita S. Geraldi aureliacensis** (escrita por Odon de Cluny, cerca de 925), em Migne, "Patrologia latina", t. CXXXIII, col. 658. Ver sobre este texto o estudo de M. F. L. Ganshof, em **Mélanges Iorga**, p. 295, Paris, 1933.

cobiça predominava, neles o ódio ao infiel misturava-se ao espírito de empresa, e impelia-os a arrebatar aos sarracenos o domínio do mar Tirreno.

A luta entre as duas religiões que ali se defrontavam era contínua. A princípio, sempre fora desfavorável aos muçulmanos. Em 935, e depois em 1004, tinham estes saqueado Pisa, sem dúvida com o desejo de sufocar a expansão marítima penosamente iniciada pela dita cidade. Mas os pisanos estavam resolvidos a conseguir sua expansão. No ano seguinte, derrotaram uma esquadra sarracena no estreito de Messina. O inimigo vingou-se, em 1011, invadindo e destruindo o porto de seus audazes competidores. Estes, todavia, animados pelos papas e cobiçosos da riqueza do adversário, resolveram continuar uma guerra que tinha um aspecto ao mesmo tempo religioso e comercial. Aliados dos genoveses, atacaram a Sardenha, onde depois se estabeleceram (1015). Em 1034, animados pelo êxito, aventuraram-se até a costa da África e se apoderaram de Bona. Um pouco mais tarde, seus mercadores começaram a freqüentar a Sicília e, em 1052, para protegê-los, uma frota pisana penetrou no porto de Palermo, cujo arsenal destruiu.

Daí em diante a sorte favoreceu resolutamente os cristãos. Uma expedição, à qual a presença do bispo de Módena acrescenta-se ao prestígio da Igreja, atacou Mehdia, em 1087. Os marujos viram no céu o arcanjo Gabriel e São Pedro que os guiavam no combate; apossaram-se da cidade, mataram os "Sacerdotes de Maomé", saquearam a mesquita e não tornaram a embarcar senão depois de haver imposto aos vencidos um vantajoso tratado de comércio. A catedral de Pisa, construída após este triunfo, simboliza admiravelmente o misticismo dos pisanos e a riqueza que começavam a proporcionar-lhes, em abundância, as suas vitórias. As colunas, os ricos mármores, as ourivesarias, as cortinas de ouro e púrpura trazidos de Palermo e de Mehdia serviram para decorá-la. Dir-se-ia que desejavam ardentemente demonstrar, pelo esplendor do templo, a vingança do cristianismo sobre os sarracenos, cuja opulência era para eles um motivo de escândalo e igualmente de inveja.[11]

11. Um ardente poema contemporâneo publicado por E. Du Méril, **Poésies populaires latines du Moyen Age**, p. 251, Paris, 1847, permite apreciar o papel tão importante que desempenhou o entusiasmo religioso na expansão pisana.

A primeira cruzada

Em face do contra-ataque cristão, o Islão retrocede e deixa arrebatar-se-lhe o domínio do mar Tirreno, que se havia transformado em mar muçulmano. A primeira cruzada, iniciada em 1096, devia marcar a mudança definitiva da sua sorte. Em 1097, Gênova enviou uma armada que levava aos cruzados, que sitiavam Antioquia, reforços e víveres, obtendo de Bohemundo de Tarento, no ano seguinte, um *fondaco* provido de privilégios comerciais e que é o primeiro da vasta série dos que as cidades marítimas obtiveram mais tarde nas costas da Terra Santa. Após a tomada de Jerusalém, suas relações com o Mediterrâneo Oriental multiplicaram-se rapidamente. Em 1104, possui em S. João d'Acre uma colônia à qual o rei Balduíno cede a terça parte da cidade, uma rua que dá para o mar e uma renda de 600 besantes de ouro, pagável com as alcavalas. Por seu lado, Pisa dedicou-se com crescente entusiasmo ao abastecimento dos Estados fundados na Síria pelos cruzados. O movimento comercial, que se iniciara na costa da Itália, propagou-se, em pouco tempo, à Provença. Em 1136, Marselha ocupava, na aludida costa, um lugar importante, já que seus burgueses fundaram um estabelecimento em São João d'Acre. Do outro lado do golfo de Lião, Barcelona lança os fundamentos de sua futura prosperidade, e, da mesma maneira como os muçulmanos procediam outrora com os escravos cristãos, os cativos mouros capturados na Espanha proporcionavam-lhe um dos objetos de seu tráfico.

Reabertura do Mediterrâneo ao comércio ocidental

Desse modo, todo o Mediterrâneo abria-se, ou antes, reabria-se à navegação ocidental. Como na época romana, restabelecem-se as comunicações em todo esse mar essencialmente europeu. O domínio do Islão sobre suas águas terminara. Os cristãos arrebataram aos infiéis as ilhas cuja posse garantia a hegemonia do mar: Sardenha em 1022, Córsega em 1091, Sicília em 1058-1090. Pouco importa que os turcos logo tenham arruinado os principados efêmeros fundados pelos cruzados e que o condado de Edessa tenha sido reconquistado pelo Crescente em 1144, e Damasco em 1154; que Saladino haja tomado Alepo em 1183, e depois, em 1187,

Acre, Nazaré, Cesaréia, Sidônia, Beirute, Ascalão e, por fim, Jerusalém, e que, apesar de todos seus esforços, os cristãos não tenham conseguido recuperar até hoje o domínio da Síria, que a primeira Cruzada conquistara. Por muito importante que fosse na história geral, e por muito que influísse nos destinos do mundo, o ímpeto dos turcos não mudara a situação que as cidades italianas acabavam de conquistar no levante. A nova ofensiva do Islão estendia-se somente à terra firme. Os turcos não tinham armada e não tratavam de criar uma. Longe de prejudicá-los, o comércio dos italianos com o litoral da Ásia Menor beneficiava-os. Graças a ele, as especiarias, trazidas pelas caravanas, da China e da Índia, podiam transitar até o Oeste, até as regiões sírias, onde os barcos italianos se recolhiam. Nada, pois, podia ser mais proveitoso do que a persistência de uma navegação que servia para manter a atividade econômica das regiões turcas e mongólicas.

As cruzadas e a navegação italiana

Sem dúvida, as frotas italianas não deixarão de cooperar, de maneira cada vez mais ativa, nas cruzadas, até o dia em que a derrota de São Luís, em Tunes (1270) marcasse definitivamente o seu término e consagrasse seu malogro no domínio político e religioso. Pode-se mesmo dizer que, se não fosse o apoio de Veneza, de Pisa e de Gênova, teria sido impossível persistir tanto tempo em empresas tão baldadas. Efetivamente, apenas a primeira Cruzada levou-se a bom termo por terra, pois o transporte por mar das massas de homens que marchavam para Jerusalém era ainda irrealizável naquela época. As naves italianas pouco contribuíram para o abastecimento de seus exércitos. É certo, porém, que a sua navegação, amplamente solicitada pelos cruzados, começou, desde então, a criar nova vida e vigor. Os lucros realizados pelos provedores da guerra foram, em todas as épocas, particularmente abundantes e pode assegurar-se que se tendo enriquecido da noite para o dia, os venezianos, os pisanos, os genoveses e os provençais esforçaram-se em armar imediatamente novos barcos. O estabelecimento dos principados da Síria pelos cruzados assegurou, desde então, o emprego regular destes meios de transporte, sem os quais os francos do Oriente não teriam podido subsistir. Mostraram-

-se, por isso, generosos ao concederem privilégios às cidades de cujos serviços não podiam prescindir. Desde fins do século XI, ajudaram-nas a estabelecer seus "fondacos" e suas "escalas" nas costas da Palestina, Ásia Menor e ilhas do mar Egeu. Pouco depois, utilizaram-nas para operações militares. Durante a segunda Cruzada, os navios italianos transportaram à Terra Santa, acompanhando o litoral da Anatólia, as tropas de Luís VII e de Conrado III. A terceira Cruzada nos proporciona uma prova típica do aumento da tonelagem italiana e provençal, que já era bastante considerável para transportar as tropas de Ricardo Coração de Leão e de Filipe Augusto. Todas as operações ulteriores, desde então, realizaram-se exclusivamente por mar. É conhecida a maneira pela qual os venezianos exploraram a situação em proveito próprio e desviaram para Constantinopla a frota provida para a quarta Cruzada, cujos chefes, não podendo pagar o preço combinado para a passagem, tiveram que abandonar-lhes a direção: por fim, a armada sitiou Constantinopla e tomou-a. O efêmero Império Latino, que se constituiu então nas margens do Bósforo, foi, em grande parte, criação da política veneziana e, quando desapareceu (1261), Veneza teve que se resignar em consentir que os genoveses, para pregar-lhe um logro, se esforçassem por conseguir a restauração de Miguel Paleólogo e tratassem de arrebatar-lhe a supremacia econômica no Levante. (*)

Preponderância dos italianos no Mediterrâneo

Pode-se concluir, em suma, que o resultado duradouro e essencial das cruzadas foi ter ele dado às cidades italianas, e em menor grau, às da Provença e Catalunha, o domínio do Mediterrâneo. Conquanto não conseguissem arrebatar ao Islão os lugares santos e se unicamente subsistiram as conquistas realizadas a princípio — alguns postos nas costas da Ásia Menor e nas ilhas —, pelo menos as cruzadas permitiram ao comércio marítimo da Europa Ocidental, não só monopolizar, em proveito próprio, todo o tráfico desde o Bósforo e a Síria até o estreito de Gibraltar, mas também desenvolver uma atividade econômica e, para usar a palavra exata, capitalista, que devia propagar-se, pouco a pouco, a todas as regiões situadas ao norte dos Alpes.

Decadência da navegação bizantina

Ante esta expansão vitoriosa, o Islão não devia reagir até o século XV, e o Império Bizantino, incapaz de combatê-la, teve de submeter-se. A partir do século XII, termina a supremacia que o Império Bizantino exercia ainda no Mediterrâneo Oriental. Decai rapidamente, sob a influência das cidades marítimas que dispunham à sua vontade, da importação e da exportação. Para sacudir o jugo, o imperador trata, às vezes, de opor os pisanos ou os genoveses aos venezianos, ou deixa que a população destrua os deuses estrangeiros, como aconteceu, por exemplo, em 1182; mas não pode prescindir deles e, muito a contragosto, abandona-lhes o seu comércio em maior grau ainda do que a Espanha do século XVII abandonara o seu aos holandeses, aos ingleses e franceses.

O comércio italiano

O renascimento do comércio marítimo, desde o princípio, coincidiu com a sua penetração no interior das terras. Não só se iniciou, desde então, a agricultura, solicitada pela procura dos seus produtos, em uma economia de intercâmbio que vai renovar a sua organização, mas também viu-se nascer uma indústria orientada para a exportação. Admiravelmente situada entre os poderosos centros comerciais de Veneza, Pisa e Gênova, a Lombardia foi a primeira a despertar. (*) O campo e as cidades participam, igualmente, da produção: o primeiro, com os seus trigos e os seus vinhos, e as segundas, com os seus tecidos de linho e de lã. Desde o século XII, Luca fabrica tecidos de seda, cujas matérias-primas recebe por mar. Toscana, Sena e Florença comunicam-se com Pisa pelo vale do Arno e sentem o influxo da sua prosperidade. Além de Gênova, o movimento comunica-se à costa do golfo de Lião e chega até a bacia do Ródano. Os portos de Marselha, Montpellier, Narbona estendem os seus raios de ação na Provença, do mesmo modo como Barcelona estende os seus na Catalunha.

A expansão dessas regiões marítimas é tão vigorosa que, desde o século XI, se propaga para o Norte e começa a ultrapassar os Alpes pelas passagens que, no século X, os sarracenos da Garde-Frainet bloqueavam tão perigosamente.

Pelo Bréner, sobe de Veneza para a Alemanha, pelo Septimer e S. Bernardo, chega ao vale do Saona e do Reno; pelo Monte Cenis, ao Ródano. O São Gotardo, que por tanto tempo foi intransponível, transformou-se, por sua vez, em via de trânsito, quando uma ponte apoiada nas rochas dos desfiladeiros o permitiu.[12] Sabe-se que houve italianos na França, desde a segunda metade do século XI. É mais que provável que freqüentaram, naquela época, as feiras de Champanha, onde encontravam a corrente comercial que, originária das costas de Flandres, se dirigia para o Sul.[13]

O comércio ao norte dos Alpes

Ao renascimento econômico que se estava realizando no Mediterrâneo corresponde, com efeito, nas orlas do mar do Norte, um fenômeno que, conquanto dele difira por sua amplitude e por suas modalidades, provém, sem dúvida, das mesmas causas e produziu, como era natural, os mesmos resultados. A navegação dos nórdicos estabelecera como se viu atrás, no estuário formado pelo Reno, o Mosa e o Escalda, uma parada que formou logo, ao longo desses rios, um poderoso centro de atração. Tiel, no século XI, surge como uma praça de comércio, freqüentada por numerosos mercadores, e em relação, pelo vale do Reno, com Colônia e Mogúncia, onde se distinguem desde então indícios de atividade. A prova disso são os 600 *mercatores opulentissimi* mencionados em 1074, na primeira das ditas cidades, por Lambert de Hersfeld, embora se possa pôr em dúvida o número indicado, e não seja possível saber que idéia formava o cronista da opulência.[14] Na mesma época, no vale do Mosa,

12. É a primeira ponte pênsil de que se tem conhecimento. Data provavelmente do princípio do século XIII.

13. A carta escrita por Gregório VII a Manassés de Reims em 1074, em que condena a conduta do rei Filipe I, acusa este último de haver subtraído "mercatoribus qui de multis terrarum partibus ad forum quoddan in Francia nuper convenerant... more praedonis infinitam pecuniam" (P. Jaffé, **Monumenta Gregoriana,** p. 115). Em outra carta, o Papa chama a esses mercadores "Italiae negociatores" (**ibid.,** p. 132); em uma terceira carta, fala de "Italis et aliarum provinciarum mercatoribus" (**ibid.,** p. 147). Pode-se considerar a sua insistência como uma prova do desenvolvimento que adquirira naquela época o comércio internacional. Se, como pensa A. Schaube, **op. cit.,** p. 91, o fato tivesse ocorrido na medíocre feira de Lendit, mal se compreenderia a importância das perdas sofridas pelos mercadores.

14. **Lamperti Hersfeldensis opera,** ed. O. Holder-Egger, p. 192.

desenvolve-se um tráfico que, por Maestricht, Liège, Huy e Dinant, chega até Verdun. O Escalda comunicava Cambrai, Valenciennes, Tournai, Gante e Antuérpia com o mar e os grandes rios que cruzam suas desembocaduras entre as ilhas da Zelândia. No fundo do golfo de Zwyn, concavidade ora obstruída, ao norte da costa flamenga, os navios encontravam, em Bruges, um porto tão cômodo que desde fins do século XI o preferiram ao de Tiel e garantiram o seu glorioso futuro.

É certo que, em fins do século X, Flandres mantinha estreitas relações, por intermédio da navegação escandinava, com as regiões banhadas pelos mares do Norte e Báltico. Descobriram-se moedas cunhadas pelos condes Arnoldo II e Balduíno IV (965-1035) na Dinamarca, na Prússia e na Rússia. Seu comércio era naturalmente mais ativo com a Inglaterra. As tarifas de alcavalas de Londres, entre 991 e 1002, mencionam os flamengos entre os estrangeiros que exercem o comércio na cidade. [15]

O mar da Mancha era menos freqüentado do que o mar do Norte. Observa-se todavia, no mesmo, um intercâmbio regular entre a costa normanda e a inglesa, por Ruão e o estuário do Sena. Daí, o movimento subia o rio até Paris e prolongava-se até os limites da Champanha e da Borgonha. O Loire e o Garona, por se acharem mais afastados, só mais tarde sentiram a atividade que se manifestava nos mares do Norte.

A tecelagem flamenga

A região flamenga desfrutou, desde logo, de uma situação privilegiada que devia conservar até fins da Idade Média. Surge aqui um fator novo, a indústria, cuja atuação não se observa algures, em data tão prematura, e com resultados tão surpreendentes.

Desde o período celta, os morinos e os menápios dos vales do Lis e do Escalda trabalhavam a lã das ovelhas, muito abundantes nesta região de pastagens úmidas. Sua tecelagem primitiva aperfeiçoou-se durante a longa ocupação romana, graças à sua iniciação nos processos da técnica mediterrânea que os vencedores lhes ensinaram. Seus pro-

15. F. Liebermann, **Die Gesetze der Angelsachsen**, t. I, p. 232.

gressos foram tão rápidos que, durante o século II da nossa era, exportavam seus tecidos para a Itália.[15a] Os francos que invadiram a região, no século V, continuaram a tradição de seus antecessores. Até às invasões normandas do século IX, os barqueiros frisões não deixaram de transportar pelos rios dos Países Baixos, com o nome de *pallia fresonica*, as fazendas tecidas em Flandres, as quais, devido às belíssimas cores com que eram tingidas, tiveram tal reputação, que Carlos Magno não encontrou melhor presente do que elas para o califa Harum-al-Raschid.[15b] (*) O aniquilamento do comércio pelas invasões dos escandinavos interrompeu, naturalmente, esta exportação. Mas quando os saqueadores, durante o século X, se transformaram em navegantes e seus navios voltaram a sulcar, em busca de mercadorias, as águas do Mosa, do Reno e do Escalda, a tecelagem encontrou novos mercados exteriores para os quais enviou os seus produtos. A sua finura tornou-os logo apreciados ao longo de todas as costas freqüentadas pelos marujos do Norte. Com o atrativo de uma procura contínua, sua fabricação aumentou em proporções nunca vistas até então. Em fins do século X, eram tão consideráveis que, já não bastando a lã da região, teve que ir abastecer-se dela, na Inglaterra.

O comércio de tecidos

A qualidade superior da lã inglesa melhorou, naturalmente, a de tecidos, cuja crescente fama devia propagar a sua difusão. Durante o século XII, toda a extensão da Flandres converteu-se em região de tecelões e batedores. O trabalho de lã, que até então se havia praticado somente nos campos, concentra-se nas aglomerações mercantis que se fundam por toda parte e anima um comércio cujo progresso é incessante. Forma-se, assim, a incipiente riqueza de Gante, Bruges, Ipres, Douai e Arrás. Desde aquela época é um artigo essencial do comércio marítimo e começa a originar uma poderosa corrente de comércio terrestre. Por mar, os tecidos de Flandres chegam, desde princípio do século XII, até a feira de Novgorod.[16] Na mesma época, os italianos, atraídos por sua fama,

---

15a. Camille Jullian, **Histoire de la Gaule,** t. II, pp. 282 e ss.

15b. H. Pirenne, **Draps de Frise ou draps de Flandre?** Ver Introd., nota 7.

16. H. Pirenne, "Draps d'Ypres a Novgorod au commencement du XIIe siècle", em **Revue belge de philol. et d'histoire,** t. IX, 1930, p. 563.

vêm trocá-los, no próprio lugar em que se fabricam, por especiarias, sedas e jóias de ouro que importam do sul dos Alpes. Mas os flamengos, por sua vez, freqüentam essas famosas feiras da Champanha, onde encontram, a meio caminho, entre o mar do Norte e as montanhas, os compradores da Lombardia e da Toscana. Por intermédio destes, os seus tecidos se encaminham, em assombrosa quantidade, para o porto de Gênova, de onde os navios os enviam até os portos de escala do Levante, sob o nome de *panni francesi* (tecidos franceses).

Certamente, não só em Flandres havia fábricas de tecidos. A tecelagem de lã é, por sua natureza, um trabalho doméstico, cuja existência tem sido comprovada desde os tempos pré-históricos e que se encontra onde quer que exista lã, isto é, em todas as regiões. Bastava ativar a produção daquela e aperfeiçoar a técnica da sua fabricação para transformá-la em instrumento de uma verdadeira indústria. Foi exatamente o que se fez. Desde o século XII, as atas dos notários genoveses mencionam os nomes de muitas cidades, cujos tecidos abasteciam o porto: Amiens, Beauvais, Cambrai, Liège, Montreuil, Provins, Tournai, Châlons etc. (*) Não obstante, Flandres, e depois o vizinho Brabante, ocuparam um lugar incomparável no meio de seus rivais. (*) A proximidade da Inglaterra permitiu-lhes obter, por melhor preço e em maior quantidade, a excelente matéria-prima que a grande ilha proporcionava aos seus artesãos. No século XIII, sua preponderância tinha-se tornado esmagadora, como demonstra a admiração que a sua indústria provoca aos estrangeiros. Na Europa Medieval, nenhuma região apresentou, até fins da Idade Média, este caráter de região industrial que distingue a bacia do Escalda. A esse respeito oferece, com o resto da Europa, um contraste que faz pensar na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Em parte alguma fora possível superar o acabamento, a flexibilidade, a suavidade e a cor de seus tecidos. (*) A indústria de tecidos flamenga e brabante foi, na verdade, uma indústria de luxo. Foi esta a causa do seu êxito e da sua expansão mundial. Numa época em que os meios de transporte eram insuficientemente desenvolvidos para adaptar-se à circulação que requerem os produtos baratos e de grande peso, o primeiro lugar no comércio correspondia às mercadorias de grande valor e

pequeno peso. A boa sorte dos tecidos de Flandres explica-se, em resumo, como a das especiarias, por seu elevado custo e facilidade de exportação.

Em flagrante contraste com as cidades italianas, a Flandres e o Brabante, à medida que se industrializaram, foram-se desinteressando do comércio marítimo, a que, não obstante, parecia predestiná-las sua situação geográfica. (*) Abandonaram-no aos marinheiros estrangeiros, que a sua indústria atraía cada vez mais ao porto de Bruges, marinheiros escandinavos, no século XI, e depois, marujos da Hansa Teutônica. Não se pode deixar de compará-las, sob esse ponto de vista, com a Bélgica moderna, conquanto seja permitido comparar, relativamente ao seu desenvolvimento econômico, a Idade Média com a nossa época. Nos mesmos territórios que outrora a ocuparam, acaso a Bélgica atual não apresenta o mesmo paradoxal espetáculo de uma produtividade industrial extraordinária, em face da relativa insignificância da sua marinha nacional?

II

AS CIDADES

I. O RENASCIMENTO DA VIDA URBANA [1]

Desaparecimento da vida urbana no século VIII

Enquanto o comércio mediterrâneo continuava atraindo à sua órbita a Europa Ocidental, a vida urbana não deixara de manifestar-se, tanto na Gália como na Itália, Espanha e África. Mas, quando a invasão islamítica bloqueou os portos do mar Tirreno, após ter submetido as costas africana e espanhola, a atividade municipal extinguiu-se rapidamente.

---

1. Bibliografia: H. Pirenne, **Les villes du Moyen Age**, ver p. 8, n.º 2; G. von Below, **Der Ursprung der deutschen Stadtverfassung**, Dusseldorf, 1892; K. Hegel, **Städte und Gilden der germanischen Völker im Mittelalter**, Leipzig, 1891, 2 vols.; — **Die Entstehung des deutschen Städtewesens**, Leipzig, 1898; F. Keutgen, **Untersuchungen über den Ursprung der deutschen Stadtverfassung**, Leipzig, 1895; S. Rietschel, **Die civitas auf deutschen Boden**, Leipzig, 1894; — **Markt und Stadt in ihrem rechtlichen Verhältnis**, Leipzig, 1897; Von Beyerle, **Burgus u. Burgenses**, em **Zeitschrift für Rechtsgeschichte**, Germ. Abth., 1929; G. Espinas, **La vie urbaine de Douai au Moyen Age**, Paris, 1913, 4 vols.; C. Gross, **The gild merchant**, Oxford, 1890, 2 vols.; F. W. Maitland, **Township and borough**, Cambridge, 1898; C. Petit-Dutaillis, "L'origine des villes en Angleterre", na trad. fr. de W. Stubbs, **Histoire constitutionnelle de l'Angleterre**, t. I, Paris, 1907; C. Stephenson, "The origin of the English towns", **American historical review**, t. XXXII, 1926; — "The Anglo-Saxon borough", em **English historical review**, 1930; — **Borough and town, a study of urban origins in England**, Cambridge, Mass., 1933; H. Pirenne, "Les villes flamandes avant le XII^e siècle", **Annales de l'Est et du Nord**, t. I, 1905; — **Les anciennes démocraties des Pays-Bas**, Paris, 1910; G. des Marez, **Études sur la propriété foncière dans les villes du Moyen Age et spécialement en Flandre**, Gante, 1898; L. von Heinemann, **Zur Entstehung der Stadtverfassung in Italien**, Leipzig, 1896; G. Mengozzi, **La città italiana nell'alto medio evo**, 2.ª ed., Florença, 1931. (*)

Fora da Itália Meridional e de Veneza, onde se manteve, graças ao comércio bizantino, a referida atividade desapareceu de todas as partes. Materialmente, subsistiram as cidades, porém perderam sua população de artesãos e comerciantes e, com ela, tudo quanto sobrevivera da organização municipal do Império Romano.

As cidades episcopais

As "cidades", em cada uma das quais residia um bispo, foram, somente, desde então, centros da administração eclesiástica, que, sem dúvida, foi importante, do ponto de vista religioso, porém nula do ponto de vista econômico. Quando muito, um pequeno mercado local, abastecido pelos camponeses dos arredores, satisfazia às necessidades quotidianas do numeroso clero da catedral e das igrejas ou dos mosteiros agrupados em torno dela e às dos servos empregados em seu serviço. Nas grandes festas do ano, a população diocesana e os peregrinos reunidos nas ditas cidades mantinham certo movimento. Mas não se pode lobrigar em tudo isso um germe de renovação. Na realidade, as cidades episcopais subsistiam, unicamente, graças ao campo. As rendas e os tributos dos latifúndios que pertenciam ao bispo ou aos abades, que residiam intramuros, serviam para cobrir-lhes as despesas. Sua existência estava, pois, baseada essencialmente na agricultura. Assim como eram centros de administração religiosa, eram, ao mesmo tempo, centros de administração dominial. (*)

Os burgos

Em tempo de guerra, suas antigas muralhas proporcionavam um refúgio à população dos arredores. Mas durante o período de insegurança que se inicia com a dissolução do Império Carolíngio, a necessidade de proteção, que se tornou primordial para as populações acossadas no Sul pelas incursões sarracenas e no Norte e Oeste pelas dos normandos, às quais vieram juntar-se, no começo do século X, os terríveis *raids* da cavalaria húngara, tornou-se imprescindível em todas as partes a construção de novos lugares de abrigo. A Europa Ocidental cobre-se, nesta época, de castelos fortificados, construídos pelos príncipes feudais, para servir de refúgio

aos seus homens. Esses castelos ou, para empregar o termo com que são designados geralmente, esses "burgos", possuem, quase sempre, uma muralha de terra ou de pedra, rodeada por um fosso, em que se abrem várias portas. Exigiu-se aos vilões dos arredores que trabalhassem em sua construção e conservação. No seu interior reside uma guarnição de cavalaria. Um torreão serve de habitação ao senhor do lugar; uma igreja de cônegos satisfaz às necessidades do culto; enfim, há granjas e celeiros para armazenar os cereais, as carnes defumadas e os tributos de toda espécie que se impunham aos camponeses do senhor (vilões), encarregados de garantir a alimentação da guarnição e das populações que, em casos de perigo, iam refugiar-se na fortaleza, com seu gado. Os burgos leigos, da mesma maneira que a cidade eclesiástica, subsistem, pois, unicamente, graças à terra. Não possuem nenhuma atividade econômica própria. Todos correspondem à civilização agrícola. A ela não se opõem, bem ao contrário, poder-se-ia dizer que servem para defendê-la.

Primeiras aglomerações mercantis

O ressurgimento do comércio não demorou em alterar profundamente o seu caráter. Observam-se os primeiros sintomas de sua ação durante a segunda metade do século X. A existência errante dos mercadores e os riscos de toda espécie a que estavam expostos, em uma época em que o saque constituía um dos meios de existência da pequena nobreza, impeliram-nos a procurar, desde logo, proteção no interior das muralhas, que se escalonavam ao longo dos rios ou dos caminhos naturais que percorriam. No verão, serviam-lhes de pousada; durante a estação má, usavam-na para invernar. As mais bem situadas, quer no fundo de um estuário ou de uma enseada, quer na confluência de dois rios ou no ponto em que, deixando de ser navegável um rio, as cargas dos barcos deveriam ser descarregadas antes de seguir para diante, transformaram-se dessa forma em lugares de trânsito e de parada para os mercadores e mercadorias.

Logo, porém, o espaço que cidades e burgos ofereciam a esses adventícios, cada vez mais numerosos e estorvantes, na medida em que a circulação se tornava mais intensa, já não bastou para contê-los. Tiveram que se estabelecer nos arredores da cidade, anexando a um burgo antigo um novo

ou, para usar o termo exato, um *faubourg*, isto é, um burgo dos arredores, um arrabalde (*forisburgus*). Nasceram assim, ao lado das cidades eclesiásticas ou das fortalezas feudais, aglomerações mercantis, cujos habitantes se dedicavam a um gênero de vida em perfeito contraste com a que levavam os homens do interior das muralhas.

Os "portos"

A palavra *portus*, que freqüentemente se aplica, nos textos dos séculos X e XI, a esses estabelecimentos, caracteriza, com muito acerto, a sua natureza.[2] Significava, com efeito, não um porto no sentido moderno, mas um lugar por onde se transportam mercadorias, portanto, um ponto particularmente ativo de trânsito. Por isso, em Flandres e na Inglaterra os habitantes do "*porto*" receberam, por sua vez, o nome de *poorters* ou *portmen*, que foi, durante muito tempo, sinônimo de burguês e que, em suma, correspondia melhor do que esta última palavra, à sua natureza, pois a burguesia primitiva compunha-se exclusivamente de homens que viviam do comércio. (*)

Não obstante, se desde fins do século XI, habitantes dos "portos" chamaram-se burgueses, nome que conviria muito melhor aos habitantes dos burgos antigos, aos quais se reuniram, foi porque, desde o começo, a aglomeração mercantil rodeara-se de uma muralha ou de uma paliçada, indispensáveis à sua segurança, e dessa maneira transformou-se, por sua vez, em "burgo". (*) A extensão do significado compreende-se, tanto melhor quanto o novo burgo não tardou em dominar o antigo. Os centros mais ativos da vida comercial, Bruges, por exemplo, já no começo do século XII, cercam, por todos os lados, a fortaleza que originariamente lhes havia servido de ponto de concentração. O acessório convertera-se no essencial, os recém-chegados triunfaram sobre os antigos habitantes. Neste sentido, é rigorosamente exato dizer que a cidade da Idade Média e, por conseguinte, a cidade moderna, teve seu berço no arrabalde (*forisburgus*) do castelo ou burgo que determinou seu sítio. (*)

2. H. Pirenne, "Les villes flamandes avant le XII^e siècle", em **Annales de l'Est et du Nord, t. I, 1905.**

Concentração da indústria nas cidades

A afluência dos mercadores aos lugares favoráveis provocou, por sua vez, o afluxo dos artesãos. A concentração industrial é um fenômeno tão antigo quanto a concentração comercial, e é possível observá-lo, na região flamenga, com particular nitidez. A fabricação de tecidos, a princípio estabelecida no campo, emigrou espontaneamente para os lugares em que se podiam vender os seus produtos. Os tecelões neles encontravam a lã importada pelos mercadores; os apisoadores e os tintureiros, o sabão e as matérias corantes. Uma verdadeira revolução, cujos pormenores infelizmente não podemos obter, acompanha essa transformação da indústria rural em indústria urbana. A tecelagem, que até então constituíra uma ocupação reservada às mulheres, converteu-se em trabalho dos homens; os antigos *pallia*, de pequenas dimensões, substituíram-se, ao mesmo tempo, para satisfazer melhor às necessidades da exportação, pelos longos tecidos que ainda se usam na atualidade, nas fábricas. Supõe-se, com fundamento, que se havia produzido, na mesma época, uma mudança no ofício dos tecelões, embora não fosse além de permitir o enrolamento, no cilindro do tear, do fio de urdidura, que media de 20 a 60 varas.

Pode-se verificar, na indústria metalúrgica do vale do Mosa, uma evolução análoga à das fábricas de tecidos flamengos. A batida do cobre, que talvez remonte ao trabalho do bronze que se desenvolvera ativamente naquela região, no tempo da ocupação romana, recebe um poderoso impulso, quando o renascimento da navegação fluvial lhe permite produzir com o fim de exportar. Ao mesmo tempo, concentra-se em Namur, em Huy e sobretudo em Dinant, cidades cujos "mercadores bate-folhas" vão abastecer-se de cobre nas minas de Saxônia, desde o século XI. [3] Da mesma maneira, o corte das excelentes pedras que abundam nas regiões de Tournai concentra-se na cidade. A fabricação das pias batismais desenvolve-se em tal grau, que se encontraram algumas até em Southampton e Winchester. [4] O mesmo acontece na Itália.

3. V. Rousseau, **op. cit.**, p. 89 e ss.

4. P. Rolland, "L'expansion tournaisienne aux XIe et XIIe siècles. Art et commerce de la pierre", em **Annales de l'Académie royale d'Archéologie de Belgique**, 1924.

O tecido de seda, trazido por mar desde o Oriente, torna-se especialidade de Luca; Milão e as cidades da Lombardia, logo imitada pela Toscana, dedicam-se à do fustão.

II. OS MERCADORES E A BURGUESIA [5]

Hipótese sobre a origem senhorial da classe mercantil

A diferença essencial que coloca os mercadores e os artesãos das nascentes cidades em oposição à sociedade agrícola, em cujo meio aparecem, provém do seu gênero de vida, que ainda não se acha definido por suas relações com a terra. A este respeito, formam, com toda força do termo, uma classe de "desarraigados". A atividade comercial e a industrial, que até então foram unicamente as ocupações casuais ou intermitentes dos agentes do senhorio, cuja existência era garantida pelos latifundiários que os empregavam, transformam-se agora em profissões independentes. As pessoas que as exercem são, indubitavelmente, "homens novos". Tratou-se, há muito, de estabelecer uma relação entre eles e os servos que trabalhavam nas oficinas domésticas das "cortes" senhoriais ou os servos encarregados, em tempo de penúria, do abastecimento do senhorio, e em tempo de abundância, de vender, em outras regiões, o excedente de sua produção. [6] Nem os textos nem a verossimilhança permitem crer em tal evolução. Sem dúvida, os senhores de terra conservaram durante algum tempo, nas cidades nascentes, prerrogativas econômicas, como a obrigação imposta à burguesia de servir-se de seus fornos ou seus moinhos, o monopólio da venda de seus vinhos durante uns dias depois da vindima, ou ainda certas contribuições exigidas das corporações de ofícios. Mas a sobrevivência local desses direitos não comprova a origem senhorial da economia urbana. O que se observa, em toda parte, ao contrário, é que a referida economia se manifesta sempre em um meio onde existe liberdade. Mas antes de tudo, uma ques-

5. Bibliografia. Ver, mais acima, nota n.º 1. Add. W. Vogel, "Ein seefahrender Kaufmann um 1100", em **Hansische Geschichtsblätter**, t. XVIII, 1912; H. Pirenne, "Les périodes de l'histoire sociale du capitalisme", em **Bull. de l'Académie royale de Belgique**, Cl. des Lettres, 1914.

6. R. Eberstadt, **Der Ursprung des Zunftwesens und die älteren Handwerkerverbände des Mittelalters**, Leipzig, 1915, e, em sentido menos absoluto, F. Keutgen, **Ämter und Zünfte**, Iena, 1903.

tão se coloca: Como se pode explicar que, dentro de uma sociedade exclusivamente rural, em que a servidão é a condição normal do povo, se tenha podido formar uma classe de mercadores e de artesãos livres? A escassez de informação não nos permite responder com toda precisão exigida pela gravidade do problema. É possível, não obstante, indicar os fatores principais.

Aventureiros e mercadores

É certo, em primeiro lugar, que o comércio e a indústria tiveram de recrutar-se, em sua origem, entre homens desprovidos de terra e que viviam, por assim dizer, à margem de uma sociedade em que somente a terra garantia a existência. Ora, esses homens eram mui numerosos. Sem contar os que, em tempo de fome ou de guerra, abandonavam o solo natal para granjear alhures meios de subsistência, jamais regressando, é preciso considerar todos os indivíduos que a organização senhorial não conseguira alimentar. Os lotes dos camponeses mediam-se de tal forma que tornava certa a cobrança dos empréstimos que os oneravam. Acontecia, pois, que os filhos menores de um vilão que tinha a seu cargo uma família numerosa, se vissem obrigados a abandonar seu pai para permitir-lhe pagar a sua renda ao senhor. Iam, então, engrossar a massa das pessoas que vagavam pela região, peregrinando de uma abadia a outra para receber sua parte das esmolas reservadas aos pobres; alugavam o seu serviço aos camponeses, na época das colheitas ou das vindimas, ou se alistavam como mercenários nas tropas feudais, em tempo de guerra.

Não deixaram de aproveitar os novos meios de vida que lhes oferecia, ao longo das costas e dos estuários dos rios, a chegada de navios e mercadores. Impulsionados pelo espírito de aventura, não há dúvida de que muitos se engajaram nos navios venezianos ou escandinavos que precisavam de marinheiros; outros fizeram contratos com as caravanas de mercadores que, com crescente freqüência, se dirigiam aos "portos". A sorte favoreceu aos melhores, que não podiam deixar de aproveitar as oportunidades de fazer fortuna, abundantes, na vida comercial, para os vagabundos e pobres diabos que soubessem intentar uma empresa com suficiente energia e inteligência. A verossimilhança não bastaria para disso nos

convencer, se a história de São Goderico de Finchal não nos proporcionasse um valioso exemplo da maneira como se formavam então os "novos ricos". [7]

Goderico de Finchal

Nasceu em fins do século XI, em Lincolnshire, filho de camponeses pobres. Obrigado, sem dúvida, a abandonar a herdade onde seus pais trabalhavam, teve que se esforçar para ganhar a vida. Como tantos outros indigentes de todos os tempo, procurava nas praias os restos de navios naufragados, arrojados pela maré. Os naufrágios eram inúmeros e um feliz acaso proporcionou-lhe um dia de oportunidade, graças ao qual pôde comprar um lote de quinquilharias. Economizara alguns centavos quando teve a boa sorte de unir-se a um grupo de mercadores. Seus negócios prosperaram de tal maneira que logo chegou a dispor de lucros bastante consideráveis para associar-se com alguns companheiros e fretar um barco, com o qual empreenderam a cabotagem ao longo das costas da Inglaterra, Escócia, Flandres e Dinamarca. A sociedade teve um êxito completo. Suas operações consistiam em transportar, ao estrangeiro, mercadorias então escassas e, abastecendo-se aí de novos gêneros, passavam a exportá-los aos locais de maior demanda, onde, por conseguinte, podiam contar com maiores lucros.

Primeiros lucros comerciais

A carreira de Goderico foi certamente a de muitos outros. Em uma época em que as penúrias locais eram muito freqüentes, bastava encontrar-se uma pequena quantidade de cereais por bom preço, nas regiões onde abundavam, para obter lucros fabulosos, que se multiplicavam depois, com facilidade, seguindo o mesmo método. A especulação, que é o ponto de partida dessa espécie de negócios, contribuiu, pois, grandemente, para a formação das primeiras fortunas comerciais. As economias de um pequeno bufarinheiro improvisado, de um marujo ou de um barqueiro, de um descarre-

7. Ver, para este personagem, o artigo de Vogel, mencionado mais acima, na nota n.º 5. O **Libellus de vita et miraculis S. Godrici, heremitae de Finchale, auctore Reginaldo monacho dunelmensi** foi editado em Londres, em 1847, por Stevenson, para a Surtees Society.

gador de barcos, proporcionavam-lhes um provimento de fundos suficientes, por pouco que soubessem empregá-lo.[8]

É provável, também, que alguns proprietários de terras tenham invertido parte de suas rendas no comércio marítimo. É quase certo que os nobres da costa da Ligúria anteciparam os fundos necessários à construção dos barcos genoveses e participaram nos lucros da venda dos carregamentos nos portos mediterrâneos. O mesmo acontecera em outras cidades italianas; somos tentados a admitir este fato, ao menos quando se observa que, na Itália, grande parte da nobreza sempre residira nas cidades e nisso se distinguiu da nobreza do norte dos Alpes. É natural, portanto, supor que muitos de seus membros tenham se interessado, de algum modo, no renascimento econômico que se realizava ao seu redor. Neste caso, o capital fundiário contribuiu, sem dúvida, para a formação do capital constituído de bens móveis. Mas sua participação careceu de importância e, embora tirasse vantagem do renascimento do comércio, certamente não o provocou.

Influência da navegação no comércio

O primeiro impulso veio do estrangeiro: ao Sul, proveio da navegação veneziana; ao Norte, da escandinava.

Não se compreenderia como a Europa Ocidental, imobilizada em sua civilização agrícola, pudesse, por si só, iniciar-se, tão rapidamente, em uma vida nova, sem um estímulo e um exemplo vindos de fora. A atitude não só passiva, mas hostil, da Igreja, a mais formidável potência territorial deste tempo, perante o comércio, nos proporciona a prova mais convincente disso. Embora os primórdios do capitalismo mercantil se ocultem, em parte, aos nossos olhos, é muito mais fácil acompanhar a sua evolução durante o século XII. Poder-se-ia, sem exagero, compará-la, quanto ao vigor e à rapidez de seu desenvolvimento, àquela que o século XIX veria realizar-se no terreno da grande indústria. O novo gênero de vida que se oferecia à massa errante de pessoas sem terra, exerceu sobre elas uma atração irresistível, uma vez que

8. Querendo-se encontrar alguns exemplos, cujo número se poderia aumentar facilmente, ver o meu estudo: "Les périodes de l'histoire sociale du capitalisme", no **Bulletin de la Classe des Lettres de l'Académie royale de Belgique,** 1914.

prometia satisfazer-lhe a cobiça. Dele resulta um movimento de emigração dos campos para as nascentes cidades. Não apenas vagabundos do tipo de Goderico a elas se dirigiram. A tentação era suficientemente forte para que muitos servos se decidissem a abandonar os domínios onde haviam nascido, para estabelecer-se nas cidades, seja como artesãos, seja como empregados dos ricos mercadores, cuja reputação se difundira pelas regiões. Os senhores organizavam verdadeiras caçadas contra eles e reconduziam-nos a seus domínios, quando conseguiam capturá-los. Muitos, porém, conseguiam ocultar-se e, à medida que ia aumentando a população urbana, tornava-se perigoso pretender arrebatar os fugitivos que ela cobria com a sua proteção.

Primeiras fortunas comerciais

Ao concentrar-se nas cidades, a indústria abasteceu a exportação de maneira cada vez mais ampla. Os seus progressos multiplicaram, por outro lado, o número de mercadores e desenvolveram a importância e os lucros dos próprios negócios. Neste tempo de incremento comercial, não era difícil aos jovens encontrar um emprego de auxiliar em casa de algum rico patrão, associar-se aos seus negócios e enriquecer-se por sua vez. A *Gesta*, dos bispos de Cambrai, nos refere, com abundantes detalhes, a história de um certo Werimbold que, na época do bispo Burchard (1114-1130), tendo entrado a serviço de um opulento comerciante, casou-se com sua filha e desenvolveu de tal forma o comércio do seu sogro, que se enriqueceu a ponto de comprar na cidade numerosas terras, em que mandou construir um "palácio", adquiriu os direitos que se percebiam em uma de suas portas, construiu uma ponte com o próprio pecúlio e, finalmente, deixou à Igreja a maior parte dos seus bens. [9]

Certamente, a constituição de grandes fortunas foi, nesta época, um fenômeno comum e corrente em todos os centros onde se desenvolvia o comércio de exportação. Assim como os detentores do solo haviam cumulado os mosteiros com doações de terras, os mercadores empregavam os seus capitais em fundar igrejas paroquiais, hospitais, asilos, em suma, em multiplicar, para sua salvação, as obras religiosas e cari-

9. **Gesta episcoporum cameracensium**, ed. Ch. de Smedt, p. 125.

tativas em favor dos seus concidadãos. Pode-se, mesmo, crer que o misticismo fora, para muitos deles, um estímulo na aquisição de uma fortuna que desejavam destinar ao serviço de Deus. Convém recordar que Pedro Valdo, fundador, em 1173, dos Pobres de Lião, de onde sairia a seita dos Valdenses, era um mercador e que, quase na mesma data, São Francisco nascia em Assis, na casa de outro mercador.[10] Outros mercadores enriquecidos, mais preocupados com a sua ambição terrestre, tratavam de elevar-se na hierarquia social, casando suas filhas com cavalheiros. E a sua fortuna deveria ser muito grande para abolir nestes os preconceitos do espírito nobiliário.

Esses grandes mercadores, ou melhor, esses novos-ricos, foram naturalmente os chefes da burguesia, posto que esta, por sua vez, era tão-somente uma criação do renascimento comercial e que, a princípio, as palavras *mercator* e *burgensis* são usadas como sinônimos. Mas, ao mesmo tempo que se desenvolve como classe social, a referida burguesia se constitui também como classe jurídica, cuja natureza, eminentemente original, convém agora examinar.

III. INSTITUIÇÕES E DIREITO URBANOS[11] (*)

Burguesia e sociedade agrícola

As necessidades e as tendências da burguesia eram tão incompatíveis com a organização tradicional da Europa Ocidental, que encontraram, desde o princípio, feroz resistência. Estavam em luta com o conjunto de interesses e de idéias de uma sociedade dominada, do ponto de vista material, pelos possuidores dos latifúndios e, do ponto de vista espiritual, pela Igreja, cuja aversão pelo comércio era invencível.[12] Seria injusto atribuir, como tantas vezes se fez, à "tirania feudal" ou à "arrogância sacerdotal", uma oposição que se

10. A "Vida de São Guião" (século XI) narra que se dedicou ao comércio com o objetivo de dispor de mais dinheiro para as suas esmolas. **Acta Sanct. Boll.**, sept., t. IV, p. 42.

11. Bibliografia. Ver nota n.º 1, cap. II.

12. O redator da "Vida de São Guião", citada mais acima, nota n.º 10, dá ao mercador, que aconselha ao Santo que se dedique ao comércio, o nome de **diaboli minister**.

explica por si só. Como sempre, aqueles a quem beneficiava o estado de coisas operante esforçaram-se em defendê-lo, não só porque garantia seus interesses, mas porque, além disso, lhes parecia indispensável à conservação da ordem social.

Perante esta sociedade, a burguesia está longe de assumir uma atitude revolucionária. Não protesta nem contra a autoridade dos príncipes territoriais, nem contra os privilégios da nobreza, nem, principalmente, contra a Igreja. Até professa a moral ascética desta, que, não obstante, contradiz tão claramente o seu gênero de vida. A única coisa de que trata é a conquista do seu lugar. As suas reivindicações não excedem os limites das necessidades mais indispensáveis.

Liberdade da burguesia

Entre essas reivindicações, a mais presente é a liberdade, que é a faculdade de transladar-se de um lugar para outro, de fazer contratos, de dispor de seus bens, faculdade cujo exercício exclui a servidão. Como seria possível o comércio, sem ela? É pois, unicamente, pelas vantagens que confere, que se reclama tal liberdade; nada é mais estranho ao espírito dos burgueses do que considerá-la como um direito natural: é tão só, a seus olhos, um direito útil. Muitos, aliás, a possuem de fato; são todos os imigrantes que vieram de muito longe para que se pudesse conhecer o seu senhor — visto que a servidão não se pode presumir — e que se consideravam livres, embora nascidos de pais que não o eram. O fato, porém, tem que se transformar em direito. É necessário que os vilões que vêm se estabelecer nas cidades, para a consecução de novos meios de subsistência, sintam-se a salvo, que nenhum deles tema que o levem, à força, ao domínio de que se evadiu, nem que se lhe imponham as contribuições pessoais ou os direitos odiosos que deprimem a população servil, tais como a obrigação de casar-se exclusivamente com mulher da mesma condição que eles e, principalmente, a de deixar ao senhor parte da sua sucessão. Por vontade ou à força, no transcurso do século XII, foi preciso ceder às reclamações que, amiúde, foram apoiadas por perigosas revoltas. Os conservadores mais obstinados, como Guibert de Nogent, em 1115, tiveram que limitar-se a reagir com palavras às "de-

testáveis comunas" estabelecidas pelos servos contra os senhores, com o objetivo de furtar-se à sua autoridade e de arrebatar-lhes os direitos legítimos.[13] A liberdade transforma-se em condição jurídica da burguesia, em tal grau que não é somente um privilégio pessoal, mas um privilégio territorial inerente ao solo urbano, da mesma forma que a servidão é inerente ao solo senhorial. Basta, para gozar de tais prerrogativas, ter residido um ano e um dia no interior da cidade. *Die Stadtluft macht frei*, diz o provérbio alemão: o ar da cidade dá a liberdade.

Transformação do direito nas cidades

Mas se a liberdade é a primeira necessidade dos burgueses, têm estes muitas outras. O direito tradicional, com o seu processo estritamente formalista, com seus ordálios, os seus duelos judiciais, seus juízes recrutados na população rural e que conheciam unicamente o direito consuetudinário que se elaborara, pouco a pouco, para regulamentar as relações dos homens que viviam do trabalho ou da propriedade da terra, não basta a uma população, cuja existência depende do comércio e do exercício de alguma profissão. Precisa de um direito mais expedito, por meio de provas mais rápidas e mais independentes do acaso e, finalmente, juízes inteirados das ocupações profissionais das pessoas submetidas à sua jurisdição, capazes de resolver seus conflitos, com conhecimento de causa.

Desde muito cedo, a bem dizer, desde princípios do século XI, criou-se, sob a pressão das circunstâncias, um *jus mercatorum*, isto é, um direito comercial embrionário. Consistia em um conjunto de usos surgidos da prática, uma espécie de direito consuetudinário internacional que os mercadores aplicavam entre si, em suas transações. Como necessitasse de sanção legal, era impossível invocá-lo perante as jurisdições existentes. Por isso, os mercadores puseram-se de acor-

13. Guibert de Nogent, **Histoire de sa vie**, ed. G. Bourgin, p. 156, Paris, 1907. No início do século XIII, Jacques de Vitry pregou ainda contra as **"violente et pestifere communitates"**. A. Giry, **Documents sur les relations de la royauté avec les villes en France**, p. 59, Paris, 1885. Da mesma maneira, na Inglaterra, Richard de Devizes disse: **"Communia est tumor plebis, timor regni, tepor sacerdotii"**. W. Stubbs, **Select charters**, pág. 252, Oxford, 1890.

do para eleger, entre si, árbitros que tivessem a competência necessária à compreensão e resolução dos seus litígios. Talvez seja essa a origem dos tribunais que o direito inglês designa pela expressão pitoresca de *courts of piepowders*, isto é, "tribunais dos pés poeirentos", porque os pés dos mercadores que a eles recorriam estavam ainda cobertos com o pó dos caminhos. [14]

Autonomia judicial e autonomia administrativa das cidades (*)

Logo, essa jurisdição ocasional se converte em jurisdição permanente, reconhecida pelo poder público. Desde 1116, o conde de Flandres suprimiu, em Ipres, o duelo judicial. É certo que, na mesma data, tolerou, na maioria das suas cidades, a instituição das almotaçarias locais, que se recrutavam entre os burgueses e que eram os únicos competentes para julgá-los. Pouco mais cedo ou mais tarde, acontece o mesmo em todas as regiões. Na Itália, França, Alemanha e Inglaterra, as cidades obtinham a autonomia judicial que fazia delas outras tantas ilhotas jurídicas, independentes do direito consuetudinário territorial.

À sua autonomia judicial corresponde a sua autonomia administrativa, pois a formação das aglomerações urbanas envolve numerosos trabalhos de instalação e de defesa a que elas mesmas devem prover, uma vez que as autoridades tradicionais não tinham meios nem desejo de prestar-lhes auxílio. O fato de terem as burguesias conseguido estabelecer, por iniciativa própria, a organização municipal, cujos delineamentos aparecem pela primeira vez no século XI, e que no século XII já possui seus órgãos essenciais, mostra claramente sua energia e seu espírito inovador. A obra que levaram a termo é tanto mais admirável porque constitui uma criação original. Nada podia servir-lhe de modelo no estado de coisas anterior, posto que todas as necessidades que haviam de satisfazer eram novas.

---

14. **"Extraneus mercator vel aliquis transiens per regnum, non habens certam mansionem infra vicecomitatum sed vagans, qui vocatur piepowdrous"** (1124-1153). Ch. Gross, "The Court of piepowder", em **The Quarterly Journal of Economics,** t. XX, 1906, p. 231, n.º 4.

A muralha urbana

A mais urgente destas era a necessidade de se defender. Os mercadores e as suas mercadorias eram, com efeito, uma presa demasiado cobiçada para que não se tratasse de protegê-los com uma sólida muralha. A sua construção foi a primeira obra pública que empreenderam as cidades e a que, até fins da Idade Média, gravou com maiores despesas as suas finanças. Na realidade, foi cada uma delas o ponto de partida da organização financeira. Por isso, deu-se o nome de "firmeza" (*firmitas*) em Liège, por exemplo, ao imposto comunal; por isso, também, em muitas cidades, dedicou-se *ad opus castri*, isto é, à construção da muralha, parte das multas impostas pelo tribunal urbano. O fato de figurar, ainda hoje, no escudo dos municípios, uma coroa mural, mostra a importância que se dava à muralha. Não existe cidade alguma, na Idade Média, que não tenha sido fortificada.

Finanças urbanas

Para cobrir os gastos exigidos pela necessidade permanente de fortificar-se, tornou-se indispensável a instituição de recursos. E onde se poderiam obter estes, senão no próprio seio da burguesia? Como estavam interessados na defesa comum, todos seus membros tiveram, também igualmente, de contribuir para as despesas. A quota de cada um calcula-se proporcionalmente à sua fortuna e isto é uma grande novidade. Veio, com efeito, substituir a talha senhorial, arbitrária e recebida no interesse exclusivo do senhor, uma contribuição relativa às possibilidades dos contribuintes, tendo por objetivo o bem geral, de tal modo que o imposto readquire a sua natureza pública, que perdera durante a época feudal.

Magistraturas urbanas

Para estabelecer e receber o imposto, assim como para satisfazer as necessidades correntes, cujo número havia crescido com o aumento da população urbana — construção de cais, mercados, pontes e igrejas paroquiais, regulamentação do exercício dos ofícios, vigilância dos alimentos etc. —, foi preciso, desde logo, eleger ou fazer instalar-se um conselho de magistrados, que se chamaram, na Itália e Provença, côn-

sules, jurados na França e *aldermans*, na Inglaterra. No século XI, apareceram nas cidades lombardas, onde são mencionados os cônsules de Luca, em 1080. No século seguinte, transformaram-se, em todas as partes, numa instituição ratificada pelos poderes públicos e inerente a qualquer constituição municipal. Em muitas cidades, como, por exemplo, nas dos Países Baixos, os almotacéis servem, ao mesmo tempo, de juízes e administradores das burguesias.

As cidades e os príncipes

Os príncipes leigos logo compreenderam as vantagens que lhes trazia o crescimento das cidades, pois, à medida que a circulação se tornava mais ativa nas estradas e nos rios, e que a multiplicação das suas transações exigia o aumento correspondente do numerário, as rendas das alcavalas e de toda espécie de portagens, do mesmo modo que as da moeda, alimentavam, com maior abundância, o tesouro dos senhores feudais. Não é surpresa, portanto, que estes hajam adotado, na maioria dos casos, uma atitude benevolente para com as burguesias. Como geralmente viviam nos seus castelos, no campo, tinham poucas relações com as populações urbanas, e muitas causas de conflito evitavam-se por esse motivo.

Acontecia algo muito diferente com os príncipes eclesiásticos. Estes, em sua maioria, opuseram, ao movimento municipal, uma resistência que, às vezes, chegava, até, à luta aberta. A obrigação que tinham os bispos de residir em suas cidades, centros de administração diocesana, devia necessariamente impeli-los a conservar, nas mesmas, o poder e opor-se, tanto mais resolutamente às tendências da burguesia quanto estas eram provocadas e dirigidas pelos mercadores, a quem a Igreja encarava com receio. Durante a segunda metade do século XI, a querela dos imperadores com os papas oferece às populações urbanas da Lombardia ocasião de sublevarem-se contra seus prelados simoníacos. O movimento difundiu-se dali, pelo vale do Reno, até Colônia. Já em 1077, em Cambrai, a cidade levantou-se em armas contra o bispo Gerardo II e instituiu a mais antiga das "comunas" que existiram ao norte dos Alpes. Na diocese de Liège, o espetáculo é semelhante. O bispo Teodoino vê-se obrigado a outorgar aos burgueses de Huy, em 1066, uma carta de

franquia que se antecipa vários anos a todas aquelas, cujo texto se conservou no resto do Império. Na França, citam-se insurreições municipais em Beauvais, em 1099; em Noyon, em 1108-1109; e em Laon, em 1115.

Privilégios da burguesia

Assim, de bom grado ou à força, as cidades adquiriram ou conquistaram, umas, desde o princípio, outras no decorrer do século XII, as constituições municipais que o gênero de vida de seus habitantes impunha. Nascidas nos "novos burgos", nos *portus*, onde se aglomeravam os mercadores e os artesãos, desenvolveram-se com tal rapidez que logo se impuseram à população dos "burgos velhos" e das "cidadelas", cujas antigas muralhas, cercadas por todos os lados de bairros novos, desmoronaram como o primitivo direito. Desde então, todos os que residem no interior da muralha urbana, com exceção do clero, participam dos privilégios da burguesia.

O que caracteriza essencialmente a burguesia é o fato de ter formado, no seio do resto da população, uma classe privilegiada. Deste ponto de vista, a cidade da Idade Média oferece um manifesto contraste com a cidade antiga ou com as do nosso tempo, pois estas se distinguem unicamente pela densidade dos seus habitantes e a complexidade da sua administração. Fora disso, nada há de particular, nem no direito público nem no privado, na situação que seus habitantes ocupam no Estado. O burguês medieval, ao contrário, é um homem que difere qualitativamente de todos os que vivem fora da muralha municipal. Logo que se abrem as portas e se franqueia o fosso, penetra-se em outro mundo, ou, para falar com mais exatidão, em outro domínio de direito. A aquisição da burguesia produz efeitos que equivalem ao fato de ser armado o cavaleiro ou, para um clérigo, o de ser tonsurado, pois lhes confere um estado jurídico especial. O burguês escapa, como o clérigo e o nobre, ao direito comum; como eles, pertence a um estado (*status*) particular, que mais tarde se designará pelo nome de terceiro estado. O território da cidade não se torna menos privilegiado que os seus habitantes. É um asilo, uma imunidade, que põe a salvo dos poderes exteriores aquele que nele se refugia, tal como se tivesse abrigado em alguma igreja.

Em uma palavra, sob todos os conceitos, a burguesia é uma classe de exceção, embora se deva observar que é uma classe sem espírito geral de classe. Cada cidade forma, por assim dizer, uma pequena pátria por si só, ansiosa por conservar suas prerrogativas e em oposição a todas as suas vizinhas. Raras vezes, a eminência do perigo ou o objetivo que se tratava de realizar conseguiram impor, a seu particularismo municipal, a necessidade de celebrar convênios ou de formar ligas como, por exemplo, a Hansa alemã. Em geral, o que determina a política urbana é o mesmo egoísmo sagrado que inspirará mais tarde a dos Estados. Quanto às populações do campo, a burguesia as considera, unicamente, como um objeto de exploração. Não somente não tratou de que participassem em suas franquias, mas sempre lhes negou, obstinadamente, o gozo destas. Sob esse ponto de vista, nada há mais contrário ao espírito das democracias modernas do que o exclusivismo com que as cidades medievais defenderam os seus privilégios, mesmo, e principalmente, nas épocas em que artesãos as governaram.

III

A TERRA E AS CLASSES RURAIS

I. A ORGANIZAÇÃO SENHORIAL E A SERVIDÃO [1]

Preponderância numérica do campo sobre a cidade

A influência da burguesia em todas as épocas da Idade Média é tanto mais surpreendente quanto mostra o violento contraste com sua importância numérica. As cidades continham uma minoria, às vezes muito pequena, da população. Seria impossível, uma vez que carecemos de dados estatísticos anteriores ao século XV, pretender alguma precisão. Provavelmente, não nos afastaremos muito da verdade, supondo

---

1. Bibliografia: Além das obras mencionadas, na bibliografia geral, de Inama-Sternegg, Lamprecht, H. Sée e M. Bloch, add.: K. Lamprecht, **Étude sur l'état économique de la France pendant la première partie du Moyen Age,** trad. Marignan, Paris, 1889; L. Delisle, **Études sur la condition de la classe agricole et l'état de l'agriculture en Normandie au Moyen Age,** Paris, 1903, 2.ª ed.; A. Hansay, **Étude sur la formation et l'organisation économique du domaine de Saint-Trond jusqu'à la fin du XIIIe siècle,** Gante, 1899; L. Verriest, **Le servage dans le comté de Hainaut. Les sainteurs. Le meilleur catel,** Bruxelas, 1910 (Mém. de l'Acad. de Belgique); G. des Marez, "Note sur le manse brabançon au Moyen Age", em **Mélanges Pirenne,** Bruxelas, 1926; F. Seebohm, **The English village community,** Londres, 1883; P. Vinogradoff, **The growth of the manor,** Londres, 1905; o mesmo, **English society in the eleventh century,** Oxford, 1908; G. G. Coulton, **The medieval village,** Cambridge, 1925; G. F. Knapp, **Grundherrschaft und Rittergut,** Leipzig, 1897; W. Wittich, **Die Grundherrschaft in Nordwestdeutschland,** Leipzig, 1896; O. Siebeck, **Der Frondienst als Arbeitssystem,** Tubinga, 1904; R. Caggese, **Classi e comuni rurali nel medio evo italiano,** Florença, 1907-1908, 2 vols.; H. Blink, **Geschiedenis van den boerenstand, en den landbouw in Nederland,** Groninga, 1902-1904, 2 vols.; G. Roupnel, **Histoire de la campagne française,** Paris, 1932. (*)

que, no conjunto da Europa, a população urbana, desde o século XII até o XV, nunca foi muito superior à décima parte do total dos habitantes.[2] Só em algumas regiões, como nos Países Baixos, Lombardia, ou Toscana, esta proporção foi bem maior. Seja como for, é absolutamente exato afirmar que, do ponto de vista demográfico, a sociedade da Idade Média é essencialmente agrícola.

Os latifúndios

O latifúndio gravara tão profundamente seu sinete nesta sociedade, que suas marcas não desapareceram em muitos países, até metade do século XIX. Não nos compete remontar às origens desta instituição, que a Idade Média herdou da Antigüidade. Limitar-nos-emos a descrevê-la tal como existia em seu apogeu, no decorrer do século XII, isto é, na época em que não havia ainda sentido a ação transformadora das cidades.[3] É inútil acrescentar que a organização dominial não se impôs a toda população rural. Não se aplicou a um certo número de pequenos proprietários livres, e encontram-se, nas regiões afastadas, aldeias que conseguiram escapar mais ou menos ao seu domínio. É inútil, porém, levar em consideração estas exceções, quando nos propomos, tão-somente, a traçar um quadro sumário da evolução geral do ocidente da Europa.

Se os considerarmos do ponto de vista da sua superfície, os latifúndios medievais caracterizam-se todos por uma extensão que justifica amplamente o nome que se lhes dá. É mais que provável que a média de sua extensão tenha sido 300 *mansi*, isto é, aproximadamente, 4 000 hectares, e muitos deles tinham, com certeza, uma superfície muito superior. Mas as suas terras nunca são contínuas. A dispersão é a regra. As "vilas" de um mesmo proprietário são separadas

2. F. Lot, "L'État des paroisses et des feux de 1328", na **Bibliothèque de l'École des Chartes,** t. XC, 1929, p. 301, admite que, em princípios do século XIV, a população urbana da França constituía, quando muito, a décima parte, no mínimo, e a sétima, no máximo, da população total; porém, com relação a Brabante, J. Cuvelier, **Les dénombrements de foyers en Brabant,** p. CXXXV, observa que, em 1437, o campo compreendia duas terças partes das casas de todo o ducado.

3. É desnecessário observar que, conquanto a organização latifundiária apresente notáveis diferenças, segundo as regiões, poder-se-á descrevê-la nesta obra, unicamente, de maneira muito geral e até certo ponto esquemática, visando-se pôr em relevo seus traços gerais.

umas das outras por espaços cada vez mais amplos, à medida que nos afastamos do centro dominial. O mosteiro de São Trond, por exemplo, era dono de um extenso senhorio territorial, cujo núcleo principal estava agrupado ao seu redor, possuindo, porém, anexos afastados: ao Norte, até às imediações de Nimega, ao Sul, até às de Trèves.[4] Esta dispersão tinha como conseqüência natural confundirem-se uns com os outros. Acontecia com freqüência que uma mesma aldeia pertencia a dois ou três latifundiários. A situação complicava-se ainda mais quando um domínio se estendia, como acontecia freqüentemente, a regiões submissas a diferentes príncipes e territórios onde se falavam idiomas diversos. Tal foi o resultado das aglomerações fundiárias constituídas, como foi o caso das da Igreja, das doações sucessivas a vários benfeitores, ou então, como se deu com as da nobreza, segundo o capricho dos casamentos ou das heranças. Nenhum plano de conjunto presidiu à formação dos latifúndios. Tal formação realizou-se de acordo com a História, mas sem levar em conta qualquer consideração econômica. (*)

As "cortes" senhoriais

Embora disperso, o latifúndio possuía uma organização muito sólida, que, em seus pontos essenciais, é a mesma em todas as regiões. O centro do domínio era a residência habitual do senhor, seja igreja, catedral, abadia ou fortaleza. Dele dependiam as diferentes circunscrições, cada uma das quais abrangia uma ou várias "vilas" (aldeias). Cada circunscrição acha-se por sua vez sob a jurisdição de uma *curtis* (*corte* nas regiões de língua românica; *hof*, nas de língua germânica; *manor*, na Inglaterra), em que se achavam reunidos os edifícios de explotação: granjas, estábulos, cavalariças etc., assim como os servos domésticos (*servi quotidiani*, *dagescalci*), dedicados ao seu serviço. Ali também residia o agente encarregado da administração, *villicus* ou *major* (*maire*, *mayer*, no continente; *seneschal*, *stewart* ou *bailiff*, na Inglaterra). Escolhido entre os *ministeriales*, isto é, entre os servos empregados como homens de confiança em casa do senhor, este agente instável, a princípio, não tardou, em vir-

4. Veja-se o mapa deste domínio no século XIII em H. Pirenne, **Le livre de l'abbé Guillaume de Ryckel, polyptyque et comptes de l'abbaye de Saint-Trond au milieu du XIII[e] siècle,** Bruxelas, 1896.

tude da evolução geral própria ao período agrícola da Idade Média, em exercer as suas funções a título hereditário.

Os "mansi" e a reserva senhorial

O conjunto do território submetido à jurisdição de uma corte ou de um solar dividia-se em três partes: o domínio propriamente dito, as dependências e as terras comuns. O domínio, ou *demesne* (*terra indominicata, mansus indominicatus*), constituía a reserva senhorial. Era formado pelo conjunto das terras destinadas ao uso exclusivo do senhor. É impossível determinar com exatidão sua importância proporcional, que variava, consideravelmente, de uma corte para outra. Em geral, dividiam-se em parcelas dispersas através das terras dos colonos. Em compensação, a área destas apresentava uma notável uniformidade em cada *vila*, embora diferisse consideravelmente de uma região a outra. (*) Continham, com efeito, a quantidade de terra suficiente para manter uma família, e disso resultava que, conforme o grau de fertilidade do solo, eram mais ou menos grandes de um terreno a outro.[5] Eram designados em latim pelo nome de *mansus* (*manse, mans*), pelo de *masía*, em catalão, *hufe*, em alemão e o de *virgate* ou de *yarland*, em inglês. Todas estavam oneradas de corvéias e rendas pagas quase sempre em espécie, em proveito do senhor. Todas, também, asseguravam ao ocupante um direito de aproveitamento das pastagens naturais, dos pântanos e das charnecas ou da floresta que rodeavam o solo cultivado, cujo conjunto se designa nos textos, pelas palavras *communia, warescapia*. Procurou-se, em vão, descobrir, nessas terras de uso comum, vestígios de uma propriedade coletiva. Na realidade, a posse legítima das ditas terras pertencia ao senhor. (*)

Rendeiros e servos

Com exceção dos proprietários, todos os homens que viviam no território de uma corte ou de uma *vila* eram servos ou, por assim dizer, semi-servos. (*) Se a escravidão antiga

5. Segundo o trabalho de G. des Marez, citado na bibliografia (pág. 63, nota n.º 1), o "mansus" compreendia, em Brabante, de dez a doze **bonniers**, o que, dadas as diversas dimensões dos **bonniers**, equivaleria a uma superfície de 8 a 15 hectares. Segundo Marc Bloch, **op. cit.**, p. 159, a superfície dos "mansi" oscila na França entre 5 e 30 hectares, sendo a média de 13 hectares, aproximadamente.

desaparecera, observam-se ainda vestígios dela na condição dos *servi quotidiani*, dos *mancipia*, dos quais até a pessoa pertencia ao senhor. Dedicavam-se ao seu serviço e eram mantidos por ele. Era entre eles que o senhor recrutava os trabalhadores de sua reserva, os zagais, pastores e operários de ambos os sexos que empregava nos "gineceus", nome com que designavam indistintamente as oficinas da corte dominial onde se teciam o linho e a lã produzidos pelo senhorio e entre os quais se encontravam também carreiros, ferreiros, cervejeiros etc. A servidão pessoal era menos acentuada entre os rendeiros estabelecidos (*casati*) nos *mansi*. Mas mesmo nisto havia vários matizes. De fato, todos tinham adquirido a posse hereditária do solo que cultivavam, se bem que muitos, a princípio, tinham-no possuído a título precário. Encontravam-se, mesmo entre eles, antigos homens livres, mas sua liberdade achava-se muito alterada pelo fato de terem que aceitar corvéias e censos que gravavam a sua dependência. (*) Nos domínios monásticos formara-se, no seio da população dominial, uma classe privilegiada, a dos *cerocensuales*, que descendiam, em sua maior parte, de viúvas de origem livre, que viviam ao amparo das abadias e haviam abandonado a estas a propriedade de suas terras, sob a condição de conservar-lhes o usufruto em troca de uma oferenda de cera nas festas eclesiásticas mais importantes do ano.[6] (*) Os *cotarii* ou *bordarii* eram um pouco diferentes dos rendeiros propriamente ditos. Essas palavras designam os servos que possuíam um pequeno lote e que se empregavam como obreiros agrícolas a serviço do senhor ou dos possuidores de *mansi*. (*)

Unidade judicial e religiosa dos domínios

A dependência da população dominial ao senhor era ainda mais rígida pelo fato de exercer este sobre ela o poder judiciário. Todos os servos, propriamente ditos, estavam submetidos, sem exceção alguma, à sua jurisdição. Quanto aos demais rendeiros, acontecia amiúde que, em matéria de crimes e delitos, dependiam da justiça pública. A competência da jurisdição senhorial era proporcional, nas diferentes re-

---

6. Em Hainaut e nas regiões vizinhas, eram designados pelo nome de "sainteurs".

giões, à usurpação do feudalismo em relação à soberania do rei. Essa competência chegava ao máximo na França e ao mínimo na Inglaterra. Em todas as partes, contudo, ela se estendia pelo menos aos assuntos concernentes às dependências, às corvéias, aos censos e ao cultivo do solo. Cada domínio tinha sua ou suas cortes territoriais, integradas por vilões, presididas pelo alcaide ou *villicus* e que proferiam suas sentenças de acordo com o direito consuetudinário próprio do senhorio, isto é, segundo usos tradicionais que a população, de vez em quando, consultada pelo senhor, recordava nos *records* ou *Weistümer*.

Cada circunscrição dominial formava uma unidade judicial e também uma unidade religiosa. Os senhores construíam, próximo de suas principais cortes, uma capela ou uma igreja que dotavam de terras e cujos párocos eles mesmos nomeavam. Tal é a origem de um grande número de paróquias rurais, se bem que a organização eclesiástica, cujas dioceses conservaram por tanto tempo os mesmos limites que as "cidadelas" romanas, perpetua, às vezes até nossos dias, pela figuração de suas paróquias, os limites de muitos senhorios da alta Idade Média.

Caráter patriarcal da organização senhorial

Resulta de tudo isso que o latifúndio não era somente uma instituição econômica, mas também uma instituição social. Impunha-se a toda vida de seus habitantes. Estes eram muito mais que simples rendeiros do seu senhor: eram seus homens em toda a força do termo e observou-se, acertadamente, que o poder senhorial se baseava ainda mais na qualidade de chefe que outorgava ao seu detentor do que por sua qualidade de proprietário fundiário. Bem encaradas as coisas, a organização senhorial, em seus pontos essenciais, aparece como uma organização patriarcal. A própria língua no-lo demonstra. Que é o senhor (*senior*), senão o ancião cujo poder se estende sobre a *família* que protege? Pois é indubitável que a protege. Em tempo de guerra, defende-a contra o inimigo e abre-lhe o refúgio das muralhas da sua fortaleza. Além disso, seu interesse mais evidente não é ampará-la, uma vez que vive do seu trabalho? A idéia que se costuma formar da exploração senhorial é talvez um tanto superficial. A exploração do homem supõe a vontade de em-

pregá-lo como instrumento, a fim de que chegue ao máximo do seu rendimento. A escravidão rural da Antigüidade, a dos negros das colônias dos séculos XVII e XVIII e a condição dos operários da grande indústria durante a primeira metade do século XIX ofereceram exemplos bastante conhecidos disso. Mas que diferença com o domínio da Idade Média, em que o onipotente costume determinante dos direitos e das obrigações de cada um se opunha, por isso mesmo, a que o livre exercício da preponderância econômica lhe permitisse manifestar o desapiedado rigor a que se entrega sob o aguilhão da cobiça!

Caráter econômico dos domínios

Ora, a idéia de lucro e ainda a própria possibilidade de realizar um lucro são incompatíveis com a situação do latifundiário medieval. Como não tivesse meio algum, por falta de mercados externos, de produzir em função da venda, não precisava esforçar-se para obter da sua gente e da sua terra um excedente que constituiria para ele um estorvo. Uma vez que é obrigado a consumir, ele mesmo, suas rendas, limita-se a ajustá-las às suas necessidades. Sua existência está assegurada pelo funcionamento tradicional de uma organização que nem ao menos trata de melhorar. Observa-se que antes da metade do século XII, a maior parte do solo que lhe pertence está coberto de charnecas, florestas e pântanos. Em parte alguma se nota o menor esforço para mudar os processos seculares de leira, para adaptar as culturas às propriedades do solo ou aperfeiçoar os instrumentos agrícolas. O imenso cabedal, consistente em bens de raiz, que possuem a Igreja e a nobreza não produz, em suma, senão uma renda insignificante em relação à sua capacidade virtual. (*)

Desejar-se-ia saber, mas infelizmente não é possível, qual foi naqueles domínios, que os seus detentores não exploravam visando lucros, o ganho do camponês, após trabalhar todo o ano, de um a três dias por semana, na reserva do senhor e de entregar, nas datas marcadas pelo costume, os censos, em espécie, que oneravam a sua terra. Muito pouca coisa deveria ser, e talvez nada. Mas esse pouco bastava a pessoas que não pensavam, como acontece agora, em produzir acima de suas necessidades. Garantido contra a expulsão, visto ser a

sua terra hereditária, o vilão gozava da vantagem de sua segurança. O regime agrário proibia-lhe, por outro lado, qualquer tentativa, assim como toda possibilidade de exploração individual.

Regime agrário

Dito regime tinha, com efeito, por conseqüência, a necessidade do trabalho em comum. Tal coisa acontecia com os dois grandes sistemas de cultivo, cuja origem remonta, sem dúvida, aos tempos pré-históricos: o dos campos alongados e o dos campos irregulares. Em ambos os casos, a leira bienal ou trienal, isto é, o fato de deixar em descanso (alqueive) todo o ano a metade ou a terça parte da superfície cultivável, submetida cada uma à coletividade. Era necessário que as mesmas parcelas da mesma divisão e do mesmo *gewann* fossem aradas simultaneamente e que se semeassem ou se abandonassem como terras de "pastagem inútil" depois da colheita. Confundindo-se uma com as outras, precisavam permanecer abertas até o momento em que fossem fechadas com uma cerca provisória, quando o trigo começava a crescer. Após a colheita, a comunidade não perde os seus direitos. Todos os animais do povoado, constituindo um só rebanho, pastavam então nas terras de lavoura, despojadas de suas espigas e livres de suas cercas. (*)

Em tal estado de coisas, a atividade de cada um depende da atividade de todos, e enquanto esta subsistiu, a igualdade econômica dos proprietários de *mansi* teve que ser regra geral. Em caso de enfermidade ou invalidez, intervêm os vizinhos. Certamente, o apego à economia, que no futuro seria tão característico do camponês, não acha ocasião alguma para manifestar-se. Quando uma família era muito numerosa, os filhos menores iam integrar o grupo dos *cotarii* ou juntar-se à massa dos seres errantes que vagueavam pela região.

Direitos senhoriais

Os direitos senhoriais eram outro obstáculo à atividade individual, em diversos graus, é certo, segundo as pessoas. Os servos, propriamente ditos, não podiam contrair matrimônio sem pagar uma taxa, nem casar-se com mulher alheia

ao domínio, sem autorização. Por morte do servo, o senhor recebia toda a sua herança ou parte dela (*corimedis,* mão-morta, ou melhor *catel*). * Quanto às corvéias ou aos censos em espécie, pesavam sobre todos os rendeiros ou, melhor dizendo, a todas as dependências, pois transformaram-se, finalmente, de encargos pessoais em cargas reais. Distinguiam-se, a este respeito, diversas categorias de *mansi*: *ingenuiles, serviles, lidiles,* cujas obrigações diferiam conforme haviam sido ocupados, na sua origem, por um servo de corpo, um *lite* (semi-livre), ou um homem livre. A *talha* — pesado tributo que o senhor exigia também de seus homens, em caso de necessidade, era talvez o gravame mais odioso. Obrigava-os a pagar um adiantamento gratuito, que, por ser arbitrário, só podia naturalmente dar lugar aos mais graves abusos. Não acontecia o mesmo com as *banalidades* (poias) que obrigavam os vilões a moerem seu cereal unicamente no moinho do senhor, a fabricar a cerveja na sua cervejaria e a pisar a a uva no seu lagar. As taxas que se lhes exigiam por tudo isso tinham, pelo menos, uma compensação: a faculdade de utilizar as instalações feitas pelo senhor.

Enfim, deve-se observar que o senhor não tirava proveito de todas as rendas percebidas no seu domínio. Acontecia amiúde que as suas terras achavam-se sobrecarregadas com direitos "jurisdicionais", quer dizer, com direitos que não se originavam da propriedade, mas da soberania. Isto ocorria com muita freqüência, por exemplo, com *champart* ** ou o *medem,* que se pode considerar como um remoto vestígio, incorporado à terra, do imposto público romano. Muitos proprietários haviam-no confiscado em proveito próprio. Mas acontecia também que o percebiam por conta do príncipe territorial ou de qualquer outra pessoa que tivesse sobre ele algum direito. De índole muito diferente, o dízimo constituía um gravame muito mais pesado e, sobretudo, mais geral. Teoricamente, a Igreja deveria percebê-lo, mas, de fatos, muitos senhores dele se apoderaram. Pouco importava, além disso, ao camponês,

* O direito de melhor **catel** ("de meilleur catel") era o direito em virtude do qual os senhores, depois da morte de um vassalo, apoderavam-se da melhor parte dos móveis do defunto. Etimologia: "cheptel", gado. (N. do T.)

** Champart: Certa quantidade de gavelas, de messes ou de frutos da terra que, em alguns lugares, pagavam os enfiteutas aos senhores proprietários. (N. do T.)

a origem dos censos territoriais, uma vez que qualquer que fosse a sua natureza, sempre recaíam sobre ele. (*)

II. TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA A PARTIR DO SÉCULO XII [7] (*)

Aumento da população

A partir de meados do século X, a população da Europa Ocidental, finalmente livre dos saques dos sarracenos, normandos e húngaros, inaugura um movimento ascendente, que é impossível conhecer com precisão, mas cujos resultados se observam claramente no século seguinte. (*) Não há dúvida de que a organização senhorial já não corresponde, no seu todo, ao excedente dos nascimentos em relação aos óbitos. Uma quantidade cada vez maior de indivíduos obrigados a abandonar as dependências paternas, tem que procurar novos recursos. Em particular, a pequena nobreza, cujos feudos passam ao morgado, está repleta de uma multidão de segundos gênitos. Sabe-se que entre eles se recrutaram os aventureiros normandos que conquistaram o sul da Itália, que acompanharam o duque Guilherme à Inglaterra e forneceram a maior parte dos soldados da primeira Cruzada. A imigração do campo para as cidades nascentes e a constituição da classe nova dos mercadores e dos artesãos, que apareciam na mesma época, tornar-se-iam incompreensíveis sem um aumento considerável do número dos habitantes. E tal aumento é ainda mais notável a partir do século XII, e prosseguirá, sem interrupção, até fins do século XIII.

Disto se originam dois fenômenos essenciais: de uma parte, o povoamento mais intenso das regiões mais antigas

---

7. Bibliografia: Ver nota n.º 1, cap. III, Add.: E. Bonvalot, **Le tiers-état d'après la charte de Beaumont et ses filiales,** Paris, 1884; M. Prou, "Les coutumes de Lorris et leur propagation au XIIe et au XIIIe siècle", em **Nouv. Rev. hist. du droit français,** t. VIII, 1884; L. Vanderkindere, "La loi de Prisches", em **Mélanges P. Fredericq,** Bruxelas, 1904; M. Bateson, "The laws of Breteuil", em **English hist. review,** t. XV, 1900; F. Goblet d'Alviella, **Histoire des bois et forêts en Belgique,** t. I, Bruxelas, 1927; A. Schwappach, **Grundriss des Forst- und Jagdwesens Deutschlands,** Berlin, 1892; E. de Borchgrave, **Histoire des colonies belges qui s'établirent en Allemagne pendante le XIIe et le XIIIe siècle,** Bruxelas, 1865 (Mém. Acad. de Belgique); R. Schroeder, **Die Niederländischen Kolonien im Norddeutschland zur Zeit des Mittelalters,** Berlim, 1880; E. O. Schulze, **Niederländische Siedelungen in den Marschen an der unteren Weser und Elbe im XII und. XIII. Jahrhundert,** Hanover, 1889.

da Europa; de outra, a colonização, por emigrantes alemães, das regiões eslavas situadas à margem direita do Elba e do Saale. Por último, a crescente densidade da população e sua expansão exterior coincidem com uma profunda transformação da sua situação econômica e da sua condição jurídica. Com maior ou menor rapidez, segundo as regiões, iniciou-se uma evolução que, mau grado a variedade dos detalhes, não apresenta a mesma direção geral em todo o Ocidente.

Os senhorios cistercienses

Viu-se mais acima que a organização patriarcal dos grandes domínios era completamente alheia à idéia de lucro. Funcionou, unicamente, com o objetivo de ganhar a subsistência do senhor e dos seus homens. Regulamentada pelo direito consuetudinário, que fixou de maneira imutável os direitos e obrigações de cada um, é incapaz de adaptar-se às novas circunstâncias que se impõem à sociedade.

Em parte alguma se observa que os latifundiários tomem a iniciativa de pô-la de acordo com as transformações do ambiente, que com toda certeza os desconcertam. Deixaram arrastar-se por elas, sem tratar de tirar proveito das vantagens que poderia produzir-lhes a enorme riqueza territorial de que dispunham. É evidente que as mudanças que revelam, desde a primeira metade do século XII, nas regiões mais adiantadas, a decadência do sistema senhorial não provieram deles, mas de sua gente. Todavia, isto só é certo no que se refere aos antigos domínios da aristocracia leiga, dos bispos e dos mosteiros beneditinos estabelecidos conforme os princípios que dominaram na época carolíngia. As abadias cistercienses fundadas no século XI, isto é, em uma época em que começaram a manifestar-se os primeiros sintomas da ruptura do equilíbrio tradicional, mostram, em compensação, uma administração econômica de índole até então desconhecida. (*) Uma vez que todas as terras cultiváveis se achavam ocupadas na época em que apareceram as referidas abadias, estas se estabeleceram quase sempre em terrenos incultos e desertos, no meio de bosques, pântanos e charnecas. Seus inferiores cederam-lhes grandes extensões dos páramos que abundavam em seus domínios e que permitiam aos monges viverem do trabalho manual a que os obrigavam as suas

regras. Os cistercienses, que nisto diferiam dos beneditinos, a quem se havia cumulado, em geral, de doações de terras cultivadas e exploradas, dedicaram-se, desde o começo, ao arroteamento. Associaram-se, além disso, para que os ajudassem em sua tarefa, a irmãos leigos, ou irmãos conversos encarregados da exploração das grandes herdades ou das granjas, que constituem uma inovação em sua economia agrícola. Compreendiam uma superfície considerável, em geral de duzentos a trezentos hectares, que, em vez de ser dividida em dependências, era explorada sob a vigilância dum monge (*grangiarius*), pelos conversos ou mesmo por forasteiros empregados como operários agrícolas.

A servidão, que até esse tempo fora a condição normal dos camponeses, quase não aparece nas terras cistercienses. Também não se encontram nelas as corvéias, nem a pesada e torpe vigilância dos *villici* hereditários. Nada há mais oposto às "reservas" dos antigos domínios do que as formosas propriedades rurais da ordem de Cîteaux, com sua administração centralizada, sua extensão compacta e sua exploração racional. Nas "terras novas" que os mosteiros cultivam é que se acha a novidade da organização econômica. Encontramo-nos, aqui, frente a um sistema que soube aproveitar, com perfeita inteligência, o aumento da população. Deu oportunidade ao excedente de trabalhadores que a antiga repartição de terras não permitia se aproveitassem. Entre eles recrutaram-se, sem dúvida alguma, os irmãos conversos, cujo número não deixou de aumentar até a segunda metade do século XIII. Na abadia de Dunes existiam trinta e seis trabalhadores lá pelo ano de 1150, e duzentos e quarenta e oito, cem anos depois. Fora disto, a participação do trabalho livre proporcionado pelos "hóspedes" desenvolveu-se na mesma relação. [8]

Os hóspedes

O termo hóspede (*hôtes*), que aparece com maior freqüência a partir do século XII, é bem característico do movimento que se levou a cabo naquela época, na classe rural.

8. Sobre a organização dos domínios cistercienses, ver, por exemplo, "Le polyptyque de l'abbaye de Villers" (meados do século XIII), publicado por E. de Moreau e J. B. Goetstouwers, nos **Analectes pour servir à l'histoire ecclésiastique de la Belgique**, t. XXXII e XXXIII, 1906-1907.

Como o seu nome indica, designa um recém-chegado, um forasteiro. É, em suma, uma espécie de colono, um imigrante à procura de terras novas ainda por cultivar. De onde sai? Indubitavelmente, seja da massa desses seres errantes que originaram, na mesma época, como já se viu anteriormente, os primeiros mercadores e os primeiros artesãos das cidades, seja da população senhorial de cuja servidão se libertou. A condição regular do hóspede é, com efeito, a liberdade. Sem dúvida, quase sempre nasceu de pais que não eram livres. Mas, quando conseguia afastar-se da sua terra natal e escapar à perseguição do seu senhor, quem poderia reconhecer sua primitiva condição jurídica? Como ninguém reivindica a sua pessoa, dependia de si próprio.

Primeiros arroteamentos

As terras baldias são oferecidas, em abundância, aos referidos hóspedes, pois imensos "ermos", florestas, charnecas e pântanos permanecem fora da apropriação privada e dependem tão-somente da jurisdição dos príncipes territoriais. (*) Para neles se estabelecer, basta uma simples autorização. Por que se negaria esta, se os forasteiros não prejudicam nenhum direito anterior? Tudo indica que, em muitos casos, puseram-se espontaneamente em arrotear, roçar e dessecar as terras, como fazem os colonos nas regiões novas. Desde o começo do século XII, por exemplo, estabeleceram-se alguns imigrantes livres na vasta extensão da "floresta de Theux", colocada sob a jurisdição do príncipe-bispo de Liège, sem que este os tivesse chamado. Antes deles, ninguém penetrara naqueles desertos. O povoamento desses ermos foi a tal ponto obra de pioneiros livres que, até fins do Antigo Regime, jamais se conheceu a servidão nessas terras, onde se perpetuaram os seus descendentes.

As "cidades novas"

É evidente que essa forma primitiva de ocupação não pôde durar muito tempo. Os possuidores de todas as terras virgens que existiam fora das *communia* senhoriais não tardaram em aproveitar a vantagem que apresentava o aumento cada vez maior da mão-de-obra. A idéia sumamente simples de trazer hóspedes e estabelecê-los nos aludidos domínios,

mediante um censo, devia forçosamente ocorrer ao seu espírito. Empregaram, em suma, *mutatis mutandis*, o método de povoamento de que se viram tantos exemplos no *Far West* americano, no século XIX. A semelhança das cidades novas do século XI e XII com as *towns* desenhadas de antemão pelos empresários americanos ao longo de uma linha de estrada de ferro é, com efeito, evidente, até nos detalhes. Em ambos os casos, trata-se de atrair os imigrantes por meio de condições materiais e pessoais mais favoráveis e recorrer-se à publicidade para dar-lhes maior atrativo. A carta da "cidade nova", ainda por criar, publica-se em toda a região, do mesmo modo que, na atualidade, a imprensa publica os mais estupendos prospectos sobre o futuro, recursos e atrativos da cidade em formação.

O nome da "cidade nova" não é menos significativo do que o dos "hóspedes" que nela se estabelecerão. Mostra claramente que foi feita para recém-chegados, para forasteiros, para imigrantes, em uma palavra, para colonos. A este respeito, apresenta um contraste magnífico com o latifúndio, tanto mais notável quanto, quase sempre, o fundador da nova cidade é proprietário de um ou vários senhorios dominiais. Conhece, portanto, a sua organização e, não obstante, abstém-se escrupulosamente de nela se inspirar. Por que, se não por considerá-la incapaz de corresponder aos desejos e às necessidades dos homens que ele se esforça por atrair? Em parte alguma se observa o menor contato entre os antigos domínios e as jovens "cidades novas", nem o menor esforço para vincular estas com as *curtes* daqueles ou para submetê-las à jurisdição dos *villici*. Na realidade, não há relação entre ambos. São dois mundos distintos.

Do ponto de vista agrário, o que caracteriza, antes de tudo, as cidades novas, é o trabalho livre. Suas cartas de fundação, cujo número é considerável, desde princípios do século XII até fins do XIII, deixam a mesma impressão. A servidão pessoal é completamente ignorada nas aludidas cidades. Além disso, os servos que chegaram de fora serão libertados após um ano e um dia de residência, ainda que o fundador exclua dessa regra os servos dos seus próprios domínios, temeroso de que estes se despovoem em proveito da nova cidade. O mesmo acontece com as corvéias. Estas, além disso, servem para que se cultive a reserva senhorial e já não existe aqui

reserva dessa natureza. Todo o solo está coberto pelas dependências dos camponeses e cada um destes concentra em sua terra todo o seu labor. Quando muito, alguma prestação coletiva de trabalho impõe-se, em certos lugares, à população; como, por exemplo, na carta de Lorris (1155), a obrigação de transportar uma vez por ano, a Orléans, o vinho do rei.

Quanto aos antigos direitos senhoriais de mão-morta, de melhor *catel* e de *formariage*, nem deles se fala. A "talha" subsiste, assim como a obrigação do serviço militar, mas adquiriram o caráter de encargos públicos; além disso, o pagamento da primeira e a prestação do segundo estão limitados e regulamentados. Por outra parte, a *banalidade* (poia) do lagar e do moinho, embora não houvesse desaparecido, não mais constituía direito que pudesse modificar a condição das pessoas e cujo exercício se possa considerar como uma exploração. Quem teria construído esses estabelecimentos indispensáveis, se não o senhor?

É importante observar que, se o camponês da cidade nova se opõe ao vilão senhorial, aproxima-se ao mesmo tempo do burguês. As cartas que o regem são diretamente influenciadas pelo direito urbano, a tal ponto, que a qualificação de burgueses se dá, amiúde, aos habitantes das cidades novas. Como os burgueses, os referidos habitantes receberam, com efeito, uma autonomia administrativa que correspondia às suas necessidades. O alcaide que os dirige em nada se parece aos *villici* que administram os grandes domínios; é o defensor dos interesses da aldeia e freqüentemente os camponeses intervieram em sua nomeação, como aconteceu em numerosas cidades novas, cujas cartas, com freqüência, eram copiadas da de Beaumont-en-Argone (1182). Mesmo assim, e imitando também o modelo urbano, são dotadas, cada uma, de uma almotaçaria especial, órgão do seu direito e tribunal dos seus habitantes. Assim, a nova classe rural aproveitou os progressos anteriores da burguesia.

Não só as cidades não surgiram das aldeias (*villages*), como às vezes se acreditou, mas, ao contrário, as aldeias livres foram dotadas do direito municipal, à medida que este se lhes podia aplicar. É curioso observar que, na maioria dos casos, as grandes cidades e não as de segunda ordem, semi-rurais, foram as que difundiram seus direitos pelos campos. Em Brabante, por exemplo, os duques utilizaram o direito

municipal de Lovaina nas cartas outorgadas em 1160 a Baisy; em 1216, a Dongelberg; em 1222, a Wavre; em 1228, a Courrières e em 1251, a Merchtem. Algumas cartas de cidades novas tornaram-se tão boas quando aplicadas, que tiveram extraordinária difusão. A de Lorris, a partir de 1155, foi outorgada a 83 localidades, do Gâtinais e do Orléanais; a de Beaumont, a partir de 1182, a mais de 500 aldeias e burgos da Champanha, Borgonha e Luxemburgo; a de Prisches (1158), a um grande número de cidades novas de Hainaut e de Vermandois. Do mesmo modo, a de Breteuil, na Normandia, difundiu-se amplamente, no transcorrer do século XII, na Inglaterra, País de Gales e, ainda, na Irlanda. (*)

Não obstante, não se deve exagerar a analogia, nem comparar os camponeses das cidades novas com os burgueses das cidades propriamente ditas. Sua liberdade pessoal encontra uma limitação nos direitos que o proprietário conserva sobre a terra da aldeia. O hóspede somente recebe, com efeito, a sua hereditariedade, em troca de um pagamento anual, sendo que o domínio real continua pertencendo ao senhor; submetem-se à jurisdição senhorial todos os assuntos relativos às dependências. Poder-se-á dizer com exatidão que, nas cidades novas, a cultura em pequena escala coexiste com a grande propriedade. Esta forma a base jurídica do edifício fundiário. Embora não determine mais a condição dos homens, continua determinando a da terra. Sem dúvida, no final, a posse do camponês se afirmará de tal modo que, por sua vez, parecerá uma verdadeira propriedade, onerada com um simples direito titular em benefício do senhor. Não obstante, a propriedade do camponês não conseguiu sacudir as cadeias que pesavam sobre ela, até fins do Antigo Regime.

As cidades novas são apenas uma das manifestações do grande trabalho de arroteamento, que, desde fins do século XI, transformou o solo da Europa. Além disso, são elas encontradas, com todas as características que acabamos de expor, somente no norte da França, entre o Loire o Mosa. Ao sul do Loire podem ser comparadas às *bastides*, que, como estas, se deviam à iniciativa dos príncipes ou dos grandes senhores. Na Espanha, as "povoações" das regiões reconquistadas pelos cristãos aos muçulmanos apresentam um caráter bastante diferente das de colonização fronteiriça. Quanto à Itália, é provável que os progressos do cultivo do solo tenham

se efetuado precisamente pelo simples aumento do número de habitantes nas antigas divisões agrícolas que datavam da Antigüidade, e das quais os homens voltam a tomar posse depois das devastações sarracenas e das guerras civis do século X; mas, apesar de todos estes matizes, o fenômeno geral é o mesmo em todas as partes. Em toda a superfície do antigo Império Carolíngio, a população, que se tornou mais densa, multiplica o número dos centros habitados, nos quais o trabalho livre inicia energicamente, através dos ermos, a conquista de novos campos.

Obras de construção de diques

Nos Países Baixos vê-se empreender ao mesmo tempo a luta contra as águas do mar e dos rios. (*) O excesso de população, que se observa aqui de modo particular, foi sem dúvida a causa das primeiras empresas de dessecação. Os textos permitem-nos afirmar que, no transcurso do século XI, o solo do condado de Flandres fornece apenas, e com dificuldade, o necessário aos seus habitantes. Sabemos que grande número de flamengos se alistou, em 1066, no exército de Guilherme, o Conquistador e que, quando terminou a expedição, permaneceram na Inglaterra, onde, durante uma centena de anos, a eles se juntaram bandos de seus compatriotas.

Um pouco mais tarde, a região proporciona à primeira Cruzada um dos seus mais numerosos exércitos. Nela também recrutam os príncipes vizinhos os mercenários que, sob o nome de *geldungi*, de *cotereaux* e de *Brabançons*, desempenharam na história militar dos séculos XI e XII o mesmo papel que os suíços no século XVI.[9] Afinal, o crescimento extraordinariamente rápido das cidades flamengas, na mesma época, não supõe uma afluência característica da população rural para os centros urbanos? A mesma necessidade de encontrar novos meios de existência deve ter provocado a cons-

9. H. Pirenne, **Histoire de Belgique**, t. I, 5.ª ed., p. 156. As regiões romanas que se limitavam com Flandres foram também sumamente povoadas no século XII e enviaram numerosos emigrantes à Silésia e até à Hungria. A cidade de Gran deve-lhes, provavelmente, a sua origem. Nela havia, no século XII, um **vicus latinorum**, onde principalmente vivia gente de Lotaríngia e de Artois. K. Schünemann, **Die Entstehung des Städtewesens in Südosteuropa**, Breslau, 1929.

trução dos diques mais antigos. Os condes de Flandres intervieram desde logo para alentá-los e sustentá-los. Isto porque os pântanos (*meerchen, broeken*) e as terras de aluvião acham-se sob a jurisdição do príncipe e nada podia favorecer-lhe mais do que cultivá-las. Sob o reinado de Balduíno V (1035-1067), os progressos obtidos já eram suficientemente consideráveis para que o arcebispo de Reims pudesse felicitar o conde, por ter transformado regiões, até então improdutivas, em terras férteis, cobertas de ótimos rebanhos. Em toda a região marítima observam-se, desde então, vacaria e redis (*vaccariae, bercariae*) e, em fins do século, seus rendimentos já bastante consideráveis são, sem dúvida, objeto de uma verdadeira contabilidade dirigida por "notários".

Basta isto para comprovar que os condes não introduziram a organização senhorial nas "terras novas" da Flandres marítima. Os espaços por dessecar, onde se projetava construir diques, foram cedidos, como o solo das vilas novas no interior do país, aos colonos que nele se estabeleceram. Seu estatuto, como nas vilas novas, foi o de homens livres, obrigados, apenas, a pagar rendas em espécie ou em dinheiro. Mas as condições particulares que a luta contra o mar exigia impuseram àqueles homens uma colaboração muito mais estreita do que a dos camponeses de terra firme. Se bem que as associações de *wateringues*, isto é, agrupamentos obrigatórios formados para a regularização do desaguamento e da boa conservação dos diques em um mesmo distrito marítimo, não apareçam nos textos primitivos, não resta dúvida de que deveriam existir desde o princípio. No século XII, encontram-se já, em qualquer parte do estuário do Escalda e ao longo da costa do mar do Norte, os *polders*, palavra pela qual se designam as terras de aluvião rodeadas de diques e definitivamente conquistadas ao mar. Naquela época, as abadias imitaram o exemplo do conde e esforçaram-se, energicamente, por expulsar as águas das partes pantanosas dos seus domínios. Entre as ditas abadias, as da ordem de Cîteaux distinguem-se em primeiro lugar. Somente no território de Hulst, em meados do século XIII, a abadia de Dunes possuía 5 000 fânegas rodeadas de diques, e 2 400 sem diques (aproximadamente 2 200 e 1 100 hectares).

Colonos flamengos na Alemanha

Ao norte de Flandres, os condados da Zelândia e da Holanda desdobravam a mesma atividade. Como faltam documentos, não se pode conhecê-la nos seus detalhes. Basta, porém, observar os resultados que obtivera e a fama de que gozava, para certificar-se do seu progresso. Com efeito, o renome dos povos dos Países Baixos como construtores de diques era tal que os príncipes alemães os chamaram, a partir do século XII, para dessecarem as margens do Elba inferior, e de onde penetravam, pouco depois, em Brandeburgo e Mecklemburgo. A configuração do solo destes lugares conserva, ainda hoje, as marcas das suas obras. Os príncipes que os chamaram deixaram-nos, naturalmente, gozar da sua liberdade pessoal e cederam-lhes o solo em condições análogas às que teriam obtido na sua pátria. Designou-se pelo nome de *flämisches Recht* (direito flamengo) o direito que eles importaram e que revelou à Alemanha a existência dos camponeses livres que representavam com tanta energia. A outorga do *flämisches Recht* equivale, para a população rural, à liberação. (*)

A colonização alemã do outro lado do Elba

Colonos flamengos penetram, do mesmo modo, na Turíngia, Saxônia, Lausitz e até na Boêmia. Podem eles ser considerados como os precursores da poderosa expansão colonial que a Alemanha projetou nos territórios da margem direita do Elba e do Saale. Aqui, o povoamento foi tão-só resultado e conseqüência da conquista. Os duques da Saxônia e os margraves de Brandeburgo, matando a população eslava, ou expulsando-a dos seus domínios, abriram caminho à ocupação alemã. É certo que, além disso, a referida ocupação não teria nem a extensão nem o vigor que a caracterizam, se o solo da pátria não fosse, desde aquela época, demasiado pequeno para os seus habitantes. Da Saxônia e da Turíngia saíram os camponeses que se instalaram entre o Elba e o Saale. Logo depois, os westfalianos seguiram-nos e se estabeleceram em Mecklemburgo, Brandeburgo e Lausitz. Em fins do século XII, Mecklemburgo estava completamente colonizado; Brandeburgo, no século XIII. Cabia à Ordem teutônica abrir pelas armas, desde 1230, um novo caminho aos

avanços alemães na Prússia oriental, na Livônia e na Lituânia, e levar sua vanguarda até o golfo da Finlândia. Ao mesmo tempo, bávaros e renanos chegavam, por seu turno, à Boêmia, Morávia, Silésia, Tirol, e até os confins da Hungria, superpondo-se aos antigos habitantes eslavos daquelas regiões ou convivendo com eles. (*)

O movimento foi dirigido com tanta habilidade quanto energia. Os príncipes repartiram as terras conquistadas entre os *locatores*, verdadeiros agentes de colonização, encarregados de levar homens e distribuir-lhes as terras. Os mosteiros cistercienses receberam extensas doações nos espaços conquistados aos "bárbaros", e imediatamente estabeleceram nos mesmos suas quintas e granjas. A condição dos habitantes foi mais ou menos a mesma que caracterizava, ao norte da França, os hóspedes das cidades novas. Os imigrantes da Alemanha colonial não eram, também, por ventura, e ainda mais do que ninguém, hóspedes nesse solo estrangeiro, onde substituíam os eslavos? Receberam terras a título hereditário, em troca de um censo módico, e foram dotados da liberdade pessoal indispensável, aliás, em qualquer território de colonização. Dessa forma, a Alemanha nova se opôs à antiga, não só pela distribuição do seu solo, mas também pela condição dos seus habitantes.

Influência das cidades na situação do campo

A profunda transformação das classes rurais no decorrer dos séculos XII e XIII não é somente conseqüência da crescente densidade da população. Deve-se, também, em grande parte, ao renascimento comercial e ao crescimento das cidades. A antiga organização senhorial, que convinha a uma época em que a falta de mercados exteriores obrigava a consumir os produtos do solo no próprio lugar onde eram cultivados, teria necessariamente que desmoronar quando se estabelecessem mercados permanentes que lhes garantissem vendas regulares. Foi isto o que aconteceu no dia em que as referidas cidades começaram a absorver, por assim dizer, a produção dos campos que assegurava sua subsistência. É absolutamente inexato apresentarem-se as primeiras aglomerações urbanas como centros de habitação semi-rurais e capazes de prover, por si próprias, à sua alimentação. A

princípio, e é o caráter que sempre conservou nos seus centros mais poderosos, a burguesia aparece como uma classe de mercadores e artesãos. Para empregar a terminologia dos fisiocratas do século XVIII, é uma classe estéril, visto nada produzir que possa servir diretamente à conservação da vida. Por isso, a sua existência quotidiana, o seu pão de cada dia dependem dos camponeses que a rodeiam. Estes, até então, lavraram e colheram, unicamente, para si próprios e para o senhor. Agora, porém, deles se exige, tanto mais quanto o número e a importância das cidades são maiores, que produzam um excedente, que se destinará ao consumo dos burgueses. O trigo sai dos celeiros e entra por sua vez, em circulação, quer o próprio camponês o transporte à cidade vizinha, quer o venda, no lugar da população, aos mercadores que com ele trafiquem.

Progressos da circulação monetária e suas conseqüências

Coincide necessariamente com esta mobilidade dos bens da terra o progresso da circulação monetária nos campos. Digo progresso, e não princípio, pois seria um erro crer, como amiúde se tem feito, que os primeiros séculos da Idade Média, isto é, os séculos posteriores ao século VIII tenham sido uma época de intercâmbio, não em dinheiro, mas em espécie. Falando com propriedade, a chamada "economia natural" (*Naturalwirtschaft*) nunca predominou exclusivamente. Sem dúvida, os censos pagos ao senhor pela *familia* dos grandes domínios consistiam geralmente em produtos do solo. Nada mais explicável e mais prático num sistema em que os ditos censos destinavam-se apenas à alimentação do proprietário; mas, logo que a colheita se transforma em objeto de intercâmbio, seu preço se exprime e se paga em numerário. Isto já acontecia no comércio interminente a que se tinha que recorrer nos tempos de penúria. Nunca se observou que se haja trocado o trigo de que se necessitava, em vez de comprá-lo a dinheiro contado.

Além disso, basta abrir as *capitulares* carolíngias para se convencer do uso regular da moeda nas insignificantes transações *per deneratas*, nos pequenos mercados daquele tempo. É certo, entretanto, que o aludido uso foi sumamente limitado, mas isso não significa que fosse desconhecido; deve-

-se ao fato da constituição econômica da época reduzi-lo a muito pouca coisa, posto que incompatível com a atividade comercial. Mas, logo que esta se tornou normal e regular, a circulação monetária, que nunca havia desaparecido, progrediu do mesmo modo que o tráfico. As contribuições em espécie não desapareceram — não desapareceram em época alguma, nem mesmo na atual — mas seu emprego tornou-se mais limitado, porque sua utilidade foi menor, em uma sociedade onde os intercâmbios se iam multiplicando. O que aconteceu não foi a substituição de uma economia de dinheiro (*Geldwirtschaft*) por uma economia natural, mas simplesmente o fato de que o dinheiro recuperava, gradualmente, o seu lugar como medida de valores e instrumento de intercâmbio. [10]

O volume do numerário aumenta como resultado da generalização do seu uso. A quantidade de moeda em circulação foi infinitamente mais considerável nos séculos XII e XIII do que o fora do século IX até fins do XI. Disso resultou uma alta de preços que, por certo, veio beneficiar, em todos os lugares, os produtores. A referida alta coincidiu com um gênero de vida que exigia cada vez mais gastos. Nos lugares onde se difundia o comércio, nascia o desejo dos objetos novos de consumo que com ele se introduziam.

Como freqüentemente acontece, a aristocracia quis rodear-se de luxo, ou, pelo menos, das comodidades que convinham à sua condição social. Nota-se logo, ao comparar-se a vida de um cavalheiro do século XI com a de outro do século XII, até que ponto aumentaram os gastos exigidos pela alimentação, vestuário, mobília e, principalmente, pelo armamento, desde a primeira destas épocas até a segunda. Ter-se-iam elevado ainda mais, se as rendas tivessem subido na mesma proporção. Porém, na classe dos proprietários de terras, que constituía a nobreza, as rendas, em plena crise de carestia, continuaram sendo o que eram antes. Estabelecidos pelo costume, os censos das terras permaneciam inalteráveis. Sem dúvida, os proprietários recebiam dos seus homens o necessário para continuar vivendo como antes,

---

10. H. van Werveke, "Monnaie, lingots ou marchandises? Les instruments d'échange aux XIe et XIIe siècles", nos **Annales d'histoire économique et sociale,** 1932, pp. 452 e ss.

porém não como desejariam viver, então. Eram vítimas de um sistema econômico antiquado que lhes impedia tirar de seu capital fundiário uma renda proporcional ao seu valor. A tradição proibia-lhes a possibilidade e até a idéia de aumentar os censos dos seus dependentes ou as corvéias dos seus servos, consagrados por um uso secular e que se converteram em direitos que não poderiam ser modificados sem provocar as mais perigosas repercussões econômicas e sociais.

Transformação da organização senhorial

Tão incapazes de resistir às suas novas necessidades, quanto de encontrar meios de satisfazê-las, muitos nobres viram-se obrigados, de início, a contrair dívidas que, posteriormente, reduziram-nos à ruína. Nos meados do século XIII, Tomás de Cantimpré conta que em sua paróquia natal o número de cavalheiros diminuiu de 60, que era em fins do século anterior, a um ou dois. [11] Sem dúvida, isto é, tão-somente, a confirmação local de um fenômeno geral. A própria Igreja foi atingida por isso. O Arcebispo de Ruão, Eudes Rigaud, descrevera, na mesma época, a situação da maioria dos pequenos mosteiros da sua diocese como sobremaneira crítica. [12]

Os latifundiários leigos e eclesiásticos resistiram melhor à crise, como era natural. Para consegui-lo, tiveram que abandonar, no todo ou em parte, a organização senhorial tradicional. Muitíssimo arraigada para poder transformar-se, a dita organização podia, pelo menos, não se tornar tão cara e permitir, em parte, um rendimento mais compensador. Muitos dos seus órgãos, desde o ressurgimento do comércio, tornaram-se inúteis. De que serviam agora as oficinas domésticas, "gineceus", que, na sede de cada "corte" importante, imobilizavam algumas dezenas de servos para que fabricassem tecidos ou instrumentos de trabalho de pior qualidade que os dos artesãos da cidade vizinha?

Em quase todas as partes, deixou-se que desaparecessem no transcurso do século XII. Pela mesma razão, os mosteiros

11. Thomas de Cantimpré, **Bonum Universale de apibus,** II, 49, p. 466, ed. de Douai, 1605.

12. **Journal des visites pastorales d'Eudes Rigaud, archevêque de Rouen (1248-1269),** ed. Th. Bonnin, Rouen, 1852.

das regiões desprovidas de vinhedos venderam os longínquos domínios que possuíam em regiões vinícolas.[13] Uma vez que se podia adquirir vinho no mercado, de que servia continuar a produzi-lo com grandes gastos, em sua própria terra? Quanto à reserva senhorial, recomendava-se que se transformasse a maior parte em dependências, pois o seu rendimento por meio das corvéias não era muito produtivo, e tornava-se mais vantajoso distribuir parcelas em troca de contribuições em numerário do que acumular colheitas, com o risco de se perderem ou de que algum incêndio as destruísse.

É claro que o objetivo a que se propunham os possuidores de terras mais sensatos era aumentar, até onde fosse possível, suas rendas em dinheiro, o que os induziu, como era natural, a suprimir ou atenuar a servidão. Libertar um homem a troco de dinheiro é um negócio duplamente proveitoso, uma vez que ele paga por sua liberdade, e ao renunciar à propriedade de sua pessoa, o servo libertado não renuncia a cultivar sua dependência. Se assim o desejar, poderá conservá-la em condições mais vantajosas para o senhor; se preferir deixá-lo, será muitíssimo fácil substituí-lo por outro camponês. Não obstante, por numerosas que fossem, durante o século XII, as alforrias não puseram fim à existência da classe servil, como bem se sabe. Conquanto esta não desaparecesse, perdia em grande parte o seu caráter primitivo. Os camponeses puderam eximir-se, mediante pagamento em dinheiro, das corvéias e dos censos de toda espécie. (*) Se os nomes antigos de mão-morta, de melhor *catel*, de *formariage*, se conservaram, às vezes, até fins do Antigo Regime, as realidades que designavam se suavizaram muito. Embora subsistissem, as corvéias já eram serviços bastante leves em comparação às obrigações que envolviam outrora. Em parte algumas desapareceram as senhorias, mas, em todas, seu domínio sobre os homens diminuiu; poucos vestígios conservam de seu antigo caráter patriarcal. À medida que se acentua a evolução, a situação do latifundiário tende a parecer-se com a de um rendeiro do solo, de um *landlord*.

A maioria dos camponeses libertados transformou-se em colonos que possuíam o solo, em troca de um censo quase

13. Em 1264, o abade de São Trond vendeu ao mosteiro de Himmerode os seus vinhedos de Pommeren e de Briedel no Mosela. Ver os textos relativos a este assunto em Lamprecht, **Deutsches Wirtschaftsleben**, t. III, pp. 24 e ss.

sempre hereditário. No correr do século XIII, entretanto, o arrendamento a prazo difunde-se nas regiões mais adiantadas. Muitas "cortes" antigas são alugadas a lavradores ricos. Eudes Rigaud aconselha aos abades de suas dioceses que arrendem as suas terras sempre que o puderem fazer. [14] No sul da França, no Rossilhão, por exemplo, são comuns e correntes os contratos de arrendamento de terras de dois a seis anos. Além destes, os contratos de parceria ou cedência de terras, pagável com frutas, praticam-se também de maneira ampla. [15] (*)

Influência do comércio no campo

É interessante observar que o abrandamento do regime senhorial foi proporcional ao desenvolvimento do comércio. Em outras palavras, foi muito mais rápido nas regiões de grandes cidades e de tráfico intenso, como a Lombardia, Toscana, norte da França, Flandres e margens do Reno, do que na Alemanha central ou na Inglaterra. Só em fins do século XIII começa a alterar-se, neste último país, o sistema solarengo, enquanto que, desde a metade do século XII, os sintomas de sua desagregação se multiplicam na região flamenga. Nesta, o progresso econômico provocou de maneira mais completa, ao que parece, do que em qualquer outra parte, o desaparecimento da servidão. Em 1335, os almotacéis de Ypres puderam escrever que *oncques n'avons oy de gens de serve condicion, ne de morte main, ne de quel condicion qu'il soient* (nunca ouvimos falar de pessoa de condição servil nem de mão-morta, nem de qualquer outra condição). [16]

A influência crescente do comércio teve ainda como resultado, pelo menos ao longo dos grandes caminhos de trânsito e no *Hinterland* dos portos, a distribuição das culturas segundo a natureza do solo e do clima. Enquanto a circulação fora nula ou insignificante, tornou-se necessário muito esforço para se conseguir que cada domínio produzisse a maior

14. Ver o seu **Journal** citado, p. 85, nota n.º 12. Em 1268, aconselha a um abade "quod quam melius posset, maneria ad firmam traderet" (p. 607). Ele mesmo arrenda vários de seus domínios por dois, três ou quatro anos a burgueses e clérigos. **Ibid.**, pp. 766 e ss.

15. J.-A. Brutails, **Étude sur la condition des populations rurales du Roussillon au Moyen Age**, pp. 117 e ss.

16. Beugnot, **Les Olim.**, t. II, p. 770.

variedade possível de cereais, visto ser impossível a sua obtenção nos mercados. A partir do século XII, ao contrário, o progresso dos negócios determina uma economia mais racional. Em todos os lugares onde se pode contar com a exportação, pede-se a cada torrão o que é possível produzir com menores gastos e maior qualidade. Desde o século XII, as abadias cirterciences da Inglaterra especializam-se na produção da lã; o glasto, esse anil da Idade Média, cultiva-se no sul da França, na Picardia, na Baixa Normandia, na Turíngia, na Toscana; a vinha, principalmente, difunde-se, em detrimento do trigo, em todas as regiões onde se produz um vinho generoso, abundante e fácil de transportar. Salimbene observou com muito acerto que, se os aldeões do vale de Auxerre "não semeiam nem colhem", é porque o seu rio leva a Paris o vinho que vendem "nobremente" nessa cidade.[17] A região de Bordéus, por seu turno, apresenta o exemplo talvez mais típico de uma região cujo comércio determinou a cultura. Pelo estuário do Gironda e pelo Rochela, seus vinhos se exportavam, de forma cada vez mais ampla, até as costas do Atlântico, Inglaterra, bacia do mar do Norte e do Báltico. Em fins do século XII, difundem-se desde o porto de Bruges até Liège onde vão competir com os do Reno e do Mosela. Na outra extremidade da Europa, a Prússia dedica-se, por sua vez, ao cultivo do trigo que os barcos da Hansa transportam a todos os portos da Europa setentrional.

Progressos da mobilidade do solo

Finalmente, importa observar que a maior intensidade do movimento econômico dá à terra uma mobilidade que vem transtornar-lhe a repartição tradicional. A primitiva igualdade dos *mansi* e dos *Hufen* substitui-se, pouco a pouco, por dependências de extensão diversa, formadas por parcelas adquiridas por um mesmo colono e que constituem uma só exploração individual. Agora que o camponês encontra, na cidade vizinha, um mercado para os seus produtos, o desejo de poupança nasce-lhe ao mesmo tempo que o de lucro, e não existe melhor emprego das economias do que a aquisição de terras. Porém, a burguesia também se interessa por elas. Aos ricos mercadores das cidades oferecem a melhor inversão

17. Marc Bloch, *op. cit.*, p. 23.

para os lucros que o seu comércio realiza. No século XIII, muitos compram censos nas terras baixas. Em Flandres, certos capitalistas interessam-se na dessecação dos *polders*. Na Itália, os banqueiros de Sena e de Florença compram senhorios e no século XIV os associados a quem encarregam de seus negócios na França, na Inglaterra e em Flandres, manifestam igual cobiça pela posse do solo.

Não obstante, não se deveriam generalizar fenômenos, próprios, apenas, das poucas regiões onde o capitalismo pôde desenvolver todas as suas conseqüências. Na realidade, a transformação da organização agrícola e das condições das classes rurais foi muito lenta em todas as partes da Europa, onde não penetravam as grandes vias comerciais. Aliás, mesmo nos locais onde o progresso foi mais rápido, a tirania do passado continuou sendo poderosa. A superfície do solo cultivada alcançou uma extensão mais ampla, ao que parece, do que em qualquer época anterior, porém acha-se ainda infinitamente mais afastada do que a que deveria abranger em nossa época. Os métodos de cultura parecem ter permanecido estacionários: o uso dos adubos conheceu-se unicamente em certas regiões privilegiadas; em todas as partes, conservam-se os processos tradicionais de leira. Por muito atenuada que esteja a servidão, o camponês não deixa de sujeitar-se à jurisdição senhorial, ao dízimo, às *banalidades* e a todos os abusos de poder, contra os quais as autoridades públicas não o protegem ou protegem-no mal. Em suma, a massa rural que, pelo número, forma a imensa maioria da população, desempenha, tão-somente, um papel passivo. O vilão não ocupa lugar algum na hierarquia social.

IV

O MOVIMENTO COMERCIAL ATÉ FINS DO SÉCULO XIII

I. A CIRCULAÇÃO [1]

Os pedágios

A vitalidade comercial da Idade Média torna-se mais notável se pensarmos nas dificuldades que se opunham, naquela época, à circulação dos homens e das coisas. Nada mais deplorável do que o estado dos caminhos, a partir do século IX. O que ainda subsistia da admirável rede de estradas do Império Romano desapareceu completamente. Não obstante, os pedágios que serviram para conservá-las não só não desapareceram, mas criaram-se alguns novos, que se confundem com os primeiros sob o nome de "portagens" (*teloneum*). Isto é, porém, tão-somente, um vestígio estéril e vexatório de um imposto que se afastou completamente do propósito público original. A portagem da Idade Média, usurpada pelos príncipes territoriais, tornou-se um mero direito fiscal que

---

1. Bibliografia: A. Schulte, **Geschichte des mittelalterlichen Handels und Verkehrs zwischen Westdeutschland und Italien,** Leipzig, 1900, 2 vols.; W. Vogel, **op. cit.,** p. 26, n.º 4; W. Götz, **Die Verkerhrswege im Dienste des Welthandels,** Stuttgart, 1888; P. H. Scheffel, **Verkehrsgeschichte der Alpen,** Berlim, 1908-1913, 2 vols.; J. E. Tyler, **The Alpine passes in the Middle Ages (962-1250),** Oxford, 1890; R. Blanchard, **Les Alpes françaises,** Paris, 1925; Ch. de la Roncière, **Histoire de la marine française,** Paris, 1899-1920, 5 vols.; E. H. Byrne, **op. cit.,** p. 31, n.º 9; Ed. von Lippmann, **Geschichte des Magnetnadels bis zur Einführung des Compasses,** Berlim, 1932; A. Beardwood, **Alien merchants in England (1350-1377). Their legal and economic position,** Cambridge, Mass., 1931.

oprimia de forma brutal o trânsito. Nem um centavo do dito imposto se gastava em reparar os caminhos ou em reconstruir as pontes. Pesa sobre o comércio, como os direitos senhoriais sobre o solo. O mercador, que o paga, considera-o como uma simples "exação", como um "mau costume", como um desconto injusto incidindo sobre seus bens, numa palavra, como um abuso; na realidade, não é outra coisa. Entre os obstáculos impostos à circulação, nenhum é mais nocivo nem mais geral. (*)

É fácil compreender que uma das primeiras reivindicações das cidades nascentes foi reclamar a sua abolição em favor dos burgueses, seja em parte, seja na totalidade da extensão da jurisdição do seu príncipe, como, anteriormente, tantas abadias tiveram a referida abolição, invocando motivo de piedade. A partir do século XII, as comunas mais ricas conseguirão ainda adquirir o privilégio da isenção da portagem em regiões estrangeiras freqüentadas por seus mercadores.[2] Mas, por mais numerosos que tenham sido estes indultos, nem por isso deixaram os pedágios de estorvar todas as vias do tráfico. No fim do século XIV, existiam, ainda, 64 no Reno, 35 no Elba, 77 no Danúbio, só no trecho do rio que atravessa a parte baixa da Áustria.[3]

Estado dos caminhos

A exploração fiscal juntava-se, pois, ao mau estado dos caminhos para tornar mais lento e difícil o trânsito; no inverno devia ser quase impossível circular, por causa dos buracos cheios de água e lodo. Entregava-se o cuidado das estradas àqueles por cujas terras passavam ou a quem tivesse interesse em conservá-las em bom estado. Não consta que os poderes públicos da Lombardia se tenham preocupado em melhorar as passagens dos Alpes, tão essenciais para a comunicação da Itália com a Europa do Norte. Os progressos que aí se realizaram devem-se atribuir, ao que parece, unica-

---

2. Em 1127, os burgueses de Saint-Omer obtiveram de Guilherme da Normandia a promessa de que o rei da Inglaterra lhes daria isenção deles. Na mesma época, vê-se pelo relato de Galbert de Bruges a importância que davam as cidades à abolição das "portagens" **(teloneum).**

3. Kulischer, **op. cit.,** t. I, p. 301. Em 1271, contam-se 22 pedágios no Scarpe e no Escalda entre Douai e Rupelmonde. Warnkoenig-Gheldolf, **Histoire de la Flandre et de ses institutions,** t. II, p. 460 e ss.

mente à iniciativa dos viajantes, peregrinos e comerciantes. Aos passos do Monte Cenis, do Brener, do Septimer, do São Bernardo, freqüentados desde os tempos mais remotos, junta-se, no começo do século XIII, o de São Gotardo. Um inventor anônimo construiu as primeiras pontes pênseis conhecidas, cujos gastos foram, sem dúvida, custeados pelos usuários. Assim, abre-se a via mais direta entre Milão e os vales do Reno e do Danúbio. Em síntese, só no reino de Nápoles, onde a monarquia absoluta dos Hohenstaufen e dos Angevinos aproveitara o exemplo do Império bizantino e da Sicília muçulmana, observa-se que a administração tomou certas disposições com o objetivo de manter as estradas em bom estado.[4] Na França, o governo real, mesmo nas imediações da capital, deixa que se encarreguem dessas obras aqueles que usam os caminhos. Foi preciso que, em 1332, os habitantes de Gand mandassem reparar, às suas expensas, o caminho de Senlis, a fim de acelerar as expedições de mercadorias para Paris.[5]

A construção das pontes despertou maior interesse do que a construção de estradas, e isso se deve ao fato de constituírem os rios obstáculos demasiado incômodos. Deve-se observar, além disso, que todas as que tiveram verdadeira importância e que, para tanto, exigiram gastos consideráveis, foram construídas em cidades, e, sem dúvida, em grande parte, custeadas pelos burgueses. Tais são as de Maëstricht, de Liège, de Huy, de Namur e de Dinant, no Mosa; de Paris e de Ruão, no Sena; de Avinhão, no Ródano; de Londres, no Tâmisa etc.

Meios de transporte

Os meios de transporte tiveram, naturalmente, que se adaptar ao péssimo estado dos caminhos. Usam-se, geralmente, para o transporte de mercadorias, carros leves de duas rodas, porém grande parte das expedições fazia-se em lombo de cavalo. Para que pudessem passar, pelas estradas daquela época, mercadorias pesadas, era necessário repartir a carga entre muitos veículos e animais. Certamente, não se podiam empregar as pesadas carretas de quatro rodas, em caminhos

4. G. Yver, **Le commerce et les marchands dans l'Italie méridionale**, p. 70.
5. **Cartulaire de la ville de Gand. Comptes de la ville et des baillis**, ed. J. Vuylsteke, p. 801, Gand, 1900.

sem pavimentação, a não ser de maneira muito limitada. O aperfeiçoamento da tração animal, no século X, não poderia desenvolver as conseqüências que disso resultaram, se os meios de comunicação tivessem sido menos imperfeitos.[6] (*)

Rios e canais

Desta deficiência de facilidades de comunicação por terra resultou que o comércio se fazia principalmente pela via fluvial, embora as secas no verão, o gelo no inverno, as enchentes na primavera ou no outono impedissem freqüentemente a navegação. (*) Foram, mesmo assim, por excelência, o grande instrumento dos intercâmbios e o melhor veículo dos transportes. Não se poupou nenhum esforço para levar a cabo as obras que podiam melhorá-los. Construíram-se diques, cais e desembarcadouros nos lugares mais adequados. Na planura flamenga, onde as águas interiores correm com movimento insensível, foi possível abrir, desde cedo, canais alimentados pelos rios, e que comunicavam os mesmos, uns com os outros. Os mais antigos *vaarten* remontam ao século XII, mas no transcurso do XIII seu número aumentou numa proporção que bastaria para demonstrar a atividade comercial da região. Comportas de vigas escalonadas, de trechos em trechos, mantinham na altura necessária o nível das águas. Os barcos transitavam por elas, graças a um sistema de planos inclinados sobre os quais deslizavam de um canal a outro, com o auxílio de cordas içadas por uma cábrea. O conjunto da instalação chamava-se *overdrag*. As cidades ou grupos de mercadores custeavam os gastos exigidos pela construção dos canais. Cobravam-se taxas, muito diferentes da portagem senhorial, sobre a navegação e seu produto servia para amortizar as despesas de instalação e de conservação.[7]

A navegação

O tráfico marítimo assumia, naturalmente, ainda maior importância que o fluvial. (*) Até o século XIV, no Mediter-

6. Sobre a deficiência da tração animal antes do século X, ver Lefebvre des Noëttes, **L'attelage et le cheval de selle à travers les âges**, Paris, 1931.
7. H. Pirenne, "Les Overdraghes et les portes d'eau en Flandre au XIIIe siècle", em **Essays in medieval history presente to Thomas Frederick Tout,** Manchester, 1925.

râneo, e XV, nos mares do Norte, isto é, até o momento em que se difundiu o uso da bússola, a cabotagem ao longo das costas impôs-se aos navios. Exceto em viagens muitíssimo curtas, navegavam em comboio, escoltados, amiúde, por navios de guerra, precaução indispensável em uma época em que a pirataria era coisa tão comum e corrente, que os mercadores, quando se apresentava ocasião, não vacilavam em praticar. A tonelagem das embarcações oscilava entre 200 e 600 toneladas.[8] No Mediterrâneo empregava-se, principalmente, a galera de remos ou de vela. A nave francesa e a *cogge* do mar do Norte e do Báltico eram simples veleiros de bordo alto e flancos redondos. O aperfeiçoamento do timão, em princípios do século VIII, melhorou as qualidades náuticas de todos estes barcos. (*) Não se atreviam, entretanto, a navegar na época em que sopram os ventos do inverno. Até o começo do século XIV, a navegação das cidades italianas arriscava-se somente em casos excepcionais a cruzar o estreito de Gibraltar. Porém, Veneza e Gênova organizaram, por volta de 1314, (*) frotas destinadas à Flandres e à Inglaterra.[9] Quanto aos barcos da Hansa, (*) que desde o século XII vieram substituir, nas águas setentrionais, a antiga navegação dos escandinavos, (*) não desciam além do golfo da Gasconha, em direção ao Sul, onde se abasteciam de sal, na baía de Bourgneuf, e de vinho, em La Rochelle.

A instalação dos portos exigia a construção de telheiros, guindastes e alijas para descarregar os navios. O porto de Veneza, ao Sul, e o de Bruges, ao Norte, consideravam-se como os mais seguros e melhor equipados de toda a Europa.

As torres das igrejas, campanários e atalaias indicavam, nas cercanias da terra, as passagens navegáveis. Às vezes, acendiam-se luzes na sua ponta, à guisa de faróis. Em geral, os navios, depois da descarga, eram levados à margem, e ali querenados.

---

8. A respeito dos barcos do Mediterrâneo, ver Byrne, **op. cit.**, pp. 9 e ss. Resulta, de suas investigações, que a capacidade destes meios de transporte era muito maior do que se acreditava anteriormente. Muitos podiam transpotrar de 1 000 a 1 100 passageiros.

9. A. Schaube, "Die Anfänge der venezianischen Galeerenfahrten nach der Nordsee", em **Historische Zeitschrift**, t. CI, 1908.

Ausência de protecionismo

Embora as portagens interiores lhe opusessem inúmeros obstáculos, a circulação não encontrava, em troca, barreira alguma nas fronteiras políticas. Somente no século XV começaram a revelar-se sintomas de protecionismo. Anteriormente, não se observa a menor veleidade em favorecer o comércio nacional, pondo-o a salvo da concorrência estrangeira. A este respeito, a concepção internacionalista, que caracteriza a civilização medieval até o século XIII, manifestou-se com uma clareza particular no comportamento dos Estados. Jamais tratavam de pôr restrições à atividade comercial. Em vão se procurariam sinais de uma política econômica digna de tal nome.

Atitude dos príncipes perante o comércio

As relações dos príncipes entre si repercutiram constantemente no terreno econômico. Em tempo de guerra, os mercadores inimigos são presos, seus bens confiscados e seus navios embargados. A proibição de comerciar é um meio comum e corrente de coação contra o adversário. Sabe-se que, durante os séculos XIII e XIV, os reis da Inglaterra, em seus conflitos com Flandres, suspendiam a exportação de lã para este país, com o fim de provocar no mesmo uma crise industrial, graças à qual conseguiam submetê-los. Esses são, porém, meros atos de violência, ardis que carecem de alcance duradouro. Restabelecida a paz, deles nada subsiste: a idéia de utilizar as oportunidades de arruinar o adversário, de arrebatar-lhe os mercados e apropriar-se de sua indústria, não se observa em parte alguma. Em suma, os príncipes da Idade Média são ainda completamente alheios a toda veleidade de mercatilismo, com exceção, talvez, de Frederico II e seus sucessores angevinos, no reino de Nápoles.

Neste, com efeito, sob a influência de Bizâncio e dos muçulmanos da Sicília e da África, nota-se, ao menos, o início da intervenção do Estado na ordem econômica. O rei reserva-se o monopólio do comércio do trigo e instala uma verdadeira administração alfandegária nas fronteiras. Agindo dessa forma, preocupa-se, sem dúvida, unicamente, com o interesse das suas finanças. Entretanto, ao submeter o comércio à sua autoridade, toma novo rumo, e a sua iniciativa tem certa se-

melhança com a política que adotariam as monarquias nos tempos modernos.[10] Muito adiantados, porém, para a sua época, e confinados em um meio bastante reduzido, os reis de Nápoles não tiveram imitadores e a sua obra não parece ter perdurado após a catástrofe de Carlos de Anjou, em 1282.

Ademais, todos os governos tiveram a idéia de explorar o comércio em benefício das finanças de seus príncipes. Em todos os lugares, submeteu-se o estrangeiro a taxas especiais, e, salvo o caso em que ele estava amparado por tratados, seus bens corriam o perigo de serem confiscados pelo príncipe territorial. Por outro lado, se este príncipe o oprime, também o protege. Em qualquer lugar, considera-se que o mercador, como o peregrino, acha-se sob a garantia do senhor, cujo território atravessa. A paz pública estende sobre ele a sua salvaguarda. Vários príncipes deixaram, com justiça, a fama de implacáveis justiceiros dos saqueadores e dos bandidos da estrada. Se existiram até o fim da Idade Média, e ainda depois, muitos cavaleiros e barões que eram o terror dos mercadores, isso aconteceu, unicamente, a partir do século XIII, em regiões afastadas ou anarquizadas, onde ainda se encontravam os temíveis *Raubritter* (cavaleiros-ladrões). O saque em tempo de paz torna-se desde então excepcional em todos os lugares onde os governos estabeleceram solidamente a jurisdição dos seus tribunais e a autoridade dos seus bailios.

Ao mesmo tempo, atenuam-se numerosas práticas incompatíveis com o desenvolvimento econômico. O direito de naufrágio, em virtude do qual o senhor jurisdicional reivindica tudo o que o mar arroja às praias, é abolido ou regulamentado por tratados. Do mesmo modo, multiplicam-se as convenções que garantem os mercadores estrangeiros contra o perigo de serem detidos como responsáveis pelas dívidas de seu senhor ou de seus compatriotas. Deu-se, ainda, o caso de se lhes conceder a faculdade, em caso de guerra, de gozar de um certo prazo para pôr a salvo seus bens e suas pessoas. Tudo isso se verifica e se acentua na transcurso do século XIII e aplica-se, na verdade, de uma forma bastante enganosa, que a falta de sanções torna sumamente aleatória. Não obstante, o sentimento de segurança vai aumentando, a importância da força bruta diminui e vai-se criando, pouco a

10. Ver, a respeito da política do reino de Nápoles, G. Yver, **op. cit.**, nota n.º 4 deste capítulo.

pouco, um espírito particularmente favorável ao progresso do tráfico e do trabalho internacionais.

Gildes e hansas

A princípio, os perigos de toda espécie que ameaçavam os mercadores obrigaram-nos a viajar em bandos armados, em verdadeiras caravanas. A segurança existia, unicamente, quando havia força e não podia existir força sem agrupamento. Na Itália, assim como nos Países Baixos, isto é, nas regiões onde o comércio se desenvolveu mais precocemente, o espetáculo é idêntico. Não há diferença alguma, a esse respeito, entre os povos romano e germânico. A mesma realidade manifesta-se, sob os matizes dos detalhes ou a variedade dos termos. Quer se trate de "confrarias", de "companheiros", de "gildes" ou de "hansas", o caso é semelhante. (*) Aqui, como em outros ramos, não foram os gênios nacionais, mas as necessidades sociais que determinaram a organização econômica. As instituições primitivas do comércio foram tão cosmopolitas como as do feudalismo. As fontes não permitem que formemos uma idéia exata da quantidade de mercadores que, a partir dos séculos X e XI, tornam-se cada vez mais numerosos na Europa Ocidental. Seus membros, armados de arcos e "gládios", escoltavam os cavalos de carga e as carretas cheias de sacos, volumes, caixas e barris. O porta-estandarte (*schildrake*) encabeça o cortejo. Um *Hansgraf* ou um decano exerce a sua autoridade sobre a companhia. Esta compõe-se de "irmãos", unidos entre si por um juramento de fidelidade. Um espírito de íntima solidariedade anima todo o grupo. As mercadorias, segundo parece, compram-se e vendem-se em comum e os lucros repartem-se proporcionalmente à contribuição de cada um.[11] A viagem tornava-se mais proveitosa quanto mais longa, em uma época em que os preços dependiam principalmente da raridade dos bens importados e onde a referida raridade aumentava com a distância. Para obter vendas produtivas, o mais certo era adquirir, em regiões longínquas, os produtos que nas mesmas se encontravam em abundância, a fim de vendê-los depois nos lugares onde a sua escassez lhes aumentava o valor. Explica-se, naturalmente,

---

11. C. Koehne, **Das Hansgrafenamt**, Berlim, 1839; W. Stein, "Hansa", em **Hansische Geschichtsblätter**, 1909, pp. 53 e ss.

que o afã de lucrar tenha sido bastante poderoso para compensar as fadigas e os riscos de uma vida errante e sujeita a inúmeros perigos. Desde o começo do século XII, os abades de Dinant vão até às minas de Goslar para se abastecerem de cobre; mercadores de Colônia, de Huy, de Flandres, de Ruão, freqüentavam o porto de Londres, e numerosos italianos, a feira de Ypres. Exceto no inverno, os mercadores ativos viajam sem parar e por esse motivo são conhecidos, na Inglaterra, pelo nome de "pés poeirentos" (*pedes pulverosi, piepowders*).[12]

Em pouco tempo, no meio dessa massa vagabunda, a atividade comercial, ao especializar-se à medida que vai crescendo, determina agrupamentos. No vale do Sena, a hansa parisiense dos vendedores de água dedica-se ao transporte pelo rio, até Ruão.[13] Em Flandres formou-se, no século XII, sob o nome de Hansa de Londres, uma associação de gildes urbanas que se dedicaram ao comércio com a Inglaterra.[14] (*) Na Itália, a atração das feiras de Champanha provoca a formação das *Universitas mercatorum Italiae nundinas Campaniae ac regni Franciae frequentantium*. A hansa, chamada das dezessete cidades, compreende, enfim, burgueses de numerosas localidades têxteis do norte da França e dos Países Baixos, que se dedicam ao tráfico na província de Champanha. (*)

O mercador não é menos vagabundo no comércio marítimo do que no terrestre. Naquele, também, faz tudo pessoalmente, ao embarcar, para vender, ele próprio, as suas mer-

---

12. Ver cap. II, nota n.º 14. O texto seguinte aclara admiravelmente o caráter errante dos mercadores da Idade Média. Em 1128, os habitantes de Bruges, ao formular os seus agravos contra o conde Guilherme Cliton, dizem: "Nos in terra hac (Flandres) clausit ne negotiari possemus, imo quicquid hactenus possedimus, sine lucro, sine negotiatione, sine acquisitione, rerum consumpsimus; unde justam habemus rationem expellendi illum a terra." Galbert de Bruges, **Histoire du meurtre de Charles le Bon,** ed. H. Pirenne, p. 152.

13. E. Picarda, **Les marchands de l'eau. Hanse parisienne et compagnie française,** Paris, 1901. G. Huisman, **La juridiction de la municipalité parisienne de Saint Louis à Charles VII,** Paris, 1912. H. Pirenne, "A propos de la hanse parisienne des marchands de l'eau", em **Mélanges d'histoire offerts à M. Charles Bémont,** Paris, 1913.

14. H. Pirenne, "La hanse flamande de Londres", em **Bulletin de la Classe des Lettres de l'Académie royale de Belgique,** 1899, pp. 65 e ss.

cadorias e comprar a carga de viagem de regresso aos lugares do destino.

Diminuição do comércio ambulante

À medida que o capitalismo exigia cada vez mais a presença dos chefes de empresas no centro dos seus negócios, os progressos da segurança garantiam a chegada das mercadorias ao lugar do seu destino e a crescente instrução dos mercadores permitia-lhes dirigirem os seus negócios por correspondência, a necessidade de acompanhar pessoalmente as suas mercadorias fez-se menos premente e, ao mesmo tempo, a vida comercial tornou-se menos errante: o transporte separou-se dela como um ramo especial de atividade, que possuía seu pessoal próprio. [15] Os associados ou "factores" representam os diretores das grandes casas de comércio em suas sucursais no estrangeiro. A evolução, já muito adiantada na Itália, na segunda metade do século XIII, não deixará de acentuar-se desde aquela época em todas as regiões. Exceto no mar, onde a pirataria obrigará todos os barcos mercantes de longo curso a prover-se de armamentos defensivos que conservarão durante muitos séculos, o comércio foi despojado, desde então, do aparelhamento militar que empregara em seus primórdios.

II. AS FEIRAS [16]

Um dos fatos de maior relevo na organização econômica da Idade Média foi o papel de primeira ordem que as feiras

15. Sobre esta transformação, ver F. Rörig, **Hansische Beiträge zur deutschen Wirtschaftsgeschichte,** pp. 217 e ss., Breslau, 1928.

16. Bibliografia. Huvelin, **op. cit.,** Bibl. ger.; F. Bourquelot, **Étude sur les foires de Champagne,** Paris, 1865, 2 vols.; C. Bassermann, **Die Champagnermessen. Ein Beitrag zur Geschichte des Kredits,** Leipzig, 1911; G. des Marez, **La lettre de foire à Ypres au XIIIe siècle,** Bruxelas, 1901 (Mém. Acad. Belgique); H. Laurent, "Documents relatifs à la procédure en foires de Champagne contre des débiteurs défaillants", em **Bulletin de la Comission des anciennes lois et ordonnances de Belgique,** t. XIII, 1929; H. Pirenne, "Un conflit entre le magistrat yprois et les gardes des foires de Champagne", em **Bulletin de la Commission royale d'histoire de Belgique,** t. LXXXVI, 1922; A. Sayous, "Les opérations des banquiers italiens en Italie et aux foires de Champagne pendant le XIIIe siècle", em **Revue historique,** t. CLXX, 1932.

desempenharam, principalmente, até o fim do século XIII. Abundam em todos os países. Têm, nos diferentes lugares, os mesmos caracteres, de modo que podem ser consideradas como um fenômeno internacional inerente às condições mesmas da sociedade européia. A época do seu apogeu foi a do comércio errante. À medida que os mercadores se tornam sedentários, as aludidas feiras vão decaindo. As que se criaram no fim da Idade Média apresentam um caráter muito diferente e, em suma, a sua importância na vida econômica não se pode comparar com a de suas antecessoras.

As feiras e os mercados

Debalde se procurará a origem das feiras (*nundinae*) nos pequenos mercados locais que, a partir do século IX, abundam cada vez mais em toda Europa. Conquanto as feiras sejam posteriores, não existe entre ambos vínculo algum, oferecendo mesmo em relação a eles o contraste mais completo. O objetivo dos mercados locais consiste em prover à alimentação cotidiana da população que vive no lugar onde se realizam. Por isso, os mercados são semanais e seu raio de atração é muito limitado; sua atividade limita-se à compra e venda a varejo. As feiras são, ao contrário, lugares de reuniões periódicas dos mercadores profissionais. São centros de intercâmbios e, principalmente, de intercâmbios em grande escala, que se esforçam em trazer até eles, fora de toda consideração local, o maior número possível de homens e produtos. Poder-se-ia, até certo ponto, compará-las com as exposições universais, pois não excluem nada nem ninguém; pode-se ter a certeza de que qualquer indivíduo, seja qual for a sua pátria, e qualquer objeto negociável, seja qual for a sua natureza, serão bem recebidos. Por conseguinte, é impossível realizar as feiras mais de uma vez ou, quando muito, mais de duas vezes por ano no mesmo lugar, visto ser preciso que se façam preparativos consideráveis.

É certo que a maioria das feiras tem um raio de ação limitado a uma região mais ou menos extensa. Somente as feiras de Champanha possuíam, nos séculos XII e XIII, um poder de atração que se impõe a toda Europa. Mas o que se deve notar é que, teoricamente, cada feira está aberta a todo comércio, como cada porto marítimo a toda navegação. Entre a feira e o mercado local, a oposição não consistia, por

conseguinte, em uma simples diferença de tamanho, mas numa diferença de natureza.

Origem e desenvolvimento das feiras

Com exceção da feira de Saint-Denys, perto de Paris, que remonta à época merovíngia e que, durante o período agrícola da Idade Média, só pôde vegetar e não provocou imitação alguma, as feiras datam do renascimento do comércio. As mais antigas existiam desde o século XI; no século XII, seu número já é grande e continuou aumentando durante o século XIII. Sua situação está naturalmente determinada pela direção das correntes comerciais. Multiplicaram-se, portanto, à medida que, em cada região, a circulação, tornando-se mais intensa, penetrou mais profundamente. Só o príncipe territorial tem o direito de fundar feiras. Fez, amiúde, dotação delas às cidades: mas não se deve crer que todas as grandes aglomerações urbanas as possuíssem. Cidades de primeira ordem, como Milão e Veneza, não as tiveram; em Flandres, embora as houvesse em Bruges, Ypres e Lille, não existiram num centro econômico tão ativo como Gand, (*) enquanto Thourout e Messina, que sempre foram burgos medíocres, as possuíam. O mesmo aconteceu em Champanha, para localidades como Lagny e Bar-sur-Aube, cuja insignificância contrasta com a celebridade das feiras de que foram sede. (*)

Assim, a importância de uma feira não depende do lugar onde se estabelece, e isto se compreende facilmente, pois a feira é só um lugar de reuniões periódicas para uma clientela dispersa, e sua freqüência não está relacionada com a maior ou menor densidade da população local. Na segunda metade da Idade Média, fundaram-se feiras com o objetivo de proporcionar a certas cidades recursos suplementares, atraindo a elas uma afluência momentânea. Mas é fácil ver que, neste ponto, as considerações do comércio local tiveram maior força e que a instituição se afastara de seu propósito primitivo e essencial.

O direito das feiras

O direito reconheceu às feiras uma situação privilegiada. O terreno em que se realizam é protegido por uma paz especial que estabelece castigos particularmente severos em

caso de infração. Todas as pessoas que a elas comparecem acham-se sob o "conduit" (salvo-conduto), isto é, sob a proteção do príncipe territorial. Os "guardas das feiras" (*custodes nundinarum*) nelas exercem uma polícia e uma jurisdição de exceção. Empresta-se uma força particular às cartas de mercê, seladas com o seu timbre. Diversos privilégios têm por fim atrair o maior número possível de participantes. Em Cambrai, por exemplo, existe uma permissão especial para jogar dados e cartas durante a feira de São Simão e de São Judas. "Os banquetes e os espetáculos fazem as vezes de diversões." [17] Mas as vantagens mais eficazes consistem nas "franquias" que suprimem, em favor dos mercadores que concorrem às feiras, o direito de represálias para os delitos cometidos ou as dívidas contraídas fora da feira, que os liberam do *droit d'aubaine* — o senhor retinha para si, em virtude deste direito, os bens do estrangeiro morto em seus domínios — que suspende as ações judiciais e as medidas de execução enquanto durar a paz da feira. Enfim, mais valiosa ainda torna-se a suspensão da proibição canônica da usura, isto é, do empréstimo com juros, e a fixação, para este, de uma taxa máxima.

As feiras de Champanha

Se examinarmos a distribuição geográfica das feiras, observaremos, inicialmente, que as mais ativas se agrupam na metade da grande rota comercial que vai da Itália e da Provença para a costa de Flandres. São as famosas "feiras de Champanha e de Brie", que se realizam uma após outra, em todo o decorrer do ano. (*) Vinha, primeiramente, em janeiro, a de Lagny-sur-Marne, e na terça-feira que precedia a quaresma, a de Bar; em maio, a primeira feira de Provins, chamada de São Quiriácio; em junho, a "feira quente" de Troyes; em setembro, a segunda feira de Provins ou de Saint-Ayoul; finalmente, em outubro, para fechar o ciclo, a "feira fria" de Troyes. No século XII, cada uma dessas assembléias prolongava-se por seis semanas, aproximadamente, e não deixava entre si mais do que o intervalo indispensável ao transporte das mercadorias. As mais importantes, pela estação em que se realizavam, eram as de Provins e a "feira quente" de Troyes.

---

17. Huvelin, **op. cit.**, p. 438.

A prosperidade dessas feiras deve-se, sem dúvida, às vantagens de sua situação. Desde o século IX, é provável que os raros mercadores daquela época freqüentassem a planície de Champanha que, como tudo parece indicar, deve situar-se em Chappes, no departamento de Aube, a *sedem negotiatorum Cappas*, mencionada em uma carta de Loup de Ferrières.[18] A partir do renascimento do comércio, o tráfego, que se tornou mais ativo, levou os condes de Champanha a garantir definitivamente as vantagens do mesmo às suas terras e a oferecer aos mercadores a comodidade de feiras estabelecidas de trecho em trecho. Em 1114, as de Bar e de Troyes já existiam há algum tempo, e sem dúvida acontecia o mesmo com as de Lagny e de Provins, ao lado das quais se achavam outras que não gozavam da mesma sorte, em Bar-sur-Seine, Châlons-sur-Marne, Château-Thierry, Nogent-sur-Seine etc. A estas feiras de Champanha corresponderiam, na extremidade da linha que se dirigia delas para o mar do Norte, as cinco feiras flamengas de Bruges, Ypres, Lille, Thourout e Messina. (*)

As feiras de Champanha e o comércio

No século XII, desenvolveu-se com extraordinária rapidez a prosperidade deste complexo comercial. Não há dúvida de que o intercâmbio já era muito ativo em 1127, entre as feiras de Flandres e as de Champanha, uma vez que Gualberto nos descreve como fugiram atemorizados os mercadores lombardos da feira de Ypres, quando tiveram notícia do assassínio do conde Carlos, o Bom. Por seu turno, os flamengos encontravam em Champanha um mercado exterior permanente para os tecidos que dali transportavam, eles mesmos, ou os seus compradores italianos e provençais, até o porto de Gênova, de onde os exportavam para as escalas do Levante.[19] Em troca, os flamengos importavam da Champanha fazendas de seda, ourivesarias e, principalmente, as especiarias de que os marinheiros do Norte vinham abastecer-se em Bruges, ao mesmo tempo que de tecidos de Flandres e vinhos da França.

---

18. A. Giry, "Études carolingiennes", em **Études d'histoire du Moyen Age dédiées à Gabriel Monod,** p. 118, Paris, 1896.
19. Ver a última seção, Cap. I.

No século XIII, as relações comerciais chegaram ao seu máximo desenvolvimento. Os fabricantes flamengos de tecido têm em cada uma das feiras de Champanha as suas "tendas" onde se agrupam por cidades e expõem seus produtos. Os "clérigos das feiras" percorriam a cavalo, sem interrupção, a rota entre a Champanha e Flandres, transportando a correspondência dos mercadores. [20]

Mas, se as feiras de Champanha deveram em grande parte sua importância ao contato que estabeleceram desde logo entre o comércio italiano e a indústria flamenga, a sua influência propagou-se a todas as regiões do Ocidente.

"Nas feiras de Troyes existia uma casa dos alemães, mercados e hospedarias dos mercadores de Montpellier, Barcelona, Valência, Lérida, Ruão, Montauban, Provins, Auvérnia, Borgonha, Picardia, Genebra, Clermont, Ypres, Douai, Saint-Omer." Em Provins, os lombardos tinham barracas especiais e um dos bairros da cidade chamava-se *Vicus Allemannorum*, assim como em Lagny existia um bairro chamado *Vicus Angliae*. [21]

As feiras de Champanha e o crédito

Aliás, o tráfico de mercadorias não era o único atrativo das feiras de Champanha. Eram tão numerosos e importantes os pagamentos que nas mesmas se efetuavam, que não tardaram em transformar-se, conforme uma acertada expressão, em "sede cambial de toda Europa". [22] Em cada feira, após um primeiro período dedicado à venda, iniciava-se o dos pagamentos. Estes se estendiam não só à extinção das dívidas contraídas na mesma feira, mas também a vários pagamentos, a longo prazo, de obrigações contraídas em feiras anteriores. No século XII, por meio da referida prática, começou a funcionar uma organização de crédito, provavelmente contemporânea da origem das letras de câmbio, de que tomaram a iniciativa os italianos, muito mais adiantados do que os povos do continente em matéria de usos comerciais; trata-se, unicamente, de simples promessas escritas de pagar uma

---

20. Encontram-se detalhes muito vívidos sobre a atividade destes clérigos em G. Espinas, **Une guerre sociale interurbaine dans la Flandre wallonne au XIIIe siècle**, pp. 24, 35, 72, 82, 83 etc., Paris-Lille, 1930.
21. Huvelin, **op. cit.**, p. 505.
22. L. Goldschmidt, **Universalgeschichte des Handelsrechts**, p. 226.

quantia em lugar diferente daquele em que se contrai a dívida, ou, para empregar termos mais jurídicos, de um "pagarei à ordem, em local determinado". O signatário compromete-se a pagar, em outra praça, ao remetente ou ao seu *nuntius*, isto é, ao seu representante (cláusula ativa), ou a mandar pagar por um *nuntius* que atua como seu representante (cláusula passiva).

A freqüência às feiras de Champanha era tal que se estipulava que seria pagável em uma delas a maior parte das obrigações contraídas em qualquer lugar. E isto se refere não só às dívidas comerciais, mas também aos simples empréstimos contraídos por particulares, príncipes ou estabelecimentos religiosos. Além disso, o fato de que todas as praças da Europa estavam mutuamente em contato nas feiras de Champanha introduziu, no século XIII, o sistema de pagamento das dívidas por compensação. As feiras desempenharam, pois, na Europa desta época, o papel de *clearing house* embrionário. O enorme comparecimento, a essas feiras, de pessoas oriundas de todas as partes do continente, contribuiu para iniciar os seus clientes no aperfeiçoamento dos processos de crédito adotados pelos florentinos e sieneses, cuja influência era preponderante no comércio monetário.

Decadência das feiras de Champanha

A segunda metade do século XIII pode considerar-se como o apogeu das feiras de Champanha. No começo do século seguinte, iniciou-se a sua decadência. A causa essencial disso é, sem dúvida, a substituição do comércio errante por hábitos comerciais sedentários e, ao mesmo tempo, o progresso da navegação direta dos portos da Itália aos de Flandres e Inglaterra. (*) Sem dúvida, a longa guerra entre o condado de Flandres e os reis da França (de 1302 a 1320) contribuiu para essa decadência, ao privá-los da parte mais ativa de seus clientes setentrionais. A Guerra dos Cem Anos assestou-lhes, pouco depois, um golpe decisivo. Daí em diante, será destruído esse grande centro de negócios, para o qual dirigiram-se, durante dois séculos, todos os mercadores da Europa. Mas a prática que nelas adquiriram abre-lhes agora uma vida econômica em que a generalização da correspondência e das operações de crédito permitirá ao mundo dos negócios economizar suas viagens à Champanha.

III. A MOEDA[23] (*)

Economia natural e economia monetária

Os economistas alemães inventaram, para caracterizar os tempos anteriores à invenção da moeda, a expressão *Naturalwirtschaft*, que se traduz, sem grande acerto em nossa língua, por economia natural ou economia-natureza. Não vamos examinar aqui até que ponto a referida expressão corresponde à natureza dos intercâmbios durante essa primeira fase do desenvolvimento econômico. Mas é importante perguntar se é lícito aplicá-la, como amiúde se tem feito, ao período da Idade Média que precedeu ao renascimento comercial do século XII. Aqueles que a empregam nesta última acepção não tratam, por certo, de atribuir-lhe um sentido absoluto. Nenhum deles ignora, com efeito, que, desde sua invenção, a moeda não deixou de estar em uso corrente entre todos os povos civilizados do Ocidente e que o Império romano a transmitiu, sem interrupção, aos Estados que lhe sucederam. O que quer dizer quando se aponta o começo da Idade Média como uma época de economia natural é, simplesmente, que o numerário chegara a representar um papel tão pequeno que era quase insignificante. Sem dúvida, há nisto um pouco de verdade, mas não se deveria exagerar.[24]

É indubitável, em primeiro lugar, que se equivocaria completamente quem acreditasse que a troca substituiu, então, a moeda, como instrumento normal de intercâmbio. A troca nunca deixou de estar em uso nas relações sociais; é freqüente, ainda na atualidade, como em outros tempos. Mas

---

23. Bibliografia. M. Prou, **Les monnaies carolingiennes,** Paris, 1896; A. Luschin von Ebengreuth, **Allgemeine Münzkunde und Geldgeschichte,** Munique-Berlim, 2.ª ed., 1926; W. A. Shaw, **The history of currency, 1252-1894,** Londres, 1895; A. Blanchet e A. Dieudonné, **Manuel de numismatique française,** Paris, 1912- 1916, 2 vols.; H. van Werveke, "Monnaie, lingots ou marchandises?", em **Annales d'histoire économique et sociale,** t. IV, 1932; A. Landry, **Essai économique sur les mutations des monnaies dans l'ancienne France de Philippe le Bel à Charles VII,** Paris, 1910; E. Bridrey, **La théorie de la monnaie au XIVe siècle. Nicole Oresme,** Paris, 1906.

24. A. Dopsch, **Naturalwirtschaft und Geldwirtschaft in der Weltgeschichte,** Viena, 1930, demonstrou a coexistência, em diversas épocas, da economia natural e da economia monetária, mas sem dar suficiente importância à evolução econômica e às repercussões que tivera não só na forma, mas também na natureza dos intercâmbios. Cf. as observações de H. van Werveke, em **Annales d'histoire économique et sociale,** 1931, pp. 428 e ss. (*)

nunca usurpou, desde que foi inventada a moeda, a função desta. O recurso à troca é uma conveniência ou prática acidental, como um sucedâneo, mas não como um substituto da moeda metálica. Os textos não dão lugar a dúvida, a este respeito. Do século IX ao XII não se vê que os preços sejam expressos de forma alguma que não a da moeda, nem mesmo prevêem o caso em que qualquer objeto pudesse ser dado em pagamento em lugar daquela. Basta ler as *capitulares* para comprovar que as pequenas transações que se realizam nos mercados locais, onde os intercâmbios em espécie seriam, sem dúvida, tão fáceis, fazem-se *per deneratas*. Há mais: a aceitação obrigatória da moeda divulgar-se-á formalmente nos ditos mercados. Sabe-se, aliás, que, após a época carolíngia, quando um soberano concedia permissão para estabelecer um mercado, outorgava, ao mesmo tempo, ao concessionário, o direito de cunhar moeda, e esta coincidência demonstra, sem dúvida, que a moeda serviu normalmente como medida dos valores e instrumento de compra.

Isto se refere tanto aos pagamentos importantes quanto aos pequenos. Durante os períodos de escassez, as abadias procuram algures, por meio de moedas efetivas, os víveres de que necessitam. Da mesma forma, em época de abundância, não trocam o excedente de seu vinho e de seu trigo por outros produtos, mas por dinheiro.

Diante de fatos tão evidentes, é impossível dar crédito algum às tradições de uma época mais remota que, em Flandres, por exemplo, atribuem ao conde Balduíno III (958--962) uma pretensa regulamentação das vendas feitas sem numerário: duas galinhas por um pato, dois patos por um leitão, três cordeiros por um carneiro, três novilhas por um boi.[25] Em suma, não resta dúvida de que durante o período agrícola da Idade Média, sempre que houve intercâmbio comercial, houve intercâmbio monetário. A esse respeito, manteve-se a tradição e não se pode falar da substituição de uma economia natural pela economia monetária.

Mas sabe-se quão insignificante foi o comércio daqueles tempos. A escassez da circulação de mercadorias correspondia a da circulação monetária. Os censos econômicos mais

25. É surpreendente que Huvelin, **op. cit.**, p. 538, tenha aceitado a realidade de semelhantes fábulas.

essenciais, isto é, os que se pagam nos latifúndios sobre os quais se apóia então o equilíbrio social, escapam-lhe totalmente. Os colonos pagam, aqui, em espécie, ao seu senhor, o montante das obrigações que os oneram. Cada servo, cada possuidor de *mansus* deve determinada quantidade de dias de trabalho e de produtos naturais ou por ele fabricados: trigo, ovos, gansos, frangos, cordeiros, porcos, tecidos de cânhamo, linho ou de tela. Acrescentam-se a isso alguns denários, mas em proporção tão insignificante que não consegue impedir que a economia dominial continue sendo uma "economia natural". E assim é, porque não constitui uma economia de intercâmbio, mas uma economia que, privada de mercados exteriores, atua sem comunicação com o exterior, tradicionalmente imobilizado na mesma rotina, e produz tão-somente para consumo local. Em tal sistema, o mais prático para o senhor que vive da sua terra é, evidentemente, receber dos seus homens os produtos da referida terra que exploram em seu lugar e que lhe seria impossível obter de outro modo. Além disso, onde poderiam abastecer-se os vilões de moeda suficiente para compensar o valor dos seus censos, uma vez que nada vendem ao exterior? Pagar em espécie e receber em espécie, eis, pois, o que impõem ao latifúndio da alta Idade Média as condições do seu funcionamento. Como não se dedica ao comércio, o vilão não precisa recorrer ao numerário, do qual, ao contrário, não pode prescindir o comércio. E isto é tão certo que, quando a economia dominial se dissolve sob a influência do tráfico, o fenômeno essencial da sua transformação será a substituição dos censos em espécie por pagamentos em dinheiro.

É, pois, ao mesmo tempo, certo e errado considerar o período que transcorre do século IX ao XII como um período de economia natural. Errado, se por ele se entende que a moeda deixou de ser instrumento normal dos intercâmbios, pois que não deixou de sê-lo nas transações comerciais. Certo, se se quiser mostrar que a sua circulação e o seu papel foram muito limitados, visto que toda a organização dominial da época não necessitou dela. Por outras palavras, em todo pagamento efetuado depois de uma venda empregou-se a moeda, enquanto a economia natural determinou a forma de todos os pagamentos, servindo para libertar-se de prestações sem compensação.

Origem carolíngia do sistema monetário

Pode-se considerar, com razão, como paradoxal o fato importantíssimo de que todo o sistema monetário da Europa do Antigo Regime, que é ainda agora o do imenso Império britânico, se tenha estabelecido em uma época em que a circulação do numerário declinou até alcançar o nível mais baixo que se observa na História. Não há dúvida, com efeito, que, do período merovíngio ao carolíngio, a decadência monetária não foi rápida nem profunda. Ao apossar-se do mar Tirreno, a invasão muçulmana do século VIII provocara a ruptura do Ocidente com a economia da Antigüidade, que se prolongara até então nos seus traços essenciais. Cada um dos reinos bárbaros, que repartiram entre si o Império no Ocidente, conservava como padrão monetário o soldo de ouro de Constantino. Cunhado com o nome de seis reis, constituía, sem dúvida, uma verdadeira moeda internacionalmente aceita, desde a Síria até a Espanha e desde a África até as fronteiras setentrionais da Gália.[26] Mas não devia sobreviver à imensa desorganização provocada pelo fechamento do Ocidente. A partir do começo do século IX, desapareceu na monarquia carolíngia, quando esta se transformou em um Estado agrícola e sem comércio. Somente nos lugares onde ainda subsistem vestígios de tráfico, isto é, na região da Frísia e na fronteira da Espanha, cunharam-se algumas moedas de ouro durante o reino de Luís, o Bom.[27] Depois, a tormenta das invasões normandas e sarracenas veio destruir esse último vestígio da moeda antiga. Esse metal amarelo, que a interrupção do comércio mediterrâneo baniu da Europa Ocidental, deixa por vários séculos de servir de instrumento de intercâmbio. Desde o reinado de Pepino, o Breve, a moeda de prata substituiu definitivamente a moeda de ouro, e Carlos Magno, neste como em tantos outros domínios, termina a obra de seu pai e lhe dá a sua forma definitiva.

O sistema monetário que estabeleceu e que constituiu a mais duradoura de todas as reformas, visto que perdura ainda em nossos dias, em todos os lugares onde circula a

---

26. Ver os trabalhos citados mais acima, nota n.º 2, Introdução.

27. Não me é possível discutir aqui os textos aduzidos por A. Dopsch, **op. cit.**, p. 107, nota n.º 24, para comprovar que a circulação e a cunhagem do ouro não sofreram uma regressão considerável nos tempos carolíngios. Além disso, voltarei a tratar, alhures, desta questão essencial.

libra esterlina, afasta-se definitivamente do sistema monetário de Roma. Como em toda a política do grande imperador, pode-se reconhecer na aludida reforma a vontade marcante de adaptar-se ao estado atual de coisas, ao mesmo tempo ajustando a legislação às novas condições que imperam na sociedade, quais sejam as de aceitar os fatos e sujeitar-se a eles, com o objetivo de substituir a ordem à desordem. Em nenhum outro ramo, talvez, Carlos Magno se revela melhor, como gênio criador e realista. É indubitável que compreendeu o papel que devia desempenhar a moeda, em uma sociedade em plena regressão agrícola, resolvendo proporcionar-lhe um numerário adequado às suas necessidades. A sua reforma monetária era a que convinha a uma época de economia rural sem mercados exteriores. Nisto consiste, em conjunto, sua originalidade e grandeza.

Caráter da moeda carolíngia

Poderíamos definir, superficialmente, o sistema monetário carolíngio pelo nome de monometalismo de prata. O Estado cunhou unicamente metal branco, embora tenha tolerado, oficialmente, ainda durante alguns anos, a fabricação de escassas moedas de ouro. Uma libra nova, muito mais pesada do que a libra romana, tendo 491 gramas em vez de 327, é o ponto de partida da cunhagem.[28] Está dividida em 240 unidades de metal puro que se denominam denários (*denarii*). Os referidos denários de prata, cada um dos quais pesa aproximadamente dois gramas, e os semidenários ou óbolos constituem as únicas moedas efetivas, isto é, as únicas moedas reais. Mas, além delas, existiam moedas de cálculo, (*) simples expressões numerais, que correspondem, cada uma delas, a determinada quantidadé de denários, como, por exemplo, o soldo (*solidus*) que equivale a 12 denários, e a libra que compreende 20 soldos e equivale a 240 denários contidos no peso de uma libra.[29] O valor mínimo do único numerário em circula-

---

28. M. Prou, **Les monnaies carolingiennes**, pp. XLIV e ss.

29. Por isso, devem-se ler em genitivo plural os adjetivos que indicam, nos textos latinos, a espécie da moeda monetária de contas. Assim: V libras tur., deve-se ler: V libras **turonensium**, e não: V libras **turonenses**, porque esta expressão significa: V libras de dinheiros turonenses. Da mesma maneira, V sol. tur. é igual a V soldos **turonensium**.

ção, os denários e os óbolos adaptam-se perfeitamente às necessidades de uma época em que a imensa maioria das transações implica tão-somente pagamentos de varejo. É claro que essa moeda não convém ao grande comércio; sua missão principal é servir à clientela dos pequenos mercados locais que tão freqüentemente se mencionam nas *capitulares* e naqueles cujas vendas e compras se fazem *per deneratas*. (*)

Além disso, o Estado cuidou, com o maior esmero, de manter o peso e o valor das referidas moedas inalteráveis. Reservou-se exclusivamente o direito de cunhá-las e, para controlar melhor a cunhagem, concentrou-a em um pequeno número de oficinas que funcionavam sob sua vigilância. Aplicavam-se as penas mais severas aos falsificadores e castigavam-se severamente todos os que se negavam a receber em pagamento os denários legais. Aliás, a circulação monetária era sumamente limitada. A quantidade de metal que comporta devia originar-se, em sua maior parte, de antigas moedas divisionárias de prata que datavam do período merovíngio ou mesmo do romano, das presas de guerra conquistadas aos povos bárbaros e de algumas jazidas argentíferas da Gália, como a de Mele, na Aquitânia. A moeda miúda em circulação era freqüentemente refundida, e as oficinas reais a devolviam, com um novo tipo, a fim, sem dúvida, de desorientar os falsificadores.

O sistema monetário de Carlos Magno continuou sendo o de todos os Estados que surgiram do desmembramento do Império carolíngio. Todos conservaram o denário de prata como moeda real, e, como moeda de cálculo, o soldo e a libra. Na realidade, não houve mudança, ainda que o primeiro se chame *pfennig* ou *penny*, o segundo *shelling* e o terceiro, *pfund* ou *pound*. A moeda de ouro, no Ocidente, conservou-se unicamente nas regiões submetidas a Bizâncio, como a Itália do Sul e a Sicília, antes da sua ocupação pelos normandos, ou nas regiões conquistadas pelo Islão, como a Espanha. Os anglo-saxões também cunharam algumas moedas de ouro antes que a invasão de 1066 sujeitasse, por sua vez, a Inglaterra à regra geral.

A moeda na época feudal

Era impossível, entretanto, que a dissolução do Império carolíngio e a queda da administração monárquica, na se-

gunda metade do século IX, não exercessem a sua influência na organização monetária. Se esta conservou em todas as partes seus traços essenciais, em todas as partes também alterou-se profundamente na prática. No meio da anarquia em que naufragou o poder real, os príncipes feudais usurparam o direito de cunhar moedas. Os reis, por seu turno, concederam-no a muitas igrejas. Com o correr do tempo, houve através de todo o Ocidente tantos denários diferentes em circulação quantos feudos existiam com direito de alta justiça. É óbvio acrescentar que disso resultou uma formidável desordem. Não só se modificaram os tipos de moeda, mas, por falta de um controle efetivo, o seu peso e o seu valor foram alterados cada vez mais. Diferentes libras, segundo os territórios, substituíram a libra de Carlos Magno. Pela Alemanha introduziu-se, em princípios do século XI, uma base monetária nova, o marco de 218 gramas, originário talvez da Escandinávia, e que, por sua vez, determinou o aparecimento de outros marcos, entre os quais os mais conhecidos são os de Colônia e os de Troyes.

A todas estas causas de confusão, a exploração da moeda pelos príncipes acrescentou um último motivo de perturbação e o maior de todos. Periodicamente, a moeda era "descreditada", isto é, retirada de circulação. Era preciso entregá-la às fábricas de moeda, e estas punham-nas à disposição do público unicamente sob a forma de moedas de menor peso e de liga cada vez mais acentuada: os príncipes ficavam com a diferença. Dessa maneira, o valor intrínseco do numerário diminuiu progressivamente. Os belos denários de prata pura de Carlos Magno eram substituídos por moedas cada vez mais misturadas com cobre, de modo que, em meados do século XIII, em vez de brancos como a princípio, quase todos os denários tornaram-se pretos (*nigri denarii*).

Essa confusão não se explica unicamente pela anarquia política, mas também pelas condições econômicas da época. Como o comércio desaparecera quase por completo, pouco importava que a diversidade da moeda fosse um obstáculo à circulação monetária. Cada qual se conformava com uma moeda, cujo curso estava limitado às fronteiras de um território, em uma sociedade onde a maioria das transações se efetuava em mercados locais. A escassa circulação comercial coincidiu com a parca circulação monetária, e a má qua-

lidade do numerário não prejudicava muito o povo, em uma época em que os intercâmbios se haviam reduzido ao mínimo.

É evidente, porém, que a atividade econômica manifestada em fins do século XI iria devolver a mobilidade a essa moeda que, até então, se estancara ao redor dos seus centros de emissão. Começou ela a viajar com os mercadores: nas cidades e nas feiras, graças ao comércio, afluíram de todas as partes as moedas mais diversas. A crescente circulação do numerário compensou a deficiência das reservas metálicas disponíveis. Além do mais, o descobrimento, em meados do século XII, das minas de prata de Freiberg, alimentou-a com novos recursos. Não obstante, até o fim da Idade Média, continuou sendo deficiente.

Só em meados do século XV é que aumentou a produção anual da prata, graças à exploração das jazidas argentíferas da Saxônia, da Boêmia, do Tirol, de Salzburgo e da Hungria.

Exploração da moeda pelos príncipes

Os progressos da circulação monetária permitiram aos príncipes utilizá-la em proveito próprio. Como possuíam o direito de cunhar, consideravam-se autorizados a empregá-la em proveito do seu tesouro, não notando que, dessa maneira, se enriqueciam em detrimento do público. À medida que se tornava mais indispensável a moeda para a vida econômica, mais a alteravam aqueles que detinham o monopólio da cunhagem. Tornou-se cada vez mais usual, principalmente a partir do século XIII, o processo que consistia em multiplicar as emissões novas de numerário, diminuindo cada vez mais o seu valor; a moeda voltava constantemente às oficinas, era refundida e redistribuída em pior estado do que antes. Na Alemanha, sobretudo, tais métodos se aplicaram com uma freqüência verdadeiramente assombrosa. Durante os trinta e dois anos em que reinou Bernardo de Ascânia, modificou-se a moeda, ou melhor, piorou cerca de três vezes por ano, em média.[30]

A situação era mais tolerável, sem dúvida, nas regiões onde a influência da população urbana impunha aos príncipes maiores restrições em meio de arbitrariedades incompatíveis com os interesses do comércio e da indústria. Em Flan-

30. Kulischer, **op. cit.**, t. I, p. 324.

dres, por exemplo, em 1127, os burgueses de Saint-Omer conseguiram que o conde Thierry da Alsácia lhes outorgasse o direito de cunhagem. É certo que a concessão foi revogada no ano seguinte, [31] mas, de qualquer maneira, revela um estado de espírito que convinha levar em consideração: também o numerário flamengo, sem escapar à degeneração geral que se impõe com o rigor de uma lei a todas as moedas da Idade Média, sempre se distinguiu por sua qualidade relativamente superior. Os denários de Colônia, amplamente difundidos nas regiões renanas, tiveram também, nos séculos XII e XIII, notável estabilidade. [32] Na Inglaterra, onde a moeda pertencia exclusivamente ao rei, ela se manteve mais estável do que em outras partes e sofreu menos os abusos que acarretavam no continente a multiplicidade dos príncipes que usurparam o direito de cunhagem. (*)

A moeda real

Contra tal usurpação, a realeza reagiu, naturalmente, o mais rápido possível. Se na Alemanha e na Itália, a decadência do seu poder privou-a, a partir do século XIII, de toda possibilidade de restaurar, neste domínio como em todos os demais, os seus direitos régios, e ainda que os abandonasse cada vez mais à quantidade de príncipes e cidades, na França, ao contrário, a partir do reinado de Felipe Augusto, ela reconquistou, sem cessar, o terreno que perdera. Ali, mais do que em outros lugares, o feudalismo arrebatara ao rei a sua prerrogativa monetária. Sob os primeiros Capetos, cerca de 300 vassalos apropriaram-se da cunhagem das moedas. Um dos propósitos mais constantes da coroa consistiu em recuperar os seus direitos, quando se achou bastante forte para fazê-lo. Teve tanto êxito no seu empenho que, no começo do século XIV, subsistiam apenas uns trinta senhores feudais que conservavam ainda o seu direito de cunhagem, e em 1320-1321, Filipe, o Longo, formulou o projeto prematuro de estabelecer uma só moeda em todo o reino. [33]

Ao recuperar a sua regalia monetária, os reis se inspiravam tão-somente em considerações de soberania. A idéia

31. A. Giry, **Histoire de la ville de Saint-Omer,** p. 61.

32. W. Hävernick, **Der Kölner Pfennig im XII. und XIII. Jahrhundert,** Stuttgart, 1930.

33. P. Lehugeur, **Histoire de Philippe le Long,** p. 368, Paris, 1897.

de acabar com os abusos do feudalismo e de manter o tipo "legal" das moedas achava-se tão longe da sua mente, que consideravam a moeda unicamente como uma das fontes de renda mais valiosas do seu domínio. Quando a cunhagem tornou a ser um privilégio real, não teve maior estabilidade do que antes. De um reino a outro, a qualidade do numerário continuou se alterando. Multiplicaram-se os decretos que, conforme as necessidades da coroa, aumentavam o valor nominal das moedas, enquanto diminuía constantemente o seu valor intrínseco. Elevava-se ou abaixava-se o tipo das moedas, conforme o rei tinha que cobrar ou pagar. Filipe, o Belo, continuou a prática corrente, a esse respeito. As flutuações eram perpétuas e seria natural que o comércio se tornasse impossível devido à desordem crônica da circulação, se a nossa época não nos tivesse proporcionado exemplos de perturbações muito mais profundas.

A técnica rudimentar da cunhagem contribuía para aumentar mais ainda esse caos. É impossível dar às moedas que saíam das oficinas um peso e um módulo idênticos. Os "depreciadores de moedas" faziam o seu negócio lucrativo com o metal do numerário em circulação. Acrescente-se a isso que a perspectiva de serem queimados vivos não conseguia afastar os falsificadores da tentação de explorar um estado de coisas que os favorecia grandemente.

Aparecimento da moeda "grossus"

No fim do século XII, a desordem monetária chegara a tal ponto que se impunha uma reforma. É significativo o fato de Veneza, a praça de comércio mais importante daquele tempo, haver tomado a iniciativa. Em 1192, o doge Henrique Dandolo mandou emitir na referida cidade, uma moeda de tipo novo, o *gros* ou *matapan*, que pesava pouco mais de dois gramas de prata e valia 12 denários antigos. Esse *gros* representava, pois, um soldo carolíngio, porém com a diferença de que o soldo, primitivamente, uma simples moeda de cálculo, se transformara, em Veneza, em uma verdadeira moeda real. O sistema de Carlos Magno não fora abandonado e a inovação continuou sendo fiel à repartição monetária estabelecida por aquele monarca. A única conseqüência da contínua queda do denário foi a sua substituição por um denário novo, de valor doze vezes maior, de onde se originou

o nome de *grossus*. Este denário, de fato, corresponde exatamente ao soldo antigo, que, depois de ter sido uma simples cifra, se convertera em parte integrante do numerário. Em outros termos, o novo sistema continua sendo fiel ao antigo, com a única exceção de que agora o transforma em um valor metálico doze vezes maior. Além disso, ele não suprime o denário antigo: a ele se justapõe, na qualidade de moeda metálica, e o reduz à condição de simples moeda de venda a varejo.

O *gros* veneziano correspondia tão bem ao desejo dos mercadores que foi logo imitado nas cidades da Lombardia e da Toscana. Outrossim, ao Norte dos Alpes tratava-se de corrigir a corrupção monetária, que se tornara intolerável. Na Alemanha, onde parece ter sido pior de que em qualquer outro lugar, os *Heller*, cujo nome se devia ao fato da sua cunhagem na cidade de Hall, na Suábia, introduziram o uso de um denário novo, superior por seu peso e seu valor. Também a *esterlina*, que foi um denário melhorado, apareceu na Inglaterra, no fim do século XII. Mas a França, ao seguir o exemplo da Itália, forneceu o verdadeiro remédio. Em 1266, Luís IX criou os "gros tournois" (*grossus denarius turonensis*). Pouco depois, porém, o "gros parisis", cujo valor superava em uma quarta parte o do "tournois", sobrepujou-o. Estas duas moedas difundiram-se logo através da Europa, da mesma forma como se difundiram a arte gótica e os livros de cavalaria e cortesia da França. As feiras de Champanha muito contribuíram para transformá-las em verdadeiras moedas internacionais. Cunharam-se, imediatamente, muitas em Flandres, Brabante, nas regiões de Liège e Lorena. A partir de 1276, o "gros tournois", que tem na Alemanha o nome de *groschen*, apareceu no vale do Mosela; em fins do século XII estabeleceu-se em Colônia, e daí propagou-se às regiões germânicas situadas além do Reno e nos Países Baixos do Norte.

A sorte tão surpreendente do "gros tournois" quase corresponde à da libra esterlina inglesa, melhorada em fins do século XIII, e imitada quase imediatamente, como o "gros", na Alemanha e nos Países Baixos. Pode-se, pois, considerar que, junto com o aparecimento do "gros", se inicia uma fase nova na história monetária. Não houve ruptura com o sistema carolíngio: houve simplesmente um esforço para adaptá-

-lo às necessidades do comércio. Em pouco tempo, a volta à moeda de ouro constitui uma nova prova da necessidade de proporcionar ao dito comércio um instrumento de intercâmbio capaz de satisfazer suas crescentes exigências.

Reinício da cunhagem do ouro

Desde o século XI, o tráfico mediterrâneo começara a difundir, em primeiro lugar na Itália, depois ao norte dos Alpes, moedas de ouro árabes e bizantinas. Mas, estas moedas, *hiperperes*, *besantes* ou *marabotinos*, que em geral os seus detentores entesouravam, parece que não serviram como meio de pagamento senão em casos excepcionais que exigiam extraordinários desembolsos.[34] Em 1071, por exemplo, a condessa Richilde de Hainaut empenhou o seu domínio de Chevigny ao abade de Saint-Hubert, pela enorme quantia de 500 besantes de ouro.[35] No comércio corrente, não parece que o ouro fosse usado naquela época, embora as suas transações com o Levante dessem a conhecer, desde o princípio, aos marinheiros italianos, as vantagens do seu emprego e provocassem neles o desejo de cunhá-lo em suas pátrias.

Em 1231, Frederico II mandou cunhar no reino da Sicília as admiráveis "Augustais" de ouro, que são a obra-prima da numismática medieval, cuja difusão, porém, não conseguiu ultrapassar as fronteiras da Itália do Sul. A emissão por Florença dos primeiros florins (*fiorino d'oro*), cujo nome se deve ao fato de terem gravado um lírio, emblema da cidade, abriu resolutamente, em 1252, o caminho à expansão do numerário de ouro no Ocidente. Gênova veio logo depois, (*) e, em 1284, Veneza proporcionou, com o seu ducado ou *zecchino*, uma réplica do florim. (*) Essas duas formosas peças, idênticas por seu peso de três gramas e meio, correspondiam ao valor de uma libra de "gros" de prata, da mesma forma como o "gros" correspondera ao valor do soldo. Graças à

34. Sobre o uso do ouro antes da renovação da cunhagem, ver M. Bloch, "Le problème de l'or au Moyen Age", em **Annales d'histoire économique et sociale,** 1933, pp. 1 e ss. O autor insiste na falsificação das moedas de ouro estrangeiras por certos príncipes. Mas não está provado que o comércio tenha feito uso do referido ouro. Parece haver servido, sobretudo, para os pagamentos e empréstimos de grandes personagens e em casos, em suma, excepcionais.

35. **La chronique de Saint-Hubert, dite Cantatorium,** ed. K. Hanquet, p. 68, Bruxelas, 1906.

cunhagem do ouro, a libra, como antes o soldo, converteu-se, de moeda de cálculo, em moeda verdadeira. O denário, que na época carolíngia fora a única moeda de uso corrente, foi então uma simples moeda divisionária. O fechamento do mar Mediterrâneo, no século VIII, impusera, por muito tempo, à Europa Ocidental, o numerário de prata; o numerário de ouro, na sua reaparição, tornou a ocupar o seu lugar e a desempenhar o mesmo papel anterior. O progresso econômico da Itália explica de sobejo que o referido país tenha tomado a iniciativa da emissão da moeda de ouro, como anteriormente da moeda "grossus". Mas, em ambos os casos, o resto da Europa não devia tardar em seguir o seu exemplo: A imitação foi ainda mais rápida para o ouro do que para o "gros", e isso se deve, certamente, atribuir ao crescente progresso das relações comerciais. Em 1266, com toda probabilidade, isto é, no mesmo ano em que apareceu o "gros tournois", Luís IX emitiu os primeiros "denários de ouro" que circularam no norte dos Alpes, e depois deles houve uma produção ininterrupta, sob os seus sucessores, de um opulento numerário de metal amarelo. O movimento por ele inaugurado difundiu-se por todo o continente, no decorrer do século XIV. Na Espanha, a cunhagem regular do ouro remonta a Afonso XI de Castela (1312-1350); no Império, a Boêmia começou a cunhar ouro, em 1325; na Inglaterra, Eduardo III, em 1344, pôs em circulação florins de ouro. Nos Países Baixos, onde o comércio era muito intenso, cunhavam-se moedas de ouro; em Flandres, no tempo de Luís de Nevers, desde antes de 1337; em Brabante, com João III (1312-1355); na região de Liège, na época de Engleberto de la Marck (1345-1364); na Holanda, sob Guilherme V (1346-1389); em Gueldre, sob Renato III (1343-1371).

A criação do "gros" e a cunhagem do ouro sanearam a circulação monetária, mas os abusos que sofrera até então ainda não terminaram. Os reis e os príncipes continuaram alterando as moedas e impuseram-lhes, arbitrariamente, padrões fictícios. O seu valor prosseguiu diminuindo sem cessar. (*) Os primeiros apelos feitos por Nicolau Oresme, no século XIV, para que tivessem melhor compreensão das coisas, não foram ouvidos. Passaram-se muitos séculos antes que os governos começassem a seguir os princípios de uma verdadeira administração monetária.

IV. O CRÉDITO E O COMÉRCIO DO DINHEIRO[36]

Antigüidade do crédito

A teoria que divide o progresso comercial em três fases sucessivas, entre as quais a primeira se caracteriza pelo intercâmbio em espécie (*Naturalwirtschaft*), a segunda, pela

36. Bibliografia. L. Goldschmidt, **op. cit.**, Bibl. geral; M. Postan, "Credit in medieval trade", em **The economic history review,** t. I, 1928; R. Génestal, **Le rôle des monastères comme établissements de crédit,** Paris, 1901; L. Delisle, **Les opérations financières des Templiers,** Paris, 1889; H. van Werveke, "Le mort-gage et son rôle économique en Flandre et en Lotharingie, em **Revue belge de philol. et d'histoire,** t. VIII, 1929; (*) G. Bigwood, "Les financiers d'Arras", **ibid.,** t. III, 1924; R. L. Reynolds, "The merchants of Arras", **ibid.,** t. IX, 1930; H. Jenkinson, "A money-lender's bonds of the twelfth century", em **Mélanges Poole,** Londres, 1927; G. Bigwood, **Le régime juridique et économique du commerce de l'argent dans la Belgique du Moyen Age,** Bruxelas, 1921-22, 2 vols. (Mém. Acad. Belg.); S. L. Peruzzi, **Storia del commercio e dei banchieri di Firenze (1200-1345),** Florença, 1868; A. Sapori, **La crisi delle compagnie mercantili dei Bardi e dei Peruzzi,** Florença, 1926; — **Una compagnia di Calimala ai primi del trecento,** Florença, 1932; A. Ceccherelli, **Le scriture commerciali nelle antiche aziende fiorentine,** Florença, 1910; E. H. Byrne, "Commercial contracts of the Genoese in the Syrian trade of the XII century", em **The quarterly journal of economics,** t. XXXI, 1916; A. E. Sayous, "Les opérations du capitaliste et commerçant marseillais Étienne de Manduel, entre 1200 et 1230", em **Revue des Questions historiques,** 1930; — "Les transformations des méthodes commerciales dans l'Italie médiévale", em **Annales d'histoire économique et sociale,** t. I, 1929; — "Dans l'Italie à l'intérieur des terres: Sienne de 1221 a 1229", **ibid.,** t. III, 1931; — "Les méthodes commerciales de Barcelone au XIII[e] siècle", em **Estudis universitaris catalans,** t. XVI, 1932; — "Les mandats de saint Louis sur son trésor", em **Revue Historique,** t. CLXVII, 1931; F. Arens, "Wilhelm Servat von Cahors als Kaufmann zu London", em **Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte,** t. XI, 1913; W. E. Rhodes, "The Italian bankers in England and their loans to Edward I and Edward II, em **Owens College Essays,** Manchester, 1902; W. Sombart, **Die Juden und das Wirtschaftsleben,** Leipzig, 1911; A. Sayous, "Les Juifs ont-ils été les fondateurs du capitalisme moderne?", em **Revue économique internationale,** 1932; W. Endemann, **Studien in die romanisch-kanonistischen Wirtschafts und Rechtslehre,** Berlim, 1874-1883, 2 vols.; F. Schaub, **Der Kampf gegen den Zinswucher, ungerechten Preis und unlauteren Handel,** Friburgo, 1905; H. Pirenne, "L'instruction des marchands au Moyen Age", em **Annales d'histoire économique et sociale,** t. I, 1929; A. Schiaffini, "Il mercante genovese del dugento", na revista **A compagna,** ano 1929; F. Rörig, "Dal älteste erhaltene deutsche Kaufmannsbüchlein", em **Hansische Beiträge zur deutschen Wirtschaftsgeschichte,** Breslau, 1928; F. Keutgen, "Hansische Handelsgesellschaften vornehmlich des XIV. Jahrhunderts", em **Vierteljarhschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte,** t. IV, 1906; J. Kulischer, "Warenhändler und Geldausleiher im Mittelalter", em **Zeitschrift für Volkswirtschaft, Sozialpolitik und Verwaltung,** 1908.

moeda (*Geldwirtschaft*) e a terceira pelo crédito (*Kreditwirtschaft*), esteve em moda durante muito tempo. Não obstante, a observação dos fatos demonstrara, desde o princípio, que ela não corresponde, de modo algum, à realidade e que é, tão-somente, uma manifestação do espírito de sistema que amiúde tem influenciado a história econômica.

Se é verdade que o crédito desempenhou um papel cada vez mais considerável, também é certo que, em todas as épocas, se observa a sua intervenção. Ele estabelece entre elas uma diferença meramente quantitativa, mas não uma diferença de natureza. [37]

Empréstimo de consumo dos estabelecimentos eclesiásticos

É supérfluo dizer que durante o período agrícola da Idade Média não se pode falar de crédito comercial propriamente dito. Não se compreende como poderia desenvolver-se, em uma época de comércio esporádico e ocasional, em que não existia uma classe de profissionais. Em compensação, está demonstrado que, embora limitada às necessidades de uma sociedade de economia rural sem mercados externos, a ação do crédito foi tão considerável, que seria impossível entender como esta aristocracia fundiária, sobre a qual repousa a organização social, tivesse podido subsistir sem a sua ajuda. Graças ao crédito, com efeito, ela foi capaz de resistir às freqüentes crises que a submetiam as repetidas penúrias.

A Igreja foi a indispensável emprestadora daquela época. Já vimos que só ela possuía um capital mobiliário que a transformava em potência financeira de primeira ordem. Nas crônicas, há numerosos detalhes sobre a riqueza dos santuários monásticos em cujos tesouros abundam os relicários, os candelabros, as custódias, os vasos sagrados fabricados com metais preciosos provenientes das oferendas, grandes e pequenas, que a devoção dos fiéis punha nas mãos dos monges, representantes na terra dos onipotentes santos, cuja inter-

37. "Sale credit of which the existence has been generally denied, in reality formed the financial basis of the medieval trade. As to the other forms of credit their existence was never doubted but their function was wrongly interpreted." Postan, **loc. cit.**, p. 261. (As vendas a prazo, cuja existência se negou geralmente, formaram em realidade a base do comércio medieval. Quanto às demais formas de crédito, nunca se pôs em dúvida a sua existência, porém a sua função foi mal compreendida.)

venção seria tanto mais certa quanto tivessem sido mais generosos com os seus servidores. Cada igreja de algum renome dispunha, assim, de um tesouro que, ao mesmo tempo que aumentava a pompa do culto, formava uma farta economia. Em caso de necessidade, bastava mandar fundir algumas peças de ourivesaria e enviar o metal à fábrica de moedas mais próxima, para encontrar uma quantia equivalente de numerário. Esta era uma prática a que recorriam os mosteiros, não só por sua própria conta, mas também por conta alheia. Quando um bispo precisava fazer uma despesa extraordinária, seja para a aquisição de um domínio, seja para o serviço do soberano, dirigia-se às abadias da sua diocese. Abundam os exemplos desta espécie de empréstimos. Em 1096, quando o bispo de Liège, Otberto, comprou os castelos de Bouillon e de Couvin, as igrejas da diocese fizeram os gastos da operação.[38] Mas os tesouros monásticos eram requisitados em tempo de fome, principalmente. Para os senhores da vizinhança, cujas reservas se achavam esgotadas, e que precisavam encontrar, a preço de ouro, os víveres indispensáveis, desempenhavam o papel de verdadeiros estabelecimentos de crédito. Antecipavam os fundos necessários, contanto que o devedor empenhasse uma extensão territorial que garantisse o pagamento da sua dívida. Dava-se o nome de *vifgage* (penhor vivo) àquela em que os rendimentos dos bens empenhados se deduziam do capital emprestado, e de *mort-gage* (penhor morto) àquela cujos frutos recolhia o credor, sem prejuízo do reembolso inteiro do capital. Em ambos os casos, respeitava-se a proibição da usura, embora o dinheiro emprestado não produzisse por si só nenhum juro. Nesse gênero de operações, que foram inumeráveis até o século XIII, trata-se unicamente de empréstimos de consumo, isto é, de empréstimos contraídos por necessidade vital. Só por necessidade é que se pede emprestado: o dinheiro recebido gastar-se-á imediatamente, de modo que, em tais condições, um empréstimo equivale a um empobrecimento. Ao proibir a usura por motivo religioso, a Igreja prestou assinalado serviço à sociedade agrícola da alta Idade Média. Protegeu-a contra a praga das dívidas alimentícias que afetou tão dolorosamente a Antigüidade. A caridade cristã pôde aplicar aqui, em todo o seu rigor, o preceito do empréstimo

38. H. Pirenne, **Histoire de Belgique**, t. I, 5.ª ed., p. 139.

sem remuneração, e o *mutuum date nihil inde sperantes* correspondeu à natureza própria de uma época em que uma remuneração pelo emprego do dinheiro representava uma exação, uma vez que aquele não era ainda um instrumento de riqueza. O renascimento do comércio, ao revelar a produtividade do capital consistente em bens móveis, estabeleceu problemas que se tratou, em vão, de resolver. Até fins da Idade Média, a sociedade viveu na angústia contínua desta terrível questão dos juros, em que lutam e se opõem a prática dos negócios e a moral cristã. Em falta de algo melhor, saiu-se de apuros por meio de compromissos e expedientes.

Origem do crédito comercial

Os textos são demasiado raros para nos permitirem saber em que condições se originou o crédito comercial. Não resta dúvida de que existiu, desde o século XI, um número considerável de mercadores que dispunham de capitais líquidos. São os mercadores de Liège, por exemplo, que, em 1082, emprestaram ao abade de Saint-Hubert as quantias necessárias para a compra de um domínio.[39] Conquanto ignoremos tudo sobre o contrato que celebraram ambas as partes, é impossível admitir que o empréstimo fosse gratuito. Os emprestadores não consentiram em fazê-lo senão a troco de vantagens que lhes pareceram bastante remuneradoras, e dificilmente se acertaria ao afirmar que se abstiveram de toda espécie de usura.

Seja qual for, a sua prática é coisa comum e corrente desde a primeira metade do século XII. Possuem-se suficientes detalhes sobre um burguês de Saint-Omer, Guilherme Cade (morto em 1166), para que permaneça dúvida de que se dedicou, ao mesmo tempo, ao comércio de mercadorias e ao de dinheiro. Sabe-se que realizava verdadeiras operações a prazo, comprando antecipadamente, de abadias inglesas, a lã das suas ovelhas, e deve-se admitir que, ao agir dessa maneira, esteve de acordo com o costume geral de todos os grandes negociantes da sua época.

Não faltam, aliás, testemunhos que comprovem o costume de compras-e-vendas a crédito no comércio atacadista de especiarias, de vinho, lã, tecidos etc.

39. **Chronique de Saint-Hubert**, ed. Hanquet, p. 121.

Primeiras formas do crédito na Itália

A deficiência da circulação monetária não permitiria compreender como pôde existir um grande comércio sem que este recorresse ao crédito como operação normal. A Itália, onde o movimento econômico se desenvolveu muito antes do que no continente, oferece-nos provas irretorquíveis a esse respeito. No século X, os venezianos inverteram capitais em negócios marítimos, e tão logo Gênova e Pisa se dedicaram à navegação, muitos nobres e burgueses arriscaram o seu capital no mar. A insignificância das quantias invertidas não deve nos enganar quanto à importância das inversões. Para distribuir os riscos, tomavam-se "partes" em vários barcos, simultaneamente. A sociedade em *comandita*, tão florescente no século XII, permite compreender o papel que nela desempenhou o crédito comercial. O comanditário antecipa ao comanditado, em troca de uma participação nos lucros eventuais, um capital que este fará frutificar no estrangeiro. Na maioria dos casos, a parte que corresponde ao primeiro compreende as três quartas partes, e a do segundo uma quarta parte dos lucros.[40] (*) O seguro marítimo, que nos documentos genoveses nos dão a conhecer desde o século XII, constitui outra aplicação do crédito. Seria preciso, para descrever as modalidades já numerosas que assume desde então, pensar mais profundamente sobre o que podemos fazer aqui no terreno do direito comercial. Provavelmente, seus primeiros progressos foram devidos aos armadores italianos, e especialmente aos de Gênova. Graças a eles, introduziu-se o crédito não só nas operações marítimas mas também na prática financeira. (*)

O progresso das sociedades que se dedicavam ao comércio terrestre foi um pouco mais lento do que o das que surgiram do tráfico marítimo. Vemo-las em pleno exercício, no século XII, nas cidades mercantis da Itália. As letras de crédito são, desde esse tempo, de uso corrente. Mais acima, tivemos a oportunidade de mostrar a parte essencial que lhes corresponde nas transações realizadas nas feiras de Champanha. Os atos obrigatórios que estão vinculados com a ori-

---

40. Segundo Byrne, **Genoese Trade**, o lucro normal das companhias genovesas no século XII era de 25%.

gem da letra de câmbio eram redigidos por notários, na Itália e no sul da França, ou por escrivães municipais, em Flandres.

A instrução dos mercadores e o crédito (*)

O desenvolvimento dos instrumentos de crédito supõe, necessariamente, que os mercadores sabiam ler e escrever. A atividade comercial foi, sem dúvida alguma, a causa da criação das primeiras escolas para os filhos dos burgueses. A princípio, estes tinham freqüentado as escolas monásticas, onde aprendiam os rudimentos de latim necessários à correspondência comercial. Mas é fácil compreender que nem o espírito nem a organização das referidas escolas permitiam-lhes dar suficiente atenção aos conhecimentos práticos exigidos pelos alunos que se preparavam para a vida comercial. Também as cidades abriram, na segunda metade do século XII, pequenas escolas que se podem considerar como o ponto de partida do ensino leigo na Idade Média. O clero tratou de opor-se a essa intervenção do poder secular em um domínio que, até então, lhe pertencera exclusivamente. Embora não conseguisse impedir uma novidade que se tornara indispensável à vida social, pelo menos conseguiu que, em quase todas as partes, as escolas urbanas se submetessem à vigilância dos seus professores, mas sem poder impedir que os mestres fossem nomeados por autoridade municipal.

É indubitável que, no século XIII, a maior parte dos mercadores que se dedicavam ao comércio internacional não possuíam um grau de instrução bastante elevado. (*) Talvez se deva, em grande parte, à sua iniciativa, a substituição do latim por línguas vulgares nos documentos privados. Em todo caso, é sumamente notável que a dita substituição se tenha iniciado nas regiões mais adiantadas por seu progresso econômico: a Itália e Flandres. Sabe-se que à segunda pertenceu o foro mais antigo que se redigiu em francês. Na Itália, a prática da escrita estava tão inteiramente mesclada à vida comercial pelos mercadores, que a escrituração dos livros parece ter sido, se não obrigatória, pelo menos bastante generalizada no século XIII. (*) No começo do século XIV, difundira-se por toda Europa. Os livros de contas dos irmãos Bonis, em Montauban, abrem-se em 1339,[41] e o de Ugo Te-

41. Ed. Forestié, **Le livre de comptes des frères Bonis, marchands montalbanais du XIV^e^ siècle,** Paris-Auch, 2 vols., 1890-1893.

ralh, em Forcalquier,[42] em 1330-1332. A Alemanha, por sua vez, conservou-nos, entre outros, os *Handlungsbücher* de Johann Tölner, de Rostock;[43] de Vicko von Geldersen, de Hamburgo;[44] de Hermann e Johann Wittenborg, de Lubeck,[45] e o mais antigo de todos, o dos Warendorp, também de Lubeck.[46] Em princípios do século XIII, Leonardo Pisano (Leonardo Fibonaci) redigia, para uso dos mercadores, um manual de aritmética.

O conhecimento das línguas estrangeiras era, por sua vez, bastante freqüente entre os homens de negócios. Entre elas, o francês desempenhava mais ou menos o papel que corresponde na atualidade ao inglês, nas relações econômicas. As feiras de Champanha contribuíram, sem dúvida, amplamente, para conquistar-lhe essa situação. Possuímos pequenos manuais de conversação, redigidos em Bruges, em meados do século XIV, para o ensino do aludido idioma.[47] Ao lado deste, o latim continuava sendo a língua internacional, sobretudo para as relações entre povos românicos e germânicos.

O comércio e o crédito

Os progressos da instrução aparecem intimamente ligados aos do crédito, e observa-se, além disso, pelo exemplo da Itália, que foram tanto mais rápidos quanto mais se desenvolvia o crédito. Os documentos comerciais que conservamos demonstram quão numerosos eram os pagamentos a longo prazo. Basta, para se ter uma idéia, recorrer aos livros de

42. P. Meyer, "Le livre journal de maître Ugo Teralh, notaire et drapier à Forcalquier (1330-32)", em **Notices et extraits des manuscrits de la Bibliothèque Nationale** etc., t. XXXVI, 1898.

43. K. Koppmann, **Johann Tölners Handlungsbuch von 1345-1350,** Rostock, 1885.

44. H. Nirrnheim, **Das Handlungsbuch Vickos von Geldersen,** Hamburgo-Leipzig, 1895.

45. C. Mollwo, **Das Handlungsbuch von Hermann und Johann Wittenborg,** Leipzig, 1901.

46. F. Rörig, **Hansische Beiträge**..., citado na p. 120, nota n.º 36. Possuímos, para Bruges, sete livros de contabilidade do cambista Collard de Marke (1366-1369). R. de Roover, "Considérations sur les livres de comptes de C. de M.", em **Bulletin de l'école supérieure de commerce Saint-Ignace à Anvers,** 1930.

47. **Le livre des métiers de Bruges et ses dérivés. Quatre anciens manuels de conversation,** publicados por J. Gessler, Bruges, 1931.

contabilidade anteriormente mencionados. Esses livros referem-se, unicamente, ao comércio a varejo. O espetáculo que nos proporcionariam documentos análogos relativos ao comércio por atacado seria, certamente, mais surpreendente. Não é crível que os mercadores que compravam centenas de fardos de lã na Inglaterra tenham conseguido pagá-los antes de vender os tecidos que a dita lã lhes permitia fabricar. Possuímos, além disso, informes suficientes para podermos afirmar que os grandes negociantes se encontravam mutuamente em relações constantes de débitos e de créditos. Em vez da função quase precária que uma opinião por muito tempo predominante atribuiu ao crédito comercial na Idade Média, é preciso admitir, ao contrário, que ele exercia nessa época uma ação preponderante.

Sem dúvida, não se desenvolveu com a mesma amplitude em todos os países. Sua intervenção na Alemanha, além do Reno, é menos intensa, até o fim do século XIII, do que em Flandres, e, principalmente, na Itália, sendo um erro de método haver generalizado, como amiúde se tem feito, a toda a Europa, o que só era verdade em relação àquela região. Para se compreender o alcance de um fenômeno, é preciso estudá-lo no lugar onde se manifestou com mais intensidade. Não é admissível que se pretenda reduzir a atividade econômica das grandes cidades flamengas ou italianas à dos portos da Hansa no século XIII, ou de cidades de segunda ordem, como Francoforte de Meno.

É inútil acrescentar que não se deve também exagerar a importância do crédito comercial na Idade Média, a ponto de compará-la com a que adquiriu em nossa época ou, ainda, em fins do século XV. Por essencial que fosse, restringe-se naturalmente aos limites que lhe impunha um território econômico cujos limites eram, a Oeste, as costas do Oceano Atlântico, e a Leste, as do Mediterrâneo, do mar Negro e do Báltico. Não foi também secundada pela potência dos grandes Estados e, enfim, incapaz, por causas que exporemos mais adiante, de influir seriamente na organização da produção industrial.

O comércio do dinheiro

O crédito comercial ocupou, tão-somente, uma parte dos capitais em circulação. A maior parte dedicava-se aos em-

préstimos dos poderes públicos ou dos particulares. As operações bancárias da Idade Média foram essencialmente operações de empréstimos; nelas se resumia, quase inteiramente, a história do comércio do dinheiro, naquela época.

O referido comércio, por sua vez, é unicamente uma conseqüência do renascimento comercial dos séculos XI e XII. Alguns dos primeiros destes banqueiros medievais eram descendentes cambistas (*cambitores*) que a diversidade da circulação monetária fez surgir desde remota época e que se enriqueceram rapidamente exercendo uma profissão que, forçosamente, escapa a todo controle; outros, muito mais numerosos, são os grandes negociantes que empregaram o excesso de seus capitais em empréstimos. Observe-se, além disso, que o banco nunca se afasta completamente do comércio de mercadorias. Está, por assim dizer, enxertado nele. Foi tão-somente um meio de utilizar reservas de capitais. (*)

Em geral, o banqueiro da Idade Média é, ao mesmo tempo, emprestador e negociante. A constituição de grandes fortunas comerciais, no transcurso do século XII, devia chamar infalivelmente a atenção dos reis, príncipes, aristocracia e ainda da Igreja. Todos, com efeito, sofriam uma crise em suas receitas, provocada pelos progressos da atividade econômica e pelo aumento contínuo de gastos que impunha um gênero de vida mais requintado. Não era muito mais cômodo para eles conseguir que os mercadores que possuíam dinheiro em abundância lho antecipassem em vez de empenharem suas terras às abadias ou enviarem os seus objetos de ourivesaria à fábrica de moedas? Por outro lado, como poderiam os mercadores repelir a sua solicitação? Seria demasiado imprudente negar um empréstimo a pessoas cuja influência política ou social era considerável. Por certo, esse mesmo poder poderia pôr em perigo o reembolso das quantias arriscadas nas suas mãos. Mas bastava, para se garantir, estipular juros, cuja taxa poderia compensar as perdas que resultassem das dívidas tornadas insolventes. Bem encaradas as coisas, se os riscos eram grandes (e eram-no tanto mais quanto o comércio internacional estava sujeito ao azar das guerras, dos naufrágios, piratas e bandidos), a perspectiva de lucros era um poderoso atrativo. Deve ter seduzido, desde o século XII, quase todos os novos-ricos. É evidente que as nossas fontes de informações conservaram, tão-somente,

traços muito fracos dos empréstimos que se efetuaram e cujos comprovantes se destruíram após o seu reembolso. Devemos ao acaso as poucas notícias que chegaram até nós; estas, embora escassas, permitem-nos apreciar a amplitude dos créditos abertos pelos negociantes à sua clientela.

Operações financeiras dos comerciantes

Por volta de 1160, Guilherme Cade proporcionou ao rei da Inglaterra, e a muitos nobres, somas consideráveis.[48] Em Gand, João Rynvisch e Simão Saphir fazem o mesmo a João Sem Terra.[49] Na mesma época, Arras é célebre por seus emprestadores de dinheiro.

Atrebatum...urbs...plena
Divitiis, inhians lucris et foenore gaudens.[50]

Os Louchard, os mais opulentos dentre eles, deixaram um nome lendário nos Países Baixos, e os Crespins gozaram de fama quase igual à sua. A poesia de Artois conserva-nos ainda a impressão que suas riquezas e o seu amor ao lucro causaram aos contemporâneos.[51]

No começo do século XIII, toda a alta nobreza da bacia do Escalda acha-se endividada com os burgueses das cidades. Ao lado dos comerciantes de Artois encontram-se, entre os emprestadores, burgueses de Lens, Douai, Tournai, Gand, Valenciennes, Ypres etc., e figuram na lista de seus devedores as condessas Joana e Margarida de Flandres, o conde Guido de Dampierre, seus filhos Roberto e João, o bispo de Liège, o conde de Artois, Roberto II, o senhor de Termonde e muitos outros. As quantias antecipadas flutuavam entre 60 e 14 000 libras, mas a mesma pessoa solicitava empréstimos constan-

48. A respeito destas operações, ver as obras de H. Jenkinson, citadas na nota 36 deste capítulo.

49. Em 1176, alguns prelados ingleses fizeram empréstimos consideráveis aos "mercatores Flandriae". A. Schaube, **Handelsgeschichte der Romanischen Völker,** p. 393.

50. Guillaume Le Breton, Philipis (**Mon. Germ. Hist. Script.,** t. XXVI, p. 321).

51. A. Guesnon, "La satire à Arras au XIIIe siècle", em **Moyen Age,** 1889 e 1900. Sobre a reputação da cupidez e da riqueza dos Artesianos, desde princípios do século XII, ver Guibert de Nogent, **Histoire de sa vie,** ed. G. Bourgin, p. 223.

tes. De 1269 a 1300, o montante dos créditos abertos a Guido de Dampierre ascende ao total de 55 813 libras, unicamente no Condado de Flandres, e provavelmente houve muitos outros que ignoramos. Em geral, estipula-se que o reembolso se dará no prazo de um ano, com garantia dos fiadores. Estes são, às vezes, ricos burgueses, outras vezes, personalidades como o procurador judicial de Arras, o de Béthune, o senhor de Audenarde, enfim, com maior freqüência a cidade de Bruges. Acontece, também, que a garantia consista nos imóveis do devedor.

As cidades contraem empréstimos, como a nobreza. Grandes ou pequenas, recorrem, continuamente, aos comerciantes. De outubro de 1284 a fevereiro de 1305, em dez ocasiões diferentes, Bruges obteve antecipações cujo total ascende a 460 000 libras.[52]

Os estabelecimentos religiosos tinham necessidades menos importantes. Não obstante, eles também recorriam, constantemente, ao crédito. O diário das visitas pastorais de Eudes Rigaud (1248-1269) mostra-nos que quase todos os conventos da Normandia achavam-se endividados.

Empréstimos com juros

Isto basta para demonstrar a importância que assumiram as operações de crédito, às quais, desde o começo, deu origem a existência do capital mobiliário constituído pelo comércio. O espetáculo oferecido, a esse respeito, pelos Países Baixos, repete-se através de toda a Europa, com as únicas diferenças que se introduzem conforme as regiões, a atividade maior ou menor da vida econômica. Onde quer que se encontre, o dinheiro está certo de obter uma inversão tanto mais frutífera quanto a procura dele seja maior. Todo empréstimo vale uma remuneração a favor de quem empresta, e tal remuneração é pura e simplesmente a usura, ou, para se empregar a expressão moderna, o juro. Nem as contas das cidades, nem as escritas dos particulares recuam ao emprego da odiosa palavra usura. Em troca, oculta-se a realidade nos documentos destinados ao público. Como de costume, o que pedia emprestado obrigava-se a pagar, no vencimento, uma quantia superior à que recebera realmente; a diferença cons-

52. G. Bigwood, **op. cit.**, t. I, p. 99.

tituía o juro. No empréstimo *à manaie* (*ad manaium*), a quantia que se reconhece como devida é exatamente igual à que se emprestou. No dia do vencimento, paga-se a *manaie*, e, se o capital ainda está por solver, renova-se em cada vencimento até a completa liberação do devedor. Concordava-se, por certo, que o tomador de dinheiro não pagasse na data prefixada, de modo que a cobrança da usura se ocultava aqui sob a máscara de uma penalidade de mora.[53] Geralmente, a taxa dos juros variava entre 10 e 16%. Às vezes descia a 5%, e outras, subia até 24%, e ainda mais. O risco maior ou menor que corria o crédito exercia naturalmente sua influência na quantia estipulada. (*)

Progresso do crédito na Itália

O comércio do dinheiro, tal como o praticaram os mercadores do Norte, os Cade, Louchard ou Crespin, e seus rivais, por maior que seja sua amplitude, assume formas muito primitivas. Parece que se limitaram a contratos individuais entre capitalistas e pessoas solicitantes de empréstimos. Não se nota que os financistas de Arras nem os das outras cidades flamengas tenham formado sociedades. "Agem sós ou em grupos de dois ou três interessados, entre os quais existe talvez uma associação momentânea, mas não um contrato regular de sociedade."[54] Não têm nem representantes no exterior, nem estabelecimentos com os quais estejam em correspondência. Não parece mesmo que estejam em relações com os banqueiros e os cambistas das feiras de Champanha, pois, como regra, estipula-se que o reembolso das quantias emprestadas se efetue no lugar do seu domicílio. Por outro lado, não se encarregam nem de receber depósitos de fundos, nem de efetuar pagamentos no exterior, nem de descontar letras de câmbio.

Todas essas operações, em contraponto, os italianos conheciam desde o século XII, e elevaram-nas, desde o século seguinte, ao mais alto grau de desenvolvimento, tendo-se em conta as condições sociais da época. (*) A superioridade dos italianos sobre os capitalistas do Norte era muito desproporcionada para que estes não se vissem forçados a abandonar-

53. **Ibid.,** p. 441.
54. **Ibid.,** p. 178.

-lhes a praça e, desistindo de ser financistas, se transformassem, no fim do século XIII, em opulentos "rentiers", *otiosi*, conformados em administrar sua fortuna pessoal, ou adquirir bens de raiz e comprar rendas.

Os financistas italianos no Norte

Desde o século XIII, como já se viu mais acima, os comerciantes do Norte e da Itália freqüentavam as feiras de Champanha e as de Flandres. Em vista da importância que representava para eles a indústria têxtil, cujos produtos exportavam em crescente abundância para o sul da Europa, muitos resolveram estabelecer-se naquela região e ainda filiar-se à burguesia. Logo, talvez conscientes da vantagem que lhes assegurava a sua organização e a sua técnica financeira perante os naturais da região, em matéria de finanças, fizeram-lhes vitoriosa concorrência. As poderosas companhias a que pertenciam proporcionavam-lhes o apoio dos seus capitais. (*) A partir da segunda metade do século XIII, todas elas estão representadas nos Países Baixos. (*) Nestes, encontram-se os associados ou os corretores dos Salimbene, Buonsignori, Gallerani de Sena, dos Frescobaldi, Puci, Peruzzi, Bardi de Florença, dos Scoti de Placência, e figuram também, ao lado dos genoveses, gente de Pistóia e habitantes de Cahors, no Languedoc. Todos estes meridionais possuem uma instrução comercial e adquiriram prática dos negócios de câmbio e de crédito e conhecimento das grandes praças mercantis da Europa com que estão em relações, o que os coloca em situação sumamente favorável. Não é, pois, de estranhar que, depois da batalha de Bouvines, a condessa Joana tenha procurado o crédito italiano, a fim de encontrar as quantias necessárias ao resgate de seu marido Fernando de Portugal, prisioneiro de Filipe Augusto. Em 1221 já havia recebido 29 194 libras, pelas quais pagara 34 626. O negócio era bom para os capitalistas e quiçá a condessa, por sua vez, ficasse satisfeita com a sua habilidade.[55] Observa-se, pelo menos, que, a partir dessa data, os empréstimos feitos aos "ultramontanos" multiplicam-se rapidamente.

Os progressos do crédito revelam-se aqui pelas modalidades novas que o caracterizam. As feiras de Champanha

55. **Ibid.**, p. 180.

aparecem como o lugar de reembolso e regulam as datas dos vencimentos. Mas os banqueiros italianos servem, também, de intermediários para os pagamentos a serem efetuados no exterior, e a sua perícia nas operações de câmbio, a prática na compensação das dívidas, garantem-lhes, desde fins do século XIII, o monopólio dos bancos ao norte dos Alpes.

Os reis da França, os da Inglaterra, (*) os príncipes territoriais, bispos, abades e as cidades constituem a sua clientela internacional. O papado emprega-os para administrar os imensos fundos de que dispõe, para receber o dinheiro de São Pedro e as taxas de todas as espécies, cada vez mais numerosas, que impõe à Igreja.[56] (*) Eles têm em suas mãos o manejo das finanças em toda a Europa. Os reis admitem-nos em seus conselhos, confiam-lhes a cunhagem de suas moedas, encarregam-nos da arrecadação dos impostos. Em muitas cidades, arrendam as sisas; em todas as partes, os príncipes autorizaram-nos a redigirem tabelas de empréstimos.

Com o banco, realizam as operações comerciais mais diversas. Compram lã, vendem tecidos, especiarias, objetos de ourivesaria, brocados, fazendas de seda. São armadores de navios, ao mesmo tempo que proprietários de mansões em Paris, Bruges ou Londres. À medida que aumenta a amplitude dos seus negócios, intensifica-se a sua audácia, pois a importância dos lucros realizados compensa amplamente as perdas que sofrem. Não vacilam, além disso, em apertar os devedores que, por necessidade, recorrem a eles. Não raro, exigem, aos abades ou aos particulares necessitados, juros que variam entre 50 e 100%, e ainda mais. Em negócios importantes, e tratando-se de clientes cujo poder ou solvência recomenda, a taxa de juros se reduz a 10% mais ou menos.

Os Judeus

Em relação ao florescimento e à ubiqüidade do crédito dos italianos, o dos judeus parece inconsistente. Certamente, exagerou-se muito o papel que desempenharam na Idade

---

56. G. Schneider, **Die finanziellen Beziehungen der florentinischen Bankiers zur Kirche**, Leipzig, 1899; Ed. Jordan, "Le Saint-Siège et les banquiers italiens", em **Congrès international des catholiques**, 5.ª seção, p. 292, Bruxelas, 1895.

Média. É curioso observar, para apreciar no seu justo valor, o dito papel, que quanto mais adiantada se acha uma região, do ponto de vista econômico, menos capitalistas judeus existem. Em Flandres, o seu número foi tão reduzido que não merece referência. Multiplicam-se à medida que se avança para a Europa Oriental. Na Alemanha, são tanto mais numerosos quanto mais nos afastamos do Reno; na Polônia, na Boêmia, na Hungria, eles abundam. (*)

Na fase agrícola da Idade Média, desempenharam, como já se viu acima, o papel de vendedores ambulantes de produtos orientais.[57] Pela Espanha muçulmana, onde os seus correligionários adquiriram, desde remota época, grande influência econômica, introduziam no norte da Europa pacotilhas de especiarias, de tecidos valiosos e ourivesaria. Parece que se dedicaram, até o fim do século X, a um tráfico clandestino de escravos cristãos. Alguns, no sul da França, adquiriram terras, vinhedos, moinhos etc. Mas a Igreja, sem persegui-los, procurava impedir que houvesse qualquer contato entre aqueles descrentes e os fiéis, e a explosão de misticismo produzida na época da primeira cruzada desencadeou contra eles paixões populares e inaugurou a longa série dos "pogroms", dos quais tantas vezes, no futuro, deveriam ser vítimas. Por outro lado, o renascimento do comércio mediterrâneo, no século XI, permitiu que se prescindisse da sua intervenção como intermediários no comércio com o Levante. Em Barcelona, houve alguns comerciantes judeus que se enriqueceram na época muçulmana e que, permanecendo na cidade após a reconquista, tomaram parte no tráfico marítimo como armadores ou comanditários de navios. Em outras partes, os judeus do Ocidente tiveram que praticar, unicamente, o empréstimo garantido a juros. A proibição da usura aplicava-se apenas aos cristãos, e por isso não lhes concernia: aproveitaram-se provavelmente dessa situação, pois a eles não se recorria senão em caso de necessidade, e o aperto que impelia os clientes à solicitação dos seus serviços permitia-lhes que os explorassem a seu talante. Graças às suas relações com os seus correligionários, não só da Europa, como das regiões islamíticas do sul, achavam facilmente o dinheiro líquido indispen-

57. Ver o segundo parágrafo, Introd. Cf. M. Hofmann, **Der Geldhandel der deutschen Juden während des Mittelalters bis zum Jahre 1350**, Leipzig, 1910.

sável às suas operações, e os particulares necessitados tinham sempre a segurança de neles encontrar uma ajuda cuja urgência os obrigava a não reparar no preço. O empréstimo apresentava também, para o judeu, a apreciável vantagem de poder mantê-lo em segredo. Até alguns estabelecimentos eclesiásticos solicitavam-lhes empréstimos. (*) Em todos os lugares onde se instalavam, os judeus estavam colocados sob a proteção do soberano territorial, o que significa que dependiam dos seus caprichos. Em 1261, o duque de Brabante ordenara, ao morrer, que se expulsassem da sua terra os usuários, e a viúva não se resignou em tolerá-los senão depois de ter consultado Santo Tomás de Aquino.[58] Eduardo I expulsou-os da Inglaterra, em 1290; na França, Filipe, o Belo, seguiu o seu exemplo, em 1306. Seus sucessores consentiram-lhes, entretanto, a penetração paulatina no reino, de onde foram desterrados, pela segunda vez, em 1393. Além disso, o povo sublevava-se periodicamente contra eles, levados pelos devedores que facilmente excitavam as massas, valendo-se da sua credulidade.[59] Acusavam os judeus de cometerem toda espécie de horrores e sacrilégios. Em 1349, houve uma matança deles em Brabante. Em 1370, foram difinitivamente expulsos, pois correu o boato de que haviam profanado as hóstias.[60]

Bancos de empréstimo

Como emprestadores pignoratícios, os judeus encontraram desde o século XIII temíveis competidores mesmo entre os cristãos. É provável que os primeiros fossem pessoas de Cahors que se estabeleceram em toda a França e nos Países Baixos e que desenvolveram tal atividade que, desde meados do dito século, o nome de "Cahorsin" tornara-se sinônimo de emprestador de dinheiro.[61] Entretanto, os lombardos, ou

58. H. Pirenne, "La duchesse Aleyde de Brabant et le 'De regimine Judaeorum', de saint Thomas d'Aquin", em **Bulletin de la Classe des Lettres de l'Académie royale de Belgique,** 1928.

59. Exemplo curioso em Paris, em 1380, na **Chronique du religieux de saint Denys,** ed. Bellaguet, t. I, p. 54.

60. Não deviam ser muitos, pois a confiscação dos seus bens produziu tão-somente 7 065 florins de Brabante. Henne e Wauters, **Histoire de Bruxelles,** t. I, p. 133, n.

61. Em 1367, os lombardos receberam, em Bruges, o nome de "cauwersinen". Gilliodts van Severen, **Inventaire des Archives de Bruges,** t. II, p. 140. Os "Cahorsins" dedicavam-se ao comércio de dinheiro e ao de mercadorias.

melhor, os italianos, substituíram-nos logo neste gênero de operações. Os príncipes e as cidades concederam-lhes, em troca de um imposto, o direito de estabelecer Bancos de empréstimo, entre os quais o mais antigo remonta, nos Países Baixos, a 1280. Os concessionários dos ditos Bancos gozavam do monopólio da sua exploração e excluíam a todos os demais, isto é, aos *toscans u coversins u juis* [62] (toscanos ou conversos ou judeus), e com justiça poder-se-ia supor que a sua influência contribuiu em muitos casos para a expulsão dos judeus, cujo lugar ocuparam. Embora as outorgas de concessões mais antigas estipulem que os empréstimos se farão *bien et loiaument sans malengien et sans usure* (bem e lealmente sem engano nem usura), é evidente que se deve compreender que proibiam unicamente a percepção de juros excessivos. Os textos posteriores não deixam a menor dúvida a esse respeito. Proíbem unicamente *les villaines convenenches* (os convênios vilões) e obrigam os emprestadores a se conformarem *as us et as coustumes que on a acoustumet que li lombard prestent* (aos usos e costumes que costumam observar os emprestadores lombardos). [63] Em resumo, admitem oficialmente que se exija um juro razoável. A taxa usual era de dois denários por libra e por semana, isto é, de 43 1/3% ao ano, ou seja, mais de duas vezes o do juro comercial. Os Bancos dos lombardos não se limitaram, quanto ao mais, exclusivamente à prática do empréstimo com juros. Faziam também cobranças e pagamentos por conta alheia e dedicavam-se a operações comerciais.

Os cambistas

Os cambistas participavam também no comércio do dinheiro e no manejo do crédito. O câmbio de moedas era lucrativo e os príncipes exigiam certos censos para outorgá-los a um reduzido número de pessoas, que, para tal fim, adquiriam um caráter oficial. O negócio dos metais preciosos era privilégio desses cambistas, e proporcionava-lhes, naturalmente, fora das comissões que cobravam pelos câmbios, abundantes

---

Ver F. Arens, "Wilhelm Servat von Cahors als Kaufmann zu London", em **Vierteljahrschrift für Sozial und Wirtschaftsgeschichte,** t. XI, 1913, pp. 477 e ss.

62. Bigwood, **Le commerce de l'argent,** t. I, p. 340.
63. **Ibid.,** p. 451.

lucros. Estabeleceu-se, desde remota época, o costume de entregar-lhes depósitos que talvez não fossem gratuitos. Recebiam também consignações e embargos judiciais, e compreende-se facilmente que hajam exercido, com freqüência, funções de agentes de pagamento e que muitos deles tenham-se transformado em emprestadores de dinheiro.

Os estabelecimentos eclesiásticos, em compensação, nos primeiros séculos da Idade Média, desempenharam o papel de verdadeiros estabelecimentos de crédito; porém, a partir do século XIII, raras vezes intervieram em empréstimos. Não podiam, como os leigos, iludir a proibição do empréstimo com juro, embora, às vezes, a tenham violado.[64] Além disso, não dispunham de dinheiro líquido suficiente par poder, ainda que o desejassem, competir com os comerciantes e, sobretudo, com os financistas italianos. Tinham que solicitar, amiúde, o auxílio daqueles a quem quase sempre estavam devendo. Só a Ordem dos Templários, por suas reações com o Oriente cristão, conseguiu converter-se, no decorrer do século XIII, em verdadeira potência financeira. Todas as suas agências correspondiam umas com outras, quer estivessem elas estabelecidas na Síria ou nos Estados ocidentais. Confiando em seu prestígio e na força de que dispunham, a nobreza entregava-lhes os seus depósitos ou encarregava-os do transporte de dinheiro ao Levante ou de lá para onde se achava. Na França, os reis confiaram aos Templários várias operações de tesouraria, até quando Filipe, o Belo, resolveu dissolver uma ordem cuja riqueza cobiçava e de cuja tutela desejava libertar-se. (*)

As rendas dos bens de raiz

O crédito dos bens de raiz apresenta um progresso que adquire, pelo menos nas cidades, essencial importância. Os negociantes que o comércio enriquecera não invertiam todos seus lucros em negócios ou empréstimos. A inversão mais segura era a compra de terrenos, que, graças ao rápido crescimento da população urbana, se transformavam, em pouco tempo, em terrenos de construção, os quais se concediam, a troco de um censo, aos novos habitantes. Em princípios do

64. Em 1228, o abade de Saint-Bertin emprestava dinheiro **ad usuram**. Bigwood, **op. cit.**, t. II, p. 263.

século XII, as *Gesta episcoporum cameracensium* mostram-nos o primeiro grande mercador cujo nome a história dos Países Baixos conservou, Werimbold; suas rendas, provenientes de bens de raiz, aumentavam à medida que aumentava a sua fortuna.

Census accrescunt censibus
et munera muneribus. [65]

Aos primitivos censos territoriais arrecadados pelos proprietários do solo, não tardaram em sobrepor-se censos novos, que oneravam as casas que os ocupantes edificaram em seu terreno. A instituição desses "supercensos", ou melhor, dessas "rendas" é uma das modalidades mais gerais e freqüentes do crédito medieval. Quando o proprietário de uma casa quer conseguir um empréstimo a longo prazo, vende uma renda sobre essa casa, isto é, compromete-se a pagar ao seu emprestador uma renda que, às vezes, pode ser perpétua, que geralmente se pode resgatar e que representa os juros do capital emprestado com garantia do imóvel. Os ditos juros, muito mais módicos do que os comerciais, oferecem a vantagem de não se sujeitarem à proibição da usura e flutuarem geralmente entre 10 e 8%, em fins do século XV. [66]

As rendas vitalícias

Muito diferentes das rendas constituídas sobre bens de raiz são as rendas vitalícias, cujo uso se estendeu em conseqüência dos empréstimos realizados pelas cidades. A partir do século XIII, estas recorrem com maior freqüência à prática de vender rendas pagáveis durante uma ou duas vidas, a fim de obter recursos extraordinários: tais rendas representavam o juro dos capitais emprestados. Eram pagas aos capitalistas até sua morte ou a de seus herdeiros (renda de duas vidas). Constituíam inversões de dinheiro que, desde

65. **Gesta episcoporum cameracensium**, ed. Ch. de Smedt, p. 125.

66. W. Arnold, **Zur Geschichte des Eigentums in den deutschen Städten**, Basiléia, 1861. G. des Marez, **Étude sur la propriété foncière dans les villes du Moyen Age et spécialement en Flandre**, Gand., 1898. J. Gobbers, "Die Erbleihe und ihr Verhältniss zum Rentenkauf im mittelalterlichen Köln", em **Zeitschrift der Savigny Stiftung für Rechtsgeschichte. Germ. Abth**, 1883.

remota época, foram muito solicitadas pela burguesia. Todos podiam comprar essa espécie de renda, de modo que cada cidade tinha capitalistas em uma área às vezes muito extensa. Para evitar fraudes, ofereciam-se gratificações a quem avisasse a morte dos beneficiários das ditas rendas, semelhantes, como se vê, aos modernos portadores de títulos de empréstimos públicos. Às vezes havia agentes encarregados pela administração urbana de estabelecer o número dos capitalistas ainda vivos. [67] Certas cidades empenhavam a seus emprestadores a administração de uma parte da sua receita, a estes cobravam-na em proveito próprio, até o pagamento da dívida. Na Itália, este costume estava muito em voga em meados do século XII. Em 1164, Gênova cedeu, pela duração de onze anos, a uma sociedade (*monte*) de sete pessoas, algumas de suas rendas. No século XIII, a cidade consolidou a sua dívida e reconheceu aos seus credores o direito de vender os títulos a terceiros. Tal foi a origem do famoso Banco de São Jorge (*Casa di San Giorgio*), que tão poderosamente deveria se desenvolver no século XV.

Embora deficiente e incompleto, o esboço que acabamos de traçar sobre o crédito e o comércio do dinheiro pode dar uma idéia da sua importância e da multiplicidade das suas formas até fins do século XIII. Sem o crédito e o comércio do dinheiro, a vida econômica da Idade Média tornar-se-ia incompreensível. Mas, excetuadas as grandes cidades italianas onde aparecem os primeiros fundamentos do crédito e das instituições bancárias do futuro, o seu aperfeiçoamento não corresponde ao seu vigor. Observou-se, com muita exatidão, que não existiu naquela época um verdadeiro mercado de dinheiro, no sentido atual da palavra. Cada operação de crédito era objeto de um contrato determinado pelas circunstâncias, um convênio privado entre a pessoa que fazia o empréstimo e a que o solicitava. [68] Em resumo, o empréstimo comercial não diferia ainda claramente do empréstimo de consumo.

---

67. As abadias também constituíam rendas vitalícias em favor dos seus credores. Ver, po. exemplo, em 1267, a lista das **pensiones que post vitam hominum ad ecclesiam revertentur**, em **Le livre de l'abbé Guillaume de Ryckel**, ed. H. Pirenne, p. 68. Sobre as rendas vitalícias das cidades, veja-se G. Espinas, **Les finances de la commune de Douai**, pp. 321 e ss., Paris, 1902.

68. Bigwood, **op. cit.**, t. I, p. 456.

A legislação sobre a usura

Estas deficiências devem ser atribuídas à proibição do empréstimo a juro? Sem dúvida, tal proibição foi mais embaraçosa quando passou da legislação eclesiástica para a civil. De fato, era impossível pretender que se respeitasse sua letra. Só nos casos de "usura manifesta" é que a proibição se aplicou com todo o rigor, isto é, nos casos de empréstimo de consumo com estipulação de um juro excessivo. A necessidade de crédito era demasiado intensa e geral para que se pudesse desalentar os emprestadores. Desde o século XIII, os autores de Direito canônico trataram de descobrir meios que permitissem suavizar o excessivo rigor do *mutuum date nihil inde sperantes*:[69] admitiu-se que empréstimo de dinheiro, seja porque implicasse perda eventual (*damnum emergens*), seja porque deixasse de ganhar (*lucrum cessans*), seja porque se arriscasse o capital (*periculum sortis*), justificava uma compensação, ou, por outras palavras, um juro (*interesse*). O interesse ou juro veio, pois, a ser a usura legítima, e compreende-se quão delicada era a distinção entre essa usura tolerada e a usura proibida: ao juiz competia resolver de qual das duas tratava. Nos assuntos comerciais, a prática corrente autorizava o aluguel do dinheiro, que era usual nas feiras de Champanha e, geralmente, nas transações das sociedades. No século XIV, o teólogo Alvarus Pelagius observa que a proibição da usura não se deve aplicar a estas últimas.[70]

Nem por isso deixa de ser certo que as censuras eclesiásticas continuavam suspensas como uma ameaça permanente sobre as pessoas que se ocuparam do crédito. Amiúde, os devedores conseguiam que a Igreja os eximisse da obrigação de pagar os juros de suas dívidas. Por isso, procuravam-se mil maneiras engenhosas de dissimular interesses tão perigosos. Às vezes, o emprestador deduzia-os antecipadamente da quantia emprestada, outras vezes, ocultavam-se os juros sob a aparência de penalidade por motivo de demora no reembolso, em outras ocasiões, o devedor reconhecia ter recebido uma soma muito maior do que a que o prestamista lhe entregara em realidade. Em resumo, não parece que a legislação contra

69. W. Endemann, **Studien in die romanisch-kanonistischen Wirtschafts- und Rechtslehre**, 2 vols., Berlim, 1874-1883; E. Schreiber, **Die volkswirtschaftlichen Anschaunungen der Scholastik seit Thomas von Aquin**, Iena, 1913.

70. E. Lipson, **Economic history of England**, t. I, p. 530.

a usura haja impedido que fosse praticada, assim como o *Volstead Act* na América não conseguiu impedir o consumo do álcool. Foi um empecilho, porém, de modo algum, uma barreira. A Igreja teve ainda que recorrer constantemente à ajuda desses financistas cujo comportamento reprovava; o papado recomendava-lhes a arrecadação e o manejo das rendas que afluíam, às suas arcas, de todos os lugares da cristandade e, não obstante, não poderia ignorar a que gênero de negócios se dedicavam os seus banqueiros. (*)

V

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES ATÉ FINS DO SÉCULO XIII

I. OBJETOS E ORIENTAÇÕES DO GRANDE COMÉRCIO[1]

Por estranho que pareça, o comércio medieval desenvolveu-se, desde as suas origens, não sob a influência do comércio local, mas sob a do comércio de exportação. Só ele fez surgir essa classe de comerciantes profissionais, que foi o ins-

---

1. Bibliografia: Ver as obras de W. Heyd e de A. Schaube, citadas na Bibliografia geral, e as de R. Häpke e R. L. Reynolds, no cap. I, nota n.º 9. H. Simonsfeld, **Der Fondaco dei Tedeschi in Venedig und die deutsch-venetianischen Handelsbeziehungen**, Stuttgart, 1887, 2 vols.; W. Stein, **Beiträge zur Geschichte der deutschen Hanse**, Giessen, 1900; E. Daenell, **Geschichte der deutschen Hanse in der zweiten Hälfte des XIV. Jahrhunderts**, Leipzig, 1897; — **Die Blütezeit der deutschen Hanse**, Berlin, 1905-1906, 2 vols.; G. A. Kiesselbach, **Die wirtschaftlichen Grundlagen der deutschen Hanse und Handelsstellung Hamburgs bis in die zweite Hälfte des XIV. Jahrhunderts**, Berlim, 1907; P. A. Meilink, **De nederlandsche hanzesteden tot het laatste kwartaal der XIVe eeuw**, Haia, 1912; F. Rörig, **Hansische Beiträge zur deutschen Wirtschaftsgeschichte**, Breslau, 1928; — "La Hanse", nos **Annales d'histoire économique et sociale**, t. II, 1930; Ad. Arndt, **Zur Geschichte und Theorie des Bergregals und der Bergbaufreiheit**, Halle, 2.ª ed., 1916; L. Blancard, **Documents inédits sur le commerce de Marseille au Moyen Age**, Marselha, 1884-1885, 2 vols.; A. Germain, **Histoire du commerce de Montpellier**, Montpellier, 1861, 2 vols.; C. Port., **Essai sur l'histoire du commerce maritime de Narbonne**, Paris, 1852; de Fréville, **Mémoire sur le commerce maritime de Rouen**, Ruão, 1857, 2 vols.; L. Mirot, "La colonie lucquoise à Paris, du XIIIe au XVe siècle", em **Bibliothèque de l'École des Chartes**, 1927-1928; Z. W. Sneller, "De ontwikkeling van den handel tusschen Noordnederland en Frankrijk tot het midden der XVe eeuw, em **Bijdragen voor Varderl. Geschiedenis**, 1929; Ad. Schaube, "Die Wollausfuhr Englands vom Jahre 1273", em **Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte**, t. VI, 1908; E. E. Power, "The english wool trade in the reign of Edward IV", em **The Cambridge historical journal**, t. II, 1926.

trumento essencial da transformação econômica dos séculos XI e XII. Nas duas regiões da Europa onde ela começou, a Itália do Norte e os Países Baixos, o espetáculo é o mesmo. O impulso provém do tráfico de longa distância.[2] Este fato comprova-se quando se examina quais foram os produtos que alimentaram o referido tráfico. Todos apresentam o caráter da procedência estrangeira, de modo que o comércio da Idade Média, em sua origem, se parece, até certo ponto, com o colonial.

As especiarias

As especiarias são, a um tempo, os primeiros objetos de tal comércio e os que não deixaram de ocupar o primeiro lugar até o final. Assim como promoveram a riqueza de Veneza, constituíram também a de todos os grandes portos do Mediterrâneo ocidental. Quando se restabeleceu a navegação, no correr do século XI, entre o mar Tirreno, a África (*) e as escalas do Levante, as especiarias abasteceram o carregamento dos navios, de preferência a qualquer outra mercadoria. A Síria, para onde as transportam em abundância as caravanas vindas da África, Índia e China, não deixa de ser a sua meta principal até o dia em que o descobrimento de novas vias marítimas permitirá aos portugueses o abastecimento direto das mesmas nos lugares de origem.

Tudo contribuía para dar-lhes preeminência: a facilidade do seu transporte e os altos preços que se podiam exigir. O comércio medieval foi, pois, a princípio, um comércio de mercadorias de luxo, isto é, um comércio que produzia grandes lucros e exigia instalações relativamente pouco dispendiosas. Conservou tal caráter, como adiante se verá, durante quase todo o tempo que durou. As remessas de grandes quantidades de matérias-primas ou de objetos de consumo corrente, com o enorme material de transporte e os gigantescos acúmulos de capital que exigem, foram-lhe alheias e talvez por isso oferece um contraste tão violento com o comércio dos tempos modernos. O equipamento de um porto medieval exige modestos molhes e madeira, providos de um ou dois guindastes e onde atracam navios de 200 a 600 toneladas. Isso basta para o depósito, o carregamento e a expedição de alguns

2. Ver sec. II, cap. I.

milhares de quilogramas de pimenta, canela, cravo, noz-moscada, açúcar de cana etc., que constituem o valioso carregamento dos navios.

Comércio de especiarias no Mediterrâneo

Os povos ocidentais que, desde o fim da época merovíngia, tinham perdido o costume de usar especiarias, receberam-nas com crescente entusiasmo. Reconquistaram o seu lugar na alimentação de todas as classes superiores da sociedade. À medida que o comércio as exporta para o norte dos Alpes, aumenta a sua procura.

Apesar de se multiplicarem as chegadas, não existe o risco de não haver compradores. Os armadores medievais não temeram a catástrofe do acúmulo dos estoques nem a ruinosa baixa dos preços. Quando um navio regressa ao seu porto de origem, tem-se a certeza de que se realizarão grandes lucros ao vender-se o seu carregamento. Mas, quantos perigos a afrontar! Em primeiro lugar, os naufrágios são contínuos. Depois, pratica-se a pirataria, como se fosse uma atividade industrial. Por fim, entre as cidades italianas, as guerras são constantes e cada uma se empenha em destruir o comércio das rivais, para aproveitar-se de sua ruína. Durante toda a Idade Média, as ditas cidades combatem entre si no Mediterrâneo, encarniçadamente, como a Espanha, França e Inglaterra, desde o século XVI até o XVIII. Apenas Gênova e Pisa iniciaram o comércio com o Levante, quando Veneza tudo fez para expulsá-las de um domínio que, até então, conservara sem competidor algum. A fundação do Império latino em Constantinopla, para o que contribuíra com tanta energia e habilidade, proporcionou-lhe, momentaneamente, a preeminência sobre as suas rivais. Perdeu-a depois da restauração bizantina (1261), que foi, em parte, obra de Gênova. Desde então, as duas grandes cidades mercantis dividiram entre si o domínio do mar Egeu, sem deixarem de vigiar-se e de prejudicar-se mutuamente. Quanto a Pisa, deixou de ser temível desde 1284, quando os genoveses a derrotaram em Melória, numa batalha naval.

Entretanto, a longa duração e o encarniçamento de tais lutas não impediram um só momento os progressos da prosperidade dos combatentes, e não se poderia, talvez, aduzir provas mais significativas da sua energia e das magníficas

vantagens que derivavam de um comércio por cuja conquista lutavam com tanto vigor.

Comércio de produtos orientais

As especiarias, que deram tal impulso ao tráfico mediterrâneo, indubitavelmente não conseguiram absorvê-lo inteiramente. À medida que se multiplicam as relações entre o Ocidente e o Oriente cristão ou muçulmano, vê-se figurar um número cada vez mais considerável de produtos naturais ou fabricados. A partir do começo do século XIII, as importações rumo à Europa consistem em arroz, laranjas, damascos, figos, passas, perfumes, remédios, matérias para tingir, tais como o pau-brasil, proveniente das Índias, a cochonilha ou o alume.(*) A tudo isso acrescenta-se o algodão, que os venezianos designam pelo nome grego de *bombacinus* e os genoveses pelo nome árabe de *cotone*, que se transmitiu a todas as línguas. A seda bruta alimenta o comércio desde o fim do século XII e, como o algodão, em quantidades que vão aumentando à medida que a indústria italiana, em primeiro lugar, e, depois a indústria continental utilizam ambos os produtos. Os tecidos de fabricação oriental que se imitaram no Ocidente contribuem, também, para o carregamento dos barcos: adasmacados de Damasco, baldaquins de Bagdá, musselinas de Mossul, gazes de Gaza. O vocabulário das línguas modernas está cheio de palavras de origem árabe que o comércio oriental introduziu e que lembram a sua variedade e a sua intensidade. Basta citar, unicamente em português, expressões como: divã, aduana, badana, bazar, alcachofra, espinafre, estragão, laranja, alcova, arsenal, dique, carcás, gabela, alcatrão, jarra, armazém, quintal, arrecife, almíscar, xarope, tafetá, tara, tarifa e muitas outras derivadas do árabe, através do italiano.

Comércio de tecidos (*)

Em troca de todas essas importações, que difundiram no Ocidente da Europa um gênero de vida mais confortável e requintado, os italianos abasteciam as escalas do Levante de madeira de construção, de armas, e Veneza, pelo menos durante certo tempo, de escravos. Mas os tecidos de lã conquistaram desde logo o principal lugar entre os bens expor-

tados. Primeiro foram os fustões tecidos na Itália e depois, a partir da segunda metade do século XII, os tecidos de Flandres e da França sententrional. Não resta dúvida que os comerciantes italianos adquiriram, nas feiras de Champanha, o conhecimento da qualidade superior desses tecidos e a possibilidade de realizar, graças a eles, importantes lucros. O porto de Gênova prestava-se admiravelmente para as suas expedições ao Oriente. Com certeza, as ditas fazendas contribuíram largamente para os progressos tão rápidos do seu comércio. As atas notariais dos arquivos genoveses demonstram que, antes dos princípios do século XIII, a cidade exportava tecidos de Arrás, Lille, Gand, Ypres, Douai, Amiens, Beauvais, Cambrai, Tournai, Provins, Montreuil etc.[3]

Como se vê, esta lista compreende os nomes de inúmeras cidades da França. Entretanto, no decorrer do século XIII, a sua indústria teve que ceder o passo às de Flandres e Brabante. Estes dois territórios constituíram, desde então, a região têxtil da Europa por excelência[4] e a sua preponderância explica-se pela perfeição dos seus tecidos. Quanto à flexibilidade, à suavidade e à beleza de cores, não tinham rivais. Eram, em todo o rigor do termo, produtos de luxo. A sua fama comercial foi conseqüência dos preços elevados que se podiam deles exigir. No ramo dos produtos têxteis, desempenharam o mesmo papel que as especiarias no da alimentação. Os comerciantes italianos, graças aos seus capitais e à superioridade da sua técnica, apropriaram-se, desde o século XIII, do monopólio da sua exportação para o Sul. Após a decadência das feiras de Champanha, as grandes companhias comerciais da península instalaram, em Bruges, "feitores" encarregados de comprar por atacado tecidos flamengos e brabançoes. No momento de sua expedição, eram-lhes fixadas marcas de chumbo, que indicavam o preço e a qualidade desses artigos. Florença importava-as em quantidades consideráveis antes mesmo de definitivamente preparadas. A fa-

3. Ver cap. I, sec. III, **Comércio de tecidos.**

4. O apogeu da sua indústria têxtil deve situar-se nos princípios do século XIV. Naquela época, não só obscureceu o prestígio da indústria têxtil francesa no alto comércio, mas também o da indústria inglesa. Na Inglaterra, queixava-se de que os flamengos e os brabançoes compravam no reino o glasto, as cardas e a terra de tingir, em detrimento dos artesãos nativos. Lipson, **op. cit.**, tomo I, p. 399.

mosa *arte di Calimala* aperfeiçoava-as depois, dentro de suas muralhas.[5]

O porto de Bruges

As indústrias flamenga e brabançana tomavam, desde muito tempo, parte destacada no tráfico mediterrâneo que, por sua vez, tinha constantes relações com Bruges. Esta cidade adquiriu, em conseqüência deste comércio, um caráter que em vão se procuraria em qualquer outra parte da Europa medieval. (*) É um erro chamá-la, como amiúde se faz, a Veneza do Norte, pois Veneza nunca gozou da importância internacional que fez a originalidade do grande porto flamengo. O seu poderio dependia essencialmente da navegação: nada devia ao estrangeiro; só os alemães tinham, em seu *Fondaco dei Tedeschi*, um estabelecimento permanente cuja atividade se limitava à compra dos produtos importados por barcos venezianos. Bruges, ao contrário, que nisto se parecia com o que devia ser Antuérpia no século XVI, antes de tudo, da sua clientela exótica. A imensa maioria dos navios que freqüentavam o seu porto pertencia a armadores de fora; os seus habitantes participam fracamente do comércio ativo. Conformavam-se em servir de intermediários entre os mercadores que afluíam de todas as partes à cidade. Desde o século XIII, os venezianos, florentinos, catalães, espanhóis, bretões, os habitantes de Bayonne, os de Hansa, possuíam, em Bruges, barracas e feitorias. (*) Eram eles que fomentavam a atividade desse importante centro onde se reuniam homens de negócios, centro esse que substituíra as feiras de Champanha como ponto de contato entre o comércio do Norte e o do Sul, com a diferença de que o referido contato, intermitente nas feiras, tornara-se permanente em Bruges. Somente a partir da primeira metade do século XIV iniciaram Gênova e Veneza relações marítimas diretas com o porto de Bruges. (*) Até então, esta se comunicava com a Itália e o sul da França unicamente por terra. Ao contrário, a navegação setentrional sempre se orientara para ele. Os marinheiros escandinavos abandonaram Tiel em seu favor, e quando, no

5. A. Sapori, **Una compagnia di Calimala ai primi del trecento**; A. Doren, **Die Florentiner Wollentuchindustrie vom XIV. bis zum XVI. Jahrhundert**, Stuttgart, 1901.

transcurso do século XII, tiveram que ceder aos alemães o domínio do mar do Norte e o do Báltico, o incremento da atividade comercial que disso resultou deu novo impulso à sorte do porto flamengo.[6] É muito provável que a criação do seu anteporto de Damme, antes de 1180, assim como a de Écluse (*Sluis*), situado na desembocadura do Zwin, antes de 1293, não se explica só pela enlameadura progressiva das águas de Bruges, mas também pela substituição dos leves barcos sem cobertura dos escandinavos pelas pesadas *coggen* hanseáticas, que exigiam águas mais profundas e mais espaço, à medida que o seu número aumentava. Desde a sua chegada, iniciou-se, também, a decadência definitiva da marinha mercante de Flandres, que, na verdade, nunca fora muito considerável e cujo desaparecimento acabou de conferir ao comércio de Bruges o seu caráter passivo. (*)

A Hansa teutônica

O florescimento da indústria têxtil na bacia do Escalda foi, para os hanseáticos como para os italianos, a causa principal do seu estabelecimento em Bruges. Mas a vantagem dos primeiros em permanecerem em contato com os segundos aumentou logo a força de atração da dita cidade. Os condes de Flandres tiveram muito cuidado em manifestar-lhes uma benevolência interessada. Em 1252, a condessa Margarida regulamentou, a pedido dos habitantes de Lubeck, a arrecadação das portagens de Damme. Desde a segunda metade do século XIII, a feitoria que os hanseáticos, ou, para se empregar a expressão flamenga, os Oosterlingen, estabeleceram em Bruges transformara-se na mais importante de todas as que possuíam fora da Alemanha, e devia continuar sendo até fins da Idade Média. (*)

A Hansa teutônica gozou, no norte da Europa, de uma situação comparável à dos grandes portos italianos da bacia do Mediterrâneo. Como eles, serviu de intermediário entre a Europa Ocidental e o Oriente. Que contraste, porém, entre o Oriente da Hansa e o da Itália! Neste, o mundo bizantino e o muçulmano proporcionavam ao comércio produtos de qua-

---

6. A. Bugge. "Der Untergang der norwegischen Schiffahrt im Mittelalter", em **Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte**, t. XII, 1914, pp. 92 e seguinte.

lidade incomparável, e de uma indústria aperfeiçoada no decorrer de civilizações milenárias. No Oriente, que os hanseáticos exploravam, só havia regiões entre as quais umas, as mais próximas, estavam ainda em vias de colonização, enquanto as mais remotas permaneciam em estado de barbárie primitiva... Junte-se a isso o rigor de um clima setentrional, um território em grande parte coberto de bosques e um mar que massas de gelo tornavam inacessível no inverno.

Ao largo das costas do mar Báltico, as cidades iam-se formando à medida que a colonização alemã transpunha o rio Elba. Sob o poderoso impulso de Lubeck, construída em 1158, nas margens do Trave, apossaram-se das ilhas das desembocaduras dos rios. Pelo ano de 1160, na ilha de Gotlândia, conquistada aos escandinavos, eleva-se Wisby; Rostock foi fundada em 1218; Stralsund e Danzig, em 1230 e Wismar, em 1269; Riga surgiu no começo do século XIII; (*) Dorpat, entre 1224 e 1250, e, finalmente, uns vinte anos mais tarde, a longínqua Reval. (*) Assim, a burguesia mercantil instalou-se nas costas das regiões eslavas, lituanas e letonianas, antes que terminasse a sua conquista. Os cavaleiros teutônicos ainda não tinham ocupado toda a Prússia nem fundado Koenigsberg, quando a dita burguesia lançara os fundamentos de Elbing. (*) Ao mesmo tempo estabeleceu-se, nas costas da Suécia, em Estocolmo, e apoderou-se das pesqueiras de arenques da península de Schonen. (*)

Entre os seus postos avançados em territórios apenas submetidos e as orlas de um mar de onde, havia pouco, tinham sido expulsos os escandinavos, era preciso celebrar um convênio para a proteção de todos. Sob a iniciativa de Lubeck, que, em 1230, firmou um tratado de amizade comercial com Hamburgo, as jovens cidades do Báltico formaram uma liga a que logo aderiram os portos do mar do Norte e recebeu o nome de Hansa, que se dava às associações de negociantes. (*) Essa confederação de cidades marítimas alemãs, que oferece um contraste tão marcante com as contínuas guerras das cidades italianas do Mediterrâneo, garantiu-lhes em toda a extensão dos mares do Norte uma preponderância que deviam conservar até o fim da Idade Média. Graças ao dito convênio, conseguiram resistir vitoriosamente aos ataques que os reis da Dinamarca dirigiram contra elas e favorecer de comum acordo os seus progressos no estrangeiro.

O comércio hanseático

Na Inglaterra, o *Stalhof* de Londres, criado em meados do século XII, e em Flandres a feitoria de Bruges, eram, mormente a última, as suas bases de operações no Ocidente. (*) No Oriente possuíam uma em Novgorod, onde concentravam o comércio da Rússia. O Weser, o Elba e o Oder eram as vias de comunicação por meio das quais o seu comércio penetrava na Alemanha continental. (*) Pelo Vístula, dominavam a Polônia e estendiam o seu raio de ação até os confins dos países balcânicos. Em compensação, a grande via comercial pela qual, outrora, o Báltico comunicava-se com Constantinopla, e Bagdá com a Rússia, achava-se fechada desde que os pechenegas se estabeleceram, no século XII, nas costas do mar Cáspio, e dessa forma conquistaram para o Mediterrâneo o monopólio das relações com o Oriente bizantino e muçulmano.

A exportação dos hanseáticos, diferente da dos portos italianos, consistia em produtos naturais, os únicos que podiam proporcionar ao comércio dos territórios puramente agrícolas do *hinterland*. Antes de tudo, mencionemos os trigos da Prússia, as peles e o mel da Rússia, as madeiras de construção, o pescado seco e arenques salgados das pesqueiras de Schonen. Acrescentem-se, a tudo isso, como frete de regresso, as lãs que seus barcos iam buscar na Inglaterra e o sal de Bourgneuf, também chamado sal da baía (*Baie Salz*), que carregavam no golfo de Gasconha, de onde levavam também carregamentos de vinho da França.

Todo esse tráfico gravitava em torno de Bruges, situada a meio caminho entre o Báltico e o golfo de Gasconha, além do qual não se estendia, e era a etapa central do comércio hanseático. As especiarias procedentes da Itália e os tecidos de Flandres e Brabante ofereciam-se ali aos armadores alemães. Estes transportavam-nas até os limites mais extremos que alcançava o seu comércio, Novgorod e o sul da Polônia; e em todas as cidades marítimas amontoavam-se, nas tendas dos *Gewandschneider*, para servir ao vestuário dos ricos burgueses. (*)

O volume do comércio hanseático igualava, e talvez superasse, o do comércio mediterrâneo. Mas os capitais empregados eram, sem dúvida, menos importantes. O valor das mercadorias exportadas por ele não permitia realizar os gran-

des lucros resultantes da venda das especiarias; precisava-se vender muito para obter bem pouco ganho. Por esse motivo, não é de estranhar que não se encontrem nas cidades da Hansa aqueles poderosos homens de negócios que conquistaram, na Itália medieval, o domínio financeiro da Europa. Entre casas de comércio como as dos Bardi ou dos Peruzzi e dos honestos negociantes que são, por exemplo, um Wittenborg em Lubeck, um Geldersen em Hamburgo ou um Tölner em Rostock, existe um abismo. E o contraste não é menor entre a perfeição técnica comercial, de um lado, e a simplicidade com que realizam os negócios, de outro.

O comércio da Alemanha continental

Nenhuma outra região da Alemanha tem o grau de vitalidade econômica da Hansa. No século XIII, as cidades marítimas anteciparam-se às cidades do Reno, pelas quais se iniciara a civilização urbana no Império. Colônia, que era ainda sob os Hohenstaufen, o grande mercado da Germânia, foi eclipsada por Lubeck, por volta de 1250. O grande rio que a atravessa mantém, não obstante, o mesmo que Utrecht, rio abaixo, e Mogúncia, Espira, Worms, Estrasburgo e Basiléia, rio acima, uma atividade animadora do trânsito da Itália aos Países Baixos, do qual constitui uma das principais artérias. Os vinhedos do Reno e do Mosela sustentam, ademais, na região, considerável exportação; a indústria é ativa em todos os centros principais, sem que a sua importância supere a de uma indústria regional.

Quanto à Germânia do Sul, embora tenha relações com o comércio mediterrâneo através de Veneza, ainda está muito longe da prosperidade que alcançará no fim da Idade Média. O *Fondaco dei Tedeschi*, estabelecido por seus mercadores na cidade dos canais, não se pode comparar, sob nenhum aspecto, com a poderosa feitoria hanseática de Bruges. A exploração das minas do Tirol e da Boêmia apenas começou. O sal de Salzkammergut e de Luneburg é objeto de um comércio que não pode sustentar a concorrência do sal de Bourgneuf, transportado a todas as partes pela navegação marítima. (*) O magnífico mercado exterior que abre o Danúbio sobre o mar Negro fica inutilizado. Serve, unicamente, para o trânsito entre Baviera e Áustria pelas praças de Augsburgo, Ratisbona e Viena. O pequeno progresso da Hungria e as desordens

incessantes das regiões balcânicas impossibilitam todo tráfico no seu curso inferior. Além disso, a exagerada desagregação política da Alemanha, a debilidade dos imperadores, as rivalidades das dinastias são sobremodo desfavoráveis para o desenvolvimento da atividade econômica. Para remediar tais inconvenientes, essas regiões não possuem as vantagens que proporcionam à Itália uma civilização adiantada e uma situação geográfica propícia à fácil comunicação com o mar.

O comércio inglês

A Inglaterra, em compensação, é a única que possui na Europa um governo nacional, cuja ação se exerce em todo o país sem encontrar o obstáculo de um feudalismo de príncipes. Esse país gozou de uma administração econômica superior à de todos os Estados do Continente. Não obstante, nem a sua indústria nem o seu comércio souberam aproveitar tão favorável situação. Até meados do século XIV, apresentou o espetáculo de um país essencialmente agrícola. Com exceção de Londres, cujo porto foi sempre tão ativamente freqüentado pelos comerciantes continentais, desde o século XI, (*) todas as suas cidades, antes do reinado de Eduardo III, conformaram-se estritamente em satisfazer às necessidades da sua burguesia e às do campo circundante. Salvo Stratford, pelo espaço de cinqüenta anos, no decorrer do século XIII, não trabalharam a excelente lã que abastecia o reino muito além do necessário para o seu consumo e o da sua clientela local. Deve-se, sem dúvida, procurar a razão de um fato aparentemente tão estranho no extraordinário progresso da indústria têxtil flamenga, nos princípios da Idade Média. (*) Os ingleses, a quem se adiantaram os seus vizinhos dos Países Baixos, contentaram-se em abastecê-los de matéria-prima. Foram para eles o que a República Argentina e Austrália são em nossos dias para a indústria têxtil da Europa e da América. Em vez de entrar em concorrência com eles, esforçaram-se em aumentar cada vez mais a produção das lãs, cuja venda era certa. Os mosteiros cistercienses da grande ilha dedicaram-se exclusivamente à criação de ovelhas. (*) As feiras de Saint-Yves, nas margens do Ouse, fundaram a sua prosperidade no comércio da lã; também as de Saint-Giles, em Winchester; de Stourbridge e Saint Botolph, em Boston;

de Westminster, Northampton e Bristol; o referido comércio, ao mesmo tempo, propiciou à coroa boa parte da sua receita e animou cada vez mais o movimento dos portos.[7]

Por inverossímil que pareça, a importância da marinha inglesa está longe de corresponder à da exportação da lã. Desde o princípio, esta se fez, sobretudo, por meio de barcos vindos do continente, e, a partir do século XIII, quase se transformou em monopólio da Hansa teutônica. Os reis da Inglaterra não trataram de fomentar, antes do fim da Idade Média, a navegação dos seus súditos.[8] Pelo contrário, aceitaram deliberadamente vê-los reduzidos a um comércio passivo e esforçaram-se para atrair ao seu país os mercados estrangeiros, oferecendo-lhes toda espécie de privilégios. Certamente, ao adotar essa política, consideraram, antes de tudo, o interesse do seu tesouro, alimentado pelas taxas impostas ao tráfico forasteiro e pelos empréstimos contraídos pela coroa com os capitalistas estabelecidos em Londres. A partir do século XIII, os italianos instalaram-se em grande número na cidade, onde se dedicavam, ao mesmo tempo, ao comércio do dinheiro e ao das lãs, que revendiam em Flandres e enviavam diretamente aos centros têxteis do outro lado dos Alpes, e, particularmente, a Florença. (*)

O comércio francês

A fisionomia econômica da França é muito mais complexa do que a da Inglaterra. A palavra França não corresponde, é certo, a nenhuma unidade econômica antes do fim da Idade Média. Designa determinado número de regiões justapostas, que não têm, umas com as outras, maiores relações do que com o estrangeiro. Ao Sul, em primeiro lugar, os portos da Provença, Montpellier, Aiguesmortes, Narbona e, principalmente, Marselha participam no comércio mediterrâneo, e no decorrer do século XIII praticam ativamente a exportação dos tecidos de Flandres e a importação das especiarias.

7. Ad. Schaube, "Die Wollausfuhr Englands vom Jahre 1273", em **Vierteljahrschrift für Sozial und Wirtschaftsgeschichte**, t. VI, 1908.

8. Em 1381, um ato real reservara exclusivamente aos barcos ingleses a navegação do reino. Mas viu-se logo que era inaplicável e foi preciso recorrer, como antes, à marinha da Hansa. Não obstante, deve-se considerar a inovação de 1381 como o ponto de partida de uma orientação nova que anuncia a intervenção econômica do Estado. Ver F. R. Salter, em **The economic history review**, 1931, p. 93.

O malogro das cruzadas de São Luís e, sobretudo, a concorrência genovesa debilitaram amplamente, no fim do século, uma prosperidade que não devia ressurgir até o século XVII. Desde então, a expansão de Marselha não foi muito além do Sul da França. Sua decadência é mais ou menos contemporânea à das feiras de Champanha, que, no começo do século XII, constituíra, como já se viu, o grande centro de negócios da Europa. Paris muito se beneficiou com essa decadência. Transformou-se, então, como Bruges, na sede principal das firmas italianas que traficavam ao norte dos Alpes. Elas introduziram, naquela cidade, a indústria da seda e dedicaram-se principalmente ao banco. Paris, entretanto, está longe de representar, na história econômica da Idade Média, um papel que teria correspondido ao prestígio da civilização e à preponderância política da França, a partir do reinado de Filipe Augusto. Cidade internacional, graças à sua universidade, não o foi nem por seu comércio e nem por sua indústria. Quanto aos estrangeiros, só atraiu aos italianos e aos comerciantes de tecidos dos Países Baixos, e, se a sua população aumentou rapidamente, foi devido, sem dúvida, à presença da corte e aos progressos da centralização política. As 282 profissões nela representadas, no fim do século XIII,[9] eram exercidas, tão-somente, por artesãos, cujas pequenas oficinas satisfaziam às múltiplas necessidades da grande cidade, sem que tratassem de vender os seus produtos no estrangeiro. Considerada sob o ponto de vista industrial, a França não era, como a Itália e os Países Baixos, uma região de exportação. Ainda que a sua arquitetura e a sua escultura difundissem a sua arte através de toda a Europa, interveio no comércio internacional unicamente graças à abundância dos seus recursos naturais.

O vinho e o sal franceses

Entre estes, o vinho ocupa, indiscutivelmente, o primeiro lugar. É tão estranho, quão lamentável, não se tenha ainda estudado como o merece a sua importância, as modalidades

---

9. Esse conjunto de 282 profissões diferentes pode-se coligir da lista proporcionada por G. Fagniez, **Études sur l'industrie et la classe industrielle à Paris au XIIIe et au XIVe siècle**, pp. 7 e ss., Paris, 1877, se se omitirem os sinônimos e as menções das mulheres e dos criados.

do seu cultivo e o comércio de que era objeto.[10] (*) O papel que desempenhava na alimentação das regiões desprovidas de vinhedos parece ter sido muito mais considerável na Idade Média do que na época atual. Na Inglaterra, Alemanha e, principalmente, nos Países Baixos, o vinho era a bebida usual das classes ricas. Em Gand, uma *Keure* do século XII opõe o homem comum e corrente com o burguês *qui in hospitio suo vinum biberi solet.*[11] Os vinhos da Itália não se prestavam à exportação, e a produção dos vinhos do Reno e do Mosela era demasiado limitada para permitir uma larga expansão. Por isso, os vinhos franceses gozaram, a partir do século XIII, de uma preponderância indiscutível no tráfico internacional das regiões do Norte. Os do vale do Sena e os de Borgonha foram exportados, segundo parece, unicamente pelos navios de Ruão. Mas, graças à sua abundância, à sua qualidade superior e às facilidades de transporte devidos à proximidade do mar, os vinhos da região de Bordéus gozaram, desde o começo do renascimento econômico do século XII, de fama cada vez mais acentuada. Da baía de Oléron e do porto de La Rochelle (de onde provém o nome de vinhos de La Rochelle, como eram designados no comércio), os navios gascões, bretões, ingleses e, no século XIV, barcos da Hansa, transportavam-nos ao mar do Norte e até as extrimidades do Báltico. (*) Penetravam no interior das terras pela navegação fluvial. Em Liège, no início do século XIV, chegavam em tal quantidade que se vendiam por melhor preço do que os vinhos alemães, apesar da distância.[12] A Inglaterra, da qual dependia a Gasconha, como se sabe, até meados do século XV, proporcionava-lhes um mercado exterior sempre aberto. Neste negócio realizaram-se fortunas consideráveis, e na nobreza britânica figuram, ainda hoje, algumas famílias que devem a ele a origem da sua ascensão social.[13]

---

10. Em falta de trabalhos franceses, podem ser consultados: A. L. Simon, **The history of the wine trade in England**, Londres, 1906; Z. W. Sneller, "Wijnvaart en Wijnhandel tusschen Frankrijk en de Noordelijke Nederlanden in de tweede helft der XV[e] eeuw", em **Bijdragen voor Vaderl. Geschiedenis**, 1924.

11. Warnkoenig-Gheldolf, **Histoire de la Flandre** etc., t. III, p. 284.

12. Hocsem, **Gesta episcoporum leodiensium**, ed. G. Kurth, p. 252.

13. Por exemplo, à dos duques de Bedford. Ver G. Scott-Thomson, **Two centuries of family history**, Londres, 1930.

A navegação, impulsionada vigorosamente pela exportação de vinhos de Bordéus, foi tão importante que, de seus usos e costumes, provém o direito marítimo da Europa do Norte. Sabe-se que as "Rôles d'Oléron" (registros de Oléron), em que se consignaram, em fins do século XII, os "julgamentos" relativos aos barcos que transportavam vinho, foram, desde remota época, traduzidos para o flamengo em Damme, de onde se difundiram na Inglaterra e até no Báltico (*Wisbysches Seerecht*).[14]

Por um feliz concurso de circunstâncias geográficas, as salinas de Bourgneuf acham-se situadas muito perto de La Rochelle, de modo que os navios podiam abastecer-se nos ditos portos, de vinho e sal. No decorrer do século XIV, a navegação hanseática importou quantidades cada vez mais consideráveis de "sal da baía", à medida que progredia a pesca de arenques nas costas de Schonen. Na própria Alemanha, fez uma concorrência vitoriosa ao sal de Luneburgo e ao de Salzburgo.[15] (*)

Ao lado do vinho e do sal, a França exportava cereais de Artois e da Normandia. O glasto, planta de cujas folhas se extraía o anil da Idade Média, cultivava-se na Picardia, onde o seu comércio se concentrava em Amiens e no Languedoc, contribuindo amplamente para a prosperidade de Tolosa. A indústria têxtil flamenga, de um lado, e a da Itália, de outro, garantiram-lhe constantes pedidos. Considerada em seu conjunto, a França medieval apresenta, pois, um caráter muito semelhante ao da França de hoje. Sua indústria bastou para satisfazer às suas necessidades e, exceto alguns produtos de luxo, tais como os esmaltes de Limoges, participa unicamente, de forma muito limitada, no tráfico europeu. A indústria têxtil das suas cidades do Norte foi, é certo, bastante ativa durante todo o tempo que estiveram florescendo as feiras de Champanha. Depois da queda destas, cedeu o passo ao grande comércio da indústria têxtil de Flandres e Brabante. Tournai, no extremo norte do reino, e Valenciennes, que, além disso, depende do Império, continuam sendo centros têxteis de primeira ordem, mas sua produção orienta-se para Bruges e

---

14. Th. Kiesselbach, "Der Ursprung der rôles d'Oléron und des Seerechts van Damme", em **Hansische Geschichtsblätter**, 1906, pp. 1 e ss.

15. A. Agats, **Der hansische Baienhandel**, Heidelberg, 1908. Cf. H. Hauser, "Le sel dans l'histoire", em **Revue économique internationale**, 1927.

pertencem ao meio econômico dos Países Baixos. A riqueza da França consistiu, antes de tudo, na abundância, variedade e excelência dos produtos do solo. Por seu vinho, principalmente, que figurava em todas as mesas bem servidas, ao lado das especiarias, foi com a Itália, a provedora da alimentação de luxo da Europa. Deve-se notar ainda que, muito diferente da Itália, a França não exportou os bens que proporcionava ao comércio. Excetuados os navios de Marselha e dos portos provençais que participavam ativamente no tráfico do Mediterrâneo, não teve uma frota mercante propriamente dita. Abandonou quase inteiramente a estrangeiros, vascos, bretões, espanhóis e hanseáticos, a navegação das costas do golfo de Gasconha, da Mancha e do mar do Norte. Mas, se não conheceu as grandes fortunas comerciais ou industriais, em compensação gozou, até a catástrofe da Guerra dos Cem Anos, de um bem-estar ou, melhor, de uma estabilidade econômica que em vão se procuraria em outra parte e que, sem dúvida, contribuiu para dar certo brilho à sua civilização no século XIII. [16]

O comércio espanhol

Os reinos espanhóis adquiriram, na história econômica, um lugar cada vez mais importante à medida que rechaçavam os seus conquistadores árabes. Em Aragão, Barcelona distinguiu-se, desde o século XII, pelo espírito de empresa e pela audácia de seus marinheiros. Graças aos judeus que permaneceram na referida cidade após a *Reconquista,* possui em abundância os capitais necessários à sua navegação e inicia-se, rapidamente, na técnica comercial da Itália. Como os venezianos, a princípio exerceu o comércio de escravos, para o qual a guerra contra o Islão lhe proporcionava numerosos prisioneiros mouros. (*) A intervenção dos reis de Aragão na Sicília deu naturalmente um novo impulso às suas relações com aquela região. [17] As temerárias expedições dos catalães à Grécia e às ilhas do mar Egeu, um pouco mais tarde, intensificaram a sua navegação para o Oriente, onde os barcelonen-

---

16. Segundo F. Lot, "L'état des paroisses et des feux de 1328", em **Bibliothèque de l'École des Chartes,** t. XC, 1929, p. 405, a população da França, dentro das fronteiras atuais, alcançou, em 1328, o número relativamente considerável de 23-24 milhões de almas.

17. Ver no cap. IV, nota n.º 35, a obra citada de A.-E. Sayous.

ses se dedicavam, ao mesmo tempo, à guerra e ao comércio. Os seus barcos chegavam além do estreito de Gilbraltar, no começo do século XIV. Encontravam em Bruges os barcos da Galícia e de Portugal que se dedicavam à cabotagem das costas do Atlântico e cujas exportações consistiam em metais e alguma lã da Espanha que, no fim da Idade Média, substituíram as lãs inglesas na indústria têxtil dos Países Baixos. (*)

Predomínio dos produtos naturais no comércio

Notar-se-á, considerando-se o conjunto dos objetos do grande comércio medieval, que os produtos industriais ocupam um lugar menos importante que os agrícolas e os alimentícios: especiarias, vinhos, trigo, sal, pescado e lã. Não obstante, a indústria têxtil, em particular a dos Países Baixos, e mais tarde Florença, tornou possível uma exportação de grande vulto. Os tecidos de seda e as fazendas de luxo fabricados na Itália tiveram, em suma, uma expansão bastante limitada. Quase todos os ramos da indústria — olaria, móveis, calçados, utensílios e implementos de todas as espécies — reduziram-se às cidades, monopolizadas pelos seus artesãos, não se difundindo além dos reduzidos limites que marcavam os seus mercados locais.

A metalurgia e as minas

É preciso que se assinalem algumas exceções. Na Alemanha, em Hildesheim, Nuremberg, no vale do Mosa, em Huy e, sobretudo, em Dinant, o trabalho dos metais desenvolveu-se a ponto de contribuir para o comércio em geral. Os cobres de Dinant, principalmente, que se designam pelo nome de "dinanderies", gozaram de reputação européia. Aliás, pode-se dizer que a metalurgia da Idade Média — e talvez este seja o ponto em que a economia daquela época oferece o maior contraste com a moderna — conheceu uma exploração sumamente rudimentar. Os mineiros do Tirol, da Boêmia e de Caríntia parecem ter sido uma espécie de camponeses dedicados em comum à perfuração de uma "montanha", por meio dos processos mais primitivos. Será preciso esperar até o século XV para que os capitalistas das cidades vizinhas as submetam à sua influência e intensifiquem a extração que, mesmo assim, continuará sendo muito insignificante. A tão baixo grau da indústria metalúrgica corresponde o nível ainda mais baixo da indústria do carvão de pedra. A hulha,

sem dúvida, usou-se nos arrabaldes de Liège, desde o fim do século XII, e os mineiros desta cidade adquiriram, no século seguinte, uma notável habilidade na arte de furar galerias subterrâneas, de escavar *bures* (poços de minas) e drenar a água das hulheiras. Mas a *terra nigra,* durante vários séculos, serviu unicamente para usos caseiros nas regiões onde abundava.[18] Somente no século XVIII, o seu emprego na fundição de ferro iniciará uma nova era na história econômica.

Superioridade da técnica comercial na Itália

No decorrer do século XIII, toda a Europa, do Mediterrâneo ao Báltico, e do Atlântico à Rússia, acha-se aberta ao grande comércio. Dos seus dois focos principais, os Países Baixos, no Norte, e a Itália, no Sul, avançou até as costas marítimas, de onde progressivamente se difundiu para o interior do Continente. Se se pensar em todas as dificuldades a vencer — condições deploráveis da circulação, técnica deficiente dos meios de transporte, insegurança geral, organização defeituosa do regime monetário — não se poderá deixar de admirar a amplitude dos resultados obtidos. Estes são tanto mais notáveis quanto sabemos que os poderes públicos não tiveram parte neles, além de protegerem, por motivos fiscais, os mercadores. Os progressos realizados no domínio do comércio internacional explicam-se, pois, unicamente, pela energia, espírito de iniciativa e habilidade que demonstraram os referidos negociantes. Os italianos, que, sob este aspecto, foram os iniciadores na Europa, muito aprenderam com os bizantinos e os muçulmanos, cuja civilização, mais adiantada, exerceu sobre eles uma influência semelhante à do Egito e da Pérsia sobre a Grécia antiga. Mas, como os gregos, com quem se pareciam pela violência das lutas internas, não tardaram em assimilar e desenvolver espontaneamente tais ensinamentos. Foram eles os promotores das sociedades comerciais, os criadores do crédito, os restauradores da moeda. A propagação dos seus métodos econômicos na Europa do Norte e tão evidente como deveria ser nos séculos XV e XVI a do humanismo.

---

18. Na falta de um trabalho sobre as origens da extração da hulha na Idade Média, poder-se-ão consultar os informes proporcionados por J. A. Nef, **The rise of the British coal industry**, 2 vols., Londres, 1932.

Volume do comércio medieval

Para terminar, desejaríamos poder apreciar com alguma exatidão o volume deste comércio internacional, cujos traços principais[19] acabamos de esboçar. Por infelicidade, a escassez de nossa informação é tal que torna impossível a aludida apreciação. Tomar a época contemporânea como ponto de comparação seria, de antemão, um absurdo. Não se pode descobrir a menor semelhança entre o comércio mundial do nosso tempo, que dispõe, em proveito próprio, dos constantes recursos multiplicadores advindos do desenvolvimento científico, e o comércio medieval, limitado ao ocidente da Europa e reduzido a meios de ação rudimentares. A clientela do primeiro consta de mais de centena de milhões de homens enquanto a segunda conta com dezenas, e a tonelagem de um avião do século XX equivale, só ela, a de toda uma armada veneziana ou genovesa do século XIII. Não se pode mesmo avaliar a importância do tráfico medieval em relação ao dos tempos posteriores ao século XV. Embora seja menor a diferença, continua sendo bastante importante, conquanto não o fosse mais, em virtude do descobrimento das Índias e da América. É certo que o comércio da Idade Medieval conserva uma relação de cinco por um com o dos séculos XVI e XVII. A falta de números exatos é tão-só uma fórmula carente de sentido. O que se precisava conhecer é a estatística deste comércio. Porém, repito que todo intento para estabelecê-la, ainda com qualquer aproximação, torna-se impossível. É preciso, pois. limitar-se a dizer que devia corresponder a uma atividade econômica cuja importância é revelada por alguns portos como Veneza, Gênova e Bruges; pelas colônias italianas do Levante, pela navegação das cidades da Hansa e pelo poderoso florescimento das feiras de Champanha. (*)

II. CARÁTER CAPITALISTA DO GRANDE COMÉRCIO[20]

Objeções contra a existência do capitalismo medieval

Os economistas que têm afirmado a insignificância do comércio medieval em relação ao do século XX aduziram em

19. Sobre este ponto, ver as observações de Kulischer, **op. cit.**, t. I, pp. 263 e ss.

20. Bibliografia: G. von Below, "Grosshändler und Kleinhändler im Deutschen Mittelalter", em **Probleme der Wirtschaftsgeschichte**, Tubinga, 2.ª ed.,

favor de sua tese a ausência de uma classe de mercadores capitalistas na Europa, antes do Renascimento. Quando muito, estariam dispostos a brandar seu rigor, em abono de algumas firmas italianas. Contudo, isto seria uma exceção que viria confirmar a regra geral. (*) Chegou-se a dizer que o tipo normal do mercador da Idade Média é o pequeno negociante, unicamente preocupado em prover à própria subsistência e livre do afã de lucrar ou, se se quiser, da ambição de riqueza. É fora de dúvida que a pequena burguesia das cidades possui, em quantidade, elementos deste gênero. Mas seria fazer uma verdadeira caricatura dos exportadores e dos banqueiros cuja ação se acaba de descrever, amesquinhá-los a ponto de compará-los com aqueles. Para negar a importância e a influência do capitalismo comercial desde o princípio do renascimento econômico, é preciso estar obcecado por uma teoria preconcebida a ponto de não perceber mais a realidade.

Além disso, é certo que o capitalismo e o grande comércio, que foi a um tempo causa e efeito daquele, não apareceram na mesma data, em todos os países, e nem se desenvolveram em todas as partes com o mesmo vigor. A esse respeito, a Alemanha de além Reno está certamente atrasada em relação à Europa Ocidental e, particularmente, com a Itália. Talvez por não terem levado em consideração este ponto, muitos sábios alemães estenderam, imprudentemente, a todos os povos, conclusões que se fundavam, pelo menos em parte, no que observaram no passado do seu próprio povo. O interesse dos seus trabalhos impôs tais conclusões, enquanto não se observou que bastava, para corrigir o excesso, aplicar os seus métodos aos países cujo progresso fora mais rápido do que o da Alemanha e nos quais a economia medieval se manifestara da maneira mais completa.

1926; F. Keutgen, "Der Grosshandel im Mittelalter", em **Hansische Geschichtsblätter,** 1901. H. Sieveking, "Die Kapitalistische Entwickelung in den italienischen Städten des Mittelalters", em **Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte,** t. VII, 1909; J. Strieder, **Studien zur Geschichte kapitalistischer Organisationsformen,** Munique, 2.ª ed., 1925. G. Luzzato, "Piccoli e grandi mercanti nelle città italiane del Rinascimento", em **Volume commemorativo in onore del Prof. Giuseppe Prato,** Turim, 1930. W. Sombart, **Kapitalismus,** ver bibl. geral; H. Pirenne, "Les étapes de l'histoire sociale du capitalisme", em **Bulletin de la classe des Lettres de l'Académie royale de Belgique,** 1914.

O capital, resultado do comércio a longa distância

Nossas fontes, por deficientes que sejam, não nos permitem duvidar de que o capitalismo se firmou desde o século XII.[21] Indiscutivelmente, o comércio a longa distância produziu desde então fortunas consideráveis. Já vimos o exemplo de Goderico. O espírito que o anima é, em toda força da expressão, o dos capitalistas de todos os tempos. Raciocina, calcula, e o seu único objetivo é acumular lucros.[22] Não são estas as características desse capitalismo a respeito do qual certa escola fez tanto mistério, mas que, não obstante, se encontra com idêntico fundamento em todas as épocas, conquanto difira de uma a outra pelo grau do seu desenvolvimento, pois corresponde à tendência natural do homem em enriquecer-se? (*) Certamente Goderico não é uma exceção. A casualidade que nos conservou a história desse escocês teria podido, de igual forma, transmitir-nos a de um veneziano ou de um genovês e mostrar-nos, em um ambiente muito maios favorável à sua expansão, o emprego das mesmas faculdades de que ele usou. É em sua psicologia, a mesma dos mercadores aventureiros do seu tempo (seu biógrafo observa-o), que reside o interesse de Goderico. Ele nos dá a conhecer o tipo daqueles novos-ricos que o comércio produziu, primeiro nas costas dos mares, e que propagou à medida da sua penetração no Con-

---

21. Ver cap. II, sec. II.

22. As passagens seguintes do **Libellus,** citado no cap. II, nota n.º 7, demonstran-no com toda a evidência: **"Sic puerilibus annis simpliciter domi transactis, coepit adolescentior prudentiores vitae vias excolere et documenta saecularis providentiae sollicite et exercitate perdiscere. Unde non agriculturae delegit exercitia colere, sed potius quae sagacioris animi sunt rudimenta studuit arripiendo exercere. Hinc est quod mercatoris aemulatus studium coepit mercimonii frequentare negotium et primitus in minoribus rebus quidem et rebus pretii inferioris coepit lucrandi officia discere; postmodum vero paulatim ad majoris pretii emolumenta adolescentiae suae ingenia promovere"** (p. 25). **"... Unde et mercandi gratia frequenter in Daciam ibat et aliquoties in Flandriam navigii remige pervolabat; et dum oportunitas juvabat, littora marina circuiens, multoties ad Scotorum fines deveniebat. In quibus singulis terrarum finibus aliqua rara et ideo pretiosiora reperiens, ad alias secum regiones transtulit, in quibus ea maxime ignota fuisse persensit, quae apud indigenas** desiderabiliora super aurum existiterant; **et ideo pro his quaeque alia, aliis terrarum incolis concupiscibilia, libentius et studiosissime commutando comparabat. De quibus singulis negotiando plurinum profecerat et maximas opum divitias in sudore vultus sui sibi perquisierat, quia hic multo venundabat quodi abili ex parvi pretii sumptibus congregaverat** (pp. 29, 30)."

tinente. Poder-se-ia citar um grande número dessa classe de homens, tanto na Itália como em Flandres, antes do fim do século XII.[23] E não seria preciso mais para comprovar a importância adquirida pelo capitalismo comercial, se pensarmos que só conhecemos os *rari nantes* dos seus representantes.

Importância dos lucros comerciais

Já se disse que, em sua maioria, os referidos capitalistas saíram da massa dos desenraizados e dos indigentes, que, tão logo o tráfico voltou a adquirir animação, procuraram nele uma carreira sem outro recurso além da sua energia, da sua inteligência, do seu amor às aventuras e, sem dúvida, também, da sua ausência de escrúpulo. A sorte favoreceu-os e muitos fizeram fortuna, como devia acontecer mais tarde com tantos colonos e flibusteiros dos séculos XVI e XVII. Estes aventureiros em nada se comparam com os pequenos comerciantes varejistas dos mercados locais. As corporações e as hansas da alta Idade Média, em que se agruparam, não tiveram outro objetivo senão satisfazer às necessidades do tráfico a longa distância. É indiscutível que, desde o começo, os lucros do referido tráfico foram muito consideráveis. Recorde-se o que já se disse sobre as mercadorias que transportavam. Algumas centenas de quilogramas de especiarias, umas dúzias de cortes de fazenda fina garantiam uma venda tanto mais remuneradora quanto não estivesse sujeita a concorrência alguma e ainda não existissem preços de mercado. Além disso, no período inicial, a oferta foi sempre, sabidamente, inferior à procura. Em tais condições, nem os gastos de transporte, nem os inumeráveis direitos de pedágio que os mercadores tinham que pagar, podiam impedir, por elevados que fossem, a realização de lucros consideráveis. Para o seu enriquecimento, bastava, pois, associar-se a companheiros resolutos e penetrar com eles em regiões onde podiam encontrar, a preços baixos, os produtos para exportar e levá-los, em seguida, aos lugares de venda. As fomes que assolavam endemicamente, ora uma região ora outra, proporcionavam, por sua vez, oportunidade certa de ganhar muito arriscando pouco.[24] Quem morre de fome não discute o preço de um

23. Ver cap. II, sec. II e cap. IV, sec. IV.

24. F. Curschmann, **Hungersnöte im Mittelalter**, pp. 132 e ss., Leipzig, 1900.

saco de trigo, e os mercadores não tiveram escrúpulos em especular com a sua desgraça.[25] Desde o começo do século XII, as fontes não nos permitem duvidar de que houve açambarcamento de cereais em tempo de escassez.

Procedência das primeiras fortunas dos mercadores

Para aproveitar as oportunidades tão abundantes que oferecia o comércio deste tempo, bastava energia, vontade e inteligência suficientes. Nada nos autoriza a crer que os precursores dos grandes mercadores da Idade Média tenham iniciado a sua carreira com fortuna pessoal. Não devem ser considerados como donos de terras que arriscavam as suas rendas no negócio ou que vendiam sua terra para usar-lhe o valor como capital inicial. A sua maioria talvez juntasse os primeiros fundos empregando-se como marinheiros, estivadores ou auxiliares das caravanas de mercadores. Outros, talvez, recorressem ao crédito e pedissem emprestado um pouco de dinheiro a algum mosteiro ou a algum senhor do seu torrão. Outros começaram sendo mercenários e empregaram, depois, no comércio, o cabedal que o saque e a pilhagem lhes proporcionaram. A história das grandes fortunas modernas apresenta-nos tantos exemplos do papel que a sorte desempenhou na sua elaboração, que se tem o direito de supor ter ocorrido o mesmo em uma época em que a vida social se prestava melhor à intervenção da casualidade. Pode-se pensar, por exemplo, nos recursos proporcionados aos ancestrais dos armadores de Pisa e de Gênova, por afortunadas expedições de pirataria. Enfim, deve-se levar em conta a parte correspondente à associação no granjeio do capital primitivo dos mercadores. Nas gildes e hansas, as compras faziam-se em comum, e nos portos a fretagem dos barcos era empreendida por vários "parceiros". Seja como for, se devemos renunciar a conhecer de forma exata o ponto de partida dos primeiros mercadores profissionais, pelo menos sabemos que o seu enriquecimento foi muito rápido. (*)

Vários deles, no século XI, realizaram lucros bastante abundantes para poder emprestar fortes quantias aos príncipes, para construir, com prédio próprio, igrejas em sua cidade,

25. Ver no texto citado à p. 163, n.º 22, a passagem relativa às mercadorias **desiderabiliora super aurum.**

para resgatar portagens aos senhores. Em muitas comunas pagam com o seu próprio pecúlio a instalação da incipiente burguesia. Sua corporação faz as vezes, de certo modo, de administração municipal oficiosa. Em Saint-Omer toma a seu cargo, com o consentimento do senhor (1072-1083), parte dos gastos exigidos para pavimentar as ruas e construir a muralha exterior.[26] Em outros lugares, como em Lille, Audenarde, Tournai, Bruges, intervêm na organização das finanças municipais.[27]

Os lucros obtidos pelos mercadores não são, além disso, empregados unicamente no comércio. Fora deste, muitos mercadores dedicam-se também ao comércio do dinheiro. É óbvio repetir aqui o que mais acima se disse sobre as operações financeiras que os mais opulentos realizam desde o século XII, tanto na Itália como nos Países Baixos, e que os transformam em credores dos reis e dos príncipes feudais, por motivo de empréstimos consideráveis.

Inversões territoriais dos lucros comerciais

Fora disto, todos investem seus cabedais em terras, pois estas constituíam a inversão mais segura para as reservas superabundantes. No curso dos séculos XII e XIII adquiriram a maior parte dos terrenos das cidades.[28] O aumento constante da população, transformando esses terrenos em prédios de construção, eleva a tal grau a abundância de suas rendas fundiárias, que muitos deles, desde a segunda metade do século XIII, renunciam às transações comerciais e transformam-se em capitalistas (*otiosi, huiseux, lediggangers*). Assim, o capital consistente em bens móveis não só não tem a terra por origem, mas, ao contrário, é o instrumento das primeiras fortunas fundiárias da burguesia.[29]

---

26. G. Espinas e H. Pirenne, "Les coutumes de la gilde marchande de Saint-Omer", em **Le Moyen Age,** 1901.

27. H. Pirenne, **Les périodes de l'histoire sociale du capitalisme,** pp. 282 e ss.

28. Ver cap. III, sec. II, e H. Pirenne, **Les villes du Moyen Age,** pp. 168 e ss.

29. G. des Marez, **La propriété foncière dans les villes du Moyen Age,** pp. 11 e ss., 44 e ss. Ver, em G. Espinas, **La vie urbaine du Douai,** t. III, p. 578, e IV, p. 4, a lista das casas adquiridas na cidade pelos dois industriais têxteis Jehans de France e Jakemes li Blons.

Comércio atacadista e varejista

Como sempre acontece, os novos-ricos não tardaram em constituir grupos fechados. Os estatutos da Hansa flamenga de Londres (antes de 1187) proibiram a entrada na companhia a todos comerciantes varejistas, ou mesmo "a quem tenha as unhas azuis",[30] isto é, aos operários da indústria têxtil. O acesso ao alto comércio depende agora dos grupos que açambarcaram o seu monopólio. Nas cidades, concentrou-se em mãos de um patriciado opulento e orgulhoso que pretende excluir a "gente baixa", dedicada ao artesanato ou aos pequenos negócios. Em todas as regiões onde se encabeçou o movimento econômico, o contraste é flagrante entre o alto comércio e o retalhista.

E o caráter capitalista do primeiro é indiscutível.[31] Não são eles outra coisa senão capitalistas importadores de lã que abasteciam de matéria-prima as cidades flamengas ou brabançonas, mercadores de tecidos que vendiam centenas de peças de uma só vez, armadores venezianos, genoveses ou pisanos, que traficam nas escalas do Levante, casas lombardas ou florentinas, cujas sucursais estabelecidas em toda Europa dedicam-se ao mesmo tempo aos negócios e aos bancos.[32] Sem dúvida, a distinção não é absoluta entre o comércio atacadista e o retalhista. Muitos mercadores dedicam-se a ambos. Na Alemanha, em particular, os *Gewandschneider*, que importavam os tecidos de Flandres, revendiam-nos também às varas, em suas tendas,[33] e em Florença, muitos companheiros da *arte di Calimala* exerciam também ambos os comércios.[34] Sem dúvida, a especialização comercial não estava muito acentuada. O mercador importava, conforme as circunstâncias, as mercadorias que se lhe ofereciam, contanto que pudesse esperar um lucro suficientemente compensador. Tudo isso, porém, só vem provar que o capitalismo comercial se adaptou às condições a ele impostas pelo estado dos mercados e pelo estado social da época.

---

30. H. Pirenne, **La hanse flamande de Londres,** p. 81.

31. Nos textos italianos do século XIII a palavra **capitale** é de uso corrente para designar o dinheiro invertido nos negócios.

32. A respeito da fortuna deslumbrante dos Zacaria de Gênova, no século XIII, veja-se Bratianu, **op. cit.,** pp. 138 e ss.

33. Ver os livros de Contabilidade citados no cap. IV, notas n.º 40-45.

34. A. Sapori, **Una compagnia di Calimala.**

VI

A ECONOMIA URBANA E A REGULAMENTAÇÃO DA INDÚSTRIA

I. AS CIDADES COMO CENTROS ECONÔMICOS E A ALIMENTAÇÃO URBANA [1]

Caráter econômico das cidades medievais

Até o século XV, as cidades foram os únicos centros do comércio e da indústria, a tal ponto que não deixaram que estes se difundissem pelo país. Entre as cidades e o campo existe uma rigorosa divisão do trabalho, pois só o campo se ocupa da agricultura, enquanto as cidades se dedicam aos negócios e às artes manuais.

A importância das cidades foi, pois, proporcional à extensão do seu raio econômico. São muito raras as exceções à regra. Apenas poderíamos citar cidades como Roma, Paris e Londres, às quais a residência do chefe da Igreja na pri-

---

1. Bibliografia: Ver o cap. II, nota n.º 1; G. Espinas, **La vie urbaine à Douai**, Paris, 1913, 4 vols.; W. S. Unger, **De levensmiddelenvoorziening der Hollandsche steden in de middeleeuwen**, Amsterdam, 1916; J. G. van Dillen, **Het economisch karakter der middeleeuwsche stad**, Amsterdam, 1914; P. Sander, **Die reichsstädtische Haushaltung Nürnbergs, 1431-1440**, Leipzig, 1902, 2 vols.; K. Bücher, **Die Bevölkerung von Frankfurt am Main im XIV. und XV. Jahrhundert**, Tubinga, 1886; J. Jastrow, **Die Volkszahl deutscher Städte Zu Ende des Mittelalters**, Berlim, 1886; H. Pirenne, "Les dénombrements de la population d'Ypres au XVe siècle", em **Vierteljahrschrift für Sozial und Wirtschaftsgeschichte**, t. I, 1903; J. Cuvelier, **Les dénombrements de foyers en Brabante, XIV-XVIe siècle**, Bruxelas, 1912; G. Pardi, "Disegno della storia demografica di Firenze", em **Archivio storico italiano**, 1915; Add. a bibliografia de Kulischer, **op. cit.**, t. I, pp. 164-165. (*)

meira, a do soberano de grandes monarquias nas outras duas, exerceram uma influência muito superior à que teriam se não fosse por esta circunstância. O Estado não estava ainda bastante centralizado, os governos e a administração não eram suficientemente sedentários para que a Idade Média pudesse conhecer aglomerações urbanas do tipo das capitais modernas ou das cidades antigas. Quando muito, algumas cidades episcopais, graças à sua situação de dioceses, gozavam de uma vantagem que intensificou, mas não provocou a sua atividade. Em parte alguma, um estabelecimento eclesiástico bastou para o florescimento da vida municipal. As localidades onde a burguesia só forneceu uma catedral ou um mosteiro, não passaram de simples burgos de segunda ordem. Limitamo-nos a recordar os exemplos de Fulda ou de Corbie, na Alemanha; de Stavelot ou de Thérouanne, nos Países Baixos; de Ely, na Inglaterra; de Luxeuil, de Vézelay e de tantas pequenas "cidadelas", no sul da França.

Clero e nobreza nas cidades

Sabe-se que o clero constitui na cidade medieval um elemento estranho. Os seus privilégios excluem-no da participação nos privilégios urbanos. No meio da população comercial e industrial que o rodeia, seu papel, do ponto de vista econômico, é simplesmente o de consumidor.

Quanto à nobreza, só nas regiões mediterrâneas, na Itália, no sul da França e na Espanha, é que reside nas cidades uma parte dos seus membros. Deve-se, sem dúvida, atribuir este fato à conservação, nas ditas regiões, das tradições, e, até certo ponto da marca municipal que o Império romano nelas imprimira tão profundamente. Sua nobreza nunca abandonara completamente, ainda na época de sua completa decadência, o lugar onde se situavam as cidadelas antigas. Continuou vivendo ali quando ressurgiu a vida urbana. Por cima dos tetos das casas burguesas elevou as torres que davam um aspecto tão pitoresco a muitas cidades da Toscana. Amiúde, interessou-se nos negócios dos mercadores e neles inverteu parte de suas rendas.

Em Veneza e Gênova, colabora amplamente no comércio marítimo. É inútil recordar a parte preponderante que toma nas lutas políticas e sociais das cidades da península. No norte da Europa, ao contrário, os nobres abandonaram quase

completamente as cidades para se estabelecerem nos seus castelos campestres. Excepcionalmente, encontra-se, aqui e ali, isolada e como perdida no meio da sociedade burguesa, uma família de cavalheiros. Será preciso esperar até fins da Idade Média para ver a aristocracia, que, com o correr dos anos, se tornava menos combativa e mais ávida de comodidades, começar a construir nas cidades luxuosas mansões.

Densidade das populações urbanas

A cidade medieval é, portanto, essencialmente, uma criação da burguesia. Existe só para os burgueses e graças a eles. Em seu interesse próprio e exclusivo criaram as instituições e organizaram a economia. Ora, é evidente que o progresso mais ou menos amplo da referida economia dependeu do fato de ser a população, em cujo benefício funcionava, também mais ou menos numerosa e ter participado do movimento comercial e industrial. Comete-se constantemente um erro ao descrevê-la como se em todos os lugares tivesse sido a mesma, e ao considerá-la, no seu conjunto, como se pertencesse a um tipo idêntico, como se a organização de um burgo semi-rural, ou de uma cidade secundária, semelhante a Francoforte do Meno, pudesse convir a poderosas metrópoles tais como Veneza, Florença ou Bruges. A *Stadtwirtschaft*, que certa escola alemã elaborou com tanta sagacidade e ciência, responde, sem dúvida, a certos aspectos da realidade, mas descuida de outros, em tal grau, que é impossível aceitá-la sem importantes correções. Também neste caso, seus autores consideraram de forma demasiado exclusiva a Alemanha e acreditaram poder estender arbitrariamente, a toda Europa, resultados válidos unicamente para uma parte das regiões situadas a leste do Reno. Para se ter uma idéia exata da economia urbana, convém, ao contrário, observá-la nos meios onde floresceu com maior vigor.

A primeira necessidade que se impunha à dita economia era evidentemente assegurar a alimentação do povo. Seria de desejar que se pudesse avaliar essa população com certa justeza. Infelizmente, tem-se que renunciar a esse intento. Antes do século XV, não possuímos nenhum dado estatístico, e alguns que conservamos daquele século são muito escassos e estão longe de trazer alguma luz. Todavia, as minuciosas e penetrantes investigações que os referidos dados permi-

tiram levar a cabo autorizam-nos a afirmar a debilidade da população das cidades medievais. (*)

Por estranho que pareça, demonstrou-se que, em 1450, Nuremberg tinha apenas 20 165 habitantes; Francoforte, em 1440, 8 719; Basiléia, lá por 1450, aproximadamente 8 000; Friburgo, na Suíça, em 1444, 5 200; Estrasburgo, por volta de 1475, 26 198; Louvain e Bruxelas, em meados do século XV, cerca de 25 000 e 40 000, respectivamente.

Estes números distam muito das fabulosas quantidades de população admitidas, durante bastante tempo, contra toda verossimilhança. Pois somente se admitindo que a Europa do século XII ao XV possa alimentar tantos homens como no século XX, é que se pode, sem dificuldade, equiparar sua população urbana com a atual. Os dados publicados a esse respeito, baseando-se em informes veneráveis por sua idade, porém alheios a toda precisão numérica, não resistem à crítica. Em um intervalo de onze anos (1247-1258), dois documentos atribuem, respectivamente, a Ypres, uma população de 20 000 a 40 000 habitantes. Realmente, a sua população devia apenas alcançar a metade do segundo destes números. Cômputos absolutamente certos nos informam que contava com 10 736 almas, em 1412. Decaíra tão profundamente naquela época, que é lícito supor talvez tivesse, nos tempos da sua plena prosperidade industrial, em fins do século XIII, 20 000 habitantes, aproximadamente. Gand, onde trabalhavam cerca de 4 000 tecelões, em 1346, talvez tivesse uns 50 000 habitantes, se se admitir, como é possível, que os tecelões com as suas famílias formavam a quarta parte da sua população.[2] (*) Bruges tinha com certeza uma importância equivalente. Na Itália, Veneza, que, sem dúvida, era a maior cidade do Ocidente, não pode ter tido menos de 100 000 habitantes, e provavelmente não era muito superior, quanto a população, a cidades como Florença, Milão e Gênova[3]. Em suma, é muito provável que a média da população

2. G. Espinas e H. Pirenne, **Recueil de documents relatifs à l'histoire de l'ndustrie drapière en Flandre,** t. II, p. 637.

3. Segundo Davidsohn, **Forschungen zur Geschichte von Florenz,** t. II, Parte II, p. 171, Florença tinha, em 1280, cerca de 45 000 habitantes e cerca de 90 000 em 1339. Segundo F. Lot, **L'État des paroisses et des feux, loc. cit.,** p. 300, nenhuma cidade da França, no começo do século XIV, exceto Paris,

das aglomerações urbanas mais importantes raras vezes chegava, no começo do século XIV, ao máximo de 50 000 a 100 000 almas e uma cidade de 20 000 poderia passar por considerável, uma vez que, na grande maioria dos casos, o número dos habitantes oscilava entre 5 000 e 10 000.

Aumento da população urbana até princípios do século XIV

Se tomamos o princípio do século XIV como ponto final, é porque parece marcar, em quase todas as partes, uma interrupção na demografia urbana. Até então, esta subiu continuamente. O aumento de população dos primeiros centros da vida burguesa foi, indiscutivelmente, muito rápido. A prova disso é a ampliação constante das muralhas municipais. (*) Por exemplo, a de Gand estendeu-se sucessivamente, pelos anos de 1163, 1213, 1254, 1269 e 1299, de modo que chegou a abarcar os arrabaldes formados em seu derredor. Certamente, contavam-se com futuros progressos, pois as referidas muralhas construídas nos limites extremos abrangeram uma superfície bastante ampla para que, durante muito tempo, se estabelecessem, dentro dos seus limites, novos bairros, embora, na realidade, estes nunca se construíssem... A situação demográfica estabilizou-se. Será preciso esperar até o século XVI, para observar que continua a sua marcha ascendente. (*)

Para a sua alimentação, as vilas tiveram que recorrer, ao mesmo tempo, aos campos circundantes e ao grande comércio. Por si mesmas, com efeito, não podiam contribuir para a própria alimentação, a não ser em proporção mínima, considerada como desprezível. Somente as aldeias dotadas de franquias municipais na segunda metade da Idade Média, e que em sua maioria conservaram um caráter semi-rural, puderam subsistir sem receber socorro de fora. Mas não poderia haver nada mais falso do que compará-la às aglomerações mercantis que foram o berço da burguesia. Desde a origem, estas tiveram, por força, que importar seus meios de subsistência. Invocar-se-ia em vão, para rebater esta verdade

---

chegava aos 100 000 habitantes. Com respeito a Paris, admitir-se-ia uma população de 200 000 almas, se a quantidade de 61 000 casas atribuídas à dita cidade for aceita como exata. (*)

de sobejo evidente, o fato de se encontrar nas aludidas aglomerações, na época do seu pleno desenvolvimento, estábulos e telheiros de porcos. Poder-se-ia, com efeito, assinalar a presença destes em todas as cidades, até fins do século XVIII; e ainda existem na atualidade. O seu objetivo era tão-somente proporcionar aos seus donos um suplemento de subsistência e não servir ao abastecimento do público.

Os fornecedores da burguesia eram, antes de tudo, os camponeses dos arredores. Tão logo a formação das primeiras comunas urbanas ofereceu um mercado exterior aos seus produtos que, até então, não tiveram outra saída senão os pequenos mercados locais das cidadelas e dos burgos, desapareceu a estagnação econômica dos campos. Entre estes e as nascentes vilas entabularam-se forçosamente as relações que impunham ao mesmo tempo o interesse dos primeiros e as necessidades dos segundos. A terra baixa transformou-se em abastecedor da cidade que ocupava o seu centro. À medida que ia crescendo, a cidade fez maiores pedidos ao campo, e dessa forma capacitou-lhe, por um incremento da produção, a satisfação das exigências de um consumo cada vez mais intenso.

Política alimentícia das burguesias

As administrações municipais tiveram que regulamentar, desde o começo, a importação dos víveres. Tinham não só que vigiar a sua chegada, mas também afastar o perigo do açambarcamento e da alta arbitrária de preços. Para garantir aos burgueses subsistências abundantes pelo menor preço possível, empregaram dois meios principais: a publicidade das transações e a supressão dos intermediários, por cujas mãos passam as mercadorias para chegar do produtor ao consumidor. Esforçaram-se por colocar diretamente em contato, sob o controle de todos, os vendedor campesino e o comprador urbano. Desde o século XII, promulgaram-se pregões e ordenanças, de que, infelizmente, pouca coisa possuímos, e a partir do século XIII, abundaram os textos cujas minuciosas estipulações nos permitem observar com exatidão os processos empregados para conseguir o seu objetivo: proibição de "recortar" os víveres, isto é, de comprá-los ao camponês antes de chegarem à cidade; obrigação de levar diretamente todos os gêneros ao mercado e expô-los no mes-

mo até certa hora, sem poder vendê-los a pessoas que não fossem burgueses; proibição aos carniceiros de conservar carne nos porões ou aos padeiros de obter mais trigo do que o necessário para o seu próprio forno; proibição, enfim, a cada burguês, de comprar mais do que o suficiente para si e para a família. As precauções mais minuciosas tomam-se para impedir qualquer alta artificial do preço dos alimentos. Amiúde se recorre ao estabelecimento de um máximo. O peso do pão fixa-se em relação ao valor do trigo; a polícia dos mercados é exercida por funcionários comunais cujo número aumenta incessantemente. O burguês não está menos protegido contra os abusos da especulação e do açambarcamento do que contra as fraudes e os enganos. Todas as mercadorias são inspecionadas com minúcia e confiscam-se ou destroem-se todas as que não são de irrepreensível qualidade, ou, para usar a expressão exata dos textos, todas as que não são "leais"; além disso, impõem-se castigos que, às vezes, chegam até o desterro.

Essas estipulações, cujo número poderia multiplicar-se indefinidamente, estão dominadas, como se vê, pelo espírito de controle e pelo princípio de intercâmbio direto em proveito do consumidor. [4] Este princípio exprime-se e manifesta-se sob tantas formas que alguns escritores o consideram, com certo exagero, como o caráter essencial da economia urbana. Em todo caso, esta empregou-o amplamente com o objetivo de realizar "o bem comum" da burguesia. Tal foi o ideal por que lutou e em cujo favor empregou as medidas mais autoritárias, restringindo sem dó a liberdade individual e instaurando, em uma palavra, no terreno da alimentação, um regulamento quase tão despótico e inquisitorial como o que aplicou, como mais adiante se verá, à pequena indústria.

Abastecimento das cidades e comércio

Não se pode crer que o abastecimento das cidades tenha requisitado unicamente as terras baixas circunvizinhas. O

4. Naturalmente, subsistiram em número mais ou menos elevado revendedores a varejo, tanto no que se refere a gêneros alimentícios como no relativo a objetos de consumo transportados pelo comércio. O intercâmbio direto é um princípio, cuja aplicação implica numerosas exceções. Ver, por exemplo, as investigações de B. Mendi, "Breslau zu Beginn des XV. Jahrhunderts", em **Zeitschrift des Vereins für die Geschichte Schlesiens**, 1929.

quadro há pouco esboçado seria incompleto se não se reconhecesse a parte que em tal abastecimento corresponde ao comércio. Para as grandes cidades, com efeito (e é preciso considerar que uma cidade de 20 000 habitantes era, naquela época, uma grande cidade), uma importante fração das subsistências chegava por esse conduto. Nisso pensava certamente Guido de Dampierre quando observava, em 1297, que "Flandres não pode bastar a si mesma se não receber algo de outro lugar".[5] Além disso, havia muitos gêneros que se deviam importar de fora, tais como as especiarias, ou, nas regiões do interior, os pescados de mar e o vinho das do Norte. Neste ramo, não se podia prescindir da intervenção dos mercadores que se dedicavam ao atacado, seja nas feiras, seja nos lugares de produção. Em tempo de escassez ou de fome, as cidades, privadas dos recursos dos arredores, conseguiam alimentar a população graças às suas importações.

Tais importações já não podiam sujeitar-se à regulamentação que acabamos de esboçar, não aplicáveis, portanto, a toda a economia urbana. Feita para o mercado municipal e capaz de dominá-lo, porque funcionava sob a sua direção, não podia abranger o grande comércio, pois este não dependia dela. Conseguia, sim, impedir que o padeiro acumulasse, em segredo, no seu celeiro, alguns sacos de trigo para revendê-los quando houvesse uma alta, despistar os "recortadores" ou frustrar as manobras de intermediários em combinação secreta com alguns camponeses, mas achava-se impotente ante o mercador de atacado que mandava descarregar nos cais da cidade barcos carregados de centeio, trigo candial ou barris de vinho.

Que influência poderia exercer em tal caso, no total dos preços, e como se poderiam submeter as vendas por atacado a um regime que convinha tão-somente às vendas a varejo?

Os corretores

A regulamentação tinha, pois, que arrostar um fenômeno econômico a que ainda não se adaptara. Tão logo se manifesta a ação do capital, o dito fenômeno se descontrola, porque está fora do seu alcance. A única coisa que pode fa-

5. H. Pirenne, **Histoire de Belgique**, t. I, 5.ª ed., p. 263.

zer é deixar a burguesia participar, até certo ponto, nos lucros dos importadores e exigir-lhe pagamento pelo serviço que lhe prestam. Na sua qualidade de forasteiro, com efeito, o mercador de fora deve recorrer, necessariamente, à população local. Tem que passar pelo seu intermediário para vender e comprar a pessoas desconhecidas.

A princípio, sem dúvida, tomou para guia e auxiliar o hospedeiro, em cuja casa se alojava. Este costume relaciona-se, sem dúvida, com a instituição dos corretores. Impuseram-no as circunstâncias e transformou-se em obrigação legal. O mercador viu-se obrigado a não celebrar contrato algum com a burguesia senão quando assessorado por um corretor oficial. Veneza, segundo parece, neste, como em muitos outros pontos, deu o exemplo. A partir do século XII, encontra-se na referida cidade, sob o nome, copiado de Bizâncio, de "sensais" (*sensales*), verdadeiros corretores. No século XIII, estes agentes aparecem em todas as partes, seja como *maklaeren*, em Flandres, como *Unterkäufer*, na Alemanha, como *brokers*, na Inglaterra.[6] Às vezes conservaram a designação primitiva de hóspedes (*Gasten*). Em todas as cidades percebem direitos tão lucrativos, que muitos deles acumulam fortunas vultosas e ocupam o primeiro lugar na alta burguesia. (*)

Exclusão dos não burgueses do comércio a varejo

Contra a invasão dos capitalistas estrangeiros tomou-se outra precaução: foram excluídos do comércio retalhista. Este continua sendo o monopólio intangível da burguesia, o domínio que ela se reserva e defende contra toda concorrência. Assim, a legislação municipal impunha ao grande comércio os intermediários que negava ao pequeno. O interesse da burguesia explica esta aparente contradição. Se dele resultava uma alta dos preços para as mercadorias trazidas de fora, pelo menos favorecia os negócios locais. Além disso, é necessário dizer que a intervenção dos corretores e a proibição da venda a varejo aplicavam-se unicamente aos "forasteiros". Os grandes mercadores da cidade delas se isentavam.

6. L. Goldschmidt, **Universalgeschichte des Handelsrechts**, pp. 230 e ss.

II. A INDÚSTRIA URBANA [7]

Clientela da indústria urbana

Os caracteres que se acabam de observar no tocante à alimentação urbana, encontram-se novamente, porém com maior variedade e engenhosidade, na organização da indústria. Aqui, também, o regime difere conforme se trate de atacado ou varejo. Não é a mesma coisa para os artesãos que fornecem o mercado local e os que trabalham com o fim de exportar. Ocupar-nos-emos, inicialmente, dos primeiros.

Toda cidade, grande ou pequena, possui um número e uma diversidade, proporcionais à sua importância, de artesãos de primeira categoria, pois nenhuma burguesia pode prescindir dos objetos fabricados que a satisfação das suas

---

7. Bibliografia: L. M. Hartmann, "Zur Geschichte der Zünfte im frühen Mittelalter", em **Zeitschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte,** t. III, 1895; R. Eberstadt, **Der Ursprung des Zunftwesen,** Leipzig, 2.ª edição, 1915; G. von Below, "Handwerk und Hofrecht", em **Vierteljahrschrift für Sozial und Wirtschaftsgeschichte,** t. XII, 1914; F. Keutgen, **Aemter und Zünfte,** Iena, 1903; G. Seeliger, "Handwerk und Hofrecht", em **Historische Vierteljahrschrift,** t. XVI, 1913. Para a bibliografia alemã, ver Kulischer, **op. cit.,** t. I, p. 165; G. des Marez, "La première étape de la formation corporative. L'entraide", no **Bull. de la Classe des Lettres de l'Acad. royale de Belgique,** 1921; E. Martin Saint-Léon, **Histoire des corporations de métiers,** Paris, 3.ª ed., 1922; G. Fagniez, **Études sur l'industrie et la classe industrielle à Paris, au XIIIe et au XIVe siècles,** Paris, 1877; P. Boissonnade, **Étude sur l'organisation du travail en Poitou,** Paris, 1899; G. des Marez, **L'organisation du travail à Bruxelles au XVe siècle,** Bruxelas, 1904 (Mém. Acad. de Belgique); Lipson, **op. cit.,** bibl. geral; A. Doren, **Das Florentiner Zunftwesen vom XIV. bis zum XVI. Jahrhundert,** Stuttgart-Berlim, 1908; — **Die Florentiner Wollentuchindustrie,** Stuttgart, 1901; E. Rodocanachi, **Les corporations ouvrières à Rome,** Paris, 1894, 2 vols.; H. Pirenne, **Les anc. démocr. des Pays-Bas,** p. 33, n.º 1; G. Espinas e H. Pirenne, **Recueil de documents relatifs à l'histoire de l'industrie drapière en Flandre,** Bruxelas, 1906-1924, 4 vols.; G. Espinas, "Jehan Boine Broke, bourgeois et drapier douaisien", em **Vierteljahrschrift für Sozial-und Wirtschaftsgeschichte,** t. II, 1904; — **L'industrie drapière dans la Flandre française au Moyen Age,** Paris, 1926; E. Coornaert, **Un centre industriel d'autrefois. La draperie-sayetterie d'Hondschoote, XIVe-XVIIIe siècles,** Paris, 1930; — **L'Industrie de la laine à Bergues-Saint-Winoc,** Paris, 1930; N. W Posthumus, **De geschiedenis van de Leidsche lakenindustrie,** t. I, Haia, 1908; Broglio d'Ajano, **Die Venetianer Seidenindustrie und ihre Organisation bis zum Ausgang des Mittelalters,** Stuttgart, 1893; E. Wege, **Die Zünfte als Träger wirtschaftlicher Kollektivmassnahmen,** Stuttgart, 1932; F. Rörig, **Mittelalterliche Weltwirtschaft,** Iena, 1933.

necessidades exige. Se os ofícios de luxo existem unicamente em aglomerações consideráveis, em compensação, encontram-se por toda parte os artesãos indispensáveis à existência cotidiana: padeiros, açougueiros, alfaiates, ferreiros, oleiros ou picheleiros etc. Assim como o grande latifúndio, na época agrícola da Idade Média, se esforçava em produzir toda espécie de cereais, toda vila satisfazia às necessidades usuais dos seus habitantes e da terra baixa que a rodeia. Vende os seus produtos no território onde se abastece de víveres. Os camponeses que a provêem de produtos agrícolas nela compram produtos industriais. A clientela das pequenas oficinas urbanas está, pois, formada, ao mesmo tempo, pela burguesia local e pela população rural circunvizinha.

A legislação industrial é necessariamente mais complicada do que a legislação em matéria de alimentos. Esta havia de considerar o burguês unicamente como consumidor e aquela devia tê-lo na conta de produtor. É preciso, pois, instituir um regime que proteja igualmente o artesão que fabrica e vende e o cliente que compra. Em todas as regiões, conseguiu-se este resultado, graças a uma organização que, apesar de inumeráveis diferenças de detalhe, baseia-se, em todas as partes, nos mesmos princípios: as corporações de ofícios. Sob a diversidade dos nomes com que são distinguidas, *officium* ou *ministerium* em latim, *métier* ou *jurande* em francês, *arte* em italiano, *ambacht* ou *nering* em neerlandês, *Amt*, *Innung*, *Zunft* ou *Handwerk* em alemão, *craftgild* ou *mistery* em inglês, a instituição, em seus pontos essenciais, é, em todas as partes, idêntica em seu fundo, pois corresponde às mesmas necessidades fundamentais. Nela encontrou a economia urbana a sua expressão mais geral e característica. (*)

Origem das corporações de ofícios

Muito se discutiu, e ainda agora se discute, sobre a origem das corporações. Primeiramente foi ela procurada, de acôrdo com a tendência dos eruditos, em princípios do século XIX, nos *collegia* e nas *artes*, que, sob o Império romano, agrupavam os artesãos das cidades.

Supunha-se que haviam sobrevivido às invasões germânicas e que o renascimento econômico do século XII as fizera

reviver. Nenhuma prova, entretanto, pôde-se aduzir em favor de tal sobrevivência ao norte dos Alpes, e o que se sabe sobre o completo desaparecimento da vida municipal, a partir do século IX, permite-nos admiti-lo. Só nas partes da Itália que permaneceram, na alta Idade Média, sob a administração bizantina, é que se conservaram alguns traços dos *collegia* antigos. Mas este fenômeno é muito local e de importância mínima para que dele derive uma instituição tão geral como a das corporações de ofícios.

O intento de descobrir a referida origem no direito senhorial (*Hofrecht*) não teve o menor êxito. É muito certo que se encontram no centro dos grandes domínios, durante e depois da época carolíngia, artesãos de diversas classes, recrutados entre os servos do senhor e que trabalhavam sob as ordens dos chefes encarregados de vigiá-los.[8] Tentou-se em vão provar que, na época da formação das cidades, estes artesãos domésticos foram autorizados a trabalhar para o público, que alguns homens livres a eles se uniram e que estes agrupamentos, servis a princípio, transformaram-se em corporações autônomas.

A maior parte dos modernos consideram com justo motivo que a livre associação proporciona uma solução verossímil do problema. Vê-se, com efeito, que os trabalhadores urbanos constituíram, em fins do século XI, confrarias (*fraternitates, caritates*) nas quais se reuniam por profissões. Adotaram para isso, como modelos, as corporações mercantis e as associações religiosas formadas em torno das igrejas e dos mosteiros. Os primeiros agrupamentos de artesãos distinguem-se, com efeito, por suas tendências piedosas e caritativas. Devem porém ter correspondido, ao mesmo tempo, à necessidade de proteção econômica. A urgência da sua união uns aos outros, a fim de resistirem à concorrência dos forasteiros, era demasiado premente para não se impor desde as origens da vida industrial.

Por mais importante que fosse a associação, não bastou, entretanto, para provocar a constituição das corporações. É preciso dar um grande destaque, a seu lado, ao papel que desempenharam, nesta formação, os poderes públicos. O caráter regulamentário dominante em toda a legislação econômica do Império romano não desaparecera, quando este caiu.

8. Ver cap. III, sec. I.

É reconhecido, ainda, na época agrícola da Idade Média, no controle que exerciam os reis ou os poderes feudais sobre os pesos e medidas, a moeda, as alcavalas e os mercados. Quando os artesãos começaram a chegar às cidades nascentes, os senhores ou os alcaides, nelas já estabelecidos, pretenderam submetê-los à sua autoridade. Temos suficiente conhecimento desta situação para perceber que, desde a primeira metade do século XI, exercem certo direito de polícia sobre a venda das mercadorias e o exercício de diversas profissões. Nas cidades episcopais, os bispos preocupavam-se, além disso, com os princípios da moral católica que impõem aos vendedores um *justum pretium* que não podem elevar sem incorrer em pecado.

Era fatal que esta primeira regulamentação industrial fosse progressivamente absorvida e logo completada pela autoridade comunal, na época em que se formaram as constituições urbanas. Em Flandres, desde a segunda metade do século XII, os almotacéis promulgam ditos que aplicam não só aos produtos alimentícios, mas também às demais mercadorias (*in pane et vino et caeteris mercibus*), e, portanto, aos produtos industriais.

Sendo assim, vê-se que era impossível ditar leis sobre os produtos sem fazer outro tanto a respeito dos produtores. Para garantir a boa qualidade dos primeiros, o único meio era vigiar os segundos. Nada mais eficaz, a este respeito, do que reuni-los em agrupamentos profissionais, sujeitos à vigilância do poder municipal. À tendência espontânea que compelia os artesões à corporação, juntava-se, do mesmo modo, o interesse da polícia administrativa. Pode-se afirmar que, em meados do século XII, a divisão dos artesãos urbanos em grupos profissionais, reconhecidos ou instituídos pela autoridade local, já era um fato consumado em grande número de cidades. Como esses grupos existissem, desde esta época, em lugares tão insignificantes como Pontoise (1162), Hagenau (1164), Hochfelden e Swindratzheim (antes de 1164),[9] é natural que tenham manifestado anteriormente em aglomerações mais importantes. Possuímos, além disso, certa quantidade de documentos que demonstram claramente a antiqüíssima existência das corporações: em 1099, os

9. F. Keutgen, **Urkunder zur städtischen Verfassungsgeschichte**, p. 136, § 23, Berlim, 1899.

tecelões de Mogúncia; em 1106, os pescadores de Worms; em 1128, os sapateiros de Wurtzburg; em 1149, os tecelões de colchas, em Colônia, constituem agrupamentos oficiais. Em Ruão, em princípios do século XII, os curtidores de peles formam uma gilde a que devem pertencer os desejosos de exercer essa profissão. Na Inglaterra, menciona-se a instituição dos *craftgilds*, durante o reinado de Henrique I (1100--1135), em Oxford, Huntington, Winchester, Londres, Lincoln. Ela se propaga em pouco tempo a todas as cidades. (*)

Monopólio industrial das corporações

De tudo isso, pode-se inferir que os poderes públicos regulamentaram, a partir do século XI, o regime industrial das cidades, por meio da repartição dos artesãos em tantos grupos quanto as diferentes profissões a vigiar exigiam. A cada um dos referidos grupos outorgou-se o direito de reservar a seus membros o exercício da profissão a que se dedicavam. São, pois, essencialmente, grupos privilegiados, tão alheios quão possível à liberdade industrial. Baseiam-se no exclusivismo e no protecionismo. O monopólio que detêm recebeu na Inglaterra o nome de *gild* e na Alemanha, o de *Zunftzwang* ou *Innung*.

Não resta dúvida de que esse isolamento obrigatório dos artesãos tivesse, antes de tudo, o objetivo de beneficiá-los. Para proteger o consumidor contra fraudes e falsificações, bastava regulamentar as práticas industriais e vigiar as vendas. O monopólio profissional assegurado às corporações constituía um perigo para os compradores, que se achavam sem defesa possível contra os artesãos. Mas para os produtores oferecia a inapreciável vantagem de pô-los a salvo de toda concorrência, e talvez seja considerada como uma concessão feita pelas autoridades municipais, por sua solicitação.

As associações voluntárias formadas pelos artesãos, desde fins do século XI, não possuíam, com efeito, nenhum título jurídico que lhes permitisse coibir o exercício da indústria fora do seu seio. Contra os que não se achavam filiados às aludidas associações, podiam recorrer apenas ao *boicote*, isto é, à força bruta, arma precária e deficiente. Tiveram, pois, que solicitar, desde remota época, o direito de obrigar todos os artífices a entrar para o seu seio ou a fechar as suas tendas. Os poderes públicos acederam facilmente ao seu desejo.

A paz pública estava igualmente interessada e o controle industrial era, desse modo, mais fácil. Amiúde, as corporações tiveram que se sujeitar a censos, em troca da valiosa concessão que se lhes fazia. Na Inglaterra, os *craftgilds* pagavam à coroa um direito anual pela concessão do monopólio de que gozavam, e talvez se expliquem pelo mesmo motivo as taxas impostas a diversas corporações em cidades da França, da Alemanha e dos Países Baixos.

A origem das corporações deve-se, pois, atribuir à ação de dois fatores: o poder local e a associação voluntária. O primeiro interveio em favor do público, isto é, dos consumidores; o segundo provém da livre iniciativa dos próprios artesãos, quer dizer, dos produtores. A princípio, as tendências de ambos são, por conseguinte, inteiramente divergentes. Coincidem a partir do momento em que as autoridades reconhecem oficialmente às associações de trabalhadores o caráter de sindicatos obrigatórios.[10] Essencialmente, poder-se-ia definir a corporação medieval como uma corporação industrial que gozava do privilégio de exercer exclusivamente determinada profissão, de acordo com os regulamentos sancionados pela autoridade pública. Seria rematado erro considerar que o direito de administrar-se a si mesmo era inerente à índole das corporações. Em muitas cidades, eles nunca conseguiram livrar-se da tutela do poder municipal e continuaram sendo simples organismos que funcionavam sob seu controle.[11] Neste sentido, a palavra alemã *Amt*, que significa função, corresponde muito bem ao seu caráter. Em um cen-

10. Étienne Boileau indica os motivos que o levaram a transcrever os regulamentos das corporações de Paris: "Pour ce que nous avons veu à Paris en nostre tans mout de plais, de contens par la delloial envie qui este mère de plais et defferenée convoitise qui gaste soy même et par le non sens as jones et as poi sachrans, entre les estranges gens et ceus de la vile, qui aucun mestier usent et hantent, pour la raison de ce qu'il avoient vendu as estranges aucunes choses qui n'estoient pas si bones ne si loiaus que elles deussent..." (Porque vimos em Paris, em nossos tempos, muitas lutas causadas pela inveja desleal, que é mãe dos litígios, e pela desenfreada cobiça que se corrompe a si mesma, e pela falta de juízo, própria dos jovens e dos incautos, entre os forasteiros e os habitantes da cidade, que não exercem ofício algum, pelo motivo de terem vendido aos forasteiros algumas coisas que não eram tão boas e tão leais como deviam ser ...) Étienne Boileau, **Les livres des métiers,** ed. S. Depping, p. I, Paris, 1837.

11. Ver, por exemplo, J. Billioud, **De là confrérie à la corporation: les classes industrielles en Provence aux XIVe et XVIe siècles,** Marselha, 1929. A indústria nem por isso deixava de ser vigiada pelos "consuls" urbanos.

tro tão ativo como Nuremberg, por exemplo, não deixaram de ser estritamente controlados pelo *Rath* (conselho municipal), que lhes recusou até o direito de reunir-se sem a sua autorização e obrigou-os a submeter-lhe o controle da sua correspondência com os artesãos das cidades estrangeiras.

Tendência das corporações à autonomia

Em compensação, a tendência corporativa encontra-se muito poderosa na maior parte das cidades da Europa Ocidental. Nos Baíses Baixos, no norte da França, nas margens do Reno, na Itália, isto é, nas regiões onde a vida urbana se desenvolveu mais cedo e mais completamente, as associações de artesãos reivindicam uma autonomia que, amiúde, as lança em luta não só com o poder, mas, também, umas com as outras. Desde a primeira metade do século XIII, reclamam o direito de administrar-se por si sós e de reunir-se para discutir os seus interesses, de possuir um sino e um carimbo, de intervir mesmo no governo, ao lado dos ricos mercadores que concentraram o poder em suas mãos. Suas tentativas parecem tão temíveis que, em Ruão, em 1189, se proibiram as confrarias de artesãos, e outro tanto se fez, para não citar aqui mais do que alguns exemplos, em Dinant, no ano de 1255; na maioria das cidades flamengas e em Tournai, em 1280; em Bruxelas, em 1290 etc. Entretanto, a resistência não conseguiu derrubá-las. No transcurso do século XIV, conseguiram obter, embora não em todas as partes, é certo, o direito de nomear os seus decanos e os seus jurados, de ser reconhecidas como corpos políticos e poder exercer o governo com a alta burguesia.

Proteção ao produtor

Se do ponto de vista da autonomia interna e da influência política, as corporações diferem consideravelmente, conforme as regiões e as cidades, a sua organização econômica, entretanto, é semelhante em toda Europa. Em todos os lugares, nos seus traços fundamentais, a dita organização é a mesma. Nela se manifesta com maior vigor o espírito de protecionismo inerente à economia urbana da Idade Média. O seu objetivo essencial é proteger o artesão, não só contra a concorrência do estrangeiro, mas também contra a dos

colegas. Reserva-lhe exclusivamente o mercado da cidade e fecha-o aos produtores do estrangeiro; cuida, ao mesmo tempo, de que nenhum membro da profissão possa enriquecer-se em detrimento dos outros. Por esse motivo, os regulamentos impõem-se com uma minuciosidade cada vez maior; os processos, de técnica rigorosamente idêntica para todos, fixam as horas de trabalho, impõem os preços e o montante dos salários, proíbem toda espécie de anúncios, determinam o número dos utensílios e o dos trabalhadores nas oficinas, instituem vigilantes encarregados de exercer a inspeção mais minuciosa e inquisitorial; em uma palavra, esforçam-se em garantir a cada um a proteção e, ao mesmo tempo, a mais completa igualdade possível. Assim, consegue-se salvaguardar a independência de cada membro, mediante a estreita subordinação de todos eles. O privilégio e o monopólio da corporação têm como compensação o aniquilamento de toda iniciativa. Ninguém pode permitir-se prejudicar os outros por processos que o capacitariam a produzir mais depressa e mais barato. O progresso técnico é considerado como uma deslealdade. O ideal baseia-se na estabilidade das condições dentro da estabilidade da indústria.

Proteção ao consumidor

A disciplina imposta ao artesão tinha, naturalmente, por objetivo, assegurar a qualidade dos produtos fabricados. Neste sentido, também favorecia ao consumidor. A economia regulamentar das cidades tornava a falsificação tão impossível ou, pelo menos, tão difícil e perigosa em matéria de indústria, como em matéria de alimentação. Causa-nos surpresa a severidade dos castigos contra fraudes ou mesmo simples negligências. O artesão está sujeito não só ao controle constante dos vigilantes municipais, que têm o direito de penetrar de dia e de noite em sua oficina, mas também a ser vigiado pelo público, à vista do qual tem a obrigação de trabalhar.

Hierarquia dos artesãos

Os membros de toda corporação dividem-se em categorias subordinadas umas às outras: os mestres, os aprendizes (*Lehrlingen*) e os companheiros (*Knechten, servingmen*).

Os mestres formam a classe dominante de que dependem as outras duas. São pequenos chefes de oficinas, proprietários da matéria-prima e das ferramentas. Pertencem-lhes os produtos fabricados e, portanto, todos os lucros da venda ficam em suas mãos; os aprendizes iniciam-se no ofício sob sua direção, uma vez que ninguém pode ser admitido no exercício da profissão sem garantia de capacidade. Os companheiros, enfim, são trabalhadores assalariados que terminaram o aprendizado, porém não puderam ainda elevar-se à categoria de mestre. O seu número, com efeito, é limitado, uma vez que é proporcional às exigências do mercado local, e a aquisição da mestria acha-se submetida a certas condições (pagamento de direitos, nascimento legítimo, filiação à burguesia) que tornam a sua aquisição bastante difícil. A clientela de cada oficina limita-se aos habitantes da cidade e dos seus arrabaldes. Cada oficina é ao mesmo tempo uma loja, onde o comprador se põe diretamente em contato com o produtor. Como no comércio retalhista de subsistência, o intermediário desempenha neste ramo um papel insignificante.

O mestre artesão é, pois, em toda força do termo, um empresário independente. O seu capital não compreende mais do que a sua casa, assim como a ferramenta indispensável à profissão. O seu pessoal, limitado por regulamentos, consta, geralmente de um ou dois aprendizes e outros tantos companheiros. Se por acaso algum mestre adquire, por matrimônio ou herança, uma fortuna mais vultosa do que a dos seus companheiros, ser-lhe-á impossível aumentar o volume dos negócios em detrimento daqueles, uma vez que o regime industrial não dá lugar algum à concorrência. Mas a desigualdade das fortunas devia ser muito rara entre esses pequenos burgueses. Para quase todos eles, a organização econômica envolve o mesmo gênero de existência e os mesmos recursos. A referida organização proporciona-lhes uma posição certa, impede que progridam; em suma, poder-se-ia classificá-la com o termo "acapitalista".

As corporações das indústrias de exportação

O espetáculo da indústria urbana não é, todavia, em todas as partes, tal como o que acabamos de descrever. Em muitas vilas, e precisamente nas mais desenvolvidas, é necessário distinguir, ao lado dos artesãos — empresários que

vivem do mercado local —, outro grupo completamente diferente: o dos trabalhadores da exportação. Em vez de produzirem unicamente para a clientela limitada da cidade e dos seus arrabaldes, eles são, com efeito, os fornecedores dos negociantes atacadistas que se dedicam ao comércio internacional. É deles que recebem a matéria-prima, que elaboram e entregam sob a forma de objeto fabricado. Desempenham o papel de simples assalariados junto às pessoas que lhes dão emprego. Essa é, em Lucques, a situação dos operários da seda,[12] (*) em Dinant, a dos batedores de cobre, em Gand, Ypres, Douai, Bruxelas, Louvain, Florença, em suma, em todos os centros da indústria têxtil, que foi por excelência a grande indústria da Idade Média, a dos tecelões, batedores e tintureiros.

Sem dúvida, todos estes trabalhadores estão divididos em corporações como os demais artesãos. Mas, se a forma dos agrupamentos é a mesma em ambas as organizações, a condição dos seus membros era completamente diversa. Nas corporações da indústria local, padeiros, ferreiros, sapateiros etc., as ferramentas, a oficina e a matéria-prima pertencem ao trabalhador, como o próprio produto, que vende diretamente a seus clientes. Na grande indústria, ao contrário, o capital e o trabalho separaram-se. O operário, afastado do mercado, conhece unicamente o empresário que lhe paga, e pelo intermediário deste venderá, nas escalas do Levante ou nas feiras de Novgorod, os frutos do seu labor, depois de terem passado por muitas mãos. O intercâmbio direto, considerado com demasiada freqüência como o caráter essencial da economia urbana, desaparece por completo neste caso. Os trabalhadores da exportação oferecem também um contraste com as pequenas corporações urbanas. À medida que se estendia o mercado do comércio internacional, exigia-se maior número de trabalhadores. Nos meados do século XIV, Gand tinha mais de 4 000 tecelões e muito mais de 1 200 apisoadores, quantidade enorme se se pensar que a cidade

---

12. Sobre o caráter capitalista da indústria de Lucques, F. L. M. Edler prepara um trabalho de que publicou um resumo "for private circulation", nos **Abstracts of theses** da Universidade de Chicago; **Humanistic series**, t. VIII, 1929-1930; para os da indústria dinantesa, ver H. Pirenne, "Les Marchands-batteurs de Dinant au XIVe et au XVe siècle", em **Viertelajhrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte**, t. II, 1904, pp. 442 e ss.

não possuía mais do que 50 000 habitantes. (*) O equilíbrio que as cidades medievais do tipo usual apresentam entre as diferentes profissões torna-se completamente nulo aqui, em prejuízo de uma delas, e encontramo-nos em face de uma situação análoga à dos centros manufatureiros dos nossos tempos. O fato seguinte basta para comprová-lo: A indústria têxtil em Ypres, em 1431, isto é, em uma época de plena decadência, compreendia, não obstante, 51,6% das profissões, ao passo que, na mesma data, em Francoforte do Meno, cidade de indústria local, os tecelões representavam somente 16%.

Condição social dos operários da exportação

As multidões obreiras das grandes cidades industriais viveram sujeitas às crises e ao desemprego. Bastaria que a matéria-prima não pudesse chegar, por causa de uma guerra ou proibição de importar, para que os teares deixassem de funcionar e bandos de desocupados enchessem as ruas ou vagassem pelos campos pedindo esmola. Fora desses períodos de miséria involuntária, a condição dos mestres, proprietários ou locatários de oficinas era muito satisfatória, mas assim não era a dos companheiros que empregavam. Estes, em sua maioria, viviam em alguma habitação alugada, por uma semana, em ruelas estreitas, e possuíam apenas a roupa de uso. Iam de cidade em cidade procurando emprego. Segunda-feira pela manhã, reuniam-se nas praças, em torno das igrejas, esperando ansiosamente que um mestre os contratasse por oito dias. A jornada de trabalho começava ao amanhecer e terminava ao cair da noite. O salário era pago aos sábados à tarde, e embora os regulamentos municipais ordenassem que fossem pagos em dinheiro, os abusos do *trucsystem* eram numerosos. Assim, os operários da grande indústria formavam uma classe à parte, no meio dos outros artesãos, muito semelhantes aos proletários modernos. Eram reconhecidos pelas "unhas azuis", pela indumentária e pela brutalidade dos seus costumes. Não importava tratá-los com dureza, pois sabia-se que o lugar dos que tinham merecido a pena de desterro não ficaria muito tempo vago. Por isso, desde meados do século XIII, freqüentemente organizavam greves. A mais antiga que se conhece foi deflagrada em Douai, em

1245, e recebeu o nome de *takehan* [13] Em 1274, os tecelões e os apisoadores de Gand abandonaram em massa a cidade e retiraram-se para Brabante, onde os almotacéis, informados a tempo dessa insurreição da plebe industrial, negaram-se a recebê-los. [14] Nos Países Baixos, a partir de 1242, formaram-se ligas urbanas em que se convenciona a extradição dos operários fugitivos, suspeitos ou culpados de conspiração. Toda tentativa de rebeldia é punida com desterro ou pena de morte.

Os grandes patrões

Em um ponto essencial os trabalhadores das indústrias de exportação diferiam dos assalariados da nossa época. Em vez de reunirem-se em grandes estabelecimentos, dividiam-se em numerosas pequenas oficinas. O mestre tecelão ou mestre apisoador, proprietário ou, com maior freqüência, locatário da ferramenta que usava, era, em suma, um trabalhador a domicílio, assalariado de um grande mercador capitalista. A vigilância que exercia sobre as profissões, o poder municipal, enquanto este pertenceu à burguesia, ofereceu garantia muito precária aos trabalhadores, uma vez que as autoridades urbanas se recrutavam exatamente entre os capitalistas. Basta ler os autos relativos ao testamento do rico industrial têxtil da cidade de Douai, Jehan Boine Broke [15] (falecido em 1285 ou 1286), para saber aonde chegava a exploração dos artesãos da grande indústria em princípios do século XIV. Oprimidos pelas pessoas encarregadas de distribuir o trabalho, os mestres viam-se, por sua vez, obrigados a oprimir os companheiros e aprendizes. A preponderância do capital urbano, de que conseguiram libertar-se as pequenas corporações, afligia todos os que produziam para o comércio atacadista, dominado pela referida economia.

---

13. G. Espinas e H. Pirenne, **Recueil de documents relatifs à l'histoire de l'industrie drapière en Flandre**, t. II, p. 22.

14. **Ibid.**, pp. 379 e ss.

15. Ao artigo de M. G. Espinas sobre este personagem, citado neste capítulo, nota n.º 7, temos que acrescentar: G. Espinas e H. Pirenne, "Additions au recueil de documents relatifs à l'histoire de l'industrie drapière en Flandre", em **Bulletin de la Comission royale d'histoire de Belgique**, t. XCIII, 1929, pp. 55 e ss.

VII

AS TRANSFORMAÇÕES DOS SÉCULOS XIV E XV

I. CATÁSTROFES E PERTURBAÇÕES SOCIAIS [1]

Características econômicas dos séculos XIV e XV

Pode-se considerar o princípio do século XIV como o fim do período de expansão da economia medieval. (*) Até então, os progressos foram contínuos em todos os domínios. A liberação progressiva das classes rurais realizou-se ao mesmo tempo que o arroteamento, a dessecação e o povoamento de regiões incultas ou desertas, e com a colonização germânica dos territórios do outro lado do Elba. O desenvolvimento da indústria e do comércio transformou profundamente o as-

---

1. Bibliografia: H. S. Lucas, "The great European famine of 1315, 1316 e 1317", em **Speculum (Medieval Academy of America**, 1930); F. A. Gasquet, **The Black Death of 1348 and 1349,** Londres, 1908; H. Pirenne, **Le soulèvement de la Flandre maritime de 1323-1328,** Bruxelas, 1900; A. Réville, **Le soulèvement des travailleurs d'Angleterre en 1381,** Paris, 1898; Ch. Oman, **The great revolt of 1381,** Oxford, 1906; E. Powell, **The rising in East Anglia in 1381,** Cambridge, 1896; G. M. Trevelyan, **England in the age of Wycliffe,** Londres, 3.ª ed., 1900; S. Luce, **Histoire de la Jacquerie,** Paris, 1859; G. Franz, **Die agrarischen Unruhen des ausgehenden Mittelalters,** Marburgo, 1930; H. Denifle, **La désolation des églises, monastères et hôpitaux en France pendant la Guerre de Cent Ans,** Paris, 1898-1899, 2 vols.; G. Schanz, **Zur Geschichte der deutschen Gesellenverbände,** Leipzig, 1877; É. Martin Saint-Léon, **Le compagnonnage,** Paris, 1901; H. Pirenne, **Histoire de Belgique,** t. II, Bruxelas, 3.ª ed., 1922; S. Salvemini, **Magnati e popolani in Firenze dal 1280 al 1295,** Florença, 1899; C. Falletti-Fossati, **Il tumulto dei Ciompi,** Florença, 1882; L. Mirot, **Les insurrections urbaines au début du règne de Charles VI, 1380-1383,** Paris, 1906.

pecto e a própria existência da sociedade. Enquanto o Mediterrâneo e o mar Negro, por um lado, e o mar do Norte e o Báltico, por outro, se transformavam em veículos de um poderoso tráfico, enquanto os portos e as feitorias se multiplicavam ao longo das costas e nas suas ilhas, o Continente europeu cobria-se de cidades de que se irradiava em todos os sentidos a jovem atividade da burguesia. Sob a influência dessa vida nova, a circulação monetária aperfeiçoava-se. O crédito assumia as formas mais variadas e o seu florescimento favorecia o do capital. O aumento da população era, enfim, um sinal irrecusável de saúde e vigor sociais.[2]

Estabilização do movimento econômico

Observa-se, durante os primeiros anos do século XIV, não diremos uma decadência, mas uma suspensão de tudo isso. Embora não se retroceda, pelo menos não se continua progredindo. A Europa vive, por assim dizer, das posições adquiridas; a frente econômica estabiliza-se. É certo que, precisamente nessa ocasião, alguns países que permaneceram afastados do movimento geral, tais como a Polônia e, sobre-

---

2. Nada seria mais essencial para uma sã compreensão da História Econômica da Idade Média do que o conhecimento da densidade da população na Europa nesta época. Infelizmente, os dados de que dispomos permitem somente resultados demasiado conjeturáveis para serem utilizados. O recente trabalho de M. F. Lot, "L'état des paroisses et des feux de 1328", na **Bibliothèque de l'École de Chartes,** t. XC, 1929, de acordo com o qual a população da França nos limites atuais ascendia, provavelmente, naquele data, a 23 ou 24 milhões de almas, envolve muitas hipóteses, tanto no que se refere a casas quanto ao coeficiente que se lhes deve aplicar. Somente a partir do século XV é que se começa a dispor de documentos de que é possível extrair alguns dados estatísticos mais ou menos precisos. Ainda agora não se possuem verdadeiros recenseamentos senão para algumas cidades. (Ver o cap. VI, nota n.º 1.) A escassíssima população existente nestas cidades, comparada com a da época atual, permite conjeturar a pouca densidade da população campesina. Para o conjunto do ducado de Brabante, J. Cuvelier pôde supor, com grande verossimilhança, graças às indicações sumamente precisas que se conservaram sobre as listas de casas desse território, que o número total dos habitantes, em 1437, ascendia a 450 000, aproximadamente. Hoje em dia, na mesma região, vivem dois milhões e meio de habitantes, isto é, cinco vezes mais (J. Cuvelier, **Les dénombrements des foyers en Brabant,** p. CCCXXVII). Mas seria, provavelmente, um exagero generalizar este fato e admitir que a população da Europa em fins da Idade Média tenha sido cinco vezes menor do que a da Europa contemporânea. Da minha parte, creio que ainda esta cifra seja exagerada.

tudo, a Boêmia, começam a participar dele mais ativamente. Mas o seu tardio despertar não acarretou conseqüências bastante importantes para que o conjunto do mundo ocidental fosse sensivelmente afetado por elas. Se levarmos em conta apenas isso, ver-se-á claramente que o dito mundo entra em um período em que se conserva mais do que se cria e em que o descontentamento social parece revelar, por sua vez, o desejo e a impotência de melhorar uma situação que já não corresponde inteiramente às necessidades dos homens.

A prova desta interrupção do impulso econômico encontra-se, em primeiro lugar, no fato de deixar o comércio exterior de estender a área da sua expansão. Não ultrapassará, antes da época dos grandes descobrimentos, na primeira metade do século XV, os pontos extremos onde chegara a navegação italiana, ao Sul, e a da Hansa, ao Norte, isto é, as escalas do mar Egeu e do mar Negro, por um lado, e, por outro, a feira russa de Novgorod. Neste terreno, sem dúvida, a atividade continua sendo intensa. Poder-se-ia mesmo dizer que, sob alguns aspectos, aumentou. Com efeito, as relações marítimas de Gênova e Veneza com Bruges e Londres, pelo estreito de Gibraltar, datam de 1314 e a vitória da Hansa, em 1370, sobre Waldemar da Dinamarca, parece ter garantido definitivamente o domínio da mesma no Báltico. Não obstante, continua-se vivendo no passado, sem tratar de seguir para a frente. No Continente, observa-se o mesmo fenômeno. A colonização alemã para Leste detém-se, como se se achasse esgotada, nas fronteiras da Lituânia e da Letônia. Nenhum progresso se faz, nem na Boêmia, nem na Hungria, nem na Polônia. Em Flandres e em Brabante, a indústria têxtil conserva ainda, sem aumentá-la, a sua prosperidade tradicional até meados do século, e logo decai rapidamente. Na Itália, a maior parte dos grandes bancos, que por tanto tempo dominaram o comércio do dinheiro, precipitam-se em ruidosas quebras: em 1327, o dos Scali; em 1341, os dos Bonnaccorci, Usani, Corsini, e de muitos outros; em 1343, o dos Bardi, Peruzzi, Acciaiuoli. A decadência das feiras de Champanha data dos primeiros anos do século.[3] É também o momento em que a população deixa de crescer, e essa inter-

3. A. Sapori, **La crisi delle compagnie mercantili dei Bardi e dei Peruzzi**, Florença, 1926; E. Jordan, "La faillite des Buonsignori", em **Mélanges P. Fabre**, Paris, 1902.

rupção constitui o sintoma de maior significação do estado de uma sociedade estabilizada e de uma evolução que chegou ao apogeu.[4]

A fome de 1315 e a peste negra

Convém, além disso, observar que, se o século XIV não continua progredindo, as catástrofes que o assolaram são, em grande parte, responsáveis por esses acontecimentos. A terrível fome que dizimou a Europa de 1315 a 1317 causou maiores estragos, segundo parece, do que qualquer das anteriores. As cifras que, por acaso, se conservaram no que se refere a Ypres, permitem apreciar a sua extensão. Do começo de maio até meados de outubro de 1316, sabemos que o magistrado comunal mandou enterrar 2 794 cadáveres, número enorme se pensarmos que os habitantes eram aproximadamente uns 20 000. (*) Trinta anos mais tarde, um novo desastre, ainda mais espantoso, a peste negra, assolou o mundo, que apenas estava se refazendo do primeiro choque. De todas as epidemias que a História menciona, esta foi, indiscutivelmente, a mais atroz. Calcula-se que, de 1347 a 1350, desaparecera uma terça parte da população européia; (*) veio depois um longo período de carestia, cujos efeitos assinalaremos mais adiante.[5]

A essas calamidades devidas à natureza, a política acrescentou outras de idêntica crueldade. A Itália, durante todo o século, foi dividida por lutas civis. A Alemanha foi presa de uma anarquia política permanente. A guerra dos Cem Anos, enfim, e principalmente, arruína a França e esgota a Ingla-

4. Na falta de trabalhos numerosos e precisos sobre a demografia medieval, é preciso que nos conformemos em expor uma impressão de conjunto. É claro que não pode ser exata, senão de uma forma muito aproximada. Em geral, pode-se considerar que a peste negra marcou não só uma interrupção, mas também um retrocesso no aumento da população. Não obstante, antes desta catástrofe, a dita população achava-se, em quase toda a Europa ocidental, em um estado de imobilidade. Na primira metade do século XIV, ao contrário, observou-se um progresso patente no movimento demográfico das regiões eslavas da Europa Oriental, sobretudo na Boêmia.

5. Por isso apareceu, em 1350, o **Statute of labourers,** na Inglaterra, e na França, a **Ordonnance royal de 1351.** Ambas fixam os salários, visando a baixa dos preços. R. Vivier, "La grande ordonnance de février 1351: les mesures anticorporatives et la liberté du travail", em **Revue historique,** t. CXXXVIII, 1921, pp. 201 e ss.

terra. Assim, as circunstâncias pesaram de forma angustiante na vida econômica. O número dos consumidores restringiu-se e o mercado perdeu parte do seu poder de absorção.

Essas desgraças agravaram indiscutivelmente as perturbações sociais, pelo que o século XIV contrasta tão violentamente com o anterior; mas a causa principal deve-se procurar na própria organização econômica. Chegou-se ao ponto do seu funcionamento provocar um descontentamento manifesto, tanto nas populações urbanas, quanto nas rurais.

A liberação dos camponeses, embora tenha sido geral na época anterior, deixara subsistir traços mais ou menos profundos de servidão. Em muitas regiões, as corvéias continuam amargurando os vilões e o desaparecimento do regime senhorial tornava-as mais penosas, pois o senhor deixaria de considerar-se protetor dos homens da sua terra. Perante os seus colonos, a sua situação já não era a de um chefe hereditário, cuja autoridade se aceitava por seu caráter patriarcal. Era a de um rendeiro do solo e a de um arrecadador de censos.[6] Como as terras dos senhores, outrora incultas, estavam agora ocupadas, já não se fundavam cidades novas e não havia motivo algum para conceder aos servos uma liberdade que, em vez de se tornar proveitosa para o seu amo, privava-o das rendas e dos serviços que continuava a exigir dos mesmos. Sem dúvida, a necessidade de dinheiro às vezes obrigava os senhores a vender por bom preço cartas de franquia ou ainda a libertar toda uma aldeia, em troca da cessão de uma parte das terras comunais. Não obstante, é certo que uma vez terminado o período dos arroteamentos, o camponês não tinha esperança de melhorar a sua condição emigrando para as terras virgens. A servidão, em todos os lugares em que se conservara, tornava-se tanto mais odiosa quanto, sendo agora uma exceção, tinha a aparência de uma humilhação. Os agricultores livres, por sua vez, suportavam impacientemente a jurisdição dos tribunais territoriais de que dependiam as suas possessões e por meio dos quais continuavam sob o domínio econômico dos senhores de quem, outrora, foram os homens. Desde que os monges, no transcurso do século XIII, perderam o fervor dos primeiros tempos e com ele o seu prestígio, pagava-se-lhes o dízimo com repugnân-

6. Ver M. Bloch, **Les caractères originaux de l'histoire rurale française**, pp. 112 e ss.

cia. Os latifúndios constituídos com as reservas senhoriais impunham aos aldeões a sua preponderância e exigiam para a pastagem do seu gado a maioria das terras comuns; estendiam-se às expensas daqueles e invadiam tanto mais as terras quanto estavam em mãos do juiz de senhorio ou bailio e do alcaide, obrigando grande parte dos habitantes a contratar-se a seu serviço, na qualidade de trabalhadores agrícolas. A todos esses motivos de mal-estar juntavam-se os estragos causados por freqüentes guerras. A dos Cem Anos, sobretudo, durante a qual os mercenários continuaram vivendo à custa da região depois do seu licenciamento, transformou muitas regiões da França em verdadeiros desertos "nos quais já não se ouvia cantar o galo nem a galinha". [7] (*)

Esta desolação é sem dúvida um fenômeno próprio da França. Seria sem dúvida errôneo crer que no resto da Europa a situação dos camponeses tenha piorado no transcurso do século XIV. O descontentamento social, tantas vezes manifestado, não se explica em todas as partes, do mesmo modo. Pode haver sido causado pelo excesso de miséria como pela vontade de pôr fim a um estado de coisas que chocava tanto mais quanto se acreditava possuir força suficiente para mudá-lo. Se a "Jacquerie" da Ilha de França, em 1357, foi o arrebatamento das populações desesperadas por sua miséria e pelo ódio aos nobres, aos quais acusavam de ser responsáveis pela sua situação, as coisas parecem ter ocorrido de forma muito diferente no levante de Flandres ocidental, de 1323 a 1328, e na insurreição de 1381, na Inglaterra. (*)

A insurreição da Flandres marítima

A longa duração do primeiro bastaria para demonstrar que não pode ser senão a obra de uma plebe miserável e débil. De fato, foi uma verdadeira tentativa de rebelião social dirigida contra a nobreza, com o fim de arrebatar-lhe a autoridade judicial e financeira. O rigor com que se arrecadavam, em favor do rei da França, os impostos para pagar as pesadas multas a que Flandres fora condenada depois da guerra iniciada com a batalha de Courtrai, provocou motins que logo se transformaram em rebelião aberta contra a ordem estabelecida. Não se trata apenas de pôr fim a abusos de poder.

7. M. Bloch, **op. cit.**, p. 118.

o espírito de independência dos robustos camponeses daquele território, descendentes dos "hóspedes" que cultivaram as suas terras pantanosas nos séculos XII e XIII, empenha-se na luta a ponto de considerarem todos os ricos e a própria Igreja como seus inimigos naturais. Bastava que uma pessoa vivesse da renda do solo para que se tornasse suspeita.[8] Os camponeses negavam-se a pagar o dízimo e exigiam que o trigo dos mosteiros se distribuísse ao povo. Os sacerdotes não conseguiam eximir-se do ódio de classe que sublevava as massas. Um dos chefes do movimento desejaria ver, dizia ele, o último deles pendente da forca. Com refinamento de crueldade, obrigavam os nobres e ricos a matar os próprios pais sob os olhares da multidão. Nem durante a "Jacquerie", nem durante a rebelião inglesa, em 1381, houve violências semelhantes às que aterrorizaram, então, a Flandres ocidental. "Foi tal a peste da insurreição" — disse um contemporâneo — "que os homens sentiam asco de viver." Para dominar os rebeldes que, "como feras privadas de senso e de razão", ameaçavam derrocar a ordem social, foi preciso que o rei da França em pessoa se pusesse em campo. Os camponeses enfrentaram-no com audácia e, cheios de confiança em si mesmos, ofereceram-lhe batalha nas encostas do monte Cassel (23 de agosto de 1328). O combate foi tão curto quão sangrento. A cavalaria desencadeou uma desapiedada matança daquela canalha que se atrevera a resistir e se pusera fora do direito comum. O rei negou-se a seguir os conselhos dos barões que o induziram a incendiar a Flandres marítima e inclusive a matar as mulheres e as crianças: limitou-se a confiscar os bens dos insurretos que haviam combatido contra ele. A rebelião social, por um instante vencedora, foi esmagada. O radicalismo das suas tendências não se pode considerar, além disso, senão como a exasperação passageira de um descontentamento levado ao paroxismo, pelas circunstâncias. Deve-se levar em conta, também, para explicar a obstinação e a longa duração do movimento, que ele foi sustentado e excitado por artesãos de Ypres e Bruges que a ele

---

8. "Dicebant enin alicui diviti: Tu plus diligis dominos quam **communitates de quibus vivis**; et nulla alia causa in eo reperta, talem exponebant morti." "Chronicon comitum Flandrensium", em **Corpus Chron. Flandr.**, t. I, p. 202.

aderiram e impregnaram momentaneamente as classes rurais do espírito revolucionário urbano.

A insurreição inglesa de 1381

A insurreição inglesa de 1381 foi também, como a de Flandres ocidental, a obra comum do povo das cidades e dos campos. É também semelhante a ela, porque pode ser considerada como uma expressão violenta e passageira do sentimento que opõe o trabalhador àquele que se aproveita do seu trabalho. Não se deve, ainda, procurar a sua origem na miséria das classes rurais. Não teve semelhança alguma com a "Jacquerie". A condição do camponês inglês melhora sem cessar do decorrer do século XIII, graças à substituição crescente dos censos em dinheiro às antigas corvéias. (*) Subsiste, não obstante, em todos os "mansi", sobrevivência mais ou menos acentuada de servidão, que os vilões suportavam com tanta repugnância, quando a alta de preços e salários, que sobreveio após a peste negra, veio melhorar-lhes a situação. Não existe prova alguma de que o levante tivesse como causa uma tentativa dos *landlords* para aumentar os censos e as corvéias. Mais parece ter sido uma tentativa de destruir, em proveito do povo, os vestígios do regime senhorial. O misticismo dos Lollards contribuiu certamente, também, para provocar ódio aos *gentlemen* opressores que não existiam "no tempo em que Eva fiava e Adão cultivava". Como cinqüenta anos antes, em Flandres, houve vagas aspirações comunistas entre os insurretos, que deram à crise a aparência de um movimento dirigido contra a sociedade estabelecida. Além disso, o terror que difundia foi passageiro. A desproporção é muito grande entre as forças conservadoras e os camponeses que, estimulados pelos seus rancores e pelas quimeras das suas esperanças, abandonaram-se à eterna ilusão de um mundo fundado na justiça e na igualdade. Meses depois, restabelecera-se a ordem. Bastou que o rei aparecesse e que a cavalaria se armasse, para dominar um perigo causador de grande ruído, cuja ameaça, porém, nunca constituiu um perigo sério. (*)

No fundo, as insurreições rurais do século XIV deveram a sua aparência de gravidade à brutalidade dos camponeses. Por si sós, não podiam ter êxito. Conquanto as classes agrícolas formassem a maior parte da sociedade, eram incapazes

de unir-se para uma ação comum e ainda mais incapazes de pensar em construir um mundo novo. Bem consideradas as coisas, foram só furores locais e passageiros, acessos de cólera sem conseqüências.

Entre os camponeses que lavravam a terra e a nobreza que a possuía, o contraste econômico, conquanto fosse tão real quanto entre o operário e o capitalista urbano, era menos patente em virtude da existência real que por tantos laços une o homem à terra que cultiva e lhe deixa, apesar de tudo, um grau de independência pessoal muito superior ao do assalariado da grande indústria. Portanto, não é de surpreender que as agitações urbanas do século XIV tenham contrastado por seu encarniçamento, sua duração e seus resultados com as da população campesina.

Descontentamento contra as oligarquias urbanas

Em toda a Europa Ocidental a alta burguesia monopolizou, desde a origem, a administração das cidades. Não podia ser de outro modo, pois era fatal que os propulsores do comércio e da indústria, base da vida urbana, tomassem a sua direção.

Durante os séculos XII e XIII, um patriciado recrutado entre os mercadores mais notáveis assumira, pois, em todas as partes, o governo municipal. Em toda a força do termo, o referido governo fora um governo de classe. Tivera por muito tempo todos os méritos: energia, visão clara, lealdade aos interesses públicos de que fora encarregado, uma vez que estes se confundiam com os interesses privados que garantia. A obra realizada mostra claramente os seus méritos. Sob tal governo, a civilização urbana adquiriu os traços principais que deviam distingui-la até o fim. Criou inteiramente a administração municipal, organizou os seus diversos serviços, instituiu as finanças e o crédito urbanos, edificou mercados e armazéns, encontrando os recursos necessários para erguer sólidas muralhas e abrir escolas; em uma palavra, para satisfazer a todas as necessidades da burguesia. Mas, pouco a pouco, foram-se revelando as deficiências de um sistema que punha a regulamentação econômica da grande indústria em mãos de quem, pelo fato de viver dos seus lucros, sente-se naturalmente impelido a reduzir ao mínimo a parte dos trabalhadores. (*) Viu-se, anteriormente, que nas mais

importantes cidades manufatureiras do mundo medieval, isto é, nas flamengas, os operários têxteis começaram a manifestar, para com os almotacéis patrícios, uma hostilidade de que é irrecusável indício o aparecimento das greves.[9] Ao seu descontentamento juntava-se o de uma parte cada vez mais notável da burguesia abastada, pois, em muitas cidades, o regime patrício convertera-se, por último, em uma oligarquia plutocrática, que barrava o acesso ao poder de todos os que não pertenciam às poucas famílias que o exerciam, à vista de todos, exclusivamente em proveito próprio. Assim, acumulava-se contra o "magistrado" uma oposição social e ao mesmo tempo política. A primeira, de todos os modos mais ardente, dera o sinal de um conflito que, através de peripécias sangrentas, deveria prolongar-se até o transcurso do século XV.

A revolução democrática

Dá-se, amiúde, à insurreição das corporações de ofícios contra o regime patrício, o nome de revolução democrática. O termo não é inteiramente exato, se se atribuir ao vocábulo "democracia" o seu significado atual. Os descontentes não pensavam em fundar governos populares. O seu horizonte não ultrapassava os contornos da cidade: limitava-se à sua corporação. Cada corporação, conquanto reivindicasse uma parte do poder, preocupava-se muito pouco com as vizinhas. O particularismo circunscrevia estritamente sua ação. Sem dúvida, acontecia que todas as corporações de uma mesma cidade se unissem contra o inimigo comum representado pelos almotacéis oligárquicos. Mas acontecia, também, que lutassem entre si, depois da vitória. Não se deve esquecer, finalmente, que todos esses supostos democratas eram membros de grupos industriais possuidores do exorbitante privilégio do monopólio. A democracia tal como a compreendiam, era, tão-somente, uma democracia de privilegiados.

Área de extensão das agitações sociais

Nem todas cidades foram agitadas por reivindicações das corporações. Nem Veneza nem as cidades da Hansa, nem as

9. Ver o cap. IV, sec. II.

cidades inglesas apresentam sinais de semelhante movimento. A razão está em que o governo da alta burguesia não degenerou, nas mesmas, em uma oligarquia fechada e egoísta. Os homens novos, enriquecidos pelo comércio, renovavam e rejuvenesciam constantemente a classe dominante. Desse modo explica-se que os patrícios conservassem um poder, cuja compreensão dos negócios e da administração urbana a todos se impusera. Durante vários séculos, a aristocracia veneziana deu o admirável exemplo das mais excelsas virtudes de patriotismo, energia e habilidade, e a prosperidade adquirida de tal forma pela República comunicou-se a todos; por isso, o povo não pensou em sacudir de si o jugo que lhe impunham. Ao que parece, motivos análogos salvaguardaram a preponderância do patriciado nas cidades da Hansa. Na Inglaterra, a tutela exercida pelo poder real sobre as comunas urbanas era bastante forte para se opor, se fosse necessário, aos esforços das pessoas humildes. O mesmo se pode dizer das cidades francesas que, a partir de fins do século XIII, sofreram cada vez mais a autoridade dos agentes da Coroa, bailios ou senescais. Em outros lugares, como em Brabante, por exemplo, o príncipe territorial declarou-se protetor dos grandes burgueses.

Foi sobretudo nas grandes cidades industriais dos Países Baixos, das margens do Reno e da Itália que se tramaram revoluções municipais de que apenas esboçaremos os traços principais, sem nos ocuparmos com as inumeráveis variedades devidas à diferença das circunstâncias, dos interesses e dos diversos meios. (*)

O conflito entre os "pequenos" e os "grandes"

Deve-se procurar a causa primordial das aludidas revoluções nos abusos da administração oligárquica. Quando o poder do príncipe era demasiado débil, seja para defendê-la, seja para submetê-la ao seu domínio, não havia mais remédio senão derrubá-lo ou, quando menos, obrigá-lo a repartir com outros o poder que pretendia conservar em monopólio. Nisto, todos concordavam: ricos e pobres, os mercadores afastados dos assuntos comunais, assim como os artesãos e os assalariados da grande indústria.

O movimento iniciado na segunda metade do século XIII chegou ao seu ponto final no transcurso do século seguinte.

Em conseqüência de alguns motins, que quase sempre se agravaram a ponto de se transformarem em luta armada, os "grandes" viram-se obrigados a ceder aos "pequenos" uma parte mais ou menos importante da administração municipal. A maioria da população estava dividida em corporações de ofícios, e a reforma consistiu necessariamente em deixar que estas participassem do governo. Às vezes, outorgou-se--lhes o direito de dispor de alguns postos na almotaçaria ou no conselho da cidade; outras vezes, um novo grupo de magistrados eleitos por eles constituiu-se ao lado do antigo; ou ainda, teve que se submeter à aprovação dos seus delegados constituídos em assembléia geral, todas as medidas que interessavam às finanças ou à organização política da comuna. Aconteceu, mesmo, terem-se apoderado daquele poder que o patriciado por tanto tempo os excluíra. Em Liège, por exemplo, em 1384, os "grandes", sentindo-se incapazes de manter uma resistência que durava havia mais de um século, acabaram por capitular. Desde então as corporações dominaram exclusivamente a cidade. Só gozaram de direitos políticos aqueles que estavam inscritos nos seus registros. O conselho, de que se nomeavam cada ano os jurados, vigiados pelos "governadores", formou uma só peça da maquinaria manejada por eles, a seu talante. Os dois "mestres" (burgomestres), recrutados naquele conselho, eram os executores da sua vontade, pois todas as questões importantes deviam submeter-se à deliberação das trinta e duas corporações, e deviam ser resolvidas em cada um deles, em escrutínio secreto, por maioria de votos. Constituições análogas, e que como estas faziam das corporações de artesãos os árbitros do governo municipal, encontram-se em Utrecht e Colônia.

Agitação social dos operários da exportação

Mas, o que era possível em cidades onde nenhuma indústria dominava as demais, não o era naquelas cujo equilíbrio se rompera em favor de uma das ditas indústrias. Nas grandes cidades manufatureiras de Flandres, a preponderância numérica dos tecelões e dos apisoadores, em cujas corporações contavam vários milhares de artesãos, não lhes permitia conformar-se com o papel que correspondia às pequenas corporações constantes de algumas dezenas de membros. Deviam aspirar com tanto mais ardor à preponderância quan-

to a sua condição de assalariados contrastava mais com a dos artesãos do mercado local. Para eles, a queda da classe patrícia não era unicamente uma questão política, mas, antes de tudo, uma questão social. Com tal queda, esperavam ver o fim da sua subordinação econômica, e criava-se a ilusão de que, no dia em que o poder de regulamentar as condições do trabalho e a tarifa dos salários tivesse passado às suas mãos, terminaria a condição precária a que estavam sujeitos pela sua profissão. Muitos entregavam-se a confusos sonhos de igualdade em um mundo onde "cada um devia ter o mesmo que os demais". [10] Foram eles que deram, em todas as grandes cidades, em fins do século XIII, o sinal de rebelião e que sustentaram a luta grandiosa que estabeleceu, após a vitória de Courtrai, a sua momentânea dominação. Esta, porém, logo sublevou contra eles o resto da burguesia. A divergência, ou antes, a incompatibilidade dos seus interesses com os dos mercadores e artesãos era tão grande que estes não podiam resignar-se a permanecer sob o domínio dos operários da lã.

Reforma dos governos municipais

Contra aqueles assalariados e proletários, os capitalistas do grande comércio, corretores ou exportadores, uniram-se com os pequenos empresários independentes da indústria local. Tratou-se, para agradar a todos, de instituir governos municipais, em que se reservou sua parte de intervenção a cada um dos grandes agrupamentos entre os quais se dividia a população: a *poorterie* (alta burguesia), a massa das pequenas corporações e os trabalhadores da indústria têxtil. Mas o equilíbrio que, dessa maneira, se pensava alcançar não podia ser estável e nunca o foi. Para os tecelões e os apisoadores foi puro engano, condenados como estavam a não formar, frente aos demais "membros" da cidade, mais do que uma minoria perpétua. Para conseguirem que as suas reivindicações triunfassem, só podiam contar com a força. E assim o fizeram. Durante todo o século XIV constantemente se sublevaram, apoderaram-se do poder e o abandonaram quando, acossados pela fome, após um bloqueio, ou dizimados por

---

10. L. Verriest, "Le Registre de la Loi de Tournai de 1302", em **Bulletin de la Commission royale d'histoire**, t. LXXX, 1911, p. 445.

um massacre, vêem-se obrigados a ceder ante a coalizão dos seus adversários.

Os conflitos sociais em Flandres

Nada há mais trágico do que a situação das cidades flamengas em que se desencadeiam os ódios sociais. Em 1320-1332, os "homens bons" de Ypres suplicam ao rei da França que não destrua a muralha interior da cidade onde residiam e que os proteja contra o "vulgo".[11] A história de Ypres, como as de Gand e Bruges, está cheia de lutas sangrentas, em que os proletários da indústria têxtil lutavam com os que "tinham algo a perder". A luta adquire uma vez mais a aparência de uma luta de classe entre ricos e pobres. Todavia, isto é apenas aparência. Entre as massas obreiras rebeladas não se conseguia estabelecer união. Os apisoadores a quem os tecelões pretendiam fixar, ou melhor, reduzir os salários, os tratavam como inimigos, e, para escaparem à sua dominação, sustentavam a causa da "boa gente". Quanto às pequenas corporações, todas detestavam os "horríveis tecelões",[12] que transtornavam o seu trabalho, prejudicavam-lhes os negócios e cujas aspirações comunistas os assustavam, assim como enchiam de espanto o príncipe e a nobreza. Mas a exasperação desses eternos rebeldes continua sendo tanto maior quanto se indignam de ver que, apesar de todos os seus esforços e mesmo quando detêm o poder, a sua situação não melhora. Incapazes de compreender que a natureza do grande comércio e da indústria capitalista condenava-os fatalmente à incerteza do salário e à miséria das crises e do desemprego, acreditavam-se vítimas daqueles "ricos" para quem trabalhavam. Somente quando a ruína da indústria têxtil os obrigou a emigrar em busca de meios de subsistência em outras partes, cessou a luta de que até então foram os indômitos protagonistas.

---

11. "O esforço da plebe da cidade de Ypres permanece fora das portas, e as ditas pessoas cometeram odiosos e horríveis atropelos e conspiraram contra a gente boa da cidade... de tal maneira que, se as portas fossem arrancadas de seus gonzos, as pessoas boas da cidade estariam em perigo de serem assassinadas à noite e roubadas em seus bens." **Bulletin de la Comm. roy. d'hist.,** 5.ª série, t. VII, 1897, p. 28.

12. **Chronique rimée des troubles de Flandre en 1379-1380,** ed. H. Pirenne, p. 38, Gand, 1902.

O espetáculo que oferecem os grandes centros manufatureiros de Flandres foi idêntico em todas as cidades onde a indústria de exportação superou a indústria local. Em Dinant, os batedores de cobre exercem uma influência tão preponderante como a dos tecelões e dos apisoadores em Gand ou em Ypres. Florença, que é ao mesmo tempo uma cidade de banqueiros e de fabricantes de tecidos, viu as massas obreiras arrebatarem o poder às classes capitalistas, após cruenta luta. A rebelião dos Ciompi (1378-1382), dirigida pelos trabalhadores da lã, corresponde às agitações revolucionárias que desenvolvem na mesma época, no Norte, as suas sangrentas peripécias. (*) Não seria exagero dizer que, nas margens do Escalda, assim como nas do Arno, os revolucionários quiseram impor a seus adversários a ditadura do proletariado.

As associações de companheiros

O proletariado, além disso, até fins do século, começa a formar-se no seio daquelas pequenas corporações, cuja organização era inteiramente destinada a salvaguardar a independência econômica dos seus membros. Entre os mestres artesãos e os aprendizes ou os companheiros que empregavam, o acordo durara enquanto estes pudessem, facilmente, elevar-se à condição de mestres. Mas, no dia em que, tendo deixado de aumentar a população, as corporações viram-se obrigadas a estabilizar, por assim dizer, a sua produção, a aquisição da mestria tornara-se mais difícil. A tendência a reservá-la às famílias que a retinham em seu poder manifestara-se por toda espécie de meios: dilatação do aprendizado, aumento das taxas para a obtenção do título de mestre, necessidades da obra-prima como garantia de capacidade de quem aspirava ao referido título. Em uma palavra, cada corporação de artesãos transformava-se, pouco a pouco, numa facção egoísta de patrões desejosos de transmitir a seus filhos ou genros a clientela até então imutável das suas pequenas oficinas.

Não é, pois, de surpreender, que se observe desde meados do século XIV, entre os aprendizes e, sobretudo, entre os companheiros que perdem a esperança de melhorar a sua situação, um descontentamento revelado pelas greves, pedidos de aumento de salário e, enfim, pela reivindicação de

participar ao lado dos mestres, no governo da corporação. Em Liège, disse Jacques de Hemricourt (1333-1403), "quando(...) as corporações se reúnem para a eleição dos seus oficiais, os moços e os aprendizes têm tantos votos quanto os mestres e os chefes de oficinas".[13] Certamente, o companheiro que, outrora, era o auxiliar do mestre, que se associara à sua vida e amiúde contraía matrimônio com pessoa da sua família, recolhia-lhe a herança, tornava-se, pouco a pouco, um simples assalariado. A corporação arrosta, por sua vez, a oposição do capital e do trabalho. O conflito entre patrões e empregados substitui o caráter familial que por tanto tempo nela dominara.

Entre os companheiros, a identidade de interesses e reivindicações fez surgir associações de auxílio mútuo e de defesa que se estendem a várias cidades. São as *compagnonnages* ou *Gesellenverbände*, que aparecem um pouco antes na França, um pouco mais tarde na Alemanha, e cujo objetivo é proporcionar trabalho aos seus membros e, protegê-los contra a exploração dos mestres. A essas organizações de ataque, os mestres respondem, por seu turno, com medidas de defesa interurbanas. Em 1383, os ferreiros de Mogúncia, Worms, Spira, Francoforte, Aschaffenburgo, Bingen, de Oppenheim e Kreuznach celebram uma aliança contra os *Knechten* de suas respectivas corporações, que começam a se agitar.[14]

Revela-se, desse modo, no seio das cidades, um antagonismo econômico e social, cuja generalidade demonstra que provém de causas profundas e permanentes. Mas, por muito forte que tenha sido, não conseguira destruir a ordem estabelecida. Esta era demasiado poderosa para que artesãos e operários a pusessem em perigo. Os descontentamentos urbanos não trataram, senão em certos pontos, de arrastar os campos em seu movimento. Eram tantas as diferenças de espírito, necessidades e interesses que os separavam deles, que não podia existir acordo algum entre pessoas pertencentes a dois mundos distintos. As tentativas revolucionárias das cidades estavam, pois, condenadas a um malogro certo. Os príncipes e a nobreza vieram em socorro de todos os

13. J. de Hemricourt, "Le patron de la temporalité des évêques de Liège", p. 56, t. III, das **Oeuvres de J. Hemricourt**, public. por C. de Borman, A. Bayot e E. Poncelet, Bruxelas, 1931.
14. Kulischer, **op. cit.**, t. I, p. 214.

ameaçados: grandes mercadores, financistas da alta burguesia e mestres-artesãos. Durante o século XV, a onda levantada no século anterior devia cair sobre si mesma e arrebentar-se contra a coalizão fatal de todos os interesses que unira contra si mesma.

II. PROTECIONISMO, CAPITALISMO E MERCANTILISMO [15]

Progresso do protecionismo urbano

Na mesma época em que as corporações de ofícios dominaram ou influenciaram o regime econômico das cidades, o protecionismo urbano atingiu o seu ponto mais alto. Por maior que fosse a divergência dos seus interesses profissionais, todos os agrupamentos industriais estavam de acordo para o apoio, até onde pudessem, ao monopólio de que gozavam e para a destruição de todo intento e possibilidade de concorrência. O consumidor fica, dessa maneira, completamente sacrificado pelo produtor. Para os operários das indústrias de exportação, a alta dos salários, para os artesãos dos mercados locais, o aumento ou pelo menos a estabilização dos preços, constituem a meta que se procura alcançar. Não vendo além do círculo das muralhas da comuna, todos imaginam que bastará, para garantir a sua prosperidade, afastá-la de toda intervenção exterior. O seu particularismo exaspera-se; nunca se revelou com tal excesso o conceito segundo o qual cada profissão é domínio exclusivo de um grupo privilegiado. O que as corporações de ofícios entendem por

---

15. Bibliografia. Ver. o cap. VI, sec. II, nota n.º 7; cap. VII, nota n.º 1. W. Schmidt-Rimpler, **Geschichte des Kommissionsgeschäfts in Deutschland**, t. I, Halle, 1915; A. Schulte, **Geschichte der grossen Ravensburger Handelsgesellschaft, 1380-1530**, Stuttgart, 1923, 3 vols.; W. Stieda, **Briefwechsel eines deutschen Kaufmans im XV. Jahrhundert**, Leipzig, 1921; H. Ammann, **Die Diesbach-Watt Gesellschaft**, Saint-Gall, 1928; A. Grunzweig, **Correspondance de la filiale de Bruges des Medici**, I, Bruxelas, 1931; H. Prutz, **Jacques Couer**, Berlim, 1911; L. Guiraud, "Recherches sur le prétendu rôle de Jacques Couer", em **Mémoires de la Société Archéologique de Montpellier**, 1900; H. Pirenne, **Les étapes de l'histoire sociale du capitalisme**, p. 132, I; J. Strieder, **Studien zur Geschichte kapitalistischer Organisationsformen. Monopole, Kartelle und Aktiengesellschaften im Mittelalter und zu Beginn der Neuzeit**, 2.ª ed., Munique, 1925.

liberdade é, com efeito, o privilégio que lhes garante a situação. Segundo eles, não existe outro direito senão o adquirido. Para cada grupo, a noção do "bem particular" substitui a do "bem comum".

Há provas abundantes deste estado de ânimo. A mais significativa consiste, talvez, nas restrições impostas em todas as partes para a aquisição da burguesia. É claro que cada cidade deseja reservar aos seus burgueses as vantagens que ela lhes assegura. Quanto mais privilegiados, mais renitentes se mostram em repartir com os outros a situação de que desfrutam. Daí, o aumento constante das taxas a pagar para se obter a franquia urbana e as condições cada vez mais numerosas, tais como a legitimidade do nascimento, certificado de origem, atestado de boa conduta, às quais se deve sujeitar para ser digno de tal franquia. Daí, também, que cada ofício seja vedado aos "forasteiros". Daí, a tendência cada vez mais acentuada de fazer, por assim dizer, o vácuo industrial em torno das muralhas da cidade, com o objetivo de garantir a preponderância econômica desta. Sob o pretexto de privilégio ou em virtude de um privilégio arrancado ao príncipe pela rebelião ou, ainda, em troca de dinheiro, é proibido abrir extramuros uma loja ou oficina. Proíbe-se, também, vender na cidade, fora da época da feira, qualquer produto que não tenha sido fabricado dentro dela. A esse respeito, o rigor vai crescendo, ao passo que se acentua o governo "democrático". Em Gand, em 1297, permite-se introduzir tecidos feitos fora, desde que fossem batidos na comuna, mas em 1302, cancela-se essa concessão e, a partir de 1314, proíbe-se o comércio dos tecidos em um raio de cinco milhas ao redor das muralhas. E isso não é vã ameaça. No transcurso do século XIV, verdadeiras expedições armadas percorrem os povoados vizinhos e destroem ou levam os teares e os pisões que descobrem.[16] Em troca, toda grande cidade manufatureira manda fiar a lã por mulheres do campo, reservando a si a tecelagem. Em Florença como em Flandres, as camponesas trabalham para oficinas urbanas e são obrigadas a depositar os fios em armazéns especiais. O direito do mais forte impõe-se sem reservas. As grandes cidades arrogam-se o direito de proibir aos vizinhos a fabricação dos

16. G. Espinas e H. Pirenne, **Recueil de documents relatifs à l'histoire de l'industrie drapière en Flandre,** t. II, pp. 606 e ss.

tecidos mais procurados. É bastante acusá-los de falsificação para livrar-se de sua concorrência. Ypres, Gand e Bruges submetem ao seu controle a indústria de todas as localidades secundárias do condado, em virtude de pretensos "privilégios" que ninguém viu e cuja existência, porém, basta que afirmem. O processo instaurado por Poperinghe contra Ypres, em 1373, ilustra muito bem a situação. Aos tecelões do burgo, que invocam a seu favor "o direito natural que permite a cada um ganhar a vida", os habitantes de Ypres replicam invocando o "direito urbano" que justifica o seu monopólio. [17]

Corporações e capitalistas

Perante os empresários capitalistas, a atitude das corporações é naturalmente de desconfiança. Os grandes comerciantes que dirigiam a indústria têxtil, obrigados a inscrever-se na corporação dos tecelões, tinham que se sujeitar a um regulamento que os reduzia ao simples papel de chefes de oficina. Sem dúvida, a própria índole da grande indústria impunha ao referido regulamento limites que não podia ultrapassar sem provocar ruína imediata. Era impossível impedir que os ricos patrões participassem nos negócios das companhias italianas ou dos mercadores hanseáticos que, em todas as cidades flamengas, foram por eles substituídos como importadores de lã e exportadores de tecidos. A sua qualidade de estrangeiros protege-os contra uma legislação aplicável somente aos burgueses. Não obstante, pouco a pouco, e apesar da alta constante dos salários, as crescentes pretensões dos trabalhadores, a hostilidade dos tecelões e apisoadores, apesar de conservarem, obstinadamente, os mesmos processos técnicos cuja modificação parecia uma violação dos privilégios, a indústria entra em um período de decadência. Alguns operários começam, em 1350, a emigrar para Florença, seduzidos, sem dúvida, pelas promessas dos "factores" italianos e, principalmente, da Inglaterra, onde os reis aproveitam habilmente a situação para aclimatar no seu país a fabricação de tecidos de lã. [18]. A grande ilha, que por tanto tempo

17. **Ibid,** t. III, pp. 168 e ss.

18. Sobre a emigração dos trabalhadores flamengos e brabançöes para Florença, ver A. Doren, **Deutsche Handwerker und Handwerkbruderschaften im mittelalterlichen Italien,** Berlim, 1903; M. Battistini, **La confrérie de Sainte-Barbe des Flamands à Florence,** Bruxelas, 1931; A. Grunzweig, "Les

limitou-se em abastecer a Flandres de matéria-prima, iniciou, então, uma concorrência que, em princípios do século XV, tornara-se irresistível. As mesmas causas produzem em Brabante os mesmos efeitos. Quando notaram isto, já era muito tarde. Em vão Bruxelas permitiu, em 1435, aos fabricantes atacadistas (*grossiers*) que deixassem de fazer parte da corporação dos tecelões.[19]

O particularismo urbano forçou as cidades a impor restrições ao grande comércio, como já havia feito em relação à grande indústria. A decadência das feiras no decorrer do século XIV provocou, sem dúvida, a aversão dos artesãos a uma entidade incompatível com o seu excessivo espírito de protecionismo. Por outro lado, o direito de etapa, em virtude do qual muitas cidades impunham aos mercadores que as atravessavam a obrigação de descarregar os seus fardos e oferecer à venda, aos burgueses, as mercadorias, antes de continuar a viagem, constitui para o trânsito interlocal um impedimento sobre cuja gravidade é inútil insistir. Em outros lugares, a corporação dos barqueiros pretende exercer o direito exclusivo de puxar todos os barcos que, rio acima ou rio abaixo, atingissem a cidade e, às vezes, de alijar a carga para transportá-la nos seus próprios barcos.[20]

Sem dúvida, há exceções à regra. Como o progresso das cidades não foi uniformemente rápido, e como a preponderância das corporações não se exerceu em todas elas com igual intensidade, o protecionismo urbano envolve inúmeras modalidades. Por exemplo, na Alemanha do Sul, onde a grande indústria e o grande comércio começam a florescer somente no século XIV, é muito menos acentuado esse protecionismo do que em regiões como os Países Baixos e a Alemanha renana, que têm um longo passado econômico. Na França e na Inglaterra, o poder real impediu todas as suas conseqüên-

soi-disant statuts de la confrérie de Sainte-Barbe de Florence", em **Bulletin de la Commission royale d'histoire,** t. XCVI, 1932, pp. 333 e ss. Sobre a emigração para a Inglaterra: E. Lipson, **English economic history,** t. I, pp. 309, 399; H. de Sagher, "L'imigration des tisserands flamands et brabançons en Angleterre sons Édouard III", em **Mélanges Pirenne.**

19. G. des Marez, **L'organisation du travail à Bruxelles,** p. 484.

20. G. Bigwood, "Gand et la circulation des grains en Flandre du XIVe au XVIIIe siècle", em **Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte,** t. IV, 1906, pp. 397 e ss.

cias.[21] Na Itália, enfim, o poder do capital era muito grande para lhe impor limites. A única coisa que se pode dizer sem exagero é que, no século XIV, comparado ao anterior, a economia urbana levou ao extremo o espírito de exclusivismo local, inerente à sua natureza.

Novas formas do comércio capitalista

Por mais que a política municipal explorasse e resgatasse o alto comércio em proveito próprio, não podia, entretanto, libertar-se dele, e, além disso, não tencionava fazê-lo, pois, quanto mais rica, povoada e ativa era uma cidade mais indispensável se lhe tornava o comércio. Não provia a alimentação da burguesia e não proporcionava todas as matérias-primas que as corporações elaboravam? Os taberneiros recebiam o vinho por seu intermédio; os vendedores de pescado, o peixe seco e os arenques; os vendedores de especiarias, o açúcar, a pimenta, a canela, o gengibre; os boticários, as drogas farmacêuticas; os sapateiros, o couro; os picheleiros, o chumbo e o estanho; os tecelões, a lã; os apisoadores, o sabão; os tintureiros, o anil, o alume, o pau-brasil etc. Graças a ele, efetuava-se a exportação dos produtos da indústria urbana aos mercados do exterior. Desta atividade tão múltipla e essencial, as cidades só podiam regulamentar as formas, no interior das suas muralhas. Sua expansão interlocal, os recursos que a fomentavam, a circulação, o crédito, em uma palavra, toda a organização econômica, cujo funcionamento determinava o grande tráfico, permanecia fora do seu alcance. Neste domínio tão extenso manifestava-se exclusivamente a intervenção do capitalismo. Dominava na grande navegação como nos transportes por terra e em todos os negócios de importação e exportação. Difundia-se através de toda Europa, impregnando, por assim dizer, com o seu ambiente, as cidades entre as quais estendia a sua ação como o mar estende as águas entre as ilhas.

Um dos fenômenos mais assombrosos dos séculos XIV e XV é o rápido crescimento de grandes sociedades comerciais providas de "filiais", correspondentes e "corretores" nas re-

21. Ver o cap. VII, sec. I. A ordenação de 1351, na França, que se propunha suprimir as corporações, esforça-se por diminuir a sua ação sobre a liberdade do trabalho, com o objetivo de provocar uma baixa nos preços.

giões mais diversas. O exemplo proporcionado um século antes pelas poderosas companhias italianas propagou-se ao norte dos Alpes. Elas ensinaram o manejo de capitais, a escritução dos livros e os processos de crédito. Embora continuassem dominando o comércio do dinheiro, achavam-se, agora, à sua frente, rivais em número crescente no comércio de mercadorias. Basta citar, na Alemanha, empresas comerciais como a do habitante de Lubeck, Hildebrando Veckinchusen, cujos negócios se estendiam desde Bruges até Veneza e até os confins do mar Báltico, ou como a *Grosse Ravensburger Gesellschaft*, que possuía correspondentes em toda Europa Central, na Itália e na Espanha. A França e a Inglaterra, a primeira arruinada, a segunda absorvida pela Guerra dos Cem Anos, não desdobravam tanta energia na expansão do capital.

Mas a Itália continuava, porém, ocupando o primeiro lugar, por sua vitalidade. Outras casas substituem as grandes firmas, cujas bancarrotas transtornaram o comércio em meados do século XIV. A mais célebre, a dos Medici, oferecerá, no século XV, o espetáculo de uma potência financeira como o mundo nunca vira outra, até então. (*)

O impulso capitalista deste fim da Idade Média revela-se por indícios que demonstram o seu vigor. A taxa de juro, que se mantivera em geral, aproximadamente, de 12 a 14%, baixa, a partir do século XV, para 10 e 5%. O funcionamento do crédito aperfeiçoa-se por meio de novidades tais como a aceitação de letras e do protesto. Em Gênova, a *Casa di San Giorgio*, fundada em 1407, aparece como o primeiro Banco dos tempos modernos, e pode-se comparar a cotação das ações por sua influência sobre a situação financeira, com os consolidados ingleses dos séculos XVII e XVIII.[22] Outros Bancos, como o dos Centurioni, de Gênova, o dos Soranzo, de Veneza, e o dos Medici, de Florença, combinam o comércio do dinheiro com o de mercadorias e rivalizam com aquela pelo menos na amplitude dos seus capitais e das suas operações.[23]

---

22. J. Kulischer, **op. cit.**, t. I, p. 347.

23. Os arquivos do mercador Francesco Datini (morto em 1410), conservados no hospital de Prato, perto de Florença, e que contêm mais de 100 000 cartas que representam a sua correspondência com os seus "corretores" ou clientes da Itália, Espanha, África, França e Inglaterra, demonstram por seu volume a importância das casas italianas daquela época. G. Livi, **Dall'archivio de Francesco Datini**, Florença, 1910.

Formação de uma nova classe de capitalistas

Todo este movimento é impulsionado por uma classe de homens novos cuja aparição é contemporânea à transformação da economia urbana sob a influência das corporações de ofícios. Esta coincidência não se deve, certamente, à casualidade. Os antigos patrícios das cidades, desapossados do poder e desorientados pelas novas condições que se impunham à vida econômica, transformaram-se, com poucas exceções, em uma classe de capitalistas que viviam das rendas das casas e das terras, para cuja aquisição sempre dedicaram parte dos seus cabedais. Em seu lugar, os novos-ricos constituem em moderno grupo de capitalistas que, não tendo as peias da tradição, aceitam sem dificuldade as mudanças na ordem das coisas. Na maioria são "corretores", agentes comerciais, às vezes artífices abastados a quem os progressos do crédito, da especulação e da circulação abre-lhes carreira.[24] Mas, muitos, também, que se enriqueceram a serviço dos príncipes, empregam sua fortuna nos negócios.

Os progressos da administração, os crescentes gastos exigidos pelos exércitos mercenários e o emprego das armas de fogo, obrigaram, com efeito, os reis, como os grandes senhores latifundiários, a rodearem-se de um grupo de conselheiros e agentes de toda espécie a quem se confiam os empregos que a nobreza deprecia por serem indignos dela ou por incapacidade em desempenhá-los. O manejo das finanças era a sua ocupação principal, e contanto que conseguissem encontrar para o tesouro do seu amo os recursos de que careciam constantemente, este fechava os olhos às riquezas que a cunhagem das moedas, a celebração dos contratos com os fornecedores do

---

24. Ver, por exemplo, G. Yver, **De Guadagnis, mercatoribus florentinis Lugduni commorantibus,** Paris, 1902; M. Jansen, **Studien zur Fuggergeschichte. I. Die Anfänge der Fugger,** Leipzig, 1907; A. H. Johnson, "English nouveaux--riches in the XIV century", em **Transactions of the Royal historical Society,** New series, XV, 63; E. Coornaert, **La Draperie-Sayetterie d'Hondschoote,** pp. 362, 411, 445, observa que "desde os séculos XV ao XVI haviam saído das famílias 'pobres' ou 'muito pobres' industriais têxteis e mercadores que estavam colocados em primeiro lugar na fabricação de saiais". A partir do século XIV, alguns nobres começam, nos Países Baixos, a ocupar-se de negócios comerciais. A. de Chestret, "Renaud de Schoenau", em **Mémoires de l'Académie royale de Belgique,** Bruxelas, 1892. Em princípios do século XV, Henri de Borselen, senhor de Veere, manda construir vários navios que trafegam por sua conta. Z. W. Sneller, **Walcheren in de XVe eeuw,** Utrecht, 1916.

exército, os banqueiros e os capitalistas de todo naipe que gravitavam em torno deles, permitiam granjear com freqüência. Jacques Coeur é o representante mais ilustre desta categoria de novos-ricos. (*) Mas ao seu redor abundam outros, como Guilherme de Duvenvoorde, homem de confiança do duque de Brabante, cuja riqueza foi o ponto de partida da fortuna da família Nassau, ou como Nicolau Rolin e Pedro Bladelin, que deveram a sua opulência aos próprios encargos junto ao duque de Borgonha, Filipe, o Bom; (*) enfim, como os Semblançay ou os d'Orgemont, na corte do rei da França, e muitos outros.[25]

O abastecimento das cortes soberanas, cujo luxo aumenta proporcionalmente ao seu poder, e o fornecimento dos exércitos oferecem uma oportunidade para realizar ótimos negócios. Em 1388, um mercador parisiense, Nicolas Boullard, pagou 100 000 escudos de ouro para ser o fornecedor das tropas recrutadas por Carlos VI para a expedição de Gueldre.[26] Um habitante de Luca, Dino Rapondi, transformou-se em credor por excelência da corte de Borgonha.[27] Em todas as partes, a posição dos financeiros aumentou entre o séquito dos chefes de governo, e a mais alta aristocracia admite-os e realça-lhes o prestígio social em troca dos seus serviços.

Os príncipes e os capitalistas

Seja qual for a variedade das suas origens, os capitalistas dos séculos XIV e XV têm por força que recorrer aos príncipes. Entre estes e aqueles se estabelece uma verdadeira solidariedade de interesses. De uma parte, sem a intervenção constantes dos financistas, os príncipes não poderiam cobrir os gastos públicos nem os privados; mas, de outra, os grandes mercadores, os banqueiros e armadores contam com os príncipes para protegê-los contra os abusos do particularismo

---

25. J. Cuvelier, "Les origines de la fortune de la maison d'Orange-Nassau", em **Mémoires de l'Académie royale de Belgique**, 1921; L. Mirot, **Une grande famille parlementaire au XIVe et au XVe siècle. Les d'Orgemont, leur origine, leur fortune** etc., Paris, 1913; A. Spont, **Semblançay. La bourgeoisie financière au début du XIVe siècle**, Paris, 1895.

26. **Chronique du religieux de Saint-Denys**, ed. Bellaguet, t. I, p. 533. Em 1383, este mercador já havia fornecido o trigo necessário para a alimentação das tropas reais. **Ibid.**, p. 265.

27. L. Mirot, **Études lucquoises**, Paris, 1930.

municipal, para reprimir as insurreições urbanas, para garantir a circulação do seu dinheiro e das suas mercadorias. As perturbações sociais e as tendências comunistas amedrontam a todos os que têm "algo a perder" e os impelem ao poder soberano, seu único refúgio. Os próprios artesãos, ameaçados pelos "companheiros", nele encontram o seu protetor, uma vez que é o protetor da ordem.

O particularismo urbano, tão odioso para os príncipes, por motivos políticos, não o é menos por motivos econômicos, para todos aqueles, cujos negócios ou interesses tal particularismo embaraça. Em Flandres, as pequenas cidades suplicam ao conde para protegê-las contra a tirania das grandes. É mais característico ainda vê-lo intervir em favor da indústria rural que as grandes cidades haviam, até então, perseguido implacavelmente. A partir do reinado de Luís de Male (1346-1384) multiplicam-se as concessões que outorgam o direito de fabricar tecidos a muitas aldeias ou senhorios. Ao lado da fabricação privilegiada que, nos grandes centros manufatureiros, começa a decair, desenvolve-se sobremaneira a nova indústria têxtil, diferente da primeira tanto por sua técnica como pelas condições de que goza então o trabalho. A lã da Espanha substitui a inglesa, que se torna cada vez mais rara, ao passo que a Inglaterra a reserva para os seus próprios tecelões, e a produção já não consiste em tecidos de luxo, mas em tecidos leves e baratos. Mas principalmente a liberdade substitui o privilégio no regime do trabalho. As corporações de ofícios não existem ou, se existem, são acessíveis a todos. Esta novel indústria compesina apresenta, pois, claramente, o aspecto de uma indústria capitalista. O rigor da legislação municipal é substituído por um sistema de maior flexibilidade, no qual o trabalhador celebra um contrato com o patrão e discute com ele o seu salário. Nada ou quase nada subsiste da economia urbana. O capital ao qual estorva, inicia, por meio da indústria rural, o poder que desenvolverá no século XVI.[28]

---

28. H. Pirenne, "Une crise économique au XVIe siècle. La draperie urbaine et la nouvelle draperie en Flandre", em **Bull. de la Classe des Lettres de l'Acad. Royale de Belgique,** 1905; E. Coornaert. **La Draperie-Sayetterie d'Hondschoote** (ver cap. IV, nota n.º 7); compare-se, em relação à Inglaterra, o controle que exerciam os "clothiers" sobre a indústria têxtil a partir do fim do século XIV. E. Lipson, **op. cit.,** pp. 414 e ss.

Observa-se o mesmo espetáculo nas outras indústrias novas que aparecem no século XIV, tais como as de fabricação das tapeçarias e dos tecidos de linho, assim como as primeiras fábricas de papel, difundidas por toda parte, na mesma época. [29]

Intervenção do Estado na vida econômica

Favorecendo o progresso do capitalismo, reis e príncipes não agiram somente em virtude de considerações financeiras. O conceito de Estado, que começa a se formar à medida que aumenta o seu poder, leva-os a considerar-se protetores do "bem comum". Este século XIV, que viu o particularismo urbano chegar ao apogeu, permite-nos assistir, também, ao aparecimento do poder soberano na história econômica. Até então, não interviera senão de maneira indireta, ou melhor, em razão das suas prerrogativas judiciais, financeiras e militares. Embora tenha protegido os mercadores, como guardião da paz pública, embora haja explorado o comércio por meio das portagens, e embargado, em caso de guerra, os navios inimigos, ou promulgado interrupções de tráfico, em compensação deixara certa independência à atividade econômica dos súditos. Somente as cidades legislavam e regulamentavam essa matéria. Mas a sua competência, por um lado, ficava circunscrita aos limites dos arredores e, por outro, o seu particularismo lançava-as umas contra as outras, impedindo-as de tomar medidas que, favorecendo o interesse geral, prejudicassem os interesses particulares. Somente os príncipes podiam chegar à compreensão de uma economia territorial que abrangesse as economias urbanas e as submetesse ao seu controle. Sem dúvida, o fim da Idade Média está longe de revelar, a este respeito, uma orientação definida e uma política consciente do propósito que se procura realizar. Nela não se distinguem, na maioria dos casos, senão tendências intermitentes. Entretanto, são de tal índole que é impossível duvidar que o Estado, tendo força para fazê-lo, não tomasse, pouco a pouco, o caminho do mercantilismo. Essa palavra não se pode empregar aqui sem amplas restrições. Mas, por estranho que seja, ainda, aos governos do fim do século XIV

29. A. Blum, "Les premières fabriques de papier en Occident", em **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions**, 1932.

e princípios do XV, o conceito de uma economia nacional, o certo é que a sua conduta revela o desejo de proteger a indústria e o comércio dos seus súditos contra a concorrência externa, e mesmo, em alguns casos, de introduzir, na região, novas formas de atividade. Inspiraram-se, a esse respeito, no exemplo das cidades. Sua política é, no fundo, unicamente, uma política urbana estendida até os limites do Estado. Da política urbana conserva o caráter essencial: o protecionismo. Inicia-se a evolução que, por fim, rompendo com o internacionalismo medieval, impregnara os Estados de um particularismo tão exclusivo como o foi o das cidades durante séculos.

Princípio de uma política mercantilista

Os primeiros indícios desta evolução revelam-se na Inglaterra, isto é, na região que desfruta de uma unidade de governo mais forte do que qualquer outra. Na primeira metade do século XIV, Eduardo II pensou em proibir a importação de tecidos estrangeiros, com exceção dos destinados à nobreza. Eduardo III introduziu no reino, a partir de 1331, alguns tecelões flamengos. Mais significativa ainda é a promulgação, em 1381, de um ato que reservava a navegação da região aos barcos ingleses e que era como uma longínqua antecipação, cuja realização era impossível naquela época, do célebre Ato de Navegação de Cromwell. O movimento acelera-se e acentua-se no século XV. Em 1455, a introdução dos tecidos de seda é proibida em favor dos artesãos nacionais; em 1463, proíbe-se aos estrangeiros exportar lã; em 1464, a proibição da entrada dos tecidos do Continente anuncia a política francamente protecionista e mercantilista de Henrique VII (1485-1509), o primeiro rei moderno da Inglaterra. Esta transformou-se, resolutamente, num país onde a indústria domina a agricultura. [30]

Tais medidas provocaram, naturalmente, represálias nos Países Baixos, uma vez que prejudicavam a sua manufatura mais importante. O príncipe que acaba de reunir sob o seu cetro os diversos territórios, o duque de Borgonha, Filipe, o

30. E. Lipson, **op. cit.**, p. 502. Sobre a política protecionista de Eduardo IV (1461-1483), ver F. R. Salter, "The Hanse, Cologne and the crisis of 1468". em **The economic history review**, 1931, pp. 93 e ss.

Bom (1419-1467), replica, proibindo, por sua vez, a importação de tecidos ingleses. Nesta terra de trânsito que domina, a política econômica não pode, todavia, reduzir-se a um mero protecionismo. O duque dedicou-se a impulsionar a incipiente marinha da Holanda e a deixá-la em condições de empreender contra a Hansa teutônica a concorrência que triunfará no século seguinte.[31] Contribui para o desenvolvimento da Marinha e da pesca holandesas, favorecida a segunda pela invenção, em 1380, do barril de arenques, salgados, e a do porto de Antuérpia, que, desde então, arrebata a Bruges a sua preponderância. Um século mais tarde, Antuérpia tornou-se a maior praça de comércio do mundo. (*)

Arruinada pela Guerra dos Cem Anos, a França teve que esperar o reinado de Luís XI para sentir, por seu turno, os efeitos da política real, que se esforçou com a energia e habilidade de todos conhecidas, em produzir o seu renascimento econômico. (*) Ao mesmo tempo que garante o predomínio da feira de Lião sobre a de Gênova, fecha a Bergonha real ao sal de Salins (no Franco-Condado), trata de aclimatar o bicho-da-seda no reino e de introduzir a mineração no Delfinado, o rei pensa em organizar na sua embaixada de Londres uma espécie de exposição, a fim de que os ingleses "vejam com os seus próprios olhos que os mercadores da França são tão poderosos como os das demais nações para abastecê-los".[32] (*)

A anarquia política da Alemanha não lhe permitiu imitar a conduta das suas vizinhas ocidentais, pois carecia, então, de um governo central. A expansão capitalista manifestada naquela época nas cidades do Sul, em Nuremberg, e, sobretudo, em Augsburgo, e que promove a prosperidade das minas do Tirol e da Boêmia, nada deve à influência do Estado.

Quanto à Itália, dividida entre os príncipes e as repúblicas que lutam pela preponderância, continuou dividida em territórios econômicos independentes, entre os quais, pelo

31. F. Vollbehr, **Die Holländer und die deutsche Hanse**, Lubeck, 1930.
32. De Maulde, "Un essai d'exposition internationale en 1470", em **Comptes rendus des séances de l'Académie de Inscriptions**, 1889. Sobre a política econômica de Luís XI, ver, de La Roncière, "Première guerre entre le protectionnisme et le libre-échange", em **Revue des questions historiques**, tomo LVIII, 1895; P. Boissonnade, **Le socialisme d'État. L'industrie et les classes industrielles en France pendant les deux premières siècles de l'ère moderne (1453-1651)**, Paris, 1927.

menos dois, Veneza e Gênova eram, graças aos seus estabelecimentos do Levante e do mar Negro, verdadeiras potências mercantis. Além disso, a supremacia italiana continuou sendo tão grande no setor bancário e nas indústrias de luxo, que se conservou, apesar do fracionamento político, no resto da Europa, até o dia em que o descobrimento de novas vias para as Índias desviou a grande navegação e o grande comércio das costas do Mediterrâneo para o Atlântico.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Não existe uma coletânea de fontes bibliográficas especialmente dedicada à história econômica e social. Têm-se publicado e continua-se a publicar, cada vez mais, numerosos documentos relativos àquela: polípticos, registros e delimitação de terras, *urbare*, registros, *Weistümer*, regulamentos industriais, contas de administrações, públicas ou privadas, correspondências etc. Seria inútil enumerá-los. O leitor achá-los-á mencionados, segundo as regiões e as épocas, nas obras adiante citadas.

Além disso, ter-se-ia que acrescentar a estas fontes especiais, o conjunto das fontes da história geral, se se pretendesse proporcionar uma coleção dos textos que o historiador tem que consultar, para estudar o tema de que aqui se trata. No que se refere à época medieval, extraímos grande parte dos nossos materiais de anais, crônicas, memórias e dos atos públicos e privados, assim como dos escrivães, registros, das compilações de costumes etc. A bibliografia da história econômica e social alargar-se-ia de tal forma, se tentada, que abrangeria toda a bibliografia referente à história da Idade Média.

Contentar-nos-emos, pois, em indicar os trabalhos modernos que estudam o movimento econômico e social durante a Idade Média ou grande parte deste período, seja em geral ou em um país, e as obras em que se considere o conjunto de uma manifestação particular do referido movimento.

ESTUDOS GERAIS

K. Bücher, **Die Entstehung der Volkswirtschaft,** 1893, Tubinga, 7.ª ed., 1910.

W. Cunningham, **An essay on western civilisation in its economic aspects,** Cambridge, 1898-1900, 2 vols.

M. Kowalewsky, **Die ökonomische Entwickelung Europas bis zum Beginn der kapitalistischen Wirtschaftsform** (trad. alem.), Berlim, 1901-1914, 7 vols.

A. Dopsch, **Wirtschaftliche und soziale Grundlagen der Europäischen Kukurentwickelung aus der Zeit von Caesar bis auf Karl den Grossen,** Viena, 2.ª ed., 1923-1924, 2 vols.

R. Kötzschke, **Allgemeine Wirtschaftsgeschichte des Mittelalters,** Iena, 1924.

J. Kulischer, **Allgemeine Wirtschaftsgeschichte des Mittelalters und der Neuzeit,** Munique-Berlim, 1928-1929, 2 vols.

J. W. Thompson, **An economic and social history of the Middle Ages,** Nova Iorque-Londres, 1928-1931, 2 vols.

M. Knight, **Histoire économique de l'Europe jusqu'à la fin du Moyen Age** (tradução francesa). Paris, 1930.

ESTUDOS POR PAÍSES

ALEMANHA

K. T. von Inama-Sternegg, **Deutsche Wirtschaftsgeschichte,** Leipzig, 1879-1901, 4 vols., reed. do t. I em 1909.

K. Lamprecht, **Deutsches Wirtschaftsleben im Mittelalter. Untersuchungen über die Entwickelung der materiellen Kultur des platten Landes... zunächst des Mosellands,** Leipzig, 1886, 4 vols.

Th. von der Goltz, **Geschichte der deutschen Landwirtschaft,** Stuttgart, 1902--1903, 2 vols.

BÉLGICA:

L. Dechesne, **Histoire économique et sociale de la Belgique,** Paris-Liège, 1932.

FRANÇA:

H. Pigeonneau, **Histoire du commerce de la France,** Paris, 1885-1889, 2 vols.

E. Levasseur, **Histoire du commerce de la France,** t. I, Paris, 1911.

— **Histoire des classes ouvrières et de l'industrie en France avant 1789,** Paris, 2.ª ed., 1901.

H. Sée, **Esquisse d'une histoire économique et sociale de la France, des origines jusqu'à la guerre mondiale,** Paris, 1929.

— **Les classes rurales et le régime domanial en France au Moyen Age,** Paris, 1901.

G. d'Avenel, **Histoire économique de la propriété, du salaire et des prix** (en France), Paris, 1894-1912, 6 vols.

M. Bloch, **Les caractères originaux de l'histoire rurale française,** Paris, 1931.

INGLATERRA:

W. J. Ashley, **An introduction to English economic history and theory,** Londres, 1888-1893, 2 vols.

W. Cunningham, **The growth of English industry and commerce,** t. I, **Middle Ages,** Cambridge, 5.ª ed., 1910.

E. Lipson, **Economic history of England,** Londres, t. I, 5.ª ed., 1929.

J. E. T. Rogers, **History of agriculture and prices in England,** ts. I-III, Oxford, 1866-1892.

I. F. Salzmann, **English industries of the Middle Ages,** Londres, 2.ª ed., 1923.

ITÁLIA:

G. Arias, **Il sistema della costituzione economica e sociale italiana nell'età dei comuni,** Turim-Roma, 1905.

G. Yver, **Le commerce et les marchands dans l'Italie méridionale au XIIIe et au XIVe siècle,** Paris, 1903.

ESTUDOS DE TEMAS GERAIS

W. Heyd, **Histoire du commerce du Levant au Moyen Age,** ed. fr., de Furcy--Raynaud, Leipzig, 1885-86, 2 vols. (Reimpressão de 1923.)

A. Schaube, **Handelsgeschichte der romanischen Völker des Mittelmeergebiets bis zum Ende der Kreuzzüge,** Munique-Berlim, 1906.

L. Goldschmidt, **Universalgeschichte des Handelsrechts,** t. I, Stuttgart, 1891.

P. Huvelin, **Essai historique sur le droit des marchés et des foires,** Paris, 1897.

P. Boissonnade, **Le travail dans l'Europe chrétienne au Moyen Age,** Paris, 1921.

A. Schulte, **Geschichte des Mittelalterlichen Handels und Verkehrs zwischen Westdeutschland und Italien,** Leipzig, 1900, 2 vols.

W. Sombart, **Der Moderne Kapitalismus,** Leipzig, 2.ª ed., 1916-1927, 4 vols.

— **El apogeo del capitalismo,** Fondo de Cultura Económica, México, 1946.

REVISTAS

Vierteljahrschrift für Sozial und Wirtschaftsgeschichte, herzg. von H. Aubin, Leipzig (de 1893 a 1900, sob o título: **Zeitschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte.**)

Revue d'histoire économique et sociale, Paris, desde 1913.

The economic history review, ed. por E. Lipson, R. H. Tawney, J. de L. Mann, Londres, desde 1927.

Journal of economic and business history, ed. por E. F. Gay e N. S. B. Gras, Harvard University, desde 1928.

Annales d'histoire économique et sociale, ed. por M. Bloch e L. Febvre, Paris, desde 1929.

É óbvio acrescentar que a história econômica ocupa um lugar cada vez mais amplo em todas as revistas históricas.

ANEXO BIBLIOGRÁFICO E CRÍTICO

Nestas páginas, empregaremos as seguintes abreviações e siglas:

AESC — **Annales. Économies-Sociétés-Civilisations.**
AHES — **Annales d'histoire économique et sociale.**
AHS — **Annales d'histoire sociale.**
EHR — **Economic History Review.**
HG — **Hansische Geschichtsblätter.**
JNÖS — **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik.**
MA — **Le Moyen Age.**
MHS — **Mélanges d'histoire sociale.**
RBPH — **Revue belge de philologie et d'histoire.**
RH — **Revue historique.**
RHES — **Revue d'histoire économique et sociale.**
RN — **Revue du Nord.**
Settimane — **Settimane di studio del centro italiano di studi sull'alto medioevo, Spoleto.**
Spec. — **Speculum.**
Studien — **Studien zu den Anfängen des europäischen Städtewesens,** Reichenau-Vorträge, 1955-1956, Lindau-Constance, 1958.
VSWG — **Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte.**

BIBLIOGRAFIA GERAL

ESTUDOS GERAIS

H. Sieveking, **Wirtschaftsgeschichte**, Berlim, 1935.

H. Heaton, **Economic History of Europe**, Nova Iorque-Londres, 1936. — Tradução francesa. **Histoire économique de l'Europe. I, Des origines à 1750**, Paris, 1950.

Sh. B. Clough-Ch. W. Cole, **Economic History of Europe**, 1941 — 3.ª edição: Boston, 1952.

J. W. Thompson, **Economic and Social History of the Middle Ages (300-1300)**, 2 vols., 1928-1931. — Nova edição: Nova Iorque, 1959.

— **Economic and Social History of Europe in the Later Middle Ages (1300-1530)**, 1931. Nova edição: Nova Iorque, 1960.

J. Kulischer. **Allgemeine Wirtschaftsgeschichte des Mittelalters und der Neuzeit**, 2 vols., 1928-1929. — Nova edição: Munique-Berlim, 1954.

The Cambridge Economic History of Europe. I, **The Agrarian Life of the Middle Ages**, 1942; II, **Trade and Industry in the Middle Ages**, 1952; III, **Economic Organization and Policies in the Middle Ages**, 1961.

R. Latouche, **Les origines de l'économie occidentale (IVe-XIe siècle)**, Paris, 1956. "L'Évolution de l'Humanité."

M. Postan, "Histoire économique. Moyen Age" (IX Congresso Internacional de Ciências Históricas, I, **Rapports**, Paris, 1950, pp. 225-241. — Em inglês).

— Die wirtschaftlichen Grundlagen der mittelalterlichen Gesellschaft (JNÖs, 166, 1954, p. 180 e ss. — Semelhante — substancialmente à precedente).

A. Sapori, "Histoire sociale. Moyen Age" (IX Congresso Internacional de Ciências Históricas, I, **Rapports**, Paris, 1950, pp. 280-295).

M. Mollat, P. Johansen. M. Postan, A. Sapori e Ch. Verlinden, "L'économie européenne aux deux derniers siècles du Moyen Age" (**Comitato Internazionale di Scienze Storiche. X Congresso Internazionale de Scienze Storiche**, Roma, 1955, Florença, 1954, VI, pp. 903-957).

ESTUDOS POR PAÍSES

ALEMANHA

H. Bechtel, **Wirtschaftsgeschichte Deutschlands**, I, Munique, 1951 (= Das origens ao fim da Idade Média).

Fr. Lütge, **Deutsche Sozial- und Wirtschaftsgeschichte**, Berlim-Gotinga-Heidelberg, 1952 — 2.ª edição: 1960.

H. Mottek, **Wirtschaftsgeschichte Deustschlands. Ein Grundriss.** I, Von den Anfängen bis zur Zeit der Französischen Revolution, Berlim, 1959 (ponto de vista marxista).

FRANÇA

H. Sée, **Französische Wirtschaftsgeschichte**, I (Iena, 1930. — Edição do texto original francês: **Histoire économique de La France. I. Le Moyen Age et l'ancien régime**, Paris, 1958).

GRÃ-BRETANHA

J. Clapham, **A concise economic History of Britain**, Cambridge, 1949.

W Stanford Reid, **Economic History of Great Britain**, Nova Iorque, 1954.

ITÁLIA

A. Doren, **Italienische Wirtschaftsgeschichte**, I, Iena, 1934. — Tradução italiana, com bibliografia ampliada: Pádua, 1937.

G. Luzzatto, **Storia economica d'Italia.** I, **L'antichità e il medioevo**, Roma, 1949. — **Breve storia economica d'Italia della caduta dell'impero romano al principio del Cinquecento**, Turim, 1958.

PAÍSES BAIXOS

J. F. Niermeyer, **De wording van onze volkshuishouding**, Haia, 1946 (= A gênese de nossa economia nacional).

BÉLGICA

J. A. Van Houtte, **Esquisse d'une histoire économique de la Belgique**, Louvain, 1943 (referente, sobretudo, aos períodos moderno e contemporâneo).

ESTUDOS DE ASSUNTOS GERAIS

J. Lacour-Gayet, **Histoire du commerce**, 5 vols., S.P.I.D., 1950-1952.

R. Grand, com a colaboração de R. Delatouche, **L'agriculture au Moyen Age, de la fin de l'Empire romain au XVIe siècle**, Paris, 1950. — T. III de **L'agriculture à travers les Ages**. Coleção fundada por Em. Savoy.

B. H. Slicher Van Bath, **De agrarische geschiedenis van West-Europa (500-1850)**, Utrecht-Anvers, 1960 (= História agrária da Europa ocidental, 500-1850).

REVISTAS

Annales d'histoire économique et sociale, Paris. Revista fundada em 1929 e dirigida por M. Bloch († 1944) e L. Febvre († 1956). A revista mudou diversas vezes de título: **Annales d'histoire sociale** (de 1939 a 1941, e em 1945), **Mélanges d'histoire sociale** (de 1942 a 1944), **Annales. Économies-Sociétés-Civilisations** (desde 1946).

Rivista de storia economica, ed. por L. Einaudi, Turim, desde 1936. Deixou de ser publicada em 1943.

Economia e Storia. Rivista italiana di storia economica e sociale, Milão, desde 1954.

The Journal of Economic History, ed. por F. C. Lane, desde 1941.

Zeitschrift für Agrargeschichte und Agrarsoziologie, ed. por G. Franz, Frankfurt-Am-Main, desde 1953.

INTRODUÇÃO

P. 7 — Nesta primeira parte da introdução, Pirenne lembra as idéias relativas ao fim do mundo antigo e ao início da Idade Média, expostas, a partir de 1922, em diferentes artigos (reimpressos no volume póstumo H. Pirenne, **Histoire économique de l'Occident médiéval**, pp. 62-154), que deveria desenvolver na célebre obra, publicada após sua morte, **Mahomet et Charlemagne**, Paris-Bruxelas, 1937. Na sua opinião, as invasões germânicas não quebraram a unidade do mundo antigo, nem destruíram nenhum elemento essencial da cultura romana. Foi o Islão que, apoderando-se do litoral sul do Mediterrâneo, forçou o mundo cristão ocidental a voltar-se para o Norte, e que lhe impôs um caráter continental. Se abstrairmos Maomé e as invasões muçulmanas, não poderemos compreender a sociedade e o Estado carolíngio.

Poucas teses tiveram uma repercussão tão considerável. Os estudos provocados direta ou indiretamente pelo de Pirenne são extremamente numerosos, a ponto de, a intervalos mais ou menos próximos, parecer necessário atualizá-los. Citamos aqui, entre os resumos sobre a literatura do problema "Maomé e Carlos Magno", surgidos nos últimos anos:

A. Riising, "The Fate of Henri Pirenne's Theses on the Consequences of the Islamic Expansion", **Classica et Medievalia**, XIII, 1952, pp. 87-130; R. S. Lopez, "East and West in the early Middle Ages. Economic Relations", Comitato Internazionale di Scienze Storiche, X Congresso, Roma, 1955. **Relazioni**, III, pp. 113-163, em particular pp. 129-147; A F. Havighurst, **The Pirenne Thesis: Analysis, Criticism and Revision**, Boston, 1958; Ch. Verlinden, Henri Pirenne, **Architects and Craftsmen in History. Festschrift für Abbott Payson Usher**, Tubinga, 1958, pp. 85-100, em particular pp. 96-100; Br. Lyon, "L'oeuvre de Henri Pirenne après vingt-cinq ans", **MA**, LXVI, 1960, pp. 437-493, em particular pp. 473-491.

É geralmente admitido que a maioria dos trabalhos relativos ao problema "Maomé e Carlos Magno" enfraqueceram a tese de Pirenne. Todavia, é preciso esclarecer este ponto. Lopez observara a esse respeito: "Do ponto de vista da história da cultura pode-se admitir, com Pirenne, que, se as invasões germânicas não inauguraram uma nova era, não se dá o mesmo com as invasões árabes." R. S. Lopez, "Mohammed and Charlemagne: a Revision", **Spec.**, XVIII, 1943, p. 14. A própria crítica forneceu os argumentos para apoiar a tese. Pirenne acreditara, de fato, poder defender esta tese numa ampla medida, por meio de considerações de ordem econômica. Ora, pareceu que os fatos por ele invocados, podem, em muitos casos, dar lugar a uma interpretação diferente.

Como o problema "Maomé e Carlos Magno" intervém unicamente na introdução, e não diz respeito ao corpo da presente obra, limitar-nos-emos a destacar alguns pontos que aí estão expressamente mencionados. Agruparemos ao redor deles os principais resultados da discussão.

Não é inútil observar que certos trabalhos que citaremos, longe de enfraquecer uniformemente os pontos de vista de Pirenne, em muitos casos se contradizem mutuamente em suas conclusões.

P. 7-8 — "... **uma vida econômica, que deve ser vista, sem a menor sombra de dúvida, como um prolongamento direto da Antigüidade. Basta recordar, aqui, a atividade da navegação síria do século V ao VIII, entre os portos do Ocidente e os do Egito e Ásia Menor**..."

Ver, a este respeito, o importante artigo de P. Lambrechts, "Le commerce des Syriens en Gaule", **L'Antiquité classique**, VI, 1937, pp. 35-61; na Gália, sob os Merovíngios, os sírios eram mais numerosos que na época romana e as importações de produtos orientais mais consideráveis. Num segundo trabalho, o mesmo autor insiste sobre a recuperação da prosperidade da Gália Meridional no século V: "Les thèses de Henri Pirenne sur la fin du monde antique et les débuts du Moyen Age", **Byzantion**, XIV, 1939, pp. 513-536, em particular p. 526. — Ph. Grierson, ao contrário, é de opinião que o comércio foi, nos primeiros séculos da Idade Média, muito menos importante do que acreditaram Pirenne e seus contraditores: os bens mudavam de proprietário não em conseqüência da venda, mas de transações de um outro gênero, de doações, por exemplo: "Commerce in the Dark Ages: a Critique of the Evidence", **Trans. Roy. Hist. Soc.**, 5th Series, 9, 1959, pp. 123-140.

P. 10 — "... **uma circulação que, desde o litoral, se propagava para o Norte ou pelo menos até o vale do Reno, onde introduzia o papiro, as especiarias, os vinhos orientais e o azeite que desembarcavam nas costas do Mediterrâneo.**"

Em **Maomé e Carlos Magno** (pp. 149-153), Pirenne fez valer, em particular, como resultado admirável das invasões muçulmanas, o desaparecimento, no Ocidente, do papiro, das especiarias, da seda e do ouro. Estas opiniões provocaram numerosas críticas. Lopez, **op. cit.**, pp. 15 e seg., demonstrou que este desaparecimento ou rarefação não teve lugar na mesma época, nem para os diferentes objetos de comércio, nem para um mesmo objeto nas diferentes regiões da Europa. O papiro, do qual os Merovíngios deixaram de fazer uso em 692, foi ainda utilizado pela chancelaria pontificial durante três séculos: este ponto de vista foi retomado por E. Sabbe, em "Papyrus et parchemin au haut Moyen Age", **Miscellanea Leonis Van der Essen**, I, 1947, pp. 95-103, onde o autor insiste, além disso, sobre o volume restrito que representava o papiro

importado. Já anteriormente, Sabbe demonstrara que os tecidos luxuosos não deixaram de ser importados e tinham sido mesmo muito abundantes na época carolíngia: "L'importation des tissus orientaux en Europe occidentale au haut Moyen Age", **RBPH**, XIV, 1935, pp. 811-848, 1261-1288. Lambrechts, **Thèses**, pp. 530-532, contestou o valor destas últimas constatações, fazendo valer que, em muitos casos, é preciso pensar em outros modos de aquisição que não sejam as transações comerciais.

O problema do ouro suscitou uma literatura abundante. Com Pirenne ainda vivo, M. Bloch, "Le problème de l'or au Moyen Age", **AHES**, V, 1933, pp. 1-34, expressara a opinião, não somente que o ouro era relativamente mais abundante do que o supunha Pirenne, mas ainda que circulava na Europa Ocidental do século IX ao XIII (além dos **hyperpères** bizantinos e dos **mancus** árabes), um certo número de imitações de **mancus** e talvez de **hyperpères**, cunhadas nas regiões cristãs do Ocidente. Isto significava invalidar o desaparecimento do numerário de ouro invocado por Pirenne. — De muito mais valor ainda, aparecem, em primeiro lugar, as diversas intervenções de Lombard, "Les bases monétaires d'une suprématie économique. L'or musulman du VIIe au XIe siècle", **AESC**, 2, 1947, pp. 143-160; "Mahomet et Charlemagne. Le problème économique", **AESC**, 3, 1948, pp. 188-199; "La route de la Meuse et les relations lointaines des pays mosan entre le VIIIe et le IXe siècle", **L'art mosan, Journées d'études**, Paris, 1953, pp. 1-28; "L'évolution urbaine pendant le haut Moyen Age", **AESC**, 12, 1957, pp. 7-28: apoderando-se, no Oriente, de grandes reservas de ouro até então entesouradas, o mundo muçulmano adquiriu, segundo Lombard, uma notável supremacia econômica, ao mesmo tempo que reanimou a economia Ocidental, espalhando uma parte deste ouro na Europa. Portanto, a influência das conquistas árabes sobre a civilização carolíngia teria sido mais positiva que negativa; o Islão teria mesmo contribuído indiretamente para o renascimento urbano no Ocidente. St. Bolin, "Mohammad, Charlemagne and Ruric", **The Scandinavian Economic History Review**, 1, 1953, pp. 5-39, reúne, numa de suas conclusões, algumas das opiniões de Lombard, mas alcança-as por caminhos diferentes: também acha que a influência do mundo muçulmano sobre a Europa Ocidental fora fecunda; na sua opinião, principalmente a onda de dinheiro metálico dirigida sobre a Europa pelo comércio entre escandinavos e orientais contribuíra para este feliz resultado. — As opiniões de Lombard foram vigorosamente combatidas por F. I. Himly, em "Y a-t-il eu emprise musulmane sur l'économie des États européens du VIIIe au Xe siècle?", **Revue suisse d'histoire**, 5, 1955, pp. 31-81. O autor é de opinião que do século VIII ao XI, o comércio fez penetrar apenas um número muito pequeno de moedas de ouro árabes na Europa cristã; a influência do Oriente sobre o Ocidente foi muito reduzida, de modo que não pode ser considerada como a causa principal do renascimento econômico do século XI. Por sua vez, Ph. Grierson, após ter mostrado que o papel atribuído ao **mancus** repousa numa série de interpretações errôneas, chegou a conclusão análogas: não se poderia provar que o ouro muçulmano fora introduzido em quantidade apreciável na Europa ocidental: "Carolingian Europe and the Arabs: The Myrth of the Mancus", **RBPH**, XXXII, 1954, pp. 1059-1074. Sem dúvida, o mesmo autor mostrara anteriormente que é preciso dar uma certa importyncia ao "sou" de ouro cunhado por Luís, o Piedoso: se de um lado esta moeda deve ser considerada como uma manifestação das prerrogativas imperiais, não é menos verdade que serviu às necessidades do comércio ("The gold Solidus of Louis the Pious and its Imitations", **Jaarboek voor Munt- en**

Penningkunde, XXXVIII, 1951, 41 p.). Mais ainda que para a emissão oficial, isto vale para as imitações deste "sou", que parecem estar localizadas sobretudo na Frísia, a região de comércio mais florescente do Império. Mas completamente diferente é o caso do "sou" de Uzès, que não desempenhou nenhum papel econômico e apresenta apenas um interesse local (Ph Grierson, "Le sou d'Uzès", **MA**, LX, 1954, pp. 293-309). Resulta destas discussões que uma diminuição do ouro em circulação na época carolíngia é perfeitamente admissíveis em mesmo provável. F. Vercauteren sugere, para a parte do Ocidente, especificamente por ele estudada, como explicação possível deste fenômeno: "o saque feito pelos normandos no decorrer do século IX e o entesouramento praticado principalmente pelas igrejas" ("Monnaie et circulation monétaire en Belgique et dans le nord de la France du VIe au XIe siècle", **Settimane**, VIII, 1961, pp. 279-311).

P. 11 — "**O fato de haver a expansão islamítica fechado este mar (o Mediterrâneo), no século VII, teve como resultado necessário a rapidíssima decadência daquela atividade. No decorrer do século VIII, os mercadores desapareceram em virtude da interrupção do comércio.**"

A existência de uma cesura na atividade econômica, tanto no momento das invasões germânicas como na seqüência das conquistas muçulmanas, fora recusada por A. Dopsch, ainda com Pirenne vivo (ver também o artigo no qual A. Dopsch resumiu seus trabalhos anteriores, considerando as objeções que lhe foram feitas: "Wirtschaft und Gesellschaft im frühen Mittelalter", **Tijdschrift voor Rechtsgeschiedenis**, "Revue d'histoire du droit", XI, 1931, pp. 359-434, e 425). A esta concepção liga-se o estudo de P. Rolland, "De l'économie antique au grand commerce médiéval: le problème de la continuité à Tournai et dans la Gaule du Nord", **AHES**, 7, 1935, pp. 245-284, bem pouco demonstrativo, é verdade. Para D. C. Dennett, "Pirenne and Muhammad", **Spec.**, XXIII, 1948, pp. 165-190, mesmo se admitirmos um recuo da economia, isto não pode ser atribuído às invasões dos muçulmanos, não tendo estes, nem no século VII nem no VIII, fechado ou desejado fechar o Mediterrâneo. — H. L. Adelson, "Early Medieval Trade Routes", **The American Historical Review**, LXV, 1960, pp. 271-287, não pensa em negar este recuo, mas julga que as trocas Leste--Oeste eram sobretudo o negócio dos bizantinos, e que sua intensidade dependia da pressão exercida sobre a fronteira oriental do Império Bizantino pela Pérsia. — Num trabalho recente, intitulado "Quelques aspects principaux de la vie économique dans la monarchie franque au VIIe siècle", **Settimane**, V, 1958, pp. 73-101, F. L. Ganshof, cujas investigações se estendem até por volta de 730, constata que durante este período não se percebe na Gália nenhum "declínio do tráfico Norte-Sul, orientado para o Mediterrâneo e para as regiões de além-mar que permite alcançar". Anteriormente, num estudo surgido antes da 2.ª Guerra Mundial, o mesmo autor, estudando os portos da Provença e, em particular, Marselha, pôde concluir num recuo, mas não no desaparecimento, das relações entre o Ocidente e o Oriente, a partir do século VIII. Admitiu que a invasão árabe podia ser um dos fatores, mas não a causa principal ("Note sur les ports de Provence du VIIIe au Xe siècle", **RH**, CLXXXIV, 1938, pp. 28-37).

P. 11 — "... **o período carolíngio aparece, do ponto de vista comercial, como um período de decadência ou, se se quiser, de retrocesso.**"

C. M. Cipolla, "Encore Mahomet et Charlemagne. L'économie politique au secours de l'histoire", **AESC**, 4, 1949, pp. 4-9, tentou penetrar o sentido da

depressão, cuja existência constata do século V ao XI, aí aplicando uma fórmula tomada da ciência econômica, a chamada fórmula de Fisher. O autor duvida que se possa provar que a invasão árabe tenha feito variar profundamente os dados.

CAPÍTULO I

O RENASCIMENTO DO COMÉRCIO

I. — O MEDITERRÂNEO

P. 22 — A respeito do lugar muito especial que a seda ocupava na exportação de Bizâncio, ver o importante artigo de R. S. Lopez, "Silk Industry in the Byzantine Empire", **Spec.**, XX, 1945, pp. 1-42: sendo a seda considerada como um "símbolo de poder", Bizâncio guardou cuidadosamente os segredos da técnica dos tecidos de luxo.

P. 22 — O valor e as causas da estabilidade da moeda de ouro bizantina foram atualizados por R. S. Lopez, "The Dollar of the Middle Ages", **The Journal of Economic History**, XI, 1951, pp. 209-234. Ver igualmente Id., "Il dollar del alto medioevo", **Miscellanea in onore di Roberto Cessi**, I, Roma, 1958, pp. 111-119.

II. — O MAR DO NORTE E O MAR BÁLTICO

P. 26 — Acrescentar: A. R. Lewis, **The Northern Seas: Shipping and Commerce in Northern Europe A. D. 300-1100**, Princeton, 1958: visão sintética do assunto, no espaço e no tempo, com algumas tendências à simplificação; utiliza documentação arqueológica e numismática.

P. 27 — L. Musset, **Les peuples scandinaves au Moyen Age**, Paris, 1951: história geral dos povos escandinavos, introdução indispensável ao estudo de seu papel econômico. — J. Van Klaveren, "Die Wikingerzüge in ihrer Bedeutung für die Belebung der Geldwirtschaft im frühen Mittelalter", **JNÖS**, 168, 1957, pp. 397-415: defende a tese de que, pondo em circulação, por suas pilhagens, os metais até então entesourados pelos grandes proprietários da alta Idade Média, os escandinavos favoreceram a passagem da economia natural para a economia monetária.

P. 30 — O estudo de St. Bolin, citado à página anterior, chegou a conclusões muito diferentes das de Pirenne, e, certamente, mais complexas: numa primeira fase o Império franco teria constituído uma zona de trânsito entre as regiões produtoras de peles e de escravos do norte, do centro e do leste da Europa, e o mundo mediterrâneo; no século IX, assistir-se-ia à transição para uma segunda fase, durante a qual os escandinavos, dominando a Rússia, puderam estabelecer relações diretas com o Oriente. O autor supõe que a onda de dinheiro-metálico, que este comércio trouxe do Oriente, penetrou, em parte, até a Europa Ocidental. — E. Patzelt, "Les relations entre les Suédois et l'Orient", **Settimane**, VIII, 1961, pp. 531-556, aceita estas opiniões.

P. 30 — Hoje nos referimos, para Haithabu, aos trabalhos fundamentais de H. Jankuhn: uma monografia, surgida primeiramente sob o título **Haithabu. Eine germanische Stadt der Frühzeit**, Neumünster, 1937. — A 3ª edição, revista e consideravelmente aumentada, Neumünster, 1956, intitula-se **Haithabu.**

ein Handelsplatz der Wikingerzeit; dois estudos referindo-se aos problemas históricos colocados pelas escavações: "Ergebnisse und Probleme der Haithabugrabungen", **Zeitschr. der Gesellschaft für Schleswig-Holsteinische Geschichte**, 73, 1949, pp. 1-86, e "Die Ausgrabungen von Haithabu im Wandel der historischen Fragestellung", **Neue Ausgrabungen in Deutschland**, Berlim, 1958, pp. 532-541; enfim, um estudo de conjunto, relativo aos centros de comércio marítimo no norte da Europa: "Die frühmittelalterlichen Seehandelsplätze im Nord- und Ostseeraum", **Studien**, pp. 451-498: estes centros (Domburg, Haithabu, Birka e Kaupang i Skiringssaal) não eram fortificados, e vários dentre eles foram abandonados em seguida.

P. 30 — H. Arbmann, **Schweden und das Karolingische Reich. Studien zu den Handelsverbindungen des IX. Jahrhunderts**, Estocolmo, 1957, alerta contra conclusões apressadas: não se poderia provar que os metais preciosos do Oriente, levados à Escandinávia, ali teriam atraído mercadores ocidentais; o Norte, absolutamente, não desempenhou o papel de intermediário que abastecia a Europa Ocidental de produtos orientais.

P. 30 — Ver, agora, G. Albrecht, **Das Münzwesen im niederlothringischen und friesischen Raum vom X. zum beginnen den XII. Jahrhundert**, Hamburgo, 1959, 2 vols.: trata-se, na realidade, não somente de moedas da Baixa-Lotaríngia e da Frísia, mas, igualmente, de Flandres. O artigo de J. Stiennon, "Monnaies mosanes en Pologne au XIe siècle. Réflexions à propos de deux ouvrages récents", **RBPH**, XXXVIII, 1960, pp. 405-411, utiliza, além do trabalho de Albrecht, uma publicação de dois autores poloneses, J. Slaski e St. Tabaczynski, tratando de **Trésors de monnaies du haut Moyen Age en Grande Pologne**. A obra, escrita em polonês, refere-se ao período do século VII à segunda metade do século XI (1.º fasc., Varsóvia-Breslau, 1959).

III. — O RENASCIMENTO DO COMÉRCIO

P. 31 — Acrescentar: R. S. Lopez, "Il commercio dell'Europa postcarolingia", **Settimane**, II, 1955, pp. 31-55.

P. 32 — A. Joris, "Der Handel der Maasstädte im Mittelalter", **HG**, 79, 1961, pp. 15-33.

P. 37 — A respeito das colônias das cidades italianas no Mediterrâneo oriental, assunto que Pirenne não aborda explicitamente: R. S. Lopez, "Du marché temporaire à la colonie permanente. L'évolution de la politique commerciale au Moyen Age", **AESC**, 4, 1949, pp. 389-405; Id., **Storia delle colonie genovesi nel Mediterraneo**, Bolonha, 1938; Ch. Verlinden, "La colonie vénitienne de Tana, centre de la traite des esclaves au XIVe et au debut du XVe siècle", **Studi in onore di Gino Luzzatto**, Milão, 1949, pp. 1-25.

P. 39 — Ver a obra de F. Carli, **Storia del Commercio Italiano. Il mercato nell'alto medio evo. Il mercato nell'età del Comune**, 2 vols., Pádua, 1934-1936. O termo "mercado" é empregado, aqui, no sentido amplo de "centro de trocas", e a obra é verdadeiramente uma história do comércio da Itália. O autor admite que neste país a continuidade "Antigüidade-Idade Média" foi mais real que em outros lugares.

P. 42 — A opinião de Pirenne, segundo a qual as **pallia fresonica** seriam exclusivamente os tecidos flamengos, não encontrou adesão geral: ver H. Jankuhn, **Haithabu, Ein Handelsplatzs** (citado anteriormente), pp. 155, 157; B.

Rohwer, **Der friesische Handel im frühen Mittelalter**, Kiel, 1937, p. 20; D. Jellema, "Frisian Trade in the Dark Ages", **Spec.**, XXX, 1955, pp. 15-36, p. 32; P. C. J. A. Boeles, **Friesland tot de elfde eeuw. Zyn vóór- en vroege geschiedenis**, 2.ª ed., Haia, 1951. (= A Frísia até o século XI. Pré-história e proto-história), pp. 416-418. Admite, atualmente, que pudesse haver entre eles tanto tecidos frísios quanto anglo-saxões.

P. 42 — Aos artigos de R. L. Reynolds, citados à página 31, nota n.º 9, e aos **Documenti e studi per la storia del commercio e del diritto commerciale italiano. XI, Notai liguri del sec. XII**, Turim, à partir de 1938, seguem-se, na Bélgica, as publicações dos textos seguintes: R. Doehaerd, **Les relations commerciales entre Gênes, la Belgique et l'Outremont d'après les archives notariales génoises aux XIIIe et XIVe siècles**, 3 tomos, Bruxelas-Roma, 1941, e R. Doehaerd e Ch. Kerremans (mesmo título, salvo, **in fine: 1400-1440)**, Bruxelas-Roma, 1952. O t. I da primeira obra constitui uma introdução, tratando dos arquivos dos tabeliões genoveses e de Gênova como praça comercial. Observar o capítulo relativo aos tecidos importados (pp. 187-208), assim como as tabelas e depreciações referentes.

P. 42 — A preponderância precoce de Flandres em matéria de indústria têxtil é confirmada num poema escrito por volta de 1068-1078 por um professor de teologia de Trèves: A. Van de Vyver e Ch. Verlinden, "L'auteur et la portée du 'conflictus ovi et lini' ", **RBPH**, XII, 1933, pp. 59-81.

P. 42 — Dispomos, atualmente, de um estudo muito preciso sobre a técnica de fabricação de tecidos: G. de Poerck, **La draperie médiévale en Flandre et en Artois. Technique et terminologie. I, La technique. II, Glossaire français. III, Glossaire flamand**, Bruges, 1951. A matéria dos glossários foi fornecida pelo **Recueil de documents relatifs à l'histoire de l'industrie drapière en Flandre**, de G. Espinas e H. Pirenne, 4 tomos, Bruxelas, 1906-1924, e por algumas publicações de textos análogos. — A obra de K. Zangger, **Contribution à la terminologie des tissus en ancien français attestés dans les textes français, provençaux, italiens, espagnols, allemands e latins**, Zurich, 1945, é, principalmente, um estudo das denominações **comerciais** dos tecidos, não dos termos técnicos relativos à fabricação. Não se utilizou dos textos meio-holandeses.

P. 44 — A respeito do comércio ativo flamengo, muito importante até o fim do século XIII, ver H. Van Werveke, "Der flandrische Eigenhandel im Mittelalter", **HG**, 61, 1936, pp. 7-24. As circunstâncias que favoreceram a passagem do comércio ativo ao ocmércio passivo foram analisadas em: Id., "Essor et déclin de la Flandre", **Studi in onore di Gino Luzzato**, Milão, 1949, I, pp. 151-160. — A respeito deste comércio ativo dos flamengos, e, especialmente, dos habitantes de Gand, ao longo dos litorais alemães do mar do Norte e mesmo do Báltico: H. Reincke, "Die Deutschlandfahrt der Flandrer während der hansischen Frühzeit", **HG**, 67-68, 1942-1943, pp. 51-165.

CAPÍTULO II

AS CIDADES

I. — O RENASCIMENTO DA VIDA URBANA

Bibliografia geral. — Os escritos de H. Pirenne relativos à história urbana foram reimpressos após sua morte sob o título **Les villes et les institutions**

urbaines, 2 vols., Paris-Bruxelas, 1939, edição pouco cuidada, mas cômoda. — Fr. Rörig é o autor de uma visão de conjunto da história urbana na Idade Média, síntese notável, mas centralizada nas cidades alemãs: **Die europäische Stadt im Mittelalter**, Göttingen, 1955. (Reedição completa de um texto surgido anteriormente, com cortes, na **Propyläen-Weltgeschichte**, IV, Berlim, 1932, pp. 277-392.) — **Studien zu den Anfängen des europäischen Städtewesens**, Lindau-Constança-1958: coleção de estudos de primeiríssima importância, vários dos quais serão mencionados adiante. — E. Keyser, **Deutsches Städtebuch**, Stuttgart-Berlim, em vias de publicação desde 1939: inventário geral das localidades alemãs dotadas de direito urbano: aí se encontram reunidos os dados conseguidos até essa época, agrupados segundo um esquema uniforme. — H. Planitz, **Die deutsche Stadt im Mittelalter. Von der Römerzeit bis zu den Zunftkämpfen**, Graz-Colônia, 1954: numerosos dados concretos, agrupados num quadro sinóptico, que, todavia, hesitamos em qualificar de síntese.

P. 46 — P. Vercauteren, **Étude sur les civitates de la Belgique Seconde. Contribution à l'histoire urbaine du nord de la France de la fin du IIIe à la fin du XIe siècle**, Bruxelas, 1934: obra fundamental, primeira em data de uma série de estudos, esclarecendo o que as cidades da Idade Média conservaram da herança antiga. O mesmo retomou a matéria num quadro geográfico mais amplo, mas para um período mais restrito: "La vie urbaine entre Meuse et Loire du VIe au IXe siècle", **Settimane**, VI, 1959, pp. 453-525. — Seguindo uma concepção análoga: A. Dupont, **Les villes de la Narbonnaise première depuis les invasions germaniques jusqu'a l'apparition du Consulat**, Nîmes, 1942: Y. Dollinger-Léonard, "De la cité romaine à la ville médiévale dans la région de la Moselle et de la Haute Meuse", **Studien**, pp. 195-266; H. von Petrikovits, "Des Fortleben römischer Städte an Rhein und Donau" **Studien**, pp. 63-76.

P. 48 — Na Inglaterra, ao contrário do que se verifica em Flandres, é quase sempre no próprio recinto do **burh**, criado pelas necessidades de defesa, que o **porto**, isto é, a praça de comércio, encontrou um abrigo. Ver a este respeito: J. Tait, **The mediaeval English Borough: Studies on its Origin and constitutional History**, Manchester, 1936.

P. 48 — Esta explicação não mais satisfaz inteiramente. Quando a palavra germânica **burg** penetrou no Império Romano no momento de sua queda, adquiriu o significado de aglomeração não necessariamente fortificada, e mesmo não fortificada; guardou este sentido nas diferentes línguas romanas, enquanto o sentido primitivo manteve-se nas germânicas.

P. 49 — As pesquisas ulteriores tenderam a diferenciar a imagem da cidade medieval e a distinguir uma série de tipos regionais. Uma primeira tentativa, neste sentido, foi empreendida por E. Ennen, em seu livro **Frühgeschichte der europäischen Stadt**, Bonn, 1953, e com mais clareza ainda em seu artigo "Les différents types de formation des villes européennes", **MA**, LXII, 1956, pp. 397-411: o autor distingue três grupos, repartidos em três zonas geográficas: as cidades nas quais a influência romana subsistiu, aquelas onde apenas deixou traços e aquelas onde está completamente ausente.

Estudos regionais: H. Ammann, "vom Städtewesen Spaniens und Westfrankreichs im Mittelalter", **Studien**, pp. 105-150: ao contrário das opiniões aceitas, parece que as cidades da Espanha, como também as das França ocidental, conheceram uma origem e um desenvolvimento tão precoce como os centros urbanos entre o Loire e o Reno. — H. Büttner, "Studien zum frühmittelal-

terlichen Städtewesen in Frankreich, vornehmlich im Loire- und Rhonegebiet, **Studien**, pp. 151-189: boa atualização. — F. L. Ganshof, **Étude sur le développement des villes entre Loire et Rhin au Moyen Age**, Paris-Bruxelas, 1943: estudo sistemático dos elementos territoriais comuns às cidades da região que forma "o coração da monarquia franca"; numerosas plantas de cidades. — É à área geográfica estudada especialmente por Pirenne que se refere a contribuição às considerações um pouco divergente, de Fr. Petri, "Die Anfänge des mittelalterlichen Städtewesens in den Niederlanden und dem angrenzendem Frankreich", **Studien**, pp. 227-295. — O estudo das origens urbanas do norte da Alemanha foi renovado a partir de um trabalho de W. Vogel, "Wilk-Orte und Wikinger. Eine Studie zu den Anfängen des germanischen Städtewesens", **HG**, 60, 1935, pp. 5-48: o elemento **wik**, que entra na composição do nome de muitas localidades da Alemanha setentrional, da Inglaterra e de algumas outras regiões parece designar um lugar de comércio; pode-se compará-lo a **portus.** — Para o noroeste da Alemanha, ver ainda: E. Keyser, **Städtegründungen und Städtebau in Nordwestdeutschland im Mittelalter,** Remagen, 1958, 2 vols.: ordenação sistemática do plano urbano como fonte histórica; C. Haase, **Die Entstehung der Westfälischen Städte**, Munster 1960: utiliza como ponto de partida o comentário de um mapa de diferentes etapas cronológiças de cidades, sendo que a etapa mais antiga refere-se ao período anterior a 1180. — A Contribuição de W. Schlesinger. "Städtische Frühformen zwischen Rhein und Elbe", **Studien**, pp. 297-362, tende a demonstrar que já anteriormente à construção de cidades, pode-se perceber, na região considerada, os embriões de cidades.

II. — OS MERCADORES E A BURGUESIA

III. — INSTITUIÇÕES E DIREITO URBANOS

P. 56 — Convém observar que Pirene não procura fazer uma exposição do assunto de um ponto de vista propriamente jurídico. Acentua, simplesmente, os fatores de ordem econômica que tiveram uma influência decisiva sobre as instituições e o direito. Todavia, em vários de seus trabalhos anteriores, Pirene levara em consideração as diversas formas de associação da época (gildes, conjurações, comunas), capazes de fornecerem um ponto de partida para a organização municipal (em **L'origine des constitutions urbaines au Moyen Age, Les anciennes démocraties des Pays-Bas, Les villes du Moyen Age. La commune médiévale**; cf. edição de **Les villes et les institutions urbaines,** I, pp. 57-62, 85-87, 97-99, 117-179, 401-403, 414-419; II, pp. 125-129). Parece não ter julgado oportuno tecer longas considerações sobre isso, na presente obra.

Entretanto, é a estes pontos que se referem um grande número de trabalhos recentes de história urbana. Nós os citamos, sem comentá-los: H. Planitz. **Die Deutsche Stadt im Mittelalter,** acima citado. Id., "Kaufmannsgilde und städtische Eidgenossenschaft in niederfränkischen Städten im XI. und XII. Jahrhundert", **Zeitschr. f. Rechtsgesch.,** Germ. Abt., 60, 1940, pp. 1-116. — Id., "Frühgeschichte der deutschen Stadt (IX. — XI. Jahrhundert)", **ibid.**, 63, 1943, pp. 1-91). — Id., "Die deutsche Stadtgemeinde", **ibid.**, 64, 1944, pp. 1-85. — H. Conrad, "Stadtgemeinde und Stadtfrieden in Koblenz während des XIII. und XIV. Jahrhunderts" **ibid.**, 58, 1938, pp. 11-50. — E. Ennen, **Frühgeschichte** (citado anteriormente). — E. Steinbach, "Stadtgemeinde und Landgemeinde".

Rheinische Vierteljahrsblätter, 13, 1948, pp. 11-50. — J. Tait, **Mediaeval English Borough** (citado anteriormente). — Ch. Petit-Dutaillis, **Les communes françaises. Caractères et évolution des origines au XVIIIe siècle**, Paris, 1947.

P. 58 — O volume **Recueils de la société Jean Bodin**. VI, **La ville, première partie: institutions administratives et judiciaires**, Bruxelas, 1954, traz uma série de contribuições relativas às cidades da França, da Alemanha, da Bélgica e dos Países Baixos.

CAPÍTULO III

A TERRA E AS CLASSES RURAIS

I. — A ORGANIZAÇÃO SENHORIAL E A SERVIDÃO

P. 64 — **Bibliografia**. — Além de M. Bloch, **Caractères originaux** (já mencionado por Pirenne, p. 222. Nova edição, aumentada, Paris, 1952), é preciso citar: F. L. Ganshof, "Medieval agrarian Society in its prime. France, the Low Countries and Western Germany", **Cambridge Economic History**, I, 1942, pp. 278-322 e 587-591: excelente exposição da evolução da organização senhorial e da sociedade rural, em seus diferentes aspectos. — A. Déléage, **La vie rurale en Bourgogne jusqu'au début du XIe siècle**, 3 tomos, Mâcon, 1941: estudo aprofundado dos múltiplos aspectos da vida rural numa área geográfica limitada, situando-os, entretanto, no conjunto da Europa Ocidental. — P. Lindemans, **Geschiedenis van de landbouw in België**, 2 tomos, Antuérpia, 1952 (= História da agricultura na Bélgica): estudo importante, especialmente relativo à técnica agrícola na parte flamenga da região (entre os séculos XV e XVIII).

P. 66 — Nos **Recueils de la Société Jean Bodin**, IV, **Le Domaine** (Wetteren, 1949) figuram cinco contribuições, que citamos aqui: Ch.-E. Perrin, "Le grand domaine en Allemagne au Moyen Age", pp. 115-147; A. Dumas, "Le régime dominial et la féodalité dans la France du Moyen Age", pp. 149-164; P. S. Leicht, "L'organisation des grands domaines dans l'Italie du Nord pendant les Xe e XIe siècles", pp. 165-176; Ch. Verlinden, "Le grand domaine dans les États ibériques chrétiens au Moyen Age", pp. 178-208; F. Joüon des Longrais, "Seigneurie et Seignory", pp. 209-298: cf. a análise de J. Boussard em **MA**, 58, 1952, pp. 446-447: "Parece-nos que o sistema senhorial seria um fenômeno inevitável na vida dos povos em dado momento de sua evolução, que coincide, em geral, com a reorganização que segue um período de anarquia (...) O grande domínio absorve a pequena propriedade (...) Esta pequena propriedade, aliás, se reconstitui muito rapidamente (...) por meio da dependência do feudo". — W. M. Newman, **Le domaine royal sous les premiers Capétiens, 987-1180**, Paris, 1937: levantamento precioso, reino por reino, dos elementos componentes do domínio real. — J. W. Thompson, **The Dissolution of the Carolingian Fisc in the IXth Century**, Berkeley, 1935: independentemente da tese principal, relativa ao papel do fisco nas partilhas do Império Carolíngio, o livro informa sobre a composição do fisco. — Ch.-E. Perrin, **Recherches sur la seigneurie rurale en Lorraine d'après les plus anciens censiers (IXe-XIIe siècles)**, Paris, 1935: a senhoria (feudo) de Lorena representa, sob diversos aspectos, um tipo de transição entre a França e a Alemanha. — E. Lesne, **Histoire de la propriété ecclésiastique en France**, 6 tomos, Paris-Lille, 1910-1943.

— G. de Valous, **Le monachisme clunisien des origines au XV^e siècle: vie intérieure des monastères et organisation de l'ordre. III, Le temporel et situation financière des établissements de l'ordre de Cluny du XII^e au XIII^e siècle, particulièrement dans les provinces françaises**, Iigugé-Paris, 1935: no século XIII, a situação ainda era boa; deteriorou-se com o abuso dos empréstimos de consumo. — E. Miller, **The Abbey and Bishopric of Ely. The Social History of an Ecclesiastical Estate from the Xth Century tot the early XIVth Century**, Cambridge, 1951: estudo de um domínio eclesiástico sob todos os seus aspectos. — J. A. Raftis, **The Estates of Ramsey Abbey. A Study in economic Growth and Organization**, Toronto, 1957: passa em revista as diferentes etapas da organização do domínio. — M. Bloch, **Seigneurie française et manoir anglais**, Paris, 1960: edição póstuma de uma série de lições, que fazem um paralelo entre as estruturas agrárias da França e as da Inglaterra. — A. E. Verhulst, **Die Sint-Baafsabdij te Gent en haar grondbezit (VII^e tot XIV^e eeuw). Bijdrage tot de Kennis van de structuur en de uitbating van het grootgrondbezit in Vlaanderen tijdens de middeleeuwen**, Bruxelas, 1958. — Com resumo francês de 27 páginas, institulado: "La fortune foncière de l'abbaye Saint-Bavon de Gand du VII^e au XIV^e siècle. Contribution à l'étude de la structure et de l'exploitation de la grande propriété au Moyen Age, particulièrement en Flandre": trata igualmente da decadência da organização clássica e da difusão dos novos métodos de exploração. — A. d'Haenens, **L'abbaye Saint-Martin de Tournai de 1290 à 1350. Origines, évolution et dénouement d'une crise**, Louvain, 1961. Resumo do próprio autor: "La crise des abbayes bénédictines au bas Moyen Age: Saint-Martin de Tournai de 1290 a 1350", **MA**, LXV, 1959, pp. 75-95: as guerras e a fiscalização, real e pontifícia, foram responsáveis pela crise; as "vendas à vista" e os empréstimos, aos quais os religiosos acreditavam dever recorrer, só fizeram por agravá-la.

P. 66 — F. L. Ganshof, "Manorial Organization in the Low Countries in the VIIth, VIIIth e IXth Centuries", **Trans. Roy. Hist. Soc.**, 4th Series, XXXI, 1949, pp. 29-59; Id., "Le domaine gantois de l'abbaye de Saint-Pierre-au-Mont--Blandin à l'èpoque carolingienne", **RBPH**, XXVI, 1948, pp. 1021-1041: o primeiro artigo dá uma visão geral do problema, o segundo reconstitui um caso particular. — R. H. Hilton, **The economic Development of some Leicestershire Estates in the XIVth and XVth centuries**, Londres, 1947; E. Kosminsky, **Studies in the Agrarian History of England in the XIIIth Century**, Oxford, 1956 (tradução de uma obra publicada em russo em 1947): estas duas obras abordam, além dos problemas da estrutura do domínio, os da mão-de-obra assalariada, que são propriamente o assunto de M. Postan, "The Famulus. The Estate Labourer in the XIIth and the XIIIth Centuries", **EHR**, Suplemento n.º 2, Cambridge, 1954.

P. 67 — Vários autores dedicaram-se aos problemas relativos ao "mansus" (reunião de várias famílias num mesmo "mansus", evolução do significado da palavra: 1. dependência de um feudo; 2. medida de superfície; 3. unidade de contribuição): F. Lütge, "Hufe und Mansus in den mitteldeutschen Quellen der Karolingerzeit, im besonderen in dem Breviarium Sti. Lulli", **VSWG**, 30, 1937, pp. 105-128. Ver, também, as observações de E. Schmieder, "Hufe und Mansus. Eine quellenkritische Untersuchung", **VSWG**, 31, 1938, pp. 348-356. — Ch.-E. Perrin, "Observations sur le manse dans la région parisienne au début du IX^e siècle", **AHS**, 1945, pp. 39-52. — H. Dubled, "Encore la question du manse", **Revue du Moyen Age latin**, V, 1949, pp. 203-210. — C. Cipolla, "Per la storia della crisi del sistemo curtense in Italia. Lo sfaldamento del

manso nell'Appennino bobbiese", **Bollettino dell'Istituto storico Italiano per il Medio Evo**, n.º 62, 1950, pp. 283-304. — R. Grand, "Note d'économie agraire médiévale. 'Mansus vestitus' et 'mansus absus'", **Études d'histoire du droit privé offertes à P. Petot**, Paris, 1959, pp. 251-256. — D. Herlihy, "The Carolingian Mansus", **EHR**, 2d. Ser., XIII, 1960, pp. 79-89. — Ch.-E. Perrin, "Le manse dans le polyptyque de l'abbaye de Prüm à la fin du IXe siècle", **Études d'histoire à la mémoire de N. Didier**, Paris, 1960, pp. 245-258.

P. 68 — A teoria da **Markgenossenschaft**, à qual Pirenne aqui faz alusão, e que pressupõe, num estágio primitivo, a existência da propriedade coletiva, sofreu novos ataques: A. Dopsch, **Die freien Marken in Deutschland. Ein Beitrag zur Agrar- und Sozialgeschichte des Mittelalters**, Viena, 1933 — F. Lütge, **Die Agrarverfassung des frühen Mittelalters im mitteldeutschen Raum vornehmlich in der Karolingerzeit**, Iena, 1937. — B. H. Slicher Van Bath, **Mensch en land in de middeleeuwen. Bijdrage tot een geschiedenis der nederzettingen in oostelijk Nederland**, 2 vols., Assen, 1944 (= O homem e a terra na Idade Média Contribuição à história do povoamento nos Países-Baixos orientais). Resumo inglês do próprio autor: "Manor, Mark and Village in the eastern Netherlands", **Spec.**, XXI, 1946, pp. 115-128.

P. 68 — Encontrar-se-á uma visão panorâmica da questão da servidão nas diferentes comunicações inseridas em **Recueils de la Société Jean-Bodin. II, Le servage**, Bruxelas, 1937; ver, notadamente, quanto à Idade Média: P. Petot, "L'evolution du servage dans la France coutumière du XIe au XIVe siècle", pp. 155-164; Ch. Verlinden, "Le condition des populations rurales dans l'Espagne médiévale", pp. 165-198; F. Joüon des Longrais, "Le vilainage anglais et le service réel et personnel. Quelques remarques sur la période 1066-1485", pp. 199-242. — Para o desenvolvimento de conceitos sobre servidão, particularmente na França, tomamos por referência o trabalho de Ch.-E. Perrin, "Le servage en France et en Allemagne", Comitato Internazionale di Scienze Storiche. X Congresso Internazionale di Scienze Storiche. **Relazioni**, III, Florença, 1955, pp. 213-245: algumas opiniões de M. Bloch, apresentadas nos "colliberti", "Étude sur la formation de la classe servile", **RH**, CLVII, 1928, pp. 1-48, 225-263 e "Liberté et servitude personnelle au Moyen Age, particulièrement en France", **Anuario del derecho Español**, 1933, 101 pp., não podem mais sustentar-se depois do aparecimento dos trabalhos de L. Verriest, **Institutions médiévales. Introduction au Corpus des Records de coutumes et des lois de chefs-lieux de l'ancien comté de Hainaut**, Mons-Frameries, 1946, e de J. Boussard, "Serfs et 'colliberti' (XIe-XIIe siècles)", **Bibl. École des Chartes**, CVII, 1947-1948, pp. 205-234: em particular, parece que não se pode mais considerar a taxa para casamento e a "mão-morta" como encargos especificamente servis. Acrescentar aí: L. Verriest, "Le servage en Flandre, particulièrement au pays d'Alost", **Revue historique de droit français et étranger**, 4e s., 28, 1950, pp. 35-66, que mostra a importância da servidão na região de Alost, ainda que não tenha razão em estender suas conclusões para toda Flandres.

P. 68 — Para lembrar, principalmente nos **Recueils de la Société Jean-Bodin. III, La tenure**, Bruxelas, 1938, as contribuições de Ch.-E. Perrin, "Esquisse d'une histoire de la tenure rurale en Lorraine au Moyen Age", pp. 137-163, e de Joüon des Longrais, "Le tenure en Angleterre au Moyen Age", pp. 165-210.

P. 68 — P. C. Boeren, **Étude sur les tributaires d'église dans le comté de Flandre du IXe au XIVe siècle**, Amsterdam, 1936: o autor é de opinião

que "a capitação dos tributários da igreja é uma apropriação senhorial do imposto público de mesmo nome".

P. 69 — A situação das populações rurais, em seu conjunto, foi o assunto de um certo número de trabalhos, relativos sobretudo à Alemanha e à Inglaterra. A. Dopsch, **Herrschaft und Bauer in der deutschen Kaiserzeit. Untersuchungen zur Agrar- und Sozialgeschichte des hohen Mittelalters mit besonderer Berücksichtigung des südostdeutschen Raumes**, Iena, 1939. — Ph. Dollinger, **L'évolution des classes rurales en Bavière depuis la fin de l'époque carolingienne jusqu'au milieu du XIIIe siècle**, Paris, 1949: a estrutura da sociedade rural na Baviera é bastante conservadora, se comparada à das outras regiões saídas do Império Carolíngio. — W. Fresacker, **Der Bauer in Kärnten**, 3 vols., Klagenfurt, 1950-1955: importante para o estudo das formas de dependências de um feudo. — I. Bog, **Dorfgemeinde, Freiheit und Unfreiheit in Franken**, Stuttgart, 1956: refere-se, em grande parte, à época moderna. — K. S. Bader, **Das mittelalterliche Dorf als Friedens- und Rechtsbereich**, 2 vols., Weimar, 1957. — H. S. Bennett, **Life on the English Manor. A Study of Peasant Conditions 1150-1400**, Londres, 1937. Retrata a vida do camponês inglês, principalmente entre os anos 1200 e 1350. — G. C. Homans, **English Villagers of the XIIIth Century**, Cambridge, Mass., 1942: a matéria está dividida em quatro livros: "Fields", "Families", "Manors", "Feasts". — R. Lennard, **Rural England, 1086-1135. A Study of Social and Agrarian Conditions**, Oxford, 1959: estuda, sobretudo, os aspectos institucionais. — G. Duby, **La société aux XIe et XIIe siècles dans la région mâconnaise**, Paris, 1953: trata das condições de vida tanto das populações agrícolas, como do mundo feudal.

P. 70 — A imagem traçada por Pirenne, entretanto, não vale para o fim da Idade Média; ver as análises de lucros dos domínios em N. Denholm-Young, **Seignorial Administration in England**, Oxford, 1937.

P. 70 — A. Meynier, **Les paysages agraires**, Paris, 1958: obra de alcance geral, falando apenas ocasionalmente sobre a Idade Média Ocidental. — E. Juillard, A. Meynier, "Structures agraires et paysages ruraux. Un quart de siècle de recherches françaises", **Annales de l'Est.** Mémoire n.º 17. Nancy, 1957. — A. Nömberg, **Die Entstehung der westdeutschen Flurformen. Blockgemengflur, Streifenflur, Gewannflur**, Berlim, 1935: opõe-se às teorias de Meitzen. — A. Verhulst, "En Basse et Moyenne Belgique pendant le haut Moyen Age: différents types de structure domaniale et agraire. Un essai d'explication", **AESC**, II, 1956, pp. 61-70: o autor faz aproximações instrutivas com algumas constatações de Déléage (citado anteriormente).

P. 72 — Pode ser útil mencionar alguns trabalhos que abordam um ponto que Pirenne não desenvolveu, isto é, a situação econômica e social dos senhores: M. Bloch, **La société féodale**, 2 vols., Paris, 1939-1940; R. Boutruche, "Aux origines d'une crise nobiliaire: donations pieuses et pratiques successorales en Bordelais du XIIIe au XVIe siècle", **AHS**, I, 1939, pp. 161-177, 257-277; Id., **Une société provinciale en lutte contre le régime féodal: l'alleu en Bordelais et en Bazadais, du XIe au XVIIIe siècle**, Estrasburgo, 1943; Id. **Seigneurie et féodalité. I, Le premier âge des liens d'homme à homme**, Paris, 1959; P. Feuchère, "Un obstacle au réseau de subordination: alleux et alleutiers en Artois, Boulonnais et Flandre wallonne", **Anciens pays et assemblées d'État**, IX, 1955, pp. I-32.

II. — TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA A PARTIR DO SÉCULO XII

P. 72 — Vários trabalhos esclarecem um ou outro aspecto da evolução da agricultura. — G. Duby, "La révolution agricole médiévale", **Revue de géographie de Lyon**, XXIX, 1954, pp. 361-368, insiste sobre os efeitos da "utilização de forças motrizes auxiliares (...) o aperfeiçoamento da ferramenta, a difusão da rotação trienal". — M. Bloch, "Avènement et conquêtes du moulin à eau" **AHES**, 7, 1935, pp. 538-563, desenvolve um destes pontos. — D. Herlihy, "Agrarian Revolution in France and Italy. 801-1150, **Spec.**, XXIII, 1958, pp. 23-37: dados interessantes, conclusões arrojadas. — R. H. Hilton, "Y eut-il une crise générale de la féodalité?, **AESC**, 6, 1951, pp. 23-30: p. 29: "o marasmo da produtividade, durante os últimos séculos da Idade Média, e sua incapacidade para suportar os custos crescentes das despesas não produtivas das classes dirigente, foram as causas primitivas da crise da sociedade feudal". — G. von Below, **Geschichte der deutschen Landwirtschaft des Mittelalters in ihren Grundzügen**, Iena, 1937: obra póstuma, notável visão de conjunto; retraça, notadamente, as transformações da organização dominial. — Ph. Dollinger, **Les transformations du régime domanial en Bavière depuis la fin de l'époque carolingienne jusqu'au milieu du XIIIe siècle**, Strasburgo, 1949. — Resumido pelo próprio autor em **MA**, 56, 1950, pp. 279-306, com o título: "Les transformations du régime domanial en Bavière au XIIIe siècle": baseando-se em duas cobranças de censos de Bamburgo, datadas de 1205 e de 1245, o autor conclui que houve "múltiplas transformações durante este breve período", notadamente, do ponto de vista dominial, "a última fase da desagregação do regime chamado da vilicação". — L. Génicot, **L'économie rurale namuroise au bas Moyen Age (1199-1429). I, La seigneurie foncière. II, Les hommes. La noblesse**, 2 vols., Louvain, 1943-1960: o primeiro volume, o único que nos deve ocupar, aqui, é consagrado, em grande parte, às transformações que sofreu o senhorio fundiário. — C. Cipolla, "Une crise ignorée. Comment s'est perdue la propriété ecclésiastique dans l'Italie du Nord entre la XIe et le XVIe siècle", **AESC**, 2, 1947, pp. 317-327: esta crise, levando à ruína os estabelecimentos religiosos, coloca-se entre o início do século XIV e a metade do século XV.

P. 72 — L. Génicot, "Sur les témoignages d'accroissement de la population en Occident, du XIe au XIIIe siècle", **Cahiers d'histoire mondiale**, I, 1953, pp. 446-462: o crescimento era real, mas pode ser demonstrado apenas por meio de um conjunto de indicações resultantes de testemunhos imprecisos. — J. C. Russell, "Late ancient and medieval population" **Trans. of the Amer. Philos. Soc.**, New Series, vol. 48, 3.ª parte, Filadélfia, 1958: para usar com prudência; cf. resumo de H. Van Werveke em **MA**, LXVI, 1960, pp. 199-204. — Id., **British Medieval Population**, Albuquerque, 1948: alguns resultados importantes: a população da Inglaterra é avaliada em 1.100.000 para a época do **Domesday Book**, e em 2.330.000 em 1377.

P. 73 — Na Inglaterra, as derrubadas devidas aos cistercienses, se bem que reais, não parecem ter sido muito importantes: R. A. Donkin, "The Marshland Holdings of the English Cistercians before c. 1350, **Cîteaux**, IX, 1958, pp. 262-275; Id., "The Cistercian Settlement and the English Royal Forests", **Cîteaux**, XI, 1960, pp. 38-55, 117-132. — Sobre a crise que, na França como em outros lugares, atingiu o sistema de exploração agrícola dos

cistercienses, a partir da metade do século XIII, ver: Ch. Higounet, "Cisterciens et bastides", **MA**, LVI, 1950, pp. 68-84, e Id., "Les types d'exploitations cisterciennes et prémontrées du XIII^e siècle et leur rôle dans la formation de l'habitat et des paysages ruraux" (Géographie et histoire agraire. Actes du colloque international. **Annales de l'Est**, Mém. n.º 21, Nancy, 1959, pp. 260-271). — Ver também G. Fournier, "La création de la Grange de Gergovie par les Prémontrés de Saint-André et sa transformation en seigneurie (XII^e-XVI^e siècles). Contribution à l'étude de la seigneurie", **MA**, LVI, 1960, pp. 307-366, e D. van Derveeghde, **Le domaine du Val-Saint-Lambert de 1202 à 1387. Contribution à l'histoire rurale et industrielle du Pays de Liège**, Paris, 1955: a crise ocorreu aqui, por volta de 1280; foi superada graças à introdução da valorização indireta e por uma orientação para a indústria carbonífera.

P. 75 — A destacar dois trabalhos de valor regional: R. Latouche, "Défrichement et peuplement rural dans le Maine, du IX^e au XIII^e siècle", **MA**, LIV, 1948, pp. 77-87: explicação de uma série de termos técnicos; P. Feuchère, "Le défrichement des forêts en Artois du IX^e au XIII^e siècle", **Bull. Soc. acad. des antiquaires de la Morinie**, XVIII, fasc. 333, 1952, pp. 33-45: aí a derrubada foi sobretudo importante entre o início do século XII e a metade do XIII.

P. 77 — Ch.-E. Perrin, "Chartes de franchise et rapport de droit en Lorraine", **MA**, LII, 1946, pp. 11-42: à carta de franquia, em uso na França, opõe-se, na Alemanha, para a codificação do direito dos senhorios, o **Weistum**. O autor delimita suas áreas de extensão e determina suas diferenças essenciais. — W. Maas, "'Loi de Beaumont' und Jus Theutonicum", **VSWG**, 32, 1939, pp. 209-227, ao contrário, destaca as semelhanças entre as cartas de franquia e o direito alemão das regiões de colonização. — No Maine a fundação de um "burgo" (mercado não fortificado) tinha, geralmente, o mesmo significado que a fundação de uma "cidade nova": R. Latouche, "Un aspect de la vie rurale dans le Maine au XI^e et XII^e siècle. L'établissement des bourgs", **MA**, XLVI, 1937, pp. 44-64.

P. 79 — Para os Países Baixos setentrionais, um estudo de importância geral: S. J. Fockema Andreae, **Studiën over waterschapsgeschiedenis**, I-VII, Leyde, 1950, do qual o essencial encontra-se num artigo do mesmo autor, intitulado "Embanking and Drainage Authorities in the Netherlands during the Middle Ages", **Spec.**, XXVII, 1952, pp. 158-167, e um outro, relativo a uma área geográfica limitada: M. K. E. Gottschalk, **Historische geografie van westelijk Zeeuws-Vlaanderen**, 2 tomos, Assen, 1955-1958 (= Geografia histórica da Flandres zelandesa ocidental).

Para a Inglaterra, dois estudos nos mostram como a secagem do "Fenland" se fez, praticamente, dos fins do século XI à segunda metade do século XIII, no quadro da expansão demográfica da época: H. C. Darby, **The Draining of the Fens**, Cambridge, 1940, e H. E. Hallan, **The new Lands of Elloe. A Study of early Reclamation in Lincolnshire**, Department of English local History. Occasional Papers, n.º 6, Leicester, 1959, 42 p.

P. 81 — O último estudo na matéria: J. M. van Winter, "Vlaams en Hollands recht bij de kolonisatie van Duitsland in de XII^e en XIII^e eeuw", **Tijdschrift voor rechtsgeschiedenis**, Revue d'histoire du droit, XXI, 1953, pp. 205-224 (= Direito flamengo e direito holandês em relação à colonização da Alemanha nos séculos XII e XIII): as expressões **jus flamingicum e jus hollan-**

dicum designariam os modos de organização das colônias quando de sua fundação, não o direito dos colonos em geral.

P. 82 — Para a colonização no quadro da Europa: R. Koebner, "The Settlement and Colonization of Europe", **The Cambridge Economic History**, I, 1942, pp. 1-88. — Para a Alemanha: K. Quirin, **Die deutsche Ostsiedlung im Mittelalter,** Goettingen-Frankfurt-Berlim, 1954: coleção de textos, precedida de uma introdução, que dá o resumo do assunto; R. Koebner, "Dans les terres de colonisation: marchés slaves et villes allemandes", **AHES**, 9, 1937, pp. 547-569: o mercado, empresa do príncipe eslavo na Boêmia, Silésia, Polônia, e que se destinava à "organização periódica de assembléias, das quais participavam estrangeiros e habitantes da região", opõe-se à cidade alemã de tipo ocidental, à qual cede gradualmente o lugar; R. Kötzschke e W. Ebert, **Geschichte der ostdeutschen Kolonisation**, Leipzig, s. d.; R. Kötzschke, **Ländliche Siedlung und Agrarwesen in Sachsen**, Remagen, s. d.: obra póstuma, síntese das pesquisas de Kötzschke, cujos resultados foram parcialmente destruídos pela guerra; o autor preocupa-se em mostrar como as formas de povoamento e a estrutura agrária permitem reconhecer as aldeias de colonização alemã; K. Kasiske, **Die Siedlungstätigkeit des Deutschen Ordens im östlichen Preuszen bis zum Jahre 1410**, Königsberg, 1934: dois modos de colonização: fundação de aldeias e desbravamento do deserto nos limites de segurança militar.

P. 86 — M. Postan, em "The Chronology of Labour Services", **Trans. Roy. Hist. Soc.**, 4th Series, XX, 1937, observa que a tendência à substituição das corvéias pelas rendas em dinheiro foi, às vezes, interrompida por um crescimento temporário das reservas e, conseqüentemente, das corvéias.

P. 87 — Sobre os novos contratos dos fins da Idade Média consulte-se: H. P. H. Jansen, **Landbouwpacht in Brabant in de veertiende en de vijftiende eeuw,** Assen, 1955 (= O arrendamento agrícola em Brabante nos séculos XIV e XV). — H. van der Linden, **De Cope Bijdrage tot de rechtsgeschiedenis van de openlegging der Hollands-Utrechtse laagvlakte,** Assen, 1955 (= A "Cope". Contribuição à história jurídica do povoamento da planície da Holanda e de Utrecht): importante para a história do povoamento, da técnica e do aspecto social dos desbravamentos; a interpretação jurídica dos fatos é discutível. — G. Sicard, **Le métayage dans le Midi toulousain à la fin du Moyen Age**, Mém. Acad. de législation, II, Toulouse, 1957.

CAPÍTULO IV

O MOVIMENTO COMERCIAL ATÉ FINS DO SÉCULO XIII

I. A CIRCULAÇÃO

P. 92 — O. Stolz, "Zur Entwicklungsgeschichte des Zollwesens innerhalb des alten Deutschen Reiches", **VSWG**, 41, 1954, pp. 1-41, dá um resumo geral da história da alcavala na Alemanha (bibliografia, terminologia, história institucional, administração, objetivo e fundamento, distribuição geográfica, tarifas, tipos de alcavalas).

P. 94 — A obra de Lefebvre des Nöettes, citada, em nota, por Pirenne, deve ser retificada e completada com A.-G. Haudrimont, "De l'origine de l'attelage moderne", **AHES**, 8, 1936, pp. 515-522, que insiste sobre as origens orientais dos aperfeiçoamentos da tração animal.

P. 94 — R. Lopez, "L'evoluzione dei transporti terrestri nel medio evo", **Bollettino Civico Istituto Colombiano**, I, 1953, mostra que, se os transportes fluviais tiveram um papel dominante durante a maior parte da Idade Média, as estradas terrestres retomaram sua importância por volta dos fins deste período.

P. 95 — Em geral: "Le navire et l'économie maritime du Moyen Age au XVIIe siècle, principalement en Méditerranée", **Travaux du Deuxième Colloque international d'histoire maritime**, sob a direção de M. Mollat, Paris, 1958, nos traz, notadamente, as seguintes contribuições: M. Lombard, "Arsenaux et bois de marine dans la Méditerranée musulmane (XVIIe-XIe siècle)"; abade Garnier, "Galères et galéasses"; J. Heer, "Types de navires et spécialisations des trafics"; comandante Teixeira da Mota, "L'art de naviguer en Méditerranée du XIVe au XVIIIe siècle".

P. 95 — G. La Roërie, "Les transformations du gouvernail" **AHES**, 7, **1935**, pp. 564-583: substituição, por volta do século XIII, do leme lateral por um leme colocado no eixo da extremidade da popa.

P. 95 — R. Doehaerd, "Le galères génoises dans la Manche et la mer du Nord à la fin du XIIIe et au début du XIVe siècle, **Bull. Inst. Hist. belge de Rome**, XIX, 1938, pp. 5-76: destaca as primeiras menções conhecidas de viagens comerciais de galeras genovesas em Flandres (1277) e na Inglaterra (1278).

P. 95 — P. Heinsius, **Das Schiff der hansischen Frühzeit**, Weimar, 1956, afirma que o tipo de navio da Hansa, o **kogge**, constituíra-se por volta do fim do século XII e manteve sua preponderância até por volta de 1400.

P. 95 — A respeito dos tipos de navios escandinavos que precederam o **kogge**, ver o extenso resumo e atualização de A. W. Brogger e H. Shetelig, **The Viking Ships: their Ancestry and Evolution**, Oslo, 1951. — Traduzido do norueguês.

P. 98 — Separando-se de Pirenne neste ponto, vários autores insistiram sobre as características próprias das gildes mercantis de um lado, das hansas de outro, E. Coornaert, "Des confréries carolingiennes aux gildes marchandes", **MHS**, II, 1942, pp. 5-21, e "Les ghildes médiévales, Ve-XIVe siècles. Définition. Évolution", **RH**, CIC, 1948, pp. 22-55, 208-243, mostra que as gildes mercantis urbanas tomaram certos usos das gildes que as precederam desde a época franca, utilizando-as, todavia, para as "tarefas especialmente econômicas". — H. Van Werveke, "Das Wesen der flandrischen Hansen", **HG**, 76, 1958, pp. 7-20, esclarece que o direito de hansa era recebido, e as associações chamadas hansas, anteriormente ao século XIV, foram fundadas com o objetivo de reservar o comércio exterior a um pequeno número de burgueses privilegiados.

P. 99 — Ver, agora, a respeito da Hansa flamenga de Londres: H. Van Werveke, "'Hansa' in Vlaanderen en aangrenzende gebieden", **Annales Émulation Bruges**, XC, 1953, pp. 5-42 (= "Hansa" em Flandres e regiões vizinhas), e C. Wyffels, "De Vlaamse Hanze van Londen op het einde van de XIIIe eeuw", **ibid.**, XCVII, 1960, pp. 5-30 (= A Hansa flamenga no fim do século XIII). Esta hansa parece ter sido fundada entre 1212 e 1241. Não era, propriamente falando, "uma associação de gildes urbanas", mas recrutava seus membros no seio destas. Nas duas últimas décadas do século XIII, todavia, pelo menos em Bruges, perdeu seu caráter exclusivista.

P. 99 — A respeito de certas associações de mercadores das regiões mediterrâneas, análogas às gildes, ver A. Grunzweig, "Les origines de la Mercanzia de Florence", **Studi in onore di Gino Luzzatto**, I, Milão, 1950, pp.

220-253, e R. S. Smith, **The Spanish Guild Merchant: a History of the Consulado. 1250-1700**, Durham, N. C., 1940. O Consulado espanhol compunha-se, sobretudo, de mercadores atacadistas que se dedicavam ao comércio de além-mar.

II. — AS FEIRAS

Bibliografia geral. — O volume **La foire** (Recueils de la Société Jean-Bodin, V, Bruxelas, 1953) contém uma série de monografias, das quais quatro são importantes para o assunto deste livro: R.-H. Bautier, "Les foires de Champagne. Recherches sur une évolution historique", pp. 97-147; H. Ammann, "Die deutschen und schweizerischen Messen des Mittelalters", pp. 149-173; J. A. Van Houtte, "Les foires dans la Belgique ancienne", pp. 175-207; R. Fenstra, "Les foires aux Pays-Bas septentrionaux", pp. 209-239. Entre as conclusões do volume, notamos aquelas relativas às condições favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento das feiras: seu papel é mínimo nos grandes impérios centralizados; ao contrário, prosperam nas sociedades onde a autoridade pública é fraca, com a condição de gozar de uma proteção especial. — O artigo de E. Coornaert, "Caractères et mouvement des foires internationales au Moyen Age et au XVI^e siècle", **Studi in onore di Armando Sapori**, I, Milão, 1957, pp. 355-371, é importante sobretudo para as questões atualizadas, notadamente a propósito das feiras da Champanha e de Flandres.

P. 102 — Na verdade, conhecem-se alguns traços de uma feira em Gand na Idade Média. A última menção data de 1199.

P. 102 — E. Chapin, **Les villes de foire de Champagne des origines au début du XIV^e siècle**, Paris, 1937, confirma as opiniões de Pirenne, segundo as quais as feiras não **provocaram** o desenvolvimento das cidades onde se fixaram. O autor mostra, entretanto, que o favoreceram.

P. 103 — Ver, agora, sobre as feiras da Champanha, o importantíssimo artigo de R.-H. Bautier, acima citado. As conclusões deste autor, quanto ao desenvolvimento relativamente tardio destas feiras como centro de comércio internacional, foram contestadas por R. D. Face, "Techniques of Business in the Trade between the Fairs of Champagne and the South of Europe in the XIIth and XIIIth Centuries", **EHR**, 2.ª ser., X, 1958, pp. 427-438, que é da opinião que, já por volta de 1180, estas feiras assumiam plenamente o papel internacional que lhes é atribuído para um período posterior, e que a técnica comercial já atingira um nível correspondente.

P. 104 — Ver a respeito das feiras de Flandres: S. Poignant, **La foire de Lille. Contribution à l'étude des foires flamandes au Moyen Age**, Lille, 1932.

Sobre outros grupos de feiras: J. Combes, "Les foires en Languedoc au Moyen Age", **AESC**, 13, 1958, pp. 231-259: grupo de feiras cuja importância irá crescendo, ainda depois da decadência das feiras de Champanha, e mesmo no século XV; importantes para o comércio de tecidos e pelos regulamentos por letras de câmbio; A. Tournafond, **Les marchés et les foires de Limoges au Moyen Age et à la Renaissance**, Limoges, 1941. — W. Koppe, "Die Hansen und Frankfurt-am-Main im XIV. Jahrhundert", **HG**, 71, 1952, pp. 30-49: Frankfurt foi, aproximadamente de 1320 a 1390, um importante mercado de peles e de cera, trazidas da Rússia para Lübeck; H. Ammann, "Die Friedberger Messen", **Rheinische Vierteljahrsblätter**, XV-XVI, 1950-1951, pp. 192-225: seu período de prosperidade no século XIV corresponde mais ou menos àquele de Frankfurt.

P. 106 — R. de Roover, **RBPH**, XXXIII, 1955, p. 144, de acordo com o artigo de R.-H. Bautier, anteriormente citado, determina estas causas como segue: "um concurso de circunstâncias e, notadamente (...) uma mudança na estrutura do grande comércio, acompanhada de uma desorganização das correntes comerciais e de uma modificação profunda no equilíbrio dos regulamentos internacionais", assim como "o desenvolvimento da indústria têxtil em Florença e a perda para a indústria flamenga de uma parte de seus mercados".

III. — A MOEDA

Bibliografia geral. — Ph. Grierson, **Coins and Medals. A select Bibliography**, Londres, 1954. — M. Bloch, **Esquisse d'une histoire monétaire de l'Europe**, Paris, 1954: resumo sintético, em todos os pontos notável, da história monetária européia, reflexões sobre seus problemas. Obra póstuma; para algumas restrições ver **RBPH**, XXXIII, 1955, pp. 716-722. — C. M. Cipolla, **Money, Prices and Civilization in the Mediterranean World. XVth to XVIIth Century**, Princeton, 1956: série de cinco conferências sobre uma série de importantes problemas da história monetária. — W. Täuber, **Geld und Kredit im Mittelalter**, Berlim, 1933: obra de um economista, combatendo teses adversas por meio de fatos tomados à história da Idade Média, mas sem grande proveito para esta. — J. D. A. Thompson, **Inventory of British Coin Hoards. A. D. 600-1500**, Royal Numismatic Society, 1956. — A. Blanchet et A. Dieudonné, **Manuel de numismatique française** (IV, **Monnaies féodales françaises**), Paris, 1936. — A. Suhle, **Deutsche Münz- und Geldgeschichte von den Anfängen bis zum XV. Jahrhundert**, Berlim, 1955: depende, para a Alemanha, do **Manuel** de Blanchet e Dieudonné; além disso, contmé dados de história econômica.

PP. 106-107 — Consultar, igualmente, sobre este assunto: M. Bloch, "Énonomie-nature ou économie-argent. Un pseudo-dilemme", **AHS**, I, 1939, pp. 7-16: na alta Idade Média, a moeda, às vezes, tinha funções diferentes das de nossos dias: era "escala de valores", mas "muito imperfeitamente, meio de pagamentos". Freqüentemente, também, os objetos dados em pagamento dito em espécie, tinham sido anteriormente comprados pelo devedor mediante dinheiro. — H. Van Werveke, "Monnaies, lingots ou marchandises? Les instruments d'échange aux XI^{e} et XII^{e} siècles", **AHES**, 4, 1932, pp. 452-468, mostra que, aproximadamente, de 1000 a 1200, enquanto o número e a amplitude das transações aumentaram gradualmente, o instrumento destas trocas, o dinheiro, não variara em sua essência; talvez a economia-espécie tivesse recuperado terreno. — Ao contrário, G. Duby, "Économie domaniale et économie monetaire: le budget de l'abbaye de Cluny entre 1080 e 1155", **AESC**, 7, 1952, pp. 155-171, constata, por volta dos fins do século XI, um acréscimo das rendas em espécie, seguido, todavia, por volta de 1125, de uma depreciação da moeda e de um retorno à exploração do domínio com valorização da reserva.

P. 112 — O problema da moeda de cálculo, ao qual Pirenne faz apenas uma simples alusão, foi o assunto de diversos estudos. Segundo H. Van Werveke, "Monnaie de compte et monnaie réelle", **RBPH**, XIII, 1934, pp. 123-152, a sorte da moeda de cálculo esteve sempre ligada à existência de uma ou de outra moeda real, de valor fixo ou variável; esta moeda real de base não deixou de ter, em moeda de cálculo, o valor que o poder decidiu designar-lhe. — L. Einaudi, na "Teoria della moneta immaginaria nel tempo da Carlomagno alla rivoluzione francese", **Rivista di storia economica**, I, 1936.

pp. 1-35, sustenta a tese contrária. — M. Bloch, **AHES**, 10, 1938, p. 358, concluiu que as opiniões de Einaudi só podiam sustentar-se a partir da "grande revolução monetária do século XIII". Bloch desenvolveu suas próprias opiniões em seu **Esquisse**, pp. 45-46. — T. Zerbi, **Moneta effettiva e moneta di conto nelle fonti contabili di storia economica**, Milão, 1955, adota para Milão, no século XIV, um ponto de vista próximo ao de Van Werveke.

P. 112 — R. Doehaerd, "Les réformes monétaires carolingiennes", **AESC**, 7, 1952, pp. 12-20, acha poder explicar as variações do valor intrínseco do dinheiro carolíngio pelas relações comerciais com o Mediterrâneo muçulmano, tese que se encontra no estudo de St. Bolin, anteriormente citado; o artigo da Sra. Doehaerd está baseado, em grande parte, na presença do **mancus** no Ocidente, qualificado por Ph. Grierson, de "mito" (ver artigo anteriormente citado: "Le sou d'Uzès", **MA**, LX, 1954, pp. 293-309).

P. 115 — Ph. Grierson, "Sterling", **Anglo-Saxons Coins**, 1961, pp. 265-283: ensaio de etimologia e interpretação do termo; significaria "sólido", e designario o **penny** do período anglo-normando; a constância do valor intrínseco deste **penny** contrastava com a instabilidade das moedas anteriores à conquista.

P. 119 — R. S. Lopez, "Settecento anni fa: il ritorno all'oro nell'occidente duecentesco", **Quaderni della Rivista storica italiana**, 4, Nápoles, 1955; Id., "Back to Gold, 1252", **EHR**, 2d. ser., IX, 1956, pp. 219-240: o autor defende a tese, bastante plausível, de que Gênova teria precedido de alguns meses Florença, na retomada da cunhagem do ouro. Lopez admite as opiniões de Bloch quanto à intensidade da circulação do ouro na época anterior; a retomada da cunhagem do ouro teria sido uma reforma, não uma revolução; Gênova teria adaptado o valor intrínseco de suas peças de ouro ao do **tari** siciliano. Estas opiniões são postas em dúvida por Grierson, **EHR**, 2.ª ser., IX, 1956, p. 371.

P. 119 — Ph. Grierson, "La moneta veneziana nell'economia mediterranea del Trecento e Quattrocento", **La Civiltà del Quattrocento**, 1957, pp. 77-97: resumo sobre a ascendência crescente do ducado frente ao florim, primeiramente no Mediterrâneo Oriental, em seguida em toda a Europa. — H. E. Ives, **The Venetian Gold Ducat and its Imitations**, editado e anotado por Ph. Grierson (Nova York, 1954): ilustra em diversos pontos de vista o estudo precedente.

P. 121 — A. Girard, "La guerre monétaire (XIVe-XVe siècles)", **AHES**, II, 1940, pp. 207-218: resumo, discutível, das condições que cercavam as mudanças do século XIV; estuda detalhadamente os movimentos dos dois metais de região a região. — A. Grunzweig, "Les incidences internationales des mutations monétaires de Philippe le Bel", **MA**, LIX, 1953, pp. 117-173, atribui o primeiro enfraquecimento de Filipe, o Belo (1295), a uma falta de metal-dinheiro, causada pelos subsídios outorgados pelo rei a vários príncipes, notadamente no Império. — H. Van Werveke, "Currency Manipulation in the Middle Ages. The Case of Louis de Male, Count of Flanders", **Trans. Roy. Hist. Soc.**, 4th Ser., XXXI, 1949, pp. 115-127: mostra, esclarecendo um caso particularmente sugestivo, em que medida a atração do lucro, proveniente do direito senhorial, pode ter incitado os príncipes a recorrer às mudanças monetárias. — H. Laurent, **La loi de Gresham au Moyen Age. Essai sur la circulation monétaire entre la Flandre et le Brabant à la fin du XIVe siècle**, Bruxelas, 1933, acentua a rivalidade de dois principados vizinhos como fator de explicação. Além disso o autor acredita, sem razão, pensamos, que "aí a opinião pública exigia um aumento dos valores monetários, o que levou às

mudanças das moedas". — R. Cessi, **Problemi monetari veneziani (fino a tutto il secolo XIV)**, Pádua, 1937: coleção de documentos, precedidos de uma introdução, importantes para o estudo das mudanças monetárias. — A. d'Haenens, "Les mutations monétaires du XIV[e] siècle et leur incidence sur les finances des abbayes bénédictines. Le budget de Saint-Martin de Tournai de 1331 a 1348", **RBPH**, XXXVII 1959, pp. 317-342: as rendas das abadias não foram afetadas pelas mudanças; eram parcialmente pagas em dinheiro, parcialmente em espécie, mas, neste último caso, adaptadas às flutuações decorrentes de cláusulas especiais inseridas nos contratos agrícolas. — C. M. Cipola, **Studi di storia della moneta.** I, **I movimenti dei cambi in Italia dal secolo XIII al XV**, Pavia, 1948. Neste livro trata-se de mudanças internas, isto é, de relações de valor entre as moedas de ouro e as moedas de prata: alta considerável do ouro de 1250 a 1320, estabilidade de 1320 a 1400, nova e grande alta de 1400 a 1450. O autor atribui estas variações às necessidades crescentes de meios de pagamento nas fases de expansão econômica.

IV — O CRÉDITO E O COMÉRCIO DO DINHEIRO

P. 121 — Acrescentar: F. Vercauteren, "Note sur l'origine et l'évolution du contrat de mort-gage en Lotharingie, du XI[e] au XIII[e] siècle", **Miscellanea L. Van der Essen**, 1947, pp. 217-227: "a prática da mão-morta propagara-se antes da região do Mosa que em Flandres", mas deixou mais cedo de desempenhar aí um papel importante.

P. 124 — É útil distinguir aqui a **commenda**, contrato pelo qual o comanditário adianta todo o capital, e a **vera societas** ou **societas maris**, na qual o comanditário fornece igualmente uma parte do capital. Estas formas de contrato se encontram no mundo hanseático: A.-E. Sayous, "Le 'Sendevegeschäft' et la 'Widerlegung', pendants germaniques de la commande et de la 'societas maris' du bassin de la Méditerranée, au Moyen Age" (Acad. Inscr. et Belles-Lettres, **C. R. des séances** de l'année 1936, pp. 189-200). Em Veneza, a **commenda** chamava-se **colleganza**; no século XIV, cedeu o lugar à **societas**: G. Luzzatto, "La commenda nella vita economica dei secoli XIII e XIV (a Venezia)", **Atti del Congresso Internazionale di studi storici del diritto marittimo ad Amalfi**, Nápoles, 1934, 26p.

P. 124 — G. Stefani, **L'asicurazione a Venezia dalle origini alla fine della Serenissima. Documenti pubblicati in occasione del 125[e] annuale della compagnia**, Trieste-Veneza, 1956, 2 vols.: publicação de numerosos documentos extraídos dos arquivos do Estado, em Veneza; ilustração importante do ponto de vista iconográfico; a introdução dá a história geral do seguro marítimo centralizado em Veneza. — F. Edler de Roover, "Early Examples of marine Insurance", **The Journal of Economic History**, V, 1945, pp. 172-200: excelente guia sobre as origens do seguro marítimo. Surgiu, sob suas primeiras formas, por volta dos fins do século XII, cem anos depois dos empréstimos de seguro (Palermo). — R. Doehaerd, "Chiffres d'assurance à Gênes en 1427-1428", **RBPH**, XXVII, 1949, pp. 736-756, descreve igualmente as primeiras formas de seguro marítimo, desde o século XII, em Gênova, assim como as transformações dos fins do século XIII. O primeiro seguro aparece nesta cidade na metade do século XIV. O autor calcula o montante dos capitais segurados para 1427-1428. — A. E. Sayous, "Les transferts de risques, les associations commerciales et la lettre de change à Marseille pendant le XIV[e] siècle". **Rev. hist. de droit franç. et étrang.**, 4.ª ser., 14.º ano, 1935, pp. 469-494.

observa que neste século de tráfico pouco intenso por Marselha, as formas de seguro não se desenvolveram nesta cidade.

P. 125 — F. Edler, **Glossary of mediaeval Terms of Business. Italian Series, 1200-1600**, Cambridge, Mass., 1934.

P. 125 — Ao estudo de Pirenne, citado à p. 129, nota n.º 36, unem-se diversos estudos mais recentes, tais como, para a Itália: A. Fanfani, "La préparation intellectuelle et professionnelle à l'activité économique en Italie du XIVe au XVIe siècle", **MA**, LVII, 1951, pp. 329-346; A. Sapori, "La cultura del mercante medievale italiano", **Rivista di storia economica**. Reimpressão em A. Sapori, **Studi di storia economica medievale**, 2.ª ed., pp. 53-93. Para a Alemanha: H. Kelbert, **Die Berufsbildung der deutschen Kaufleute im Mittelalter**, Berlim, 1956, que insiste mais sobre a formação profissional que sobre a instrução.

P. 125 — A bibliografia relativa à história da contabilidade enriqueceu-se consideravelmente após 1933: R. de Roover, "The Development of Accounting prior to Luca Pacioli according to the Account Books of medieval Merchants", **Studies in the History of Accounting**, Londres, pp. 114-174. — F. Mells, **Storia della ragioneria. Contributo alla conoscenza e interpretazione delle fonti più significative della storia economica**, Bolonha, 1950. — R. de Roover, "Le livre de compte de Guillaume Ruyelle, changeur à Bruges (1369)", **Annales Émulation Bruges**, LXXVII, 1934, pp. 15-95. — T. Zerbi, **Il mastro a partita doppia di una azienda mercantile del Trecento**, Como, 1936. — R. de Roover, "Aux origines d'une technique intellectuelle. La formation et l'expansion de la comptabilité à partie double", **AHES**, 9, 1937, pp. 171-193. — T. Zerbi, **Le origini della partita doppia, gestioni aziendali e situazioni di mercato nei secoli XIV e XV**, Milão, 1952. — B. S. Yamey, "Scientific Bookkeeping and the Rise of Capitalism", **EHR**, 2d. ser., I, 1949, pp. 99-113.

Por muito tempo considerou-se como o mais antigo exemplo de contabilidade em dupla parte, os livros dos *massari* (recebedores urbanos) de Gênova, 1340. Admite-se, hoje, que a contabilidade em dupla parte nasceu na Toscana, por volta dos fins do século XIII. Não estava em uso no norte da Europa antes de 1500.

P. 128 — Aqui, ainda, há literatura abundante, especialmente para o sul da Europa. A.-E. Sayous, "L'activité des banquiers italiens en Italie et aux foires de Champagne pendant le XIIIe siècle", **RH**, CLXX, 1932, pp. 1-31. — A. P. Usher, "The Origin of Banking: the primitive Bank of Deposit, 1200-1600", **EHR**, IV, 1932-1933, pp. 399-428. — T. Zerbi, **La banca nell'ordinamento finanziario visconteo, dai mastri del banco Guissano, gestore della Tesoreria di Piacenza, 1356-58**, Como, 1935. — A. P. Usher, **The early History of Deposit Banking in Mediterranean Europe**, I, Cambridge, Mass., 1943. — R. de Roover, "New Interpretations of the History of Banking", **Cahiers d'Histoire mondiale**, II, n.º 1, pp. 38-77. — F. Melis, **Note di storia della banca pisana nel trecento**, Pisa, 1955. — R. S. Lopez, **La prima crisi della Banca di Genova (1250-1259)**, Milão, 1956. — Id., "I primi cento anni di storia documentata della banca a Genova", **Studi in onore di Armando Sapori**, I, Milão, 1957, pp. 215-253.

Estes estudos esclarecem que o banco, ou melhor, o banco de depósitos, nasceu das operações de troca (troca manual e troca estrangeira). Em Gênova, na metade do século XII, os **bancherii** (banqueiros) eram os proprietários de "bancos" de troca manual. Na primeira metade do século XIII, puseram-se a aceitar os depósitos e a dedicar-se às verdadeiras operações bancárias. Estes

banqueiros eram quase sempre estrangeiros; os de Placença, em particular, permaneceram por muito tempo no primeiro plano. Os transpasses de dívidas de conta a conta se faziam, primitivamente, depois de uma ordem dada a viva voz, prática que permaneceu em vigor por muito tempo, sobretudo em Veneza. Todavia, parece bem estabelecido que, a partir de 1374, o mais tardar, pelo menos em Pisa, verdadeiros cheques estavam em uso (Melis).

P. 131 — T. Zerbi, **Studi e problemi di storia economica: credito ed interesse in Lombardia nei secoli XIV e XV**, Milão, 1955: os mercadores milaneses não dissimulavam os lucros em seus livros, enquanto seus confrades de outras cidades, mesmo na Toscana, eram mais escrupulosos.

P. 131 — Numerosos estudos a respeito da letra de câmbio. Ler-se-á, ainda, com algum proveito: A.-E. Sayous, "L'origine de la lettre de change: les procédés de crédit et de paiement dans les pays chrétiens de la Méditerranée occidentale entre le milieu du XIIe siècle et celui du XIIIe siècle", **Rev. hist. de droit fr. et étrang.**, 4.ª série, 12.º ano, 1933, pp. 60-112. Todavia, grandes progressos foram realizados depois. Ver as precisas exposições do mecanismo da letra de câmbio em R. de Roover, "Le contrat de change depuis la fin du XIIIe siècle jusqu'au début du XVIIe", **RBPH**, XXV, 1946-1947, pp. 111-128; e Id., "Appunti sulla storia della cambiale e del contratto di cambio", **Studi in onore di Gino Luzzatto**, I, Milão, 1950, pp. 193-219. O autor retormou-os em seu livro **L'évolution de la lettre de change. XIVe-XVIIIe siècles**, Paris, 1953, no qual o assunto é mais geral. R. de Roover fez derivar a letra de câmbio do **instrumentum ex causa cambii**, ato passado perante o tabelião, e reconhecimento de dívida, contendo uma cláusula de troca, isto é, de reembolso em moeda estrangeira. — Ainda não se fazia uso, na Idade Média, do desconto de letras de câmbio no sentido restrito. Por outro lado, acreditou-se, até estes últimos anos, que o endosso não era praticado nesta época e mesmo antes do início do século XVII. Graças às pesquisas de H. Lapeyre e de F. Melis podemos agora remontar progressivamente até 1410. Ver, finalmente: H. Lapeyre, "Une lettre de change endossée en 1430", **AESC**, 13, 1958, pp. 260-264, e F. Melis, "Una girata cambiaria del 1410 nell'archivio Datini di Prato", **Economia e Storia**, 1958, pp. 412-421.

P. 137 — A. Sapori, "Le Compagnie mercantili toscane del Dugento e dei primi del Trecento: la responsabilità dei Compagni verso i terzi", **Studi di storia in onore di Enrico Besta**, II, Milão, 1938. Reimpressão em A. Sapori, **Studi**, pp. 765-808. O financiamento das companhias, primeiramente assegurado pelo capital familiar, cresceu sucessivamente pelo investimento de participações e depósitos. Apesar desta evolução, a responsabilidade permaneceu ilimitada e solidária, salvo exceção temporária, em Siena, quanto ao último ponto.

Acrescentar, para a técnica financeira em geral: A.-E. Sayous, "Le capitalisme commercial et financier dans les pays chrétiens de la Méditerranée occidentale, depuis la première croisade jusqu'à la fin du Moyen Age", **VSWG**, 29, 1936, pp. 270-295.

P. 132 — Para a atividade financeira em Bruges, dominada pelos italianos, dispomos agora do livro capital de R. de Roover, **Money, Banking and Credit in mediaeval Bruges. Italian Merchant-Bankers, Lombards and Money-Changers. A Study in the Origins of Banking**, Cambridge, Mass., 1948: corrigir e completar, mas somente do ponto de vista local, através de J. Maréchal, **Bijdrage tot de geschiedenis van het bankwezen te Brugge**, Bruges, 1955. Acrescentar, deste último autor, **Geschiedenis van de Brugse beurs**, Bruges, 1949: prova que a "bolsa" de Bruges, praça pública que deve seu nome ao de um

"lojista" local, era freqüentada, contrariamente à opinião de Ehrenberg, não somente pelos italianos, mas também por mercadores originários de várias regiões.

P. 133 — Série de trabalhos que estudam as etapas sucessivas da atividade destas companhias na Inglaterra. E. von Roon-Bassermann, "Die ersten Florentiner Handelsgesellschaften in England", **VSWG**, 39, 1952, pp. 97-128: refere-se aos anos 1224 a 1266. — A. Sapori, "Le compagnie italiane in Inghilterra", **Moneta e credito**, n.º 12, 1950. Reimpressão em Id., **Studi**, 1955, pp. 1039-1070. — Id., "Le compagnie dei Frescobaldi in Inghilterra" (prefácio da edição do **Liber tercius Friscumbaldorum**, Florença, 1947. Reimpressão em Id., **Studi**, 1955, pp. 579-646: fim do século XIII-início do século XIV). — E. B. Fryde, "The Deposits of Hugh Despenser the Younger with Italian Bankers", **EHR**, 2.ª ser., III, 1951, pp. 344-362: depósitos junto aos Bardi e aos Peruzzi (± 1321-1326). — A. Sapori, "Storia interna della compagnia mercantile dei Peruzzi", **Archivio Storico Italiano**, ser. VII, vol. XXII, 1934. Reimpressão: Id., **Studi**, 1955, pp. 243-284: até a catástrofe de 1343. — G. Muré, **Struttura e funzionamento della Compagnia mercantile dei Peruzzi**, Roma, 1950: estuda especialmente a filial de Londres.

P. 133 — A respeito das rendas do papado, ver: W. E. Lunt, **Papal Revenues in the Middle Ages**, 2 vols., Nova Iorque, 1934: publicação de documentos, precedida de uma longa introdução, descrevendo o sistema administrativo fiscal do papado, e analisando as rendas pontifícias. — V. Pfaff, "Die Einnahmen der römischen Kurie am Ende des XII. Jahrhunderts", **VSWG**, 40, 1953, pp. 97-118: relativo ao **Liber Censuum** de Cencius de 1192; importante sobretudo para a história da moeda e dos preços. — W. E. Lunt, **Financial Relations of the Papacy with England to 1327,** Cambridge, Mass., 1939: estudo aprofundado das taxas pontificais e da parte (crescente) destas rendas atribuída à realeza.

Para o papel dos mercadores-banqueiros italianos, nas transferências das diversas regiões da Cristandade para a Câmara Apostólica, ver o livro fundamental de Y. Renouard, **Les relations des papes d'Avignon et des compagnies commerciales et bancaires de 1316 à 1378**, Paris, 1941.

P. 134 — Algumas obras foram dedicadas à história dos judeus na Idade Média em geral, ou especialmente à sua situação jurídica e social: E. Schopen, **Geschichte des Judentums im Abendland**, Berna, 1961. — G. Kisch, **The Jews in medieval Germany. A study of their legal and social status.** Chicago, 1949 — Id., **Forschungen zur Rechts- und Sozialgeschichte der Juden in Deutschland während des Mittelalters**, Zurique, 1955.

P. 135 — Sobre a atividade econômica dos judeus: J. Brutzkus, "Trade with Eastern Europe, 800-1200", **EHR,** XIII, 1943, pp. 31-41: trata principalmente das atividades dos judeus "rodanitas", que contribuíram largamente para manter as relações entre Ocidente e Oriente. — L. I. Rabinowitz, **The Herem Hayyishub. A Contribution to the Medieval Economic History of the Jews**, Londres, 1945: revela, segundo fontes inéditas, a existência de uma espécie de intermediário judeu da gilde mercante. — R. W. Emery, **The Jews of Perpignan in the XIIIth Century: an Economic Study based on notorial records**, Nova Iorque, 1959: interessante para a técnica dos custos e condição social dos emprestadores. — P. Elman, "The economic Causes of the Expulsion of the Jews in 1290", **EHR**, VII, 1937, pp. 145-154: quando os judeus foram expulsos da Inglaterra em 1290, já tinham perdido toda a utilidade para o rei; os lombardos estavam prestes a tomar seu lugar.

P. 137 — O livro de J. Piquet, **Des banquiers au Moyen Age. Les Templiers. Étude de leurs opérations financières**, Paris, s.d. = 1939, constitui um progresso sobre o de L. Delisle, citado à p. 120, nota n.º 36, para a análise restrita das operações financeiras; o autor acredita revelar um embrião de contabilidade de dupla parte e uma forma primitiva de cheque.

P. 140 — B. N. Nelson, **The Idea of Usury; from Tribal Brotherhood tot Universal Otherhood**, Princeton, 1949: insere as opiniões dos teólogos em matéria de usura numa evolução de idéias, cujo ponto de partida é a concepção da usura no Antigo Testamento. — A. Sapori, "Economia e morale alle fine del Trecento. Francesco di Marco Datini e Ser Lapo Mazzei", **Studi senesi**, s. III, n.º 1, 1952, pp. 44-76. Reimpressão em **Studi**, 1955, pp. 155-179. — L. Della Nolle, **Il contratto di cambio nei moralisti dal secolo XIII alla metà del secolo XVII**, Roma, 1954.

CAPÍTULO V

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES ATÉ FINS DO SÉCULO XIII

I. — OBJETOS E ORIENTAÇÕES DO GRANDE COMÉRCIO

P. 143 — **Bibliografia.** — Fr. Rörig, **Mittelalterliche Weltwirtschaft. Blüte und Ende einer Weltwirtschaftperiode**, Iena, 1933: opina no mesmo sentido de Pirenne quanto à importância do comércio internacional; insiste no fato de que não se trata somente de produtos de luxo, mas igualmente de artigos de consumo corrente. — A. Sapori, **Il commercio internazionale nel medioevo** (Archivio di studi corporativi, 1938, fasc. III. Reimpressão: **Studi di storia economica**, 1955, pp. 495-533): esboço geral do assunto, com múltiplas incitações à pesquisa. — J. Lacour-Gayet, **Histoire du commerce. II, Le commerce de l'ancien monde jusqu'à la fin du XV^e siècle**, livro II; Marguerite Boulet, **Le commerce médiéval européen**, S.P.D.I., 1950, pp. 189-357: bom tratado de vulgarização. — R. S. Lopez e R. Irving, **Medieval Trade in the Mediterranean World**, Nova Iorque, 1955: tradução de 200 documentos referentes aos aspectos mais diversos do comércio mediterrâneo, com notas introdutórias e outras. — V. Chomel e J. Ebersolt, **Cinq siècles de circulation internationale vue de Jougne. Un péage jurassien du XIII^e au XVIII^e siècle**, Paris, 1951: Jougne encontrava-se nas principais rotas que ligavam a Itália às regiões do norte da Europa, pelo menos desde a metade do século XIII até a metade do século XV.

P. 144 — H. C. Krueger, "The Wares of Exchange in the Genoese-African Traffic of the XIIth Century", **Spec.**, XII, 1937, pp. 57-71: destaca, entre os numerosos artigos vendidos na África, os tecidos do Norte.

P. 146 — O alume era utilizado na indústria têxtil para desengordurar as fibras e para fixar as cores. O comércio do alume foi estudado a partir do principal centro de distribuição M. L. Heers, "Les Génois et le commerce de l'alun à la fin du Moyen Age", **RHES**, XXXII, 1954, pp. 31-53 e a partir da principal região consumidora, L. Liagre, "Le commerce de l'alun en Flandre au Moyen Age", **MA**, LXI, 1955, pp. 177-206.

PP. 146-147 — O livro de H. Laurent, **Un grand commerce d'exportation au Moyen Age. La draperie des Pays-Bas en France et dans les pays méditerranéens (XII^e-XV^e siècle)**, Paris, 1935, constituiu, no momento de seu aparecimento, um considerável passo adiante, graças ao estudo sistemático e detalhado dos mercados nas regiões de língua romana (mercado de Paris). —

Ch. Verlinden fornece retoques no quadro para a península ibérica: "Contribution à l'étude de l'expansion commerciale de la draperie flamande dans la péninsule ibérique au XIII[e] siècle", **RN**, XXII, 1936, pp. 5-20 e "Draps des Pays-Bas et du nord de la France en Espagne au XIV[e] siècle", **MA**, XLVI, **1937**, pp. 21-36. — Recentemente, H. Ammann modificou sensivelmente a perspectiva sobre o comércio de tecidos, recuando até 1100-1150, o início da sua difusão na bacia do Mediterrâneo: "Die Anfänge des Aktivhandels und der Tucheinfuhr aus Nordwesteuropa nach dem Mittelmeergebiet", **Studi in onore di Armando Sapori**, Milão, 1957, I, pp. 273-308. — Numa segunda publicação, "Deutschland und die Tuchindustrie Nordwest-Europas im Mittelalter", **HG**, 72, 1954, pp. 1-63. Ammann mostrou que Laurent subestimara a importância da exportação para a Alemanha dos tecidos do noroeste da Europa (Países Baixos, Inglaterra); os tecidos da Flandres mantiveram sua importância no norte da Alemanha até o século XV. Acrescentar: Ch. Verlinden, **Brabantsch en Vlaamsch laken te Krakau op het einde der XIV[e] eeuw**, Antuérpia-Utrecht, 1943 (= Tecidos brabançöes e flamengos na Cracóvia no final do século XIV). — Ao **Recueil de documents relatifs à l'histoire de l'industrie drapière en Flandre**, publicado por G. Espinas e H. Pirenne, anteriormente citado, e que compreende apenas documentos posteriores a 1400, segue-se, a partir do período borgonhês, a publicação de H.-E. de Sagher, editada sob o mesmo título geral (dois tomos publicados, Bruxelas, 1951-1961). — Para duas das localidades observadas nesta última coleção, os documentos que contém já foram utilizados por E. Coornaert nas exaustivas monografias: **Une industrie urbaine du XIV[e] au XVII[e] siècle. L'industrie de la laine à Bergues-Saint-Winoc**, Paris, 1930 e **Un centre industriel d'autrefois. La draperie-sayetterie d'Hondschoote (XIV[e]-XVIII[e] siècles)**, Paris, 1930. — Do mesmo autor, um artigo muito sugestivo, no qual alerta contra todo contraste muito marcante entre a tecelagem urbana medieval e a indústria rural do século XVI: "Draperies rurales, draperies urbaines. L'évolution de l'industrie flamande au Moyen Age et au XVI[e] siècle", **RBPH**, XXVIII, 1950, pp. 59-96.

O estudo da indústria têxtil inglesa na Idade Média foi renovado pelos trabalhos de E. M. Carus-Wilson, "The English Cloth-Industry in the late XIIth and early XIIIth Centuries", **EHR**, XIV, 1944, pp. 32-50. Reimpressão: **Medieval Merchant Venturers**, Londres, 1954, pp. 211-238; "An Industrial Revolution in the XIIth and XIIIth Centuries", **EHR**, XI, 1941, pp. 39-60. Reimpressões: **Essays in Economic History**, Londres, 1945, e **Med. Merch. Vent.**, pp. 182-210; "Trends in the Export of English Woollens in the XIVth Century", **EHR**, 2ª ser., III, 1950, pp. 162-179. Reimpressão: **Med. Merch. Vent.**, pp. 239-264. Eis alguns resultados de suas pesquisas: a tecelagem urbana da Inglaterra, florescente por volta de 1200, de estrutura comparável à das cidades flamengas, com a diferença de que não era o mercador importador de lã, mas o mercador importador de pastel (planta), que aí desempenhava o papel de empresário. Por não ter consultado as fontes rurais, acreditara-se num declínio da tecelagem inglesa no século XIII. Ela conheceu bem antes desta época uma revolução industrial, constituída pela mecanização do apisoamento, graças à utilização do moinho d'água. O resultado foi a transferência da indústria para as regiões acidentadas do norte e do oeste.

Vários trabalhos assinalaram, ao lado da importância da tecelgem, o da aparentada indústria do linho. H. Ammann, "Die Anfänge der Leinenindustrie des Bodenseegebiets", **Alemannisches Jahrbuch**, 1953, pp. 253-313, assinala que os primeiros indícios da exportação de seus tecidos remontam a 1205, e não

a 1289, como até então se admitira. — E. Sabbe, **De Belgische vlasnijverheid. I, De Zuidnederlandsche vlasnijverheid tot het verdrag van Utrecht (1713)**, Bruges, 1943. — Existe uma versão mais concisa, em francês, com continuação até 1900: E. Sabbe, **Histoire de l'industrie linière en Belgique**, Bruxelas, 1945: mostra como a indústria do linho dos Países Baixos meridionais se desenvolveu em conseqüência da guerra dos Cem Anos, em detrimento da indústria da Champanha; era uma indústria rural, florescente em Hanaut, Cambrésis e Nivellois, antes de sê-lo em Flandres.

P. 148 — Sobre as origens de Bruges, como praça de comércio, ver: A. E. Verhulst, "Les origines et l'histoire ancienne de Bruges IXe-XIIe siècles", **MA**, LXVI, 1960, pp. 37-63: pesquisas recentes mostraram que, qualquer que possa ser o papel desempenhado por Bruges no século IX, sua importância marítima só se esboça no século XI, quando foi construído um canal, ligando a cidade ao estuário do Zwin, que se formara nesse meio tempo. — J. A. Van Houtte, em "Bruges et Anvers: marchés 'nationaux' ou 'internationaux' du XIVe au XVIe siècle", **RN**, XXXIV, 1952, pp. 89-108, julga que, se Bruges foi um "mercado de interesse maior, mas mercado somente 'nacional', Antuérpia, no século XVI, foi "um mercado verdadeiramente 'internacional'". — A ascenção de Antuérpia, segundo o mesmo autor ("La genèse du grand marché international d'Anvers à la fin du Moyen Age", **RBPH**, XIX, 1940, pp. 87-126), era devida a diferentes fatores, dos quais o primeiro foi a importação de tecidos ingleses, visando principalmente a clientela alemã.

P. 148 — As colônias de habitantes de Bruges, pertencentes a duas nacionalidades diferentes, foram objeto de profundos estudos: R. de Roover, "La communauté des marchands lucquois à Bruges de 1371 à 1404", **Annales de la Société d'Émulation de Bruges**, LXXXVI, 1949, pp. 23-89, e J. Marechal, "La colonie espagnole de Bruges du XIVe au XVIe siècle", **RN**, XXXV, 1953, pp. 5-40. Os de Lucca constituíram-se em "nação" em 1369; levaram para o mercado de Bruges principalmente as sedas e os tecidos de ouro e de prata. Quanto aos espanhóis, formaram, não uma, mas cinco colônias diferentes, todas submissas a quatro consulados.

P. 149 — Sabe-se, após os trabalhos de R. Doehaerd, anteriormente citado, que as primeiras viagens comerciais de galeras genovesas a Flandres e à Inglaterra devem situar-se, não na primeira metade do século XIV, mas entre 1277 e 1278, respectivamente. — Para o uso que os venezianos fizeram das galeras, ver A. Tenenti e C. Vivanti, "Le film d'un grand système de navigation. Les galères marchandes venitiennes. XIVe-XVIe siècles", **AESC**, 16, 1961, pp. 83-86, comentário tomado de um estudo em preparação sobre as galeras mercantes de Veneza, e mostrando a evolução das principais linhas de navegação.

P. 149 — Sobre a marinha mercante alemã através da História, ver W. Vogel, **Die Deutschen als Seefahrer**, Hamburgo, 1949, onde o autor trata da Idade Média com base em pesquisas pessoais.

P. 149 — O livro de J. H. Beuken, **De Hanze en Vlaanderen**, Maastricht, s.d. (= A Hansa e Flandres), é uma visão de conjunto pouco original. — W. Friccius, "Der Wirtschaftskrieg als Mittel hansischer Politik im XIV. und XV. Jahrhundert", **HG**, 57, 1932, pp. 38-77; 58, 1933, pp. 52-121, estuda as medidas de boicote pelas quais a Hansa visava obter da cidade de Bruges condições mais favoráveis para os mercadores alemães que aí traficavam.

P. 150 — G. Hollihn, "Die Stapel- und Gästepolitik Rigas in der Ordenzeit (1201-1562). Ein Beitrag zur Wirtschaftsgeschichte Rigas in der Han-

zeit", **HG**, 60, 1935, pp. 89-207: entre os assuntos tratados, destacamos o **Gasthandelverbot**, isto é, a proibição, feita em certas cidades, aos mercadores estrangeiros, de entrar em relações comerciais mútuas.

P. 150 — O livro de P. Johansen, **Nordische Mission, Revals Gründung und die Schwedensiedlung in Estland**, Estocolmo, 1951, demonstra a existência, em Reval, de um centro de comércio escandinavo, anterior à cidade alemã de orientação hanseática.

P. 150 — É da colaboração, de que deram prova na Prússia, a Ordem Teutônica e a Hansa, anteriormente às suas divergências políticas no século XV, que se ocupa especialmente H. G. von Rundstedt, **Die Hanse und der Deutsche Orden in Preuszen bis zur Schlacht bei Tannenberg (1410)**, Weimar, 1937.

P. 150 — À atividade dos hanseatas na Suécia, pode-se acrescentar a desenvolvida na Noruega. Seu papel, neste país, e sua influência sobre seu desenvolvimento econômico foram apreciados diferentemente pelos historiadores alemães e por seus colegas noruegueses. Cf. M. Wetki, "Studien zum Hanse-Norwegen Problem", **HG**, 70, 1951, pp. 34-83, e J. Schreiner, "Bemerkungen zum Hanse-Norwegen Problem", **HG**, 72, 1954, pp. 64-78. O livro de J. A. Gade, **The Hanseatic Control of Norwegian Commerce during the Late Middle Ages**, Leyde, 1951, não traz nada de muito novo.

P. 150 — O período de formação da Hansa, anterior à paz de Stralsund (1370), que consolidou sua preponderância nas relações entre as bacias do mar do Norte e do Báltico, foi estudado e renovado durante a geração precedente sob o impulso de Fr. Rörig. Além dos estudos deste autor, já mencionados por Pirenne, à p. 143, citamos: "Die Gestaltung des Ostseeraums", **Deutsches Archiv für Landes- und Volksforschung**, 2, 1938-1939, e "Unternehmerkräfte im flandrisch-hansischen Raum", **HZ**, 159, 1939. Foram reeditadas, com modificações, em **Vom Werden und Wesen der Hanse**, Leipzig, 1940, pp. 11-54 e 83-114. Além disso, consultar, do mesmo autor, as coleções de artigos intituladas **Hansische Beiträge zur deutschen Wistschaftsgeschichte**, Breslau, 1928, e **Wirtschaftskräfte im Mittelalter. Abhandlungen zur Stadt- und Hansegeschichte**, Colônia-Graz, 1959. — Novas direções de pesquisas foram indicadas por H. Sproemberg, em dois artigos, que levam o mesmo título ("Die Hanse in europäischer Sicht") e tendência idêntica, mas de redação sensivelmente diferente; surgiram, um no **XXXVII° Congrès de la Fédération archéologique et historique de Belgique, Bruxelas, 1958. Annales**, Bruxelas, 1901, pp. 211-224; o outro, em **Dancwerc. Opstellen aangeboden aan Prof. Dr. D. Th. Enklaar**, Groningen, 1959, pp. 126-151. O autor insiste sobre a necessidade de estudar as trocas Leste-Oeste não somente do ponto de vista da Hansa, mas ainda o referente às regiões com as quais ela mantinha relações econômicas. — A obra de K. Pagel, **Die Hanse**, 2ª ed., Brunswick, 1952, é um trabalho de vulgarização, não sem méritos, mas levando insuficientemente em conta as pesquisas recentes. — E. G. Krüger, "Die Bevölkerungsverschiebung aus den altdeutschen Städten über Lübeck in die Städte des Ostseegebietes bis zum Stralsunder Frieden", **Zeitschr. d. Ver. f. Lübecksche Gesch. u. Altertumsk.**, 27, 1935, pp. 101-158, 263-313: estudo detalhado da emigração de cidadãos originários da Alemanha ocidental para as cidades do Leste, passando por Lübeck.

P. 151 — Não é inútil observar que a harmonia de opiniões na política das cidades hanseáticas esteve longe de ser permanente e geral. O acordo entre Lübeck e as cidades prussianas, quanto à atitude a adotar em relação

a Flandres, deixou muito a desejar. Algumas cidades, por outro lado, exploraram sua situação geográfica favorável para fins pessoais: foi o caso de Stettin, situada perto da embocadura do Oder, dotada de importantes privilégios pelos duques da Pomerânia, o que lhe permitiu resistir vitoriosamente tanto à concorrência de Lübeck como das cidades situadas à montante no Oder: E. Assmann, **Stettins Seehandel und Seeschiffarhrt im Mittelalter**, Kitzingen/Main, 1950.

P. 151 — Desde que Pirenne escreveu estas linhas, vários estudos de valor ilustraram a importância primordial do eixo comercial Brugues-Lübeck-Novgorod, ao qual se ligavam, principalmente em sua metade oriental, diversos itinerários secundários. O comércio de Reval (= Tallinn), talvez fosse determinado, em primeiro lugar, pela atração do mercado flamengo: W. Koppe, "Revals Schiffsverkehr und Seehandel in den Jahren 1378/1384", **HG**, 64, 1940, pp. 111-152. — O trabalho de V. Niitema, **Der Binnenhandel in der Politik der livländischen Städte im Mittelalter**, Helsinque, 1952, segue, até em suas ramificações mais orientais, o comércio das cidades de colonização alemã (Riga, Dorpat, Reval, etc.) na Livônia entre, mais ou menos, 1250 e 1550. — No estudo de M. Lesnikov, "Die livländische Kaufmann-schaft und die Handelsbeziehungen zu Flandern am Anfang des XV. Jahrhunderts", **Zeitschrift für Geschichtswissenschaft**, Berlim, VI, 1958, pp. 285-303, ao contrário, as expedições organizadas a partir destas mesmas cidades para Bruges, passando por Lübeck, são valorizadas. Insistindo sobre o fato de que estas relações não devem ser estudadas exclusivamente do ponto de vista da Hansa, o historiador russo volta à maneira de pensar de Sproemberg, à qual fizemos alusão anteriormente. Julga, também, que não era um comércio "colonial", sendo a margem de lucro muito restrita. — Do mesmo autor: "Beiträge zur Baltisch-Niederländischen Handelsgeschichte am Ausgang des XIV. und zu Beginn des XV. Jahrhunderts", **Wissenschaftliche Zeitschrift der Karl-Marx-Universität**, Leipzig, 7, 1957-1958, pp. 613-626: Lesnikov julga que, por volta de 1400, as exportações de trigo da bacia do Báltico para os Países Baixos ainda eram pouco consideráveis. — Para B. Zientara, "Einige Bemerkungen über die Bedeutung des pommerschen Exports im Rahmen des Ostsee-Getreidehandels im XIII. und XIV. Jahrhundert", **Hansische Studien Heinrich Sproemberg zum 70. Geburtstag**, Berlim, 1961, pp. 422-431, a exportação de trigo da Pomerânia fora realmente importante de 1250 a 1350 (mais que no século seguinte), ainda que dirigida preferencialmente para a Noruega que para Flandres. — Dois estudos de M. Lesnikov esboçam o papel de Lübeck como intermediário entre o Leste e o Oeste (a atividade propriamente econômica da cidade não fora, até aqui, objeto de um estudo aprofundado): "Lübeck als Handelsplatz für Osteuropawaren im XIV. Jahrhundert", **Hans. Stud.**, pp. 273-292, e "Lübeck als Handelsplatz fur osteuropäische Waren im XV. Jahrhundert", **HG**, 78, 1960, pp. 67-86. O primeiro é baseado no estudo da contabilidade dos Wittenborg, o segundo na dos Veckinchusen (início do século XV). A impressão que se tem da primeira é que as mercadorias compradas na Livônia e na Rússia eram colocadas à venda pelos mercadores de Lübeck em sua cidade natal: não poderiam concorrer em Bruges com os produtos trazidos diretamente do Báltico. A documentação dos Veckinchusen, ao contrário, nos faz conhecer o comércio Leste-Oeste nas mãos dos mercadores de Lübeck, com encaminhamento das mercadorias a partir desta cidade para Bruges, seja por mar, seja por terra, através de Colônia. Lesnikov é, enfim, o autor de um profundo estudo sobre a produção e comércio de peles, baseado, igualmente, nos arqui-

vos dos Veckinchusen: "Der Hansische Pelzhandel zu Beginn des XV. Jahrhunderts", **Hans. Stud.**, pp. 219-272. (Tradução de um artigo publicado em russo, em 1948.) — A importância primordial de Flandres para o comércio da Hansa é conhecida, ainda, através do trabalho de Fr. Renken, "Der Handel der Königsberger Grossschäfferei des Deutschen Ordens mit Flandern um 1400", Weimar, 1937: a Ordem Teutônica expedia para Bruges o âmbar, o cobre (originário da Hungria e do Harz), a cera e as peles, mas a derrota dos cavaleiros em Tannenberg (1410) dera um golpe mortal nesta atividade. — Ao itinerário Novgorod-Bruges ligava-se a corrente comercial Estocolmo--Lübeck: W. Koppe, **Lübeck-Stockholmer Handelsgeschichte im XIV. Jahrhundert**, Neumünster, 1933: os produtos eram geralmente reexpedidos a partir de Lübeck para Flandres, diversos mesmo em sua totalidade (cobre).

P. 152 — H. Klein, "Zur älteren Geschichte der Salinen Hallein und Reichenhall", **VSWG**, 38, 19, pp. 306-333.

P. 153 — J. de Sturler, "Le port de Londres au XIIe siècle", **Rev. de l'Univ. de Bruxelles**, 1936, pp. 61-77.

P. 153 — Para os trabalhos relativos à tecelagem inglesa, ver p. 250.

P. 154 — E. Power, **The Wool Trade in English Mediaeval History**, Oxford, 1941: série de seis conferências, que formam uma admirável síntese, primeiro lance de uma obra que a morte prematura lhe impediu de realizar. — G. Bigwood, "La politique de la laine en France sous les règnes de Philippe le Bel et de ses fils", **RBPH**, XVI, 1936, pp. 79-102, 429-457; XVII, 1937, pp. 95-129: trata-se, sobretudo, da lã inglesa, da qual as cidades italianas eram grandes consumidoras; a política francesa tendia a proibir a reexportação, mas Filipe, o Belo, por razões fiscais, autorizou numerosas exceções. — Para a produção das abadias cistercienses inglesas: R. A. Donkin, "The Disposal of Cistercial Wool in England and Walles during the XIIth and XIIIth Centuries", **Cîteaux**, VIII, 1957, pp. 109-131, 181-202.

P. 154 — G. A. Holmes, "Florentine Merchants in England, 1346-1436", **EHR**, 2ª ser., XIII, 1960, pp. 193-208, acentua particularmente o papel da casa florentina dos Alberti. — Diversos trabalhos recentes esclarecem sobre a importância do porto de Southampton, particularmente de 1378 ao início do século XVI, para o tráfego das galeras italianas; ver: A. A. Ruddock, **Italian Merchants and Shipping in Southampton (1270-1600)**, Southampton, 1951.

Além disso, notar: J. de Sturler, **Les relations politiques et les échanges commerciaux entre le duché de Brabant et l'Angleterre au Moyen Age**, Paris, 1936 (ver as páginas relativas à etapa das lãs e as que esclarecem a importância da Inglaterra para o comércio de Antuérpia no século XIV). — N. J. M. Kerling, **Commercial relations of Holland and Zealand with England from the late XIIIth century to the close of the Middle Ages**, Leyde, 1954 (um pouco insuficiente). — **Studies in English Trade in the XVth Century**, Londres, 1933, publicado por E. Power e M. M. Postan. Coleção de estudos devidos a vários autores; observar especialmente: M. M. Postan, "The economic and political Relations of England and the Hanse from 1400 to 1475"; E. M. Carus-Wilson, "The Iceland Trade"; Id., "The Overseas Trade of Bristol"; estes dois últimos estudos são repetidos em E. M. Carus-Wilson, **Medieval Merchant Venturers**, Londres, 1954.

P. 156 — Depois que Pirenne escreveu estas linhas, numerosos estudos foram dedicados ao assunto. Em parte, encontraram seu ponto de partida num artigo do próprio H. Pirenne: "Un grand commerce d'exportation au Moyen Age: les vins de France", **AHES**, 5, 1933, pp. 225-243. — Reimpresso em:

Histoire économique de l'Occident médiéval, pp. 588-609. O autor chama a atenção principalmente ao vinho de La Rochelle, exportado desde meados do século XII, tanto para a Inglaterra como para Flandres. (Para a primeira destas regiões, ver: M. K. James, "The Fluctuations of the Anglo-Gascon Wine Trade during the XIVth Century", **EHR**, 2ª ser., IV, 1951, pp. 170-196.) O problema foi retomado pela primeira vez por Y. Renouard em "Le grand commerce du vin au Moyen Age", **Revue historique de Bordeaux et du département de la Gironde**, 1952, pp. 5-18, onde se encontra um esboço da distribuição geográfica dos vinhedos franceses. Foi retomado igualmente, somente para os Países Baixos, mas de uma maneira extremamente aprofundada, por J. Craeybeckx, **Un grand commerce d'importation: Les vins de France aux anciens Pays-Bas (XIIIe-XVIe siècles)**, Paris, 1958. O autor destaca a importância do consumo nos Países Baixos. Insiste sobre os métodos primitivos em vigor no comércio do vinho, que ficava fora da esfera de atividade dos mercadores italianos. Neste meio tempo, R. Dion publicou uma série de sólidos estudos sobre a viticultura e a história do vinho, os quais não se poderá agora dispensar: "Grands traits d'une géographie vinicole de la France: la viticulture médiévale", **Publ. de la Soc. de Géogr. de Lille**, 1948-1949, pp. 6-45; "Viticulture ecclésiastique et viticulture princière au Moyen Age", **RH**, 212, 1954, pp. 1-22, artigo que esclarece o "prestígio" do vinho na sociedade da Idade Média; **Histoire de la vigne et du vin en France des origines au XIXe siècle**, Paris, 1959: o autor põe em evidência o esforço dos homens como fator de localização e de especialização. — Acrescentar: R. Doehaerd, "Un paradoxe géographique: Laon, capitale du vin au XIIe siècle", **AESC**, 5, 1950, pp. 145-165, e a discussão que se seguiu à publicação deste artigo: J. de Sturler, "A propos de commerce de vin au Moyen Age. Questions de fait et de méthode", **MA**, LVII, 1951, pp. 93-128, e R. Doehaerd e J. de Sturler, "Correspondance", **MA**, LVII, 1951, pp. 359-381.

P. 156 — No artigo "Le grand commerce des vins de Gascogne au Moyen Age", **RH**, CCXXI, 1959, pp. 261-304, onde retoma pela segunda vez o assunto, ampliando consideravelmente o exposto, Y. Renouard fez observar que Pirenne confundiu os vinhos de Bordéus e os de La Rochelle: na realidade "os vinhos de Aunis e de Poitou [eram] exportados por Rochelle, os vinhos da Gasconha (...) por Bordéus" (Renouard, p. 270).

P. 157 — Pode-se acrescentar que, por volta dos fins da Idade Média, a Inglaterra, que até então produzira, ela própria, o sal necessário para o seu consumo, dependia cada vez mais da importação do sal estrangeiro, proveniente da baía de Bourgneuf, A. R. Bridbury, **England and the Salt Trade in the Later Middle Ages**, Oxford, 1955).

P. 157 — Ver, sobre este assunto, o livro capital de Ch. Verlinden, **L'esclavage dans l'Europe médiévale**, I, Bruges, 1955. As 632 primeiras páginas deste tomo, único publicado, são consagradas precisamente à península ibérica.

P. 159 — Dedicou-se, até aqui, muito pouca atenção à expansão comercial da Espanha cristã na Idade Média. Ch. Verlinden, "The Rise of Spanish Trade in the Middle Ages", **EHR**, X, 1940, pp. 44-59, dá um excelente esboço do assunto. Além dos dados fornecidos por Pirenne, e que amplia, Verlinden mostra como, por volta de 1250, os catalães atingiam, por via terrestre, as feiras da Champanha, assim como Flandres. — Id., "Le problème de l'expansion commerciale portugaise au Moyen Age", **Biblos**, XXIII, Coimbra, 1948, 15 p.: orienta uma série de pesquisas, sobretudo a propósito das regiões situadas ao longo da rota marítima, ligando Portugal aos Países Baixos. — R. S. Lopez,

"Majorcans and Genoese on the North Sea Route in the XIIIth century", **RBPH**, XXIX, 1951, pp. 1163-1179, observa que a presença de um navio originário de Maiorca é assinalada em Londres em 1281, isto é, somente três anos depois da primeira galera genovesa.

P. 161 — Se não é possível avaliar o volume do comércio medieval em números absolutos, pode-se, entretanto, numa certa medida, estabelecer o sentido do balanço comercial entre diversas regiões. Foi pelo menos o que R. de Roover tentou fazer com certo sucesso em "La balance commerciale entre les Pays-Bas et l'Italie au XVe siècle", **RBPH**, XXXVII, 1959, pp. 374-386.

II. — CARÁTER CAPITALISTA DO GRANDE COMÉRCIO

P. 162 — Encontrar-se-á em M. Postan, "Medieval Capitalism", **EHR**, IV, 1932-1933, pp. 212-227, um resumo deste assunto, no contemporâneo aos estudos de Pirenne. Desde então, surgiu um certo número de estudos relativos aos mercadores capitalistas italianos. Dois dentre eles dão uma notável visão de conjunto de toda a classe: Y. Renouard, **Les hommes d'affaires italiens au Moyen Age**, Paris, 1949, e A. Sapori, **Le marchand italien au Moyen Age**, Paris, 1952 (o texto compõe-se de quatro conferências, assim como de uma importante bibliografia). Outros trataram do capitalismo comercial numa determinada cidade: para Gênova: R. Lopez, "Aux origines du capitalisme génois", **AHES**, 9, 1937, pp. 429-454 (uma grande parte do capital inicial teria sido conquistado, nas guerras contra os sarracenos, pelos nobres proprietários fundiários, e confiado por eles aos mercadores profissionais); Id., "Le marchand génois. Un profil collectif", **AESC**, 13, 1958, pp. 501-515: "... nem as galeras, nem a **commenda**, ou a participação de todas as classes nas atividades comerciais são próprias a Gênova somente, mas o que a distinguiu das outras cidades italianas foi a intensidade com que estas atividades se desenvolveram e sua predominância absoluta sobre todas as outras formas da vida urbana" (p. 505). Para Veneza: A. E. Sayous, "Le rôle du capital dans la vie sociale et le commerce extérieur de Venise entre 1050 et 1150", **RBPH**, XIII, 1934, pp. 657-696: no contrato dito **collegantia**, o fornecedor de capitais só intervém muito indiretamente nas operações comerciais; é um "verdadeiro e puro capitalista"; além disso: G. Padovan, "Capitale e lavoro nel commercio veneziano dei secoli XI e XII", **Rivista di storia economica**, VI, ano 1941. — Finalmente, outros trabalhos são dedicados a figuras isoladas: R. S. Lopez, **Genova marinaria nel Ducento: Benedetto Zaccaria, ammiraglio e mercante**, Messina, 1933: Zaccaria desempenhou um papel político em Gênova, servindo, na qualidade de almirante, em sua pátria. Em outras oportunidades, ocupou-se, no meio-tempo, de empresas comerciais que fizeram dele um capitalista de envergadura, tornando-se proprietário de jazidas de alume na Ásia Menor. — I. Origo, **The Merchant of Prato: Francesco di Marco Datini**, Londres, 1957. — Trad. ital.: **Il mercante di Prato**, Milão, 1958: biografia do famoso mercador toscano (± 1335-1410), cujos arquivos foram preciosamente conservados; o estudo do personagem é interessante, se bem que sua envergadura não seja excepcional, contrariamente à opinião de Pirenne, p. 212, nota n.º 23. O livro deve ser usado com muita prudência; cf. o resumo de 27 p., severo e instrutivo, de F. Melis, "A proposito di un nuovo volume 'Il Mercante di Prato'", **Economia e Storia**, 1959; A. Fanfani, **Un mercante del Trecento**, Milão, 1935: trata-se de Giubileo Carsidoni, de Borgo San Sepolcro (1368-1396), mercador atacadista e de varejo, que convertia, gradualmente, seus lucros comerciais em fontes de rendas

fundiárias; F. C. Lane, **Andrea Barbarigo, Merchant of Venice, 1418-1449**, Baltimore, 1944: mercador que, iniciando com um capital pouco importante, deixou a seus herdeiros uma forturna composta parcialmente de bens fundiários.

G. Espinas estudou alguns tipos de capitalistas flamengos: **Les origines du capitalisme, I, Sire Jehan Boinebroke. Patricien et drapier douaisien (? -1286 environ)**, Lille, 1933; II, **Sire Jean de France, patricien et rentier douaisien. Sire Jacques Le Blond, patricien et drapier douaisien (seconde moitié du XIII[e] siècle)**, Lille, 1936. Boinebroke e Le Blond representam o tipo do mercador-empresário têxtil, enquanto que Jean de France pertence a um estágio mais avançado da evolução: o do patrício retirado dos negócios e que vive de suas rendas fundiárias.

P. 164 — A estas considerações devem-se acrescentar os estudos relativos ao "justo preço": A. Fanfani, em **Le origini dello spirito capitalistico**, Milão, 1932, julga, sem razão, ao que parece, que ainda no século XIII os leigos se conformavam com as concepções da Igreja em matéria econômica, e que somente no século XIV é que vence ,entre eles "o espírito capitalista". — A. Sapori, "Il 'giusto prezzo' nella dottrina di San Tommaso e nella pratica del suo tempo", **Archivio Storico Italiano**, série VII, vol. XIX, 1932 (reimpressão: **Studi di storia economica medievale**, 1955, pp. 265-303), afirma que São Tomás já admitia um justo preço, baseado nos custos da matéria-prima e da mão-de-obra, mas igualmente na situação do mercado, isto é, na oferta e na procura. — Até aqui, ao que parece, os historiadores concederam muito crédito a um escolástico de segunda classe, Heinrich von Langenstein, que, com efeito, somente levava em consideração o custo da matéria-prima e da mão-de-obra. É o que demonstra R. de Roover, "The Concept of the Just Price. Theory and Economic Policy", **Journal of Economic History**, 1958, pp. 418-434. O autor tem a mesma opinião de Sapori no que se refere a São Tomás. — É também o ponto de vista de J. W. Baldwin, "The Medieval Theories of the Just Price. Romanists, Canonists and Theologians in the XIIth and XIIIth Centuries", **Transactions of the American Philosophical Society**, New Series, vol. 49, 4.ª parte, julho, 1959, no qual podemos seguir a evolução das doutrinas.

P. 166 — O ponto de vista desenvolvido por Pirenne deu lugar a uma discussão, na qual tomaram parte J. Lestocquoy (**contra**) e G. Espinas (**a favor**): "Les origines du patriciat urbain. Henri Pirenne s'est-il trompé?", **AESC**, I, 1946, pp. 139-152. Lestocquoy teve, certamente, o mérito de valorizar o sucesso dos patrícios de Arras, saídos dos "homens de São Vaast"; parece, todavia, que subestimou o valor dos textos nos quais se baseia Pirenne, cf. este último: "Les périodes de l'histoire sociale du capitalisme", p. 26 e seg. da reimpressão na **Histoire économique de l'Occident médiéval**.

CAPÍTULO VI

A ECONOMIA URBANA E A REGULAMENTAÇÃO DA INDÚSTRIA

I. — AS CIDADES COMO CENTROS ECONÔMICOS. A ALIMENTAÇÃO URBANA

P. 169 — **Bibliografia.** — Juntar à publicação de Cuvelier, citada por Pirenne, aquela, em tudo comparável, de M.-A. Arnould: **Les dénombrements des foyers dans le comté de Hainaut (XIV[e]-XVI[e] siècles)**, Bruxelas, 1956.

Acrescentar à bibliografia dada por Pirenne uma seleção, necessariamente restrita, de obras, que estuda, do ponto de vista econômico, os destinos de uma única cidade. G. Luzzatto, **Studi di storia economica veneziana**, Pádua, 1954: Reedição de 16 artigos, publicados de 1924 a 1952, entre os quais: "Les activités économiques du patriciat venitien (Xe-XIVe siècles)", publicada anteriormente em **AHES**, 9, 1937, pp. 25-27. — G. P. Bognetti, E. Besta, E. Arslan, G. Rosa, **Storia di Milano**. II, **Dall'invasione dei barbari al governo vescovile. 493-1002**, Milão, 1954: destacam-se algumas divergências de opinião quanto à continuidade Antigüidade-Idade Média nas contribuições de Besta (**a favor**) e Bognetti (**contra**); há acordo quanto ao renascimento econômico no século X. — C. Violante, **La società milanese nel età precomunale**, Bari, 1953. — G. Barbieri, **Economia e politica nel ducato di Milano (1386-1535)**, Milão, 1938: insiste sobre as intervenções do Estado na vida econômica e sobre os liames econômicos entre a capital e as localidades subordinadas. — **La cité de Gênes au XIIe siècle**, Copenhague, 1953. — E. Rossi-Sabatani, **L'espansione di Pisa nel Mediterraneo**, Florença, 1935. — F. Schevill, **History of Florence** (ed. revista, Londres, 1961). — R. Pernoud, **Essai sur l'histoire du port de Marseille des origines à la fin du XIIIe siècle**, Marselha, 1935: simples atualização. — **Histoire du commerce de Marseille**, sob a direção de G. Rambert; t. I (das origens a 1291), por R. Busquet e R. Pernoud; t. II (de 1291 à 1480), por E. Baratier e F. Raynaud, Paris, 1949, 1952: o segundo tomo é mais recente que o primeiro, embora trate de um período de decadência. — Ph. Wolff, **Commerces et marchands de Toulouse (vers 1350-vers. 1450)**, Paris, 1954: cidade de mercadores, sem dúvida (importante comércio de tecidos), mas onde são os nobres e os "burgueses" (= aqueles que vivem do produto de seus domínios), que ocupam os primeiros lugares. — J. Schneider, **La ville de Metz au XIIIe et XIVe siècles**, Nancy, 1950: tipo de cidade de raio econômico restrito, correspondendo mais ou menos à concepção da **Stadtwirtschaft** à qual Pirenne faz alusão à p. 171. — **Augusta. 955-1955. Forschungen und Studien zur Kultur- und Wirtschaftsgeschichte Augsburgs**, sob a direção de H. Rinn, Munique, 1955. — Obra coletiva, com 29 colaboradores. — F. Ketner, **Handel en scheepvaart van Amsterdam in de vijftiende eeuw**, Leyde, 1946 (= Comércio e navegação de Amsterdam no século XV). Estas duas últimas obras tratam de cidades nas quais a grande prosperidade só data do final da Idade Média, até os tempos modernos.

Resumos da organização econômica e social de cidades agrupadas por regiões foram reunidos num dos **Recueils de la Société Jean Bodin**, notadamente no VII, **La Ville** ("Deuxième partie. Institutions économiques et sociales"), Bruxelas, 1955. Encontram-se aí comunicações relativas às cidades da Alemanha, Inglaterra, Bélgica e França.

PP. 171-172 — Citamos o relatório coletivo de C. Cipolla, J. Dhondt, M. Postan e Ph. Wolff, "Anthropologie et démographie. Moyen Age", (IXe Congrès international des Sciences Historiques), I, **Rapports**, Paris, 1950, pp. 55-80, atualmente ultrapassado, para a demografia urbana, pela obra capital de R. Mols, **Introduction à la démographie historique des villes d'Europe du XIVe au XVIIIe siècle**, 3 tomos, Gembloux-Louvain, 1954-1956, instrumento indispensável para qualquer pesquisa neste domínio. — J. Beloch, **Bevölkerungsgeschichte Italiens**, 3 vols., Berlim, 1937-1961. — F. Lot, **Recherches sur la population et la superficie des cités remontant à la période gallo-romaine**, 3 vols., em 4 tomos, Paris, 1945-1946, 1954: obra preciosa; tendência a adotar

números mais modestos. — H. Reincke, "Bevölkerungsprobleme der Hansestädte", **HG**, 70, 1951, pp. 1-33.

P. 172 — H. Van Werveke, "Het bevolkingscijfer van de stad Gent in de veertiende eeuw", **Miscellanea Leonis Van der Essen**, I, Bruxelas-Paris, 1947, pp. 345-354 (= As cifras populacionais da cidade de Gand no século XV); conclui por um número mínimo de 56 000 habitantes.

P. 173 — O ceticismo de Pirenne mostra-se justificado. Admite-se, hoje, que o número de 61 000 famílias para Paris deve ser falso. A capital francesa parece ter contado nesta época apenas, aproximadamente, 80 000 habitantes: Ph. Dollinger, "Le chiffe de population de Paris au XIVe siècle. 210 000 ou 80 000 habitantes?", **RH**, CCXVI, 1956, pp. 35-44. cf R. Mols, **op. cit.**, I, pp. 323-324; II, pp. 512-514. — Para Tolosa, nesta época, sem dúvida, depois de Paris a cidade mais populosa da França, pode-se conjecturar o número de 32 000 (anterior à Peste negra): Ph. Wolff, **Les estimes toulousaines des XIVe et XVe siècles**, Tolosa, 1956.

P. 173 — Ver, para este assunto, o livro de F. L. Ganshof, anteriormente citado. No caso de Gand, seria mais exato falar de aumentos de almotaçaria. Estes datam de 1241, 1254, 1274 e 1300.

P. 177 — Encontrar-se-á uma exposição geral em J. A. Van Houtte, "Les courtiers du Moyen Age", **Rev. hist. de droit fr. et étrang.**, XV, 1936, pp. 105-141; estudos no quadro local ou regional em: J. A. Van Houtte, "Makelaars en waarden te Brugge van de XIIIe tot de XVIe eeuw", **Bijdragen voor de Geschiedenis der Nederlanden**, V, 1950-1951, pp. 1-30 e 177-197 (= Intermediários e "hosteliers" em Bruges do século XIII ao XVI); E. Schmieder, "Unterkäufer im Mittelalter", **VSWG**, 30, 1937, pp. 229-260 (refere-se à Alemanha meridional).

P. 179 — Dois tratados foram publicados, referentes à história das corporações na França até a Revolução: F. Olivier-Martin, **L'organisation corporative de la France d'ancien régime**, Paris, 1938 (refere-se não somente às corporações de ofício, mas a **todas** as "corporações" leigas), e E. Coornaert, **Les corporations en France avant 1789**, Paris, 1940.

P. 182 — A origem das corporações de ofícios foi o objeto de numerosos trabalhos. P. S. Leicht publicou a este respeito: "L'origine delle arti nell'Europa occidentale", **Rivista di storia del diritto italiano**, VI, 1933 e "Ministeria et Officia", **Rivista italiana per le scienze giuridiche**, N. S., IX, 1934, e **Corporazioni romane e arti medievali**, Turim, 1937. O autor acredita ver nisso certas formas, na Renânia e norte da França, que remontam à política dos Carolíngios. Quanto às tradições romanas, apenas admite sua influência na Itália. — M. G. Monti, na exposição sintética que forma a primeira parte de seu livro **Le corporazioni nell'evo antico e nell'alto medio evo; lineamenti e ricerche**, Bari, 1934, refuta toda continuidade entre os **collegia** romanos e as corporações de ofícios da Idade Média, mesmo para a Itália. — A. Gouron professa a mesma opinião para o Languedoc, em: **La réglementation des métiers en Languedoc au Moyen Age**, Gênova-Paris, 1958. — O livro de G. Mickwitz, **Die Kartellfunktionen der Zünfte und ihre Bedeutung bei der Entstehung des Zunftwesens**, Helsinque, 1936, constitui um ensaio sobre a origem das corporações de ofícios no conjunto da Europa, com base num único fator, ou, pelo menos, de um único fator predominante: teriam nascido de uma ação dos artesãos — comparável à dos cartéis modernos — que procurava eliminar a concorrência mútua através de medidas apropriadas. — G. Espinas, em **Les origines de l'association**, I, **Les origines du droit d'association dans**

les villes de l'Artois et de la Flandre française jusqu'au début du XVIe siècle, 2 tomos, Lille, 1941-1942, empreende um estudo extremamente detalhado de uma região limitada; chega à conclusão que o único fator considerável do fenômeno é o fator religioso. — Foi essencialmente sobre os dados da Flandres flamenga que C. Wyffels baseou sua exposição: **De oorsprong der ambachten in Vlaanderen en Brabant**, Bruxelas, 1951. — Com resumo francês: "L'origine des corporations de métiers en Flandre et en Brabant". O autor concluiu "que é preciso distinguir quatro fatores, dos quais dois são de importância fundamental: a vigilância organizadora exercida pela autoridade urbana em matéria industrial e comercial, e a ação corporativa dos artesãos no quadro criado pela autoridade; e dois fatores de importância secundária, a organização militar dos ofícios e a confraria de ofício". É interessante observar que estas constatações se aproximam sensivalmente daquelas que fez Gouron para o Languedoc.

P. 187 — A respeito da indústria da seda, em geral: W. F. Leggett, **The Story of Silk**, Lifetime Editions, 1949; para Lucca, em particular: F. Pardi e E. Lazzareschi, **Lucca nella storia, nell'arte e nell'industria**, Lucca, 1941, e F. Edler-de Roover, "Lucchese Silks", **Ciba Review**, Basiléia, 1950, pp. 2902-2930.

P. 188 — O número de habitantes da cidade de Gand, em meados do século XIV, devia eleavr-se a 56 000, no mínimo. Mas o número de trabalhadores da indústria têxtil também devia ter aumentado; eram mais de 7 000, de modo que representavam uma fração do total ainda mais considerável do que indicara Pirenne (ver, anteriormente, Van Werveke, **op. cit.**).

CAPÍTULO VII

AS TRANSFORMAÇÕES DOS SÉCULOS XIV E XV

I. — CATÁSTROFES E PERTURBAÇÕES SOCIAIS

P. 191 — **"Pode-se considerar o princípio do século XIV como o fim do período de expansão da economia medieval."**

O pensamento aqui expresso por Pirenne revelou-se extremamente fecundo. M. Postan foi um dos que o desenvolveram com o maior vigor. Em seu breve artigo "The XVth Century", **EHR**, IX, 1939, pp. 160-167, já se opunha às opiniões, então correntes na Inglaterra, segundo as quais o século XV teria sido uma simples transição entre os séculos XIV e XVI. Na opinião de Postan, é preciso considerar o fim da Idade Média como um período de recessão, de suspensão do desenvolvimento econômico e de diminuição da renda nacional. Se houve progresso, este foi mais no plano social. — Do mesmo autor: "Some economic Evidence of Declining Population in the Later Middle Ages", **EHR**, 2ª. ser., II, 1950, pp. 221-246: a atenção fixa-se desta vez sobre o recuo demográfico como sintoma, e, ao mesmo tempo, causa da recessão. Sem dúvida, só se pode fornecer a prova disso, na Inglaterra, de uma maneira indireta, tomando por base, notadamente, a alta dos salários. Neste novo resumo, Postan coloca o início do período de declínio mais ou menos em 1320, reforçando neste ponto a opinião de Pirenne. — Enfim, no excelente capítulo que consagrou ao comércio medieval do norte da Europa, no segundo volume de **The Cambridge Economic History**, o historiador

inglês propõe, para a matéria, duas subdivisões cronológicas distintas: "The Age of Expansion" e "The Age of Contraction".

Se os inícios da recessão, portanto, parecem anteriores à metade do século XIV, não é menos verdade que foi a espantosa epidemia dos anos 1347-1352 que lhe imprimiu o caráter catastrófico. Portanto, era legítimo examinar de perto as repercussões da Peste negra no plano econômico e social. — É assim que Ch. Verlinden, em "La Grande Peste de 1348 en Espagne. Contribution à l'étude de ses conséquences économiques et sociales", **RBPH**, XVII, 1938, pp. 103-146, estuda as ordenações promulgadas em virtude da Peste, com o objetivo de combater algumas de suas conseqüências, e, notadamente, a alta dos preços e salários. — O trabalho de J. Schreiner, **Pest og Prisfall i Senmiddelalderen**, Oslo, 1948 (= Peste e baixa de preços na Baixa Idade Média), sem perder de vista o aspecto europeu do problema, fez conhecer novos dados para a Escandinávia; parece que a mortalidade devida à peste só teve efeitos passageiros; aí a depressão de longa duração teria sido o resultado de certas circunstâncias próprias à Suécia e Noruega. — Vários autores chamaram a atenção para o fato de que, se as repercussões da peste dos anos 1347-1352 foram profundas, é preciso não subestimar as das epidemias subseqüentes: J. Saltmarsh, "Plague and economic Decline in England in the later Middle Ages", **The Cambridge Historical Journal**, VII, 1911, assim como E. Kelter, "Das deutsche Wirtschaftsleben im XIV. und XV. Jahrhundert im Schatten der Pestepidemien", **JNÖS**, 165, 1953, pp. 161-208. — Na Alsácia, o despovoamento dos campos, que se seguiu à Peste negra, foi agravado pela emigração para as cidades: H. Dubled, "Conséquences économiques et sociales des 'mortalités' du XIVe siècle, essentiellement en Alsace", **RHES**, XXXVII, 1959, pp. 273-294.

Este despovoamento deu lugar a vários estudos especiais. Após ter dado uma visão de conjunto da repercussão do preço dos cereais sobre o movimento da população desde o século XIII (**Agrarkrisen und Agrarkonjunktur vom XIII. bis zum XIX. Jahrhundertt**, Berlim, 1935), W. Abel concentrou sua atenção sobre as aldeias abandonadas (**Wüstungen**) do fim da Idade Média: **Die Wüstungen des ausgehenden Mittelalters**, Iena, 1943. — 2ª ed., amplamente revista, 1955: o despovoamento é relacionado com as calamidades do século XIV, aí compreendidas as que precederam a Peste negra. Do mesmo autor: "Wüstungen und Preisfall im spätmittelalterlichen Europa", **JNÖS**, 165, 1953, pp. 380-427: estuda a influência do fato demográfico sobre a curva dos preços, e a influência dos preços sobre a produção agrícola. — Acrescentar duas publicações de K. F. Helleiner, "Population Movements and agrarian Depression in the later Middle Ages", **Canadian Journal of Economic and Political Science**, XV, 1949, pp. 368-377 e "Europas Bevölkerung und Wirtschaft im späteren Mittelalter", **Mitt. des Instit. f. Oest. Geschichtsforschung**, LXII, 1954, pp. 254-269. — Encontrar-se-á um bom **status quaestionis**, assim como novos dados para os Países Baixos setentrionais, em T. S. Jansma, "De 'Wüstungen' der late middeleeuwen", **Landbouwgeschiedenis**, pp. 123-138 (= As aldeias abandonadas do fim da Idade Média). — Publicação do Ministério holandês da Agricultura e da Pesca. — Para a Alemanha: H. Pohlendt, "Die Verbreitung der mittelalterlichen Wüstungen in Deutschland", **Göttinger geographische Abhandlungen**, tomo 3, 1950, 86 p. Para a Inglaterra: M. W. Beresford, **The lost Villages of England**, Nova Iorque, 1954, e, quanto aos meios de marcar estas "aldeias perdidas": M. W. Beresford e J. K. E. St.-Joseph, **Medieval England. An aerial Survey**, Cambridge, 1958. Entretanto, é preciso

observar, com Beresford, que a peste não fora a única responsável pelo desaparecimento destas aldeias. Na Inglaterra, pelo menos, a substituição da agricultura pela criação de carneiros para isto muito contribuiu.

Vários pesquisadores dedicaram especial atenção à evolução dos preços e dos salários: I. Bog, "Geistliche Herrschaft und Bauer in Bayern und die spätmittelalterliche Agrarkrise", **VSWG**, 45, 1958, pp. 62-75; R. e L. Fossier, "Aspects de la crise frumentaire en Artois et en Flandre gallicante au XVe siècle", **Recueil de travaux offerts à Cl. Brunel**, I, Paris, 1955, pp. 436-477; E. J. Hamilton, **Monney, Prices and Wages in Valencia, Aragon and Navarre, 1351-1500**, Cambridge, Mass., 1936; F. Lütge, "Das XIV.-XV. Jahrhundert in der Sozial- und Wirtschaftsgeschichte", **JNÖS**, 162, 1950, pp. 161-213. De maneira geral, a rarefação da mão-de-obra provocou uma alta dos salários, enquanto o preço dos cereais permanecia estacionário ou em baixa. — Num artigo muito sugestivo, intitulado "A l'origine d'une économie contractée: les crises du XIVe siècle", **AESC**, 4, 1949, pp. 167-182, E. Perroy distingue "uma série de crises próximas — crise do trigo de 1315-20, crise financeira e monetária de 1333-45, crise demográfica de 1348-50", que "exerceram uma ação paralisante sobre a economia e a mantiveram, por um século, num estado de contração durável" (p. 168). — É da crise monetária que se ocupa, especialmente o historiador checoslovaco F. Graus, em "La crise monétaire du XIVe siècle", **RBPH**, XXIX, 1951, pp. 445-454; acredita poder, sem razão, pensamos, encontrar a explicação desta crise numa "singularmente aumentada" demanda de moeda. Acrescentemos ainda: W. C. Robinson, "Money, Population and Economic Change in Late Medieval Europe", **EHR**, 2ª ser., XII, 1959, pp. 63-76; notar as justas observações colocadas por M. Postan na seqüência deste artigo, pp. 77-82.

P. 194 — H. Van Werveke, "La famine de l'an 1316 en Flandre et dans les régions voisines", **RN**, XLI, 1959, pp. 5-14: fornece dados numéricos análogos para Bruges: 1938 óbitos devidos à fome, para uma população de aproximadamente 35 000 almas.

P. 195 — P. Gras, "Le registre paroissial de Givry et la Peste noire en Bourgogne", **Bibliothèque de l'École des Chartes**, C, 1939, pp. 295-308: o pequeno burgo de Givry conheceu, durante a Peste negra, uma mortalidade vinte vezes maior que em tempos normais. — H. Reincke, "Bevölkerungsprobleme der Hansestädte, **HG**, 70, 1951, pp. 1-33 e Id., "Bevölkerungsverluste der Hansestädte durch den Schwarzen Tod 1349/1350", **HG**, 72, 1954, pp. 88-90: o autor calcula que, nas cidades alemãs, e, sobretudo, nas cidades hanseáticas, o número de vítimas da peste, em 1350, quase sempre ultrapassava, de muito, a metade do número da população. — Segundo as pesquisas de H. Van Werveke, **De Zwarte Dood in de Zuidelijke Nederlanden**, Bruxelas, 1954 (resumo francês), foi totalmente diferente nos Países Baixos do Sul: salvo em Ypres e em Tournai, a peste não castigou com rigor; nos Países Baixos do Norte, somente Deventer e a Frísia foram seriamente atingidas. — J. Saltmarsh, **op. cit.**, 263, e J. C. Russel, **op. cit.**, 240, insistem sobre os efeitos relativamente desastrosos das epidemias de peste que seguiarm a Peste negra em intervalos relativamente próximos.

P. 196 — As conseqüências sociais da guerra dos Cem Anos foram objeto de um estudo aprofundado, de R. Boutruche: **La crise d'une société: seigneurs et paysan du Bordelais pendant la guerre de Cent Ans**, Paris, 1947. — Resumo do próprio autor, em **AESC**, 2, 1947, pp. 336-348: a crise afetou

tanto os senhores quanto os camponeses; teve por conseqüência a substituição das rendas de quota em espécie por rendas fixas em dinheiro.

P. 196 — O objetivo do trabalho de F. W. N. Hugenholtz, "Drie boerenopstanden uit de veertiende eeuw" (= Três revoltas agrárias do século XIV), Harlem, 1949, é precisamente comparar as três revoltas mencionadas por Pirenne. A consciência revolucionária parece ter sido mais nítida na revolta flamenga de 1323-1328 do que na **Jacquerie**, e ainda mais clara na insurreição inglesa de 1381.

P. 198 — R. H. Hilton, "Peasant Movements in England before 1381", **EHR**, 2ª ser., II, 1949, pp. 117-136, julga que o início do século XIII fora marcado por uma recrudescência considerável, e talvez súbita, da exploração dos camponeses pelos senhores.

P. 198 — R. H. Hilton e H. Fagan, **The English Rising of 1381**, Londres, 1950. Ensaio de interpretação da revolta do ponto de vista marxista-leninista. — P. Lindsay e R. Groves, **The Peasants Revolt 1381**, Hutchinson, 1950: os autores julgam que se trata de uma revolta concebida antecipadamente pelos camponeses explorados por seus senhores.

P. 199 — Embora Pirenne trate apenas rapidamente do patriciado, parece-nos útil indicar os principais trabalhos que estudam esta classe, da qual os grandes mercadores faziam parte: J. Lestocquoy, **Les villes de Flandre et d'Italie sous le gouvernement des patriciens (XIe-XVe siècles)**, Paris, 1952: tentativa meritória, mas talvez prematura, de uma visão de conjunto desta classe. — Id., **Patriciens du Moyen Age. Les dynasties bourgeoises d'Arras du XIe au XVe siècle**, Arras, 1945: algumas linhagens descendem de funcionários dos condados ou abadias. — Fr. Blockmans, **Het Gentsche stadspatriciaat tot omstreeks 1302**, Antuérpia-Haia, 1938 (= O patriciado de Gand até por volta de 1302). — Resumo francês de seis páginas do próprio autor em **RN**, XXIV, 1938: ricamente documentado; opina no mesmo sentido de Pirenne. — G. Luzzatto, "Les activités économiques du patriciat vénitien (Xe-XIVe siècles)", **AHES**, IX, 1937, pp. 25-37: "o patriciado veneziano permaneceu, antes de tudo, mercador". — A. E. Sayous, "Aristocratie et noblesse à Gênes", **AHES**, IX, 1937, pp. 366-381: dualidade no patriciado, composto de nobres e de grandes mercadores. — S. L. Thrupp, **The Merchant Class of Mediaeval London (1300-1500)**, Chicago, 1948: estudo de história social, no sentido amplo do termo, mas não econômico, desta classe de "mercadores", cujas atividades, na realidade, eram muito complexas. — Ph. Dollinger, "Patriciat noble et patriciat bourgeois à Strasbourg au XIVe siècle", **Revue d'Alsace**, 99, 1950-1951, pp. 52-82; Id., "Le patriciat des villes du Rhin supérieur et ses dissensions internes dans la première moitié du XIVe siècle", **Revue suisse d'histoire**, III, 1953, pp. 248-258: dualidade e dissensões no patriciado, composto de um lado de nobres (quase sempre mercadores enobrecidos), e do outro, de "burgueses" (sobretudo grandes mercadores).

P. 201 — Ph. Wolff, "France du Nord, France du Midi. Les luttes sociales dans les villes du Midi français", **AESC**, 2, 1947, pp. 443-454. O interesse principal deste artigo reside no fato de que o grupo de cidades aí levadas em consideração não fora estudado por Pirenne; trata-se de cidades cuja classe popular compunha-se principalmente de pequenos artesãos; por outro lado, "uma fração muito importante da população urbana (dedicava-se) à cultura do solo" (p. 445); não é menos verdade que algumas circunstâncias do conflito e algumas de suas jogadas sugerem uma situação análoga àquela que apresentam algumas cidades dos Países Baixos.

P. 204 — Sobre a revolta dos Ciompi, consulte-se, agora, o livro fundamental de N. Rodolico, **I Ciompi. Una pagina di storia del proletariato operaio**, Florença, 1945. — Para as opiniões marxistas-leninistas sobre esta revolta pode-se consultar E. Werner, "Der Florentiner Frühkapitalismus in marxistischer Sicht", **Studi Medievali**, Spoleto, 3ª s., I, 1960, pp. 661-686. — Sobre os movimentos populares na Itália em geral: P. S. Leicht, **Operai, artigiani, agricoltori in Italia dal secolo VI al XVI**, Milão, 1946.

II. — PROTECIONISMO, CAPITALISMO E MERCANTILISMO

P. 212 — R. de Roover, **The Medici Bank. Its Organization, Management, Operations and Decline**, Nova Iorque-Londres, 1948, indicou as diferenças de estrutura entre a casa dos Médici e as firmas italianas que a precederam: ela detinha, é verdade, a maior parte do capital de suas filiais e outras empresas secundárias, mas não era juridicamente responsável por sua gestão. — H. M. A. Fitzler, "Portugiesische Handelsgesellschaften des XV. und beginnenden XVI. Jahrhunderts", **VSWG**, 25, 1932, pp. 209-250, assinala a formação, mais ou menos em 1450, geralmente sob o impulso de Henrique, o Navegador, de uma série de sociedades comerciais, apresentando tanto traços arcaicos, quanto anunciadores de novos tempos. Entretanto, ver: V. Rau e B. W Diffie, "Alleged XVth century portuguese Joint-stock Companies and the Articles of Dr. Fitzler", **Bull. of the Inst. of Hist. Research**, XXVI, nº 74, 1953, pp. 181-199.

P. 214 — A respeito de Jacques Coeur: H. de Man, **Jacques Coeur, der königliche Kaufmann**, Berna, 1950. — Trad. francesa: **Jacques Coeur. Argentier du Roy**, Bourges, 1951: **status quaestionis** dos conhecimentos adquiridos no momento da redação da obra. Desde então, surgiu uma importante publicação de fontes: **Les affaires de Jacques Coeur, Journal du Procureur Dauvet**, 2 tomos, Paris, 1950-1953, editada por M. Mollat, que é igualmente o autor de um excelente esboço da atividade do personagem: "Les opérations financières de Jacques Coeur", **Revue de la Banque**, Bruxelas, 18, 1954, pp. 125-142.

P. 214 — Outro exemplo em J. Bartier, "L'ascension d'un marchand bourguignon au XVe siècle. Odot Molain", **Annales de Bourgogne**, XV, 1943, pp. 187-206. Além disso, ver o livro do mesmo autor: **Légistes et gens de finances au XVe siècle. Les conseillers des ducs de Bourgogne Philippe le Bon et Charles le Téméraire**, Bruxelas, 1955-57, 2 fasc., cujo assunto é aparentado com o do estudo precedente.

P. 218 — M. Yans, **Histoire économique du duché de Limbourg sous la Maison de Bourgogne. Les forêts et les mines**, Bruxelas, 1938, mostra que Filipe, o Bom, foi igualmente um soberano moderno por sua política de mineração.

P. 218 — Ver agora a respeito de Luís XI: R. Gandilhon, **Politique économique de Louis XI**, Paris, 1941.

P. 218 — A Normandia foi uma das províncias francesas que mais sofreu durante a última fase da guerra dos Cem Anos. M. Mollat, **Le commerce maritime normand à la fin du Moyen Age. Étude d'histoire économique et sociale**, Paris, 1952, descreve esta crise, à guisa de introdução a um estudo da restauração do comércio, que forma, propriamente dito, o assunto do livro.

ÍNDICE ANALÍTICO

"Acapitalista": 186
Açambarcamento de gênero: 174
Açúcar de cana: 145
Administração urbana: 139
Afonso XI de Castela: 119
Agências: 137
Agentes comerciais: 213; cambistas: 136
Agitação social: 202
Agricultores: ver camponeses
Alcaides (*villicus*): 65, 68
Alcavalas: 60
Aldeias (pequenas cidades): 215, 216; novas, 76
Aldeões: 196
Aldermans: 60
Algodão: 146
Alpes: 117
Alume: 146
Alvarus Pelagius: 140
Âmbar: 27
Amt: 179, 183
Anjou, Carlos de: 97
Anjovinos: 93
Antigo Regime: 75, 78
Anúncios: 185
Apisoador: 49, 189, 202, 204
Árabes: 118, 158
Arenques: 157; barril de, 218; pesca, 157.
Aristocracia: 84, 171, 201; leiga, 73
Armadores: 134
Armas de fogo: 213
Arnoldo II, Conde: 40
Arrendamento (contratos): 87
Arrotear: 75
Artesãos: 49, 85, 155, 167, 178, 179, 182, 184, 197, 202, 206, 213, 215, 217.
Artois, Conde de: 129
Associações: 182, 184
"*Augustais*": 118
Ávaros: 12
Aventureiros: 51; mercadores, 39, 51, 165
Bailiff: 65
Bailios: 201
Baldaquins: 146
Balduíno III, Conde: 108
Balduíno IV, Conde: 40
Balduíno V, 80
Banalidades: 71; poia, 71, 77
Banco: 128, 133, 155
Bancos: 136, 196, 212; de empréstimo, 136; Banco de São Jorge, 139
Banqueiros: 128, 133, 162, 214
Barcos (navios): 133, 134, 165; frisões, 12, 41; ingleses, 217
Basileus: 22
Basílio: 25
Bastides: 78
Batedores de cobre: 187, 205
Beneditinos, mosteiros: 73
Bercariae: 80
Bernardo de Ascânia: 114
Besantes: 118
"Bem Comum": 216
Bens de raiz: 137, 138
Bizantinos: 9, 160; Império Bizantino, 18
Bladelin, Pedro: 214
Boicote: 182
Bombacinus: 146
Bonis, irmãos (livros de contas): 125
Bonnaccorci: 193
Bordarii: 67
Borgonha, Duque de: 214, 217
Boullard, Nicolau: 214
Bourgneuf, Salinas de: 157
Brabante, Duque Enrique de: 135; Duque de: 214

Brasil, pau: 145, 211
Broke, Jehan Boine: 190
Brokers: 177
Bronze: 49
Burchard, bispo: 54
Brabanções: 79
Bures (poços de minas): 160
Burgomestre: 202
Burgos: 47, 170, 174; novos, 61; velhos, 61
Burgueses: 48, 77, 78, 83, 92, 125, 203
Buonsignori: 132
Burguesia: 48, 50, 55, 56, 58, 83, 88, 132, 139, 150, 151, 162, 166, 171, 173, 175, 177, 192, 199, 201, 203.
Cade, Guilherme: 123, 128, 131
"Cahorsin": 135
Cambistas: 128, 136
Cambitores: 128
Cambrai, bispos de: 54
Caminhos, seu estado: 92
Camponeses: 69, 70, 74, 77, 78, 85, 174, 195, 197; libertados, 86, 196
Campos, migração dos: 49; campo e cidade, 60, 61
Canais: 94
Canela: 145
Cantimpré, Tomás de: 85
Canuto o Grande: 30
Capetos: 115
Capital: 165, 192, 206; valorização do, 20
Capitalismo: 88, 100, 162, 163, 207, 209; comercial: 162, 167, 211, 216.
Capitalistas: 163, 164, 205, 213, 214
Capitulares: 12, 83, 108, 112
Caravanas: 148
Carestia: 194
Caritates: 180
Carlos Magno: 11, 16, 112, 116; Império de: 9
Carlos VI: 214
Carlos, o Bom, Conde: 104
Carolíngio, Império: 111, 112
Carolíngios: 9, 11, 12, 22; época carolíngia, 11, 73, 180, moeda carolíngia, 111, 112
Carreiros: 67
Carta de "cidade nova": 76, 77, 192
Cartas: 76; de crédito, 125; fundação, 76
Carvão de pedra: 159
Casa di San Giorgio: 212
Casati: 67
Castelos: 46; campestres, 171
Catalães, suas expedições: 158
Catel: 71, 77
Catão: 14
Cavalheiros: 85; ladrões, 97; teutônicos, 150
Censos: 57, 76, 79, 137, 183, 195, 198
Centros manufatureiros: 215
Centurioni: 212
Cereais: 15, 157
Cerocensuales: 67
Cervejeiros: 67
César: 13
Champart: 71
"Cidadelas": 61, 68
Cidades: 46, 48, 62, 88, 150 159, 169, 179, 200, 215, 216; eclesiásticas, 48; episcopais; 46, 170; grandes, 178; romanas, 11; autonomia administrativa, 182; estrangeira, 184; francesa, 202; inglesa, 201; novas, 75, 76; e os príncipes, 60
Cidades: 82, 83, 92, 137, 139; campo, 82, 83, 197
Ciompi, rebelião de: 205
Circulação: 91, 99; monetária, 83
Cistercienses, mosteiros: 73, 74, 82, 88
Citeaux, Ordem de: 74
Civilização: 9; agrícola, 53; urbana, 151
Classes rurais (agrícolas): 62, 64, 199
Clearing house: 106
Clero: 170
Clientela: 186
Cobre: 49
Cochonilha: 146
Coeur, Jacques: 214
Coggen: 149
Collegia: 180
Colônias italianas: 161
Colonização alemã: 81, 82, 193

Colonos: 66, 81, 88, 109, 197; casati, 67; flamengos: 81, 82
Comandita, sociedade em: 124
Comandidato: 124
Comanditário: 124
Comércio: 87, 144, 145, 146, 147, 166, 171, 204, 216, 219; ambulante, 100; bizantino, 45; capitalista, 144, 190, 211, 212; ocasional, 15; colonial, 144; de dinheiro, 119, 121, 123, 165; escandinavos, 26-30; de escravas, 23; de especiarias, 144, 145; de exportação, 143; exterior, 187; hanseático, 149, 151; internacional, 128, 187; local, 143; a larga distância, 164; mediterrâneo, 21, 145, 151, 154; no campo, 87; e crédito, 127, 132
Commenda, sociedades em: 24
Communia: 66, 76
Commeno, Alexis: 25
Compagnonnages ou *Gesellenverbände*: 206
Companheiros: 105, 205, 206, 215
Companhias italianas: 99, 193
Compensação (pagamento por): 106
Comprador urbano: 174
Comuna: 207
Comunal: 59, 202
Comunas: 60, 166, 201
Concentração industrial, 49; comercial, 49
Concorrência: 186, 208
Condes de Flandres: 58, 80
Conduit: 103
Confrarias: 98-180; de artesão, 180, 181
Conrado III: 37
Conselho, 203; municipal, 202
Consignações: 137
Constantino: 25, 110
Constantinopla, Império de: 145; sítio de, 10
Constituições municipais (urbanas): 60, 181
Construções, madeira de: 146
Cônsules: 60
Consumo, empréstimo de: 135, 139
Contabilidade, livros de: 124
Controle, espírito de: 175
Convênios vilões: 136
Corante (anil): 157
Coração de Leão, Ricardo: 37
Corimedis: 71
Corporação: 181, 183, 200, 205
Corporações de ofícios: 50, 179, 202, 207, 213
Correspondência, controle de: 184
Corretores: 177, 211
Corsini: 193
Cortes: 65, 66, 85, 155
Cortes territoriais: 67
Corvéia: 76
Cotarii: 67
Cotereaux: 79
Cotone: 146
Courrières: 78
Courts of piepowders: 58
Craftgild: 179, 182, 183
Cravo: 145
Crédito: 106, 117, 127, 160, 192, 212; estabelecimento de, 140; instrumentos de, 117; cartas de, 125; comercial, 124
Crespin: 131
Crises: 204
Cromwell: 277
Cruzadas, primeira: 35, 36, 37; segunda, 37; terceira: 37; quarta, 37; de São Luís: 155
Cunhagem de moedas: 133
Curtis: 65
Custo (preço): 185
Custodes nundinarum: 103
Damascos: 146
Damnum emergens: 140
Dampierre, Conde Guido de: 129, 176
Dandolo, Henrique: 116
Decanos: 98, 184
Demesne: 66
Denários: 111, 115, 136
Deneratas, vendas por: 16, 112; transações por, 83, 108
Depósitos: 136
Desenvolvimentos: 218
Descobrimento da América, 161: das Índias, 161
Dessecação (empresas): 79
Dinamarca, Waldemar da: 193
Dinamarqueses: 28, 30

Dinanderies: 159
Dinheiro: 135, 140; comércio de, 136, 139, 154, 212; mercado de, 139; de São Pedro, 133
Diques: 79, 81
Direito canônico: 140; consuetudinário, 57, 68; natural, 56, 209; comum ou urbano, 54, 55, 56, 61, 77, 209; senhorial 70, 77, 208; comercial, 57; marítimo, 157; flamengo, 81
Direitos jurisdicionais: 71; senhoriais, 71, 77, 92; das feiras, 103; de reunião, 185; de represálias, 103; do mais forte, 208
Dívidas comerciais: 103; alimentícia, 122
Documentos públicos: 130
Domínios: 69, 83
Droit d'aubaine: 103
Ducado (*zecchino*): 118
Dunes, abadia: 80
Duvenvoorde, Guilherme de: 214
Economia natural: 83, 84, 107, 108, 109; monetária, 86, 107, 108, 112; urbana, 169, 176, 179, 185, 186, 187, 211, 212, 213, 218; dominial, 68, 69; territorial, 216; nacional, 218; mediterrânea, 11;
Éditos públicos: 181
Eduardo I: 135
Eduardo II: 217
Eduardo III: 119, 217
Embargos judiciais: 137
Empresário: 187
Empréstimos: 128, 138
Engleberto de la Marck: 119
Escalas de Levante: 104, 144
Escandinavos: 27, 28, 29, 150
Escravos: 23, 28, 63, 158; mouros, 36, 158; cristãos, 134
Eslavos: 12, 23, 29
Esmaltes: 157,
Especiarias: 29, 42, 144, 145, 151, 154, 158
Estabelècimento de crédito: 125, 137; eclesiástico, 130, 135, 137
Estado: 216, 218; normando, 24
Exércitos mercenários: 213
Expansão capitalista: 218
Exportação: 143, 162, 187, 211; indústrias de: 207
Exportadores: 162
Falsificação: 182
Família: 83
Feiras: 101, 176, 210; de Flandres, 104, 132; de Bar, 103; de Brie, 103; de Bristol, 154; de Champanha, 103, 104, 105, 106, 131, 132, 140, 153, 155, 157; russa: 143; de Gênova, 218; de Lagny-sur-Marne, 103; de Lendit, 16; de Lião, 218; de Northampton, 154; de Novgorod, 42, 187; de Provins, 103, 104; de Saint' Ayoul, 103; de Saint-Denys, 102; de São Quiriácio, 103; de Stourbridge, 53; de Troyes, 103, 105; de Westminster, 154
Feitorias: 148
Filipe Augusto: 37, 115, 132, 155
Filipe, o Bom, Duque de Borgonha: 214, 217
Filipe, o Belo: 116, 135, 137
Filipe, o Longo: 115
Fernando de Portugal, 132
Ferreiros: 67
Ferrière, Loup de: 104
Feudos: 72
Fibonaci, Leonardo: 126
Figos: 146
Financistas: 130; italianos: 131, 132
Finanças: 132; urbanas: 59
Fisiocratas: 83
Flamengos: 40, 79, 81
Flämisches Recht (direito Flamengo): 81
Flandres, Condes de: 58, 79, 149, 215; Condessas, Joana e Margarida: 129, 132, 149
Flibusteiros: 164
Florins: 118
Fome de 1315: 194, 195
Fondacos: 35, 37; *Fondaco dei Tedeschi,* 148, 152
Foris burgus: 48
Formariage: 77, 86
França, mercadores de: 208
Franquia urbana: 208
Fraternitates: 180
Frederico II: 118

Frescobaldi: 132
Frisões, barcos, barqueiros: 41
Gallerani: 132
Gasten: 177
Gazes; Gaza, Gazes: 146
Geldersen, Vicko von: 126, 152
Geldungi: 79
Geldwirtschaft: 84, 121
Genoveses: 145, 146, 147
Gerardo II, bispo: 60
Gesellenverbaende: 200
Gewandschneider: 151, 167
Gewann: 70
Gildes (corporações de ofício): 98, 165, 200, 203, 205, 206, 207, 209, 211
"Gineceus": 15, 67, 86
Goderico de Finchal, São: 52, 54, 163
Gorods: 28
Goslar, minas de: 99
Governador dos Conselhos: 202
Governo Municipal: 199, 202
Governo Nacional na Inglaterra: 153
Grangiarius: 74
Greves: 188
Gros: 116, 117, 118, 119; *parisis*, 117; *tournois*, 117, 119
Groschen: 117
Grosse Ravensburger Geselschaft: 212
Grossiers: 210
Grossus: 117, 119
Gualberto: 104
Guerra: 145, 196; dos Cem Anos, 158, 195, 196, 198; de classes; 203, 204
Guilherme, Duque: 72
Guilherme V: 119
Guilherme, o Conquistador: 79
Guiscardo, Roberto: 25
Hainaut, Condessa Richilde: 118
Handlungsbücher: 126
Handwerk: 179
Hansa: 88, 98, 99, 148, 149, 155, 164, 165; flamenga, 167; de Londres, 167; teutônica (alemã), 43, 61, 149, 217
Hansgraf: 98
Harum-al-Raschid: 41
Heller: 117
Hemricourt, Jacques de: 206
Henrique I: 182
Henrique VII: 217
Henrique de Brabante, Duque de: 135
Hinterland: 87, 151
Hiperperes: 118
Hofrecht: 180
Hohenstaufen: 93, 152
Homens livres (camponeses): 80
Horas de trabalho: 185
Hôtes: 74
Hóspedes: 74, 76, 82, 177, 197
Hufen: 66, 88
Huiseaux: 166
Hulha, carvão de pedra: 159
Humanismo: 160
Ibn Khaldun: 8
Igreja: 19, 20, 33, 34, 60, 65, 70, 84, 121, 133, 140, 169, 180, 197; hostil ao comércio, 33, 53
Império Bizantino: 7, 8, 17, 22, 25, 26, 38, 93; de Carlos Magno, 111, 116; carolíngio, 17, 26, 111; de Constantinopla, 145; grego, 25; latino, 37; romano, 7, 12, 13, 46, 160, 180
Importação: 160
Imposto: 71; sua natureza pública, 60; comunal, 59
Incenso: 17
Indústria: 169, 178, 186, 210, 218; capitalista, 204, 206, 209; metalúrgica, 49; rural, 49, 215; têxtil, 157, 159, 187; têxtil flamenga, 153, 157, 191, 209; urbana, 49, 186 190
Innung: 179, 182
Instituições urbanas: 56
Insurreição: da Flandres marítima: 197; inglesa de 1381, 198
Intercâmbio: economia de, 108; direto, 175, 177
Interior: 156
Interesse: 140, 177
Intermediário: 177, 186
Intervencionismo: 216
Invasão (expansão) islamítica: 11, 134; dos escandinavos, 27; germânicas, 9, 14; normandas, 26

Irmãos leigos: 74
Islão: 9, 22, 35, 37, 111, 158
Italianos: 132, 136, 147, 160; mercadores, 147
Jacqueries: 197, 198; de 1957, 196
Jacques Coeur: 214
João III: 119
João Sem Terra: 129
Judaeus e mercator: 16
Judeus: 16, 133, 134
Julgamento: 167
Jurados: 60, 184, 202
Jurande: 179
Jurisdição dos príncipes territoriais: 75; senhorial, 67, 78
Juros comerciais: 137
Justiça pública, para os colonos: 68
Justum pretium: 181
Knechten: 206
Kreditwirtschaft: 121
Lambert de Hersfeld: 39
Landlord: 198
Laranjas: 146
Lãs: 41, 49, 127, 147, 154, 211, 215; da Espanha, 159, 215 inglesas, 159, 215; tecidos de, 38, 146
Latifúndios: 13, 14, 64, 65, 109, 196
Leddiggangers: 166
Legislação industrial: 179
Leigos: 74, 137
Lehrlingen: 185
Letras de câmbio (aceite e protesto): 196, 213
Liberdade: 57, 60, 195, 207, 215
Libras: 112; esterlinas, 111
Lincoln: 182
Linho, tecidos de: 216
Lite: 71
Livros de contabilidade: 126
Locatores: 82
Lombardos: 135
Louchard: 129
Lucro, afã de: 32
Lucrum cessans: 140
Luís VII: 37
Luís IX: 117
Luís XI: 218
Luís, o Bom ou o Piedoso: 110
Lutas das classes: 203, 204
Lutas civis: 194
Luxo: 219; indústrias de tecidos de, 157
Madeiras de construção: 146
Magiares: 12
Magistraturas urbanas: 59
Maguelonne, bispado de: 9
Maire: 65
Major: 67
Makelaeren: 177
Male, Luís de: 215
Manaium, empréstimo com juros: 131
Mancipia: 67
Manor: 65
Mans: 66
Manse: 66
Mansi: 66, 70, 88; *ingenuiles*, 71; *lidiles*, 71; *seniles*, 171
Mansus: 66; *indominicatus*: 66
Manumissões (alforrias): 86
Mão-morta: 71, 87
Marabotinos: 118
Marck, Engleberto de la: 119
Metalurgia: 159
Migração dos campos: 54
Miguel Paleólogo: 37
Minas: 159, 218
Ministeriales: 65
Ministerium: 179
Mistery: 179
Môdena, bispo de: 34
Moeda: 83, 108, 119, 160, 181; bizantina, 118; carolíngia, 111, 112; de ouro, 118; real, 112, 115, 116; sua cunhagem, 110, 118
Monometalismo da prata: 111
Monopólio: 96, 182, 185, 211; profissional, 183; da venda de vinho, 50
Monte Cassel, batalha de: 197
Morgado: 73
Mort-gage: 122
Mosteiros: 54, 85, 122, 180; beneditinos, 73; cistercienses, 82; de São Trond, 65
Mouros, escravos: 28
Muralhas: 59, 68, 173, 199
Muçulmanos: 9, 10, 26, 146, 160
Musselinas, 146
Nassau: 214

Naturalwirtschaft: 83, 107, 120
Naufrágios: 97, 145
Navegação: 94, 95, 156, 161, 211, 217, 219; bizantina, 9, 22, 38; escandinava, 30, 40, 53; fluvial, 39; italiana, 22, 36, 38, 193; islamítica, 10, 22; veneziana, 24, 145; genovesa, 145
Navegação, Ato de: 217
Nering: 179
Nevers, Luís de: 119
Nobreza: 84, 129, 137, 170, 196
Nogent, Guibert de: 56
Normandos: 12, 22, 26, 30, 72
Noruega: 27, 30
"Notários": 80
"Novos Ricos": 52, 128, 163
Noz-moscada: 145
Nundinae: 101
Nuntius: 106
Óbolos: 111, 112
Ofícios: 202
Oficina: 185, 208; chefes de, 186, 206, 209; bizantina, 28
Officium: 179
Operações bancárias: 127, 128, 129
Ordem de Cîteaux: 74, 80; dos templários, 137; teutônica, 81
Oresme, Nicolaus: 119
Organização senhorial: 63, 68, 70, 82, 85
Orgemont, d': 214
Ourivesaria: 29, 42, 134
Ouro, moeda de: 118
Otberto, bispo: 122
Otiosi: 132, 166
Overdrag: 94
Pagamentos: 105, 133; agentes de, 136; emprestadores de dinheiro, 135, 136
Pallia fresonica: 41
Panni francesi: 42
Papa: 23, 60
Papado: 133
Parceiros (parçoniers): 165
Paróquias rurais: 68
Particularismo, nacional: 217; urbano, 215
Passas: 146
Pastores: 67
Patriarcal: 195
Patriciado: 200
Pau-brasil: 146, 211
"Pechenegas": 151
Pedágio: 91, 92
Pedro II, Orseolo: 24, 25
Pelagius, Alvarus: 140
Peles: 28, 29, 151
Pena de morte: 189
Penhor vivo (*vifgage*): 122
Penhor morto (*mort-gage*): 122
Penny: 112
Pepino, o Breve: 110
Peregrino: 97
Perfumes: 146
Periculum sortis: 140
Perturbações sociais: 193
Peruzzi: 132, 152, 193
Peste negra: 194
Pfennig: 112
Pfund: 112
Piepowders: 99
Pimenta: 145
Pirataria: 27, 30
Piratas dálmatas: 24, sarracenos, 9, 10
Pisano, Leonardo: 126
Poços de minas: 160
Poder soberano: 216
Pogrons: 134
Polders: 80, 90
Política, mercantilista: 217; urbana, 217
Poias: 71, 77
Pooerteric (alta burguesia): 203
População urbana: 171, 176
Porfirogêneta, Constantino: 28
Portadores de títulos: 139
Porta-estandarte: 98
Portagem (tributo): 91, 216; interiores, 96; senhoriais, 166
Portos: 48; medievais, 144; flamengos, 148, 149
Portugal, Fernando de: 132
Portugueses: 144
Pound: 112
Prata, monometalismo de: 111
Preços: 175, 177, 185
Prestações: coletivas, 77
Pregões: 174
Prestamistas: 129, 130, 135, 138, 140; judeus, 133; lombardos, 135

Príncipes: 71, 114, 119, 206, 214
Privilégios: 170, 185, 208, 215
Produtos orientais: 146; têxteis, 147; de luxo, 147; naturais, 157, 159
Progresso técnico: 185
Proletários: 189
Protecionismo: 96, 184, 185, 207; urbano, 207, 217
Puci: 132
Rapondi, Dino: 214
Raubritter: 97
Records: 68
Regime agrário: 70; monetário, 164; senhorial, 85, 195, 198
Renascimento econômico: 156, 162
Renato III: 119
Rendas: 137, 138, 139; financistas, 131, 166
Rendeiros: 66, 67
Resgate: 132
Reserva senhorial: 66, 67
Revolução democrática: 200; municipais, 202-203
Ricardo Coração de Leão: 37
Rios: 94
Roberto II: 129
Rôles d'Oléron: 157
Rolin, Nicolau: 214
Rynvisch, João: 129
"Sacerdotes de Maomé", 34
Sal: 15, 32, 152, 157, 159; de Luneburgo, 157; de Salins, 218; de Salzburgo, 12, 157; de Salzkammergut, 152
Saladino: 35
Salários: 187, 189, 207
Salimbene: 88, 132
Salinas de Bourgneuf: 157
Salvo conduto: 103
San Giorgio, Casa di: 139, 212
São Francisco: 55
São Geraldo de Aurillac: 33
São Pedro, dinheiro de: 133
Santo Tomás de Aquino: 135
Saphir, Simão: 129
Sarracenos: 10, 24, 34
Scali: 193
Scoti: 132
Schildrake: 98
Secagem (empresas de): 79
Seda: 133, 159; bruta, 146; indústria da, 155; bichos da, 218; tecidos de, 38, 42, 133, 159
Segundo gênitos: 72
Seguro marítimo: 124
Semblançay: 214
Seneschal: 65, 201
Senior: 68
"Sensais": 177
Senhor: 17, 65, 66, 68, 70, 78, 83, 86, 97, 108
Senhorios: 50, 65, 67, 73, 80, 89, 195; cistercienses: 73, 74
Senhoriais (cortes): 50, 65, 66, 73; direitos, 77, 85, 91
Servidão: 63, 67, 75, 76, 86, 89, 195, 198
Servingmen: 186
Servi-quotidiani: 65, 67
Servos: 50, 66, 70, 71, 85, 195
Shelling: 112
Sisas: 133
Soberanias: 71, 214, 215
Sociedade: 139
Sociedades: 131; comerciais, 164, 211, 212; *en commenda* (comandita), 24, 124
Soldo (*soldius*): 111
Soranzo: 212
Stadtwirtschaft: 171
Stalhof: 151
Stewart: 65
Stratford: 153
Suecos: 30
Suíços: 79
Tabelas de empréstimos: 133
Takehan: 189
Talha: 71
Tarento, Bohemundo de: 35
Taxas: 25, 70, 71, 97, 208
Tecelões: 187, 203, 204, 211; flamengos, 217
Tecidos: 41, 44, 167, 216; comércio, 41, 42; flamengos, 40, 41, 42, 153; ingleses, 118; de Brabante, 17, 192; de Flandres, 147; de França, 147; de lã, 146; de linho, 38; de luxo, 159; de seda, 38, 133, 159
Técnica comercial: 160

Teloneum: 91
Templários: 137
Teralh, Ugo: 125
Termonde, Senhor de: 129
Terra, *indominicata*: 66; novas, 74; cisterciense, 74
Terra nigra: 160
Terra Santa: 37
Teutônicos, cavaleiros: 150
Thierry de Alsace, Conde: 115
Tintureiros: 187
Tölner, Johann, 126, 152
Toscanos: 136
Tournois: 117
Towns: 76
Trabalho, horas de: 185; jornada de, 188
Tráfico: 151, 153, 211
Tribunais territoriais: 195; urbano, 59
Tributo senhorial: 91
Tributos: 28
Trigo: 38, 96
Troca: 107
Trucsystem: 188
Turcos: 36
"Unhas azuis": 167, 188
Universidade de Paris: 155
Unterkäufer: 177
Urbana, civilização: 153; economia, 169, 170, 176, 179, 185, 187, 211, 213, 215; franquia, 103, 208; indústria, 185; política, 218
Urbano, direito: 207; particularismo, 210, 216; protecionismo, 210, 217, 218
Usani: 195
Usura: 19, 103, 123, 130, 134, 136, 138, 140
Valdenses, seita dos: 55
Valdo, Pedro: 55
Veckinchusen, Hildebrando: 212
Vendas *per deneratas*: 16, 112
Vendedor campesino: 174
Vendedor (traficante) de escravos: 35; de negros, 23; de escravos cristãos, 35, 134
Venezianos: 25, 146
Vida urbana: 45, 49
Vifgage: 122
Vigilantes municipais: 185
Vikings: 27
Vilas: 13
Villici: 76, 77
Villicus: 65, 68
Vilões: 17, 47, 89, 109, 136; seu estabelecimento nas cidades, 56; senhoriais, 66, 70, 78
Vinho: 29, 32, 38, 151, 156, 157, 176; monopólio de sua venda 50
Virgate: 66
Volstead: 141
Waldemar da Dinamarca: 193
Warendorp: 126
Warescapia: 66
Wateringues: 80
Weistumer: 68
Werimbold: 54, 138
Westfalianos: 81
Wittenborg: 126
Yarland: 66

ÍNDICE GERAL

Prólogo 5

INTRODUÇÃO

Ruptura do equilíbrio econômico da Antigüidade 7
Sarracenos e cristãos no Ocidente 9
Desaparecimento do comércio no Ocidente 10
Regressão econômica sob os carolíngios 11
Caráter agrícola da sociedade a partir do século IX 13
Os latifúndios 13
Ausência de mercados externos 14
O comércio ocasional 15
Os mercados locais 16
Os Judeus 16
Caráter da sociedade desde o século IX 17
Preponderância da Igreja 18
Ideal econômico da Igreja 18
Proibição da usura. "Mutuum date nihil inde sperantes" 19

Capítulo I

O RENASCIMENTO DO COMÉRCIO

I. O Mediterrâneo

Continuação do comércio mediterrâneo na Itália bizantina 21
Comércio da Itália bizantina e de Veneza com o Islão 22
Progresso econômico de Veneza 23
A expansão veneziana 24
Veneza e o Império Bizantino 25

II. O Mar do Norte e o Mar Báltico

As incursões normandas 26
Expansão comercial dos escandinavos 27
O comércio escandinavo na Rússia 28
O comércio escandinavo no Mar Báltico 29
O comércio escandinavo no Mar do Norte 30

III. O Renascimento do Comércio

Primeiras relações econômicas de Veneza com o Ocidente 32
A Igreja e os mercadores 32

Pisa e Gênova 33
A Primeira Cruzada 35
Reabertura do Mediterrâneo ao comércio ocidental 35
As cruzadas e a navegação italiana 36
Preponderância dos italianos no Mediterrâneo 37
Decadência da navegação bizantina 38
O comércio italiano 38
O comércio ao norte dos Alpes 39
A tecelagem flamenga 40
O comércio de tecidos 41

Capítulo II

AS CIDADES

I. O Renascimento da Vida Urbana

Desaparecimento da vida urbana no século VIII 45
As cidades episcopais 46
Os burgos 46
Primeiras aglomerações mercantis 47
Os "portos" 48
Concentração da indústria na cidade 49

II. Os Mercados e a Burguesia

Hipótese sobre a origem senhorial da classe mercantil 50
Aventureiros e mercadores 51
Goderico de Finchal 52
Primeiros lucros comerciais 52
Influência da navegagão no comércio 53
Primeiras fortunas comerciais 54

III. Instituições e direito urbanos

Burguesia e sociedade agrícola 55
Liberdade da burguesia 56
Transformação do direito nas cidades 57
Autonomia judicial e autonomia administrativa das cidades 58
A muralha urbana 59
Finanças urbanas 59
Magistraturas urbanas 59
As cidades e os príncipes 60
Privilégios da burguesia 61

Capítulo III

A TERRA E AS CLASSES RURAIS

I. A Organização Senhorial e a Servidão

Preponderância numérica do campo sobre a cidade 63
Os latifúndios 64
As "cortes" senhoriais 65
Os "mansi" e a reserva senhorial 66

Rendeiros e servos 66
Unidade judicial e religiosa dos domínios 67
Caráter patriarcal da organização senhorial 68
Caráter econômico dos domínios 69
Regime agrário 70
Direitos senhoriais 70

II. Transformações da Agricultura a partir do século XII

Aumento da população 72
Os senhorios cistercienses 73
Os hóspedes 74
Primeiros arroteamentos 75
As "cidades novas" 75
Obras de construção de diques 79
Colonos flamengos na Alemanha 81
A colonização alemã do outro lado do Elba 81
Influência das cidades na situação do campo 82
Progressos da circulação monetária e suas conseqüências 83
Transformação da organização senhorial 85
Influência do comércio no campo 87
Progressos da mobilidade do solo 88

Capítulo IV

O MOVIMENTO COMERCIAL ATÉ FINS DO SÉCULO XIII

I. A circulação

Os pedágios 91
Estado dos caminhos 92
Meios de transporte 93
Rios e canais 94
A navegação 94
Ausência de protecionismo 96
Atitude dos príncipes perante o comércio 96
Gildes e hansas 98
Diminuição do comércio ambulante 100

II. As Feiras

As feiras e os mercados 101
Origem e desenvolvimento das feiras 102
O direito das feiras 102
As feiras de Champanha 103
As feiras de Champanha e o comércio 104
As feiras de Champanha e o crédito 105
Decadência das feiras de Champanha 106

III. A Moeda

Economia natural e economia monetária 107
Origem carolíngia do sistema monetário 110

Caráter da moeda carolíngia 111
A moeda na época feudal 112
Exploração da moeda pelos príncipes 114
A moeda real 115
Aparecimento da moeda "grossus" 116
Reinício da cunhagem do ouro 118

IV. O crédito e o comércio do dinheiro

Antigüidade do crédito 120
Empréstimo de consumo dos estabelecimentos eclesiásticos 121
Origem do crédito comercial 123
Primeiras formas do crédito na Itália 124
A instrução dos mercadores e o crédito 125
O comércio e o crédito 126
O comércio do dinheiro 127
Operações financeiras dos comerciantes 129
Empréstimos com juros 130
Progresso do crédito na Itália 131
Os financistas italianos no Norte 132
Os Judeus 133
Bancos de empréstimo 135
Os cambistas 136
As rendas dos bens de raiz 137
As rendas vitalícias 138
A legislação sobre a usura 140

Capítulo V

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES ATÉ FINS DO SÉCULO XIII

I. Objetos e Orientações do Grande Comércio

As especiarias 144
Comércio de especiarias no Mediterrâneo 145
Comércio de produtos orientais 146
Comércio de tecidos 146
O porto de Bruges 148
A Hansa teutônia 149
O comércio hanseático 151
O comércio da Alemanha continental 152
O comércio inglês 153
O comércio francês 154
O vinho e o sal franceses 155
O comércio espanhol 158
Predomínio dos produtos naturais no comércio 159
A metalurgia e as minas 159
Superioridade da técnica comercial na Itália 160
Volume do comércio medieval 161

II. Caráter Capitalista do Grande Comércio

Objeções contra a existência do capitalismo medieval 161
O capital, resultado do comércio a longa distância 163
Importância dos lucros comerciais 164
Procedência das primeiras fortunas dos mercadores 165
Inversões territoriais dos lucros comerciais 166
Comércio atacadista e varejista 167

Capítulo VI

A ECONOMIA URBANA E A REGULAMENTAÇÃO DA INDÚSTRIA

I. As cidades como centros econômicos

A Alimentação Urbana

Caráter econômico das cidades medievais 169
Clero e nobreza nas cidades 170
Densidade das populações urbanas 171
Aumento da população urbana até princípios do século XIV 173
Política alimentícia das burguesias 174
Abastecimento das cidades e comércio 175
Os corretores 176
Exclusão dos não burgueses do comércio a varejo 177

II. A Indústria Urbana

Clientela da indústria urbana 178
Origem das corporações de ofícios 179
Monopólio industrial das corporações 182
Tendência das corporações à autonomia 184
Proteção ao produtor 184
Proteção ao consumidor 185
Hierarquia dos artesãos 185
As corporações das indústrias de exportação 186
Condição social dos operários da exportação 188
Os grandes patrões 190

Capítulo VII

AS TRANSFORMAÇÕES DOS SÉCULOS XIV E XV

I. Catástrofes e perturbações sociais

Características econômicas dos séculos XIV e XV 191
Estabilização do movimento econômico 192
A fome de 1315 e a peste negra 194
A insurreição da Flandres marítima 196
A insurreição inglesa de 1381 198
Descontentamento contra as oligarquias urbanas 199
A revolução democrática 200
Área de extensão das agitações sociais 200

O conflito entre os "pequenos" e os "grandes" 201
Agitação social dos operários da exportação 202
Reforma dos governos municipais 203
Os conflitos sociais em Flandres 204
As associações de companheiros 205

II. Protecionismo, Capitalismo e Mercantilismo

Progressos do protecionismo urbano 207
Corporações e capitalistas 209
Novas formas do comércio capitalista 211
Formação de uma nova classe de capitalistas 213
Os príncipes e os capitalistas 214
Intervenção do Estado na vida econômica 216
Princípio de uma política mercantilista 217

BIBLIOGRAFIA GERAL

Estudos gerais 221
Estudos por países 222
Estudos de temas gerais 222
Revistas 223
ANEXO BIBLIOGRÁFICO E CRÍTICO 225
ÍNDICE ANALÍTICO 267
ÍNDICE GERAL 277

HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA IDADE MÉDIA

As invasões muçulmanas que durante a Idade Média conquistaram uma parte da Europa e grande porção do Mediterrâneo não lograram controlar a totalidade do tráfico marítimo.

O Mar Adriático e o Mar Egeu, distantes daquela influência, permaneceram — sob o poder de Bizâncio — como meios de comunicação que intensificaram as transações de toda espécie e iniciaram, concomitantemente, o florescimento dessa vasta região européia.

Mesmo assim, essas atividades não tiveram restrições importantes no Mar Báltico e no Mar do Norte, o que acelerou o comércio; em contraste com a economia agrícola de lento desenvolvimento.

Também as invasões de outros povos menos civilizados, que se deslocavam conduzidos pelo afã de conquista, contribuíram para intensificar os intercâmbios e, portanto, para fazer prosperar indústrias e criar novas formas de convivência entre os estratos sociais. Terminada sua ação destruidora, os invasores acabaram por converter-se em mercadores.

A repercussão dessas atividades entre os povos deu motivo ao surgimento de **mercadores profissionais,** decisivos para efetuar a transformação econômica nos séculos XI e XII. Tanto na Itália do Norte como nos Países Baixos, as providências para fazer chegar as mercadorias de um ponto a outro sofreram mudanças sensíveis e propiciaram o uso da moeda em empréstimos e créditos. Nisso tiveram papel preponderante as especiarias trazidas do Oriente — origem da riqueza de Veneza e de inúmeros comerciantes —, os tecidos, o vinho, o sal e, de um modo geral, os produtos naturais cultivados em regiões adequadas e com o objetivo de levá-los para o exterior.

Esses fenômenos e seus efeitos na estrutura da economia e da sociedade constituem o tema deste livro de Henri Pirenne, que, de maneira sistemática, traça a **História econômica e social da Idade Média** — que hoje nos orgulhamos de apresentar em língua portuguesa — desde os fins do Império romano até o século XV.

COLEÇÃO DE OBRAS DE FILOSOFIA

ABBAGNANO

DICIONÁRIO DE FILOSOFIA

BRÉHIER

HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Vol. I — A ANTIGÜIDADE E A IDADE MÉDIA

Fasc. 1 — Introdução — Período Helênico

Fasc. 2 — Período Helenístico e Romano

Fasc. 3 — Idade Média e Renascimento

A serem publicados:

Vol. II — "A FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

Fasc. 1 — O Século XVII

Fasc. 2 — O Século XVIII

Fasc. 3 — O Século XIX: Período dos Sistemas (1800-1850)

Fasc. 4 — O Século XIX após 1850. O Século XX. Índice Geral

CASSIRER

ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

MONDOLFO

O PENSAMENTO ANTIGO

ESTUDOS SOBRE MARX

PROBLEMAS DE CULTURA E DE EDUCAÇÃO

FIGURAS E IDÉIAS DA FILOSOFIA DA RENASCENÇA

O INFINITO NO PENSAMENTO DA ANTIGÜIDADE CLÁSSICA

SÓCRATES

NOGUEIRA

O MÉTODO RACIONALISTA-HISTÓRICO EM SPINOZA

SCIACCA

HISTÓRIA DA FILOSOFIA



ISBN - 85-87068-08-3